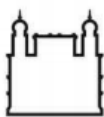


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº 06/2022
29 de março a 11 de abril de 2022



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 14 de abril de 2022



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação - <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
10	Dia Mundial da Saúde - Nosso Planeta, Nossa Saúde! - <i>Rosana T. Onocko-Campos, Luis Eugenio de Souza e Paulo Buss</i>	
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
12	Enquanto isso, no Planeta Terra... – <i>Santiago Alcázar</i>	
17	A esperança política dos Direitos Humanos rompendo a barreira das políticas de austeridade com suas pontes de proteções sociais e bandeira de um novo contrato (eco)social - <i>Armando De Negri Filho</i>	
29	Sistemas de saúde resilientes: suficientes para garantia de uma vida saudável no nosso planeta? - <i>Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão</i>	
38	As emissões de gases de efeito estufa precisam reduzir a partir de 2025 - <i>Danielly de P Magalhães, Guilherme Franco Neto e Luiz Augusto Galvão.</i>	
48	Migrações, refúgio e saúde global - <i>Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martins, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
54	Vulnerabilidade de meninas e mulheres: Relatório da situação mundial em 2022 e estudo brasileiro sobre mortes maternas relacionadas à Covid-19 - <i>Maria Teresa Rossetti Massari, e Maria Auxiliadora de Sousa Mendes Gomes</i>	
61	Usar evidências para promover a adesão de países e regiões no mundo para a promoção a uma melhor produção, melhor nutrição, um melhor ambiente e uma vida melhor, sem deixar ninguém para trás - <i>Denise Oliveira e Silva</i>	
64	Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
67	As potências da flexibilidade de financiamento dos recursos regulares para o PNUD - <i>Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa</i>	
72	Comércio e Inovação: Informe sobre a OMC, OMPI e UNCTAD - <i>Claudia Chamas</i>	
76	UNESCO: Atualização sobre o rastro de destruição do patrimônio cultural na Ucrânia - <i>Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard</i>	
<u>Movimentos sociais globais e saúde</u>		
80	Um cenário global em retalhos: Fragmentos que conformam as crises e convocam a sociedade civil - <i>Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Patricia Lewis Carpio e Luis Eugênio de Souza</i>	
<u>Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países</u>		
90	G77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Regina Ungerer</i>	

- 98 A movimentação dos atores nos Grupos G7, G20 e OCDE - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Vinicius Roland e Júlia A.M. Abbud Ribeiro*
- 106 Fiocruz vai à Afrigen/AS receber treinamento para produção de vacinas mRNA e conflito na Ucrânia aproxima BRICS - *Claudia Hoirisch*
- 112 Saúde global e diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe: Especial V Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável - *Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 120 A volta da esquerda ao governo da América Latina - *José Luís Fiori*
- 123 O Continente Africano na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá e Felix Rosenberg*
- 130 A Europa em crise - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 133 Insegurança alimentar na Região Mena e Ásia Pacífico se agrava com a guerra - *Lúcia Marques*
- 146 Novos fechamentos na China - *André Costa Lobato*
- 149 Estados Unidos da América: Saúde global e diplomacia da saúde - Luiz Augusto Galvão

*Autores deste Caderno - 153

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 156

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 157

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 06/2022 – 29 de março a 11 de abril de 2022

Apresentação

Ferida de morte e agonizante, ou preparando algum tipo de retorno triunfal? A globalização como se apresentou até aqui – contraditória, favorecendo os países ricos e os ricos de todos os países – embora sempre praticando a retórica do *win-win process* – está ameaçada de ser eliminada enquanto padrão de relações preferido no discurso dos mais ricos que pretendem ditar os rumos da humanidade, segundo seus próprios interesses?

A pandemia e a guerra no coração da Europa estão eliminando o pouco que se tinha na prática política da solidariedade e da cooperação, substituída pelo retorno a um nacionalismo exacerbado, a aspiração de autossuficiência em elementos considerados estratégicos, como energia, alimentos e alguns outros conjuntos de recursos. Quem sabe estamos mesmo vivendo, de fato, os dois anos que transformarão as tendências do século XXI. O restante do ano de 2022, com a evolução da pandemia, os resultados da guerra europeia e a seriedade com que forem conduzidas as negociações na esfera das Nações Unidas, poderá ditar para onde navega este velho-novo mundo que habitamos.

Muitas destas indagações vêm abordadas nos artigos deste Caderno 6 do CRIS. Que inicialmente comemora – se há motivo para tanto – o Dia Mundial da Saúde 2022, que busca recordar-nos que nossa saúde está profundamente entranhada como os destinos e com a forma que tratamos nosso planeta, nossa casa comum.

Alcazar mergulha num evento político de grande relevância, que faz parte da charada geopolítica em que vemos o mundo mergulhado na esfera das instâncias políticas das **Nações Unidas** de Nova York ou Genebra, no caso no Conselho de Direitos Humanos, que suspendeu a participação da Rússia, mas com importantes abstenções e votos contra.

Por outro lado, na mesma esfera, **De Negri Filho** começa neste Caderno 6 a realizar o *debriefing* das resoluções de interesse para a saúde global e diplomacia em saúde adotadas durante a 49ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos da ONU**, concluída em 04 de abril de 2022. No mapa das 18 resoluções que foram a votação, de um total de 35 adotadas (<https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session49/res-dec-stat>) pode-se ‘ler’ o comportamento dos blocos que atuam no âmbito do CDH e quais suas principais clivagens, com a polarização estabelecida quando os temas se relacionam com a ordem dominante internacional e temas de fundo das desigualdades entre o Norte e o Sul globais, tal como a resolução sobre “*Promover e proteger os direitos econômicos, sociais e culturais no contexto de enfrentamento das desigualdades na recuperação da pandemia COVID-19*”. As votações autorizam ter alguma esperança de que a correlação de forças possível no CDH, assim como na AGNU, permita adotar paulatinamente medidas em favor da saúde e da igualdade social justa.

Por isso, o Informe do Secretário Geral [ODS HOME PAGE](#) sobre a “*Questão da realização em todos os países de direitos econômicos, sociais e culturais*” merece seriamente considerado ao propor caminhos para “a criação de sistemas de proteção social baseados em direitos humanos, a fim de operacionalizar seu apelo a um contrato social renovado, apoiado por um novo acordo global no contexto da recuperação pandêmica Covid-19”.

O Dia Mundial da Saúde, comemorado em 7 de abril, teve como tema `Nosso planeta, nossa saúde`, no qual foi destacado o quanto as mudanças climáticas e o comportamento global têm repercussão negativa no direito universal e soberano à saúde. **Reges, Galvão e Bermudez** destacam ainda na **OMS** a última reunião do SAGE (Strategic Advisory Group of Experts on Immunization), grupo consultivo da OMS sobre políticas e estratégias globais gerais para vacinação, que elaborou novo documento com pontos chave de atuação. Ademais, aconteceram os lançamentos da Iniciativa Global em Arboviroses, planejamento integrado para combater arbovírus emergentes e reemergentes com potencial epidêmico e pandêmico; e da estratégia global de vigilância genômica para patógenos com potencial pandêmico e epidêmico, 2022–2032. Ainda são apontados os novos ajustes e acordos da Gavi e o Gavi COVAX AMC Summit 2022. E dois anos depois da declaração da pandemia, a OMS divulgou o Plano estratégico de Preparação, Prontidão e Resposta para acabar com a emergência global do COVID-19 em 2022.

No espaço político global do **ambiente e saúde, Magalhães, Galvão e Franco Netto** destacam o novo relatório do IPCC, AR6-WGIII, que aponta que as emissões de gases de efeito estufa continuam aumentando e que, para alcançar entre 1,5 e 2,0°C de aumento de temperatura até 2100, as emissões dos países desenvolvidos precisam reduzir drasticamente a partir de 2025. A boa notícia é que todas as tecnologias necessárias já existem e por um custo viável, mas falta vontade política e uma governança para o curto e longo prazo. Nessa quinzena houve diversos eventos da comunidade internacional que reforçaram os compromissos com as mudanças climáticas e as conexões saúde e ambiente, mas as ações ainda estão muito aquém dos acordos e dos discursos políticos.

No âmbito do **PNUD, Martins e Paes-de-Sousa** apresentam os dados do relatório da modalidade de financiamento dos recursos regulares do programa, denominado “Core Resources (April 2022)”. O relatório discute a importância da flexibilidade dos recursos regulares para a tomada de decisão rápida e decisiva do PNUD em sua atuação nos países com maiores focos de conflitos e emergências atuais. Os principais focos de ações do PNUD estão na Ucrânia. O Relatório também apresenta algumas ações continuadas no Iêmen, Afeganistão, Somália, Mianmar e outros países. Contudo, pela descrição dos projetos, o porte e relevância destes parecem ser muito assimétricos. Há ainda a apresentação dos 15 principais países contribuintes desta forma de financiamento e suas diferenças com o ano de 2017, e outras formas de financiamento.

O tema das **migrações e dos refugiados** continua em primeiro plano no cenário global. **Ventura e equipe** abordam no informe desta quinzena a Reunião de Alto Nível do Escritório Regional da OMS na Europa, que reforçou o compromisso com a agenda global de saúde de migrantes e refugiados. Mesmo que promovida à luz do conflito ucraniano, que já gerou o expressivo volume de 4,5 milhões de refugiados reconhecidos em menos de dois meses, a Reunião se dedicou a reconhecer o direito à saúde das pessoas em deslocamento e a promover a colaboração inter-regional entre Europa, África e Oriente Médio, eixo dos maiores fluxos contemporâneos. Mais adiante, seguem abordando mais algumas das crises humanitárias em diversas partes do globo -- a dos Rohingya em Mianmar e Bangladesh, a do Afeganistão, de venezuelanos no Panamá e do Mali.

No amplo campo da **Saúde da Mulher, Criança e Adolescente, Massari e Gomes** destacam o lançamento, pela **OMS**, da Diretriz para Cuidados Maternos e Neonatais para uma Experiência Positiva, com enfoque em ações de apoio à saúde física e mental. *The Lancet Américas* traz um estudo brasileiro sobre as mortes materna relacionadas à Covid-19 no país. **UNFPA** lança relatório sobre a situação mundial em 2022 e coloca foco nas questões de

gestações não planejadas e aborto inseguro. *UN Women* publica relatório preliminar baseado em gênero, sobre o impacto da guerra na Ucrânia na vida de meninas e mulheres. *UNICEF* continua apontando o foco para os impactos da guerra na Ucrânia na vida das crianças.

O mundo vive neste momento a confirmação das evidências, anunciadas em 2021, por meio de estimativas de fontes de dados primários e secundários, do aumento da insegurança alimentar e nutricional, segundo *Oliveira e Silva*. Estas evidências projetadas pela **Organização das Nações Unidas para Alimentação e Nutrição (FAO)** e pelo **Programa Mundial de Alimentos (WFP)**, estiveram presentes em vários eventos promovidos pelas Nações Unidas e sistemas de monitoramento destas mesmas agências no mês de abril. Os discursos de líderes mundiais revelaram que os desafios a serem superados devem contribuir para promover a maior adesão de países e regiões no mundo para atravessar o mar das evidências de dados empíricos e de sistemas de informações da catástrofe anunciada como ameaça a soberania e a segurança alimentar e nutricional global, para encontrar ações mais efetivas de transformação imediata e contribuir para as novas gerações poderem viver um mundo melhor, de “melhor produção, melhor nutrição, melhor ambiente e uma vida melhor, sem deixar ninguém para trás”.

No espaço político das **Instituições Financeiras Internacionais, Cazumbá** destaca a Reunião Anual do **BID** e a proposta de aumento de capital para promover melhorias na região da América Latina e Caribe. O **FMI** lança uma estratégia global para gerenciar os riscos de longo prazo da Covid-19. Destaca, por fim, as percepções do **Banco Mundial** a respeito da recuperação da pandemia na América Latina e Caribe.

Chamas informa que a **Organização Mundial do Comércio (OMC)** agendou para 8-9 de junho a reunião do Conselho de TRIPS, que deverá tratar da proposta de suspensão de direitos de propriedade intelectual. O Secretariado da Organização apresentou relatório que trata de proibições e restrições a exportação que foram notificadas pelos países membros sob a Decisão de 2012 sobre Procedimentos de Notificação para Restrições Quantitativas (Decisão QR). A OMC lançou livro intitulado “*Trade in Knowledge*”. A **OMPI** publicou relatório “*World Intellectual Property Report 2021*”, que trata da “direção da inovação”. Em 5 de abril de 2022, a Divisão de Comércio Internacional e Commodities da **UNCTAD** ofereceu o curso “*Women and the COVID-19 pandemic: Building back better, including through trade*” a diplomatas baseados em Genebra.

Gaspar e Sanglard atualizam as ações da **UNESCO** para salvaguardar o patrimônio cultural da Ucrânia desde o início do conflito com a Rússia, com especial destaque ao monitoramento realizado pela agência em conjunto com o Centro de Imagens de Satélite da ONU (ONUSAT).

A **sociedade civil global** continua cobrindo vasto campo temático da luta política: a crise climática e suas intersecções com a pandemia, pobreza, migrações, insegurança alimentar, violência e gênero foram temas de destaque em suas manifestações, segundo informam **Sousa e equipe**. São esforços que a crise climática seja prioridade nas agendas governamentais. A vacina contra a Covid-19 e outras doenças também esteve na agenda das OSC, salientando-se a necessidade de apoio financeiro para garantir o acesso equitativo. O Dia Mundial da Saúde foi objeto de várias manifestações que abordaram crise climática, a resistência antimicrobiana e a defesa do compartilhamento de tecnologias para a produção de vacina contra Covid-19. A guerra na Ucrânia foi ressaltada, com foco nas ações humanitárias. Outros pontos mencionados foram: ODS, promoção da saúde, Assembleia Mundial da Saúde e combate à pobreza. Por fim,

foram anunciados muitos eventos que indicam como as OSC estão se mobilizando e buscando incidir nos espaços de governança da saúde global.

Nos ‘clubes de países em desenvolvimento’, **G77 e China** participaram de três reuniões da Assembleia Geral da ONU com destaque para a Conferência “Estocolmo+50: um planeta saudável para a prosperidade de todos – nossa responsabilidade, nossa oportunidade” e para o diálogo informal interativo sobre mercado de *commodities* que tanto influencia o comércio dos países em desenvolvimento. Com relação ao **MNA**, o destaque foi para a reunião do MNA-UNESCO que ressaltou a importância da parceria entre estes dois organismos. **Ungerer** concentra seu informe no tema das mudanças climáticas, por isso destacando um estudo sobre a Cooperação Sul-Sul, como oportunidade para combater as mudanças climáticas e reduzir as desigualdades em três países da América Latina: Bolívia, Equador e Honduras. No **South Center**, menciona a série de três webinars produzido em parceria com o UNCTAD sobre as regras do comércio internacional e se estas podem ajudar os países em desenvolvimento a alcançar seus objetivos climáticos.

No âmbito dos ‘clubes de países ricos’, reportados por **Burger, Esteves e equipe**, o **G7** realizou o *Global Solutions Summit*, com debates promovidos por *think-tanks* para subsidiar suas reuniões. Comunicado conjunto do grupo condenou novos ataques à Ucrânia, incluindo à Bucha e outras cidades no leste do país. Sem grandes eventos na agenda de diplomacia de saúde, o **G20** parece manter os trabalhos de forma ordinária, com eventos sobre desenvolvimento industrial e inclusão de gênero, apesar da continuidade da questão sobre a expulsão/manutenção da Rússia ameaçar grupo. Enquanto Paulo Guedes aspira o prazo de dois a três anos para a entrada do Brasil na **OCDE**, a Organização segue defendendo a importância do livre comércio internacional para o combate ao coronavírus, e a recuperação econômica, assim como avalia principais impactos da guerra na Ucrânia.

No âmbito de **BRICS**, Bio-Manguinhos/Fiocruz se prepara para produzir vacinas m-RNA contra a Cov-19. Em março, representantes de Bio estiveram no laboratório Afrigen, Cidade do Cabo, para receber a primeira parte do treinamento de TT. A iniciativa é parte de uma plataforma regional da OMS para impulsionar a fabricação de vacinas na África, região mais afetada pela Cov-19. A tecnologia estava protegida por DPI e, tentando reverter a desigualdade, a AS com o apoio da OMS e cientistas do mundo todo conseguiu recriar a tecnologia de produção no início de fevereiro. Agora, a OMS busca disseminar a experiência por países emergentes para tentar diminuir a desigualdade vacinal. O conflito na Ucrânia, que está aproximando os BRICS, pode ser capaz de oferecer uma saída para a crise e ser determinante no cenário internacional pós-guerra? **Hoirisch** nos informa e tenta responder esta questão.

Durante a última quinzena, destacam-se algumas reuniões de alto nível de grande interesse para a **América Latina e Caribe**. A Reunião do Comitê *Ad Hoc* de Negociação de Medicamentos de Alto Custo (CAHNEG) e da Comissão Intergovernamental de Políticas de Medicamentos do MERCOSUL, a Reunião Anual da Assembleia de Governadores do BID e BID Invest, a Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana foram eventos relevantes no período, segundo **Tobar, Minayo e Linger**. Igualmente, a **CEPAL** publicou um relatório sobre os efeitos econômicos e financeiros na região da invasão russa à Ucrânia, com dados importantes sobre a prolongada crise. No âmbito da **OEA**, a Corte Interamericana ordenou ao Peru que não liberte Alberto Fujimori. Houve também um importante encontro com o **CAF**, em que acordaram trabalhar em defesa do meio ambiente nas Américas.

Já **José Luis Fiori**, colaborador mensal do CRIS, analisa o retorno das esquerdas – a *ola rosa* – para governos da **América Latina e Caribe** e suas implicações para a economia e a política da região.

No **continente africano**, a União Africana e a *Uniting to Combat Neglected Tropical Diseases* assinaram Memorando de Entendimento para erradicar as doenças tropicais negligenciadas até 2030. A *SADC* promove a cooperação regional e internacional para reduzir o impacto das alterações climáticas. O *CDC África e a EDCTP/UE* destinam 7,5 milhões de euros para formação de mestres em epidemiologia e bioestatística. A próxima Conferência de Ministros das Finanças, Planejamento e Desenvolvimento Económico da *Comissão Económica da ONU para a África* terá o lema “Financiamento de recuperação da África: trilhar novos caminhos”. A *OMS/AFRO* recebe novo financiamento da União Europeia para impulsionar a vacinação. Todos os temas são abordados pelos analistas **Silva, Cá e Rosenberg**.

A **Europa** está em crise. A guerra prossegue entre Rússia e “Ucrânia”, trazendo não só drásticas consequências humanitárias, como econômicas e energéticas. A revelação de corpos de civis na cidade de Butcha, próxima à Kiev, acirraram as tensões, as sanções e afastaram a possibilidade de um acordo no curto prazo. Segundo **Freire**, se os números da pandemia arrefecem, o mesmo não acontece com as preocupações dos europeus, que vivenciam uma crise humanitária sem precedentes e o temor de um aprofundamento da crise energética. O acirrado resultado das eleições na França, traz um cenário de incerteza e possível ruptura na ordem europeia.

A segurança alimentar nas regiões do **Oriente Médio e Norte da África (MENA)**, incluindo o Sahel, e da **Ásia Pacífico e Central** já era um desafio persistente, seja pelos conflitos, seja pelas características geográficas de clima, hidrografia e solo, seja pela deficiência de infraestrutura, seja pela incapacidade dos governos de investirem em soluções agroalimentares. A pandemia e as mudanças climáticas só aumentaram os desafios. A guerra russo-ucraniana acena para cenários ainda mais críticos. **Marques** aborda estes temas no seu informe quinzenal aos Cadernos. Apesar de pontos em comum, como retrocesso nos ODSs, pobreza, desnutrição e milhões de refugiados, as duas regiões precisarão de soluções diferentes para enfrentar a crise de escassez de alimentos, da alta de preços de energia e fertilizantes. Ambas as regiões já estão olhando para as oportunidades que se apresentam. para melhorar sua resiliência, sustentabilidade vão contribuir para saúde das pessoas, das economias e do planeta.

Segundo **Lobato**, o Brasil amplia reservas em renminbi (yuan chinês), enquanto **China** sedia encontro de vizinhos do Afeganistão e Xangai aguarda a próxima testagem em massa para definir sua situação epidêmica. Painel de especialistas da OMS afirma que uso de medicina tradicional chinesa tem eficácia contra Covid-19. China foi o pior país para bilionários segundo lista da Forbes: das dez maiores perdas, oito foram com chineses.

O governo dos EUA lançou um [Plano Nacional de Preparação para a COVID-19](#) que objetiva oferecer segurança para retomar as atividades. O Congresso Americano realizou um painel sobre o tema: [“Examinando caminhos para a cobertura universal de saúde nos EUA”](#). A [Iniciativa sobre Prisões e Justiça \(PJI\)](#) da Universidade de Georgetown oferece um programa completo de bacharelado para 25 estudantes da população de detentos. **Galvão** examina estes temas no seu informe para os Cadernos.

A quinzena que acabamos de reportar trouxe muitas satisfações para os trabalhadores do CRIS, que queremos compartilhar com nossos leitores: primeiro, o credenciamento do CRIS como **Centro de Referência da Organização Mundial da Saúde / Organização Pan-americana**

da Saúde em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul; e o segundo, a premiação conferida pela Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) ao livro do CRIS, **Diplomacia da Saúde: Respostas Globais à Pandemia**, cujas fotos abaixo – da capa e do troféu – compartilhamos com vocês queridos leitores, razão central de todo nosso trabalho.

Ao final desta apresentação, queremos também compartilhar com os queridos leitores e leitoras a satisfação pela consolidação dos Cadernos CRIS como um relevante instrumento de reflexão e compartilhamento das grandes questões da saúde global e da diplomacia da saúde, o que constatamos com as dezenas de comentários recebidos, incentivando a continuidade deste compartilhamento sincero de ideias, teses e propostas, esforço coletivo quinzenal de cerca de 50 autores no âmbito do CRIS.

Rio de Janeiro, Mangueiras, 14 de abril de 2022

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz



Dia Mundial da Saúde - Nosso Planeta, Nossa Saúde!¹

Rosana T Onocko-Campos, Luis Eugenio de Souza e Paulo Buss

Em 2022, o dia 7 de abril amanhece tingido pela dor do planeta inteiro. Após mais de dois anos da pandemia de Covid-19, as sequelas dessa tragédia sanitária ainda se arrastam e se somam a outros graves problemas de saúde em escala global. No Dia Mundial da Saúde, temos pouco a comemorar, mas muito para defender: o futuro das crianças ainda não nascidas, o amparo dos grupos vulneráveis, a defesa de uma velhice digna e respeitada.

Novas doenças infecciosas, surtos de doenças negligenciadas, aumento de condições degenerativas e de transtornos mentais, associados a crises ecológicas e humanitárias, caracterizam o cenário mundial, sem perspectivas de melhoria no futuro próximo. Nunca houve tanta clareza sobre a necessidade de enfrentarmos a crise climática e ecológica como condição imprescindível para a preservação da saúde humana e animal.

Temos um único planeta! O lema deste ano é: “nosso Planeta, nossa Saúde”

Na data em que se comemora a criação da Organização Mundial da Saúde (OMS), devemos lastimar que não tenhamos garantido a equidade vacinal, tendo países que compraram vacinas em excesso e outros que ainda estão em um estado muito incipiente de vacinação. O acesso ao saneamento básico e alimentação se mantém extremamente desigual, refletindo em diferenças enormes na expectativa de vida ao nascer (66 anos no Haiti e 88 anos no Japão, para falar de extremos).

Os investimentos globais devem ser direcionados para mitigar as graves mazelas que nos afetam como espécie e colocam em risco nossa sobrevivência. O modelo econômico que concentra renda e destrói o meio ambiente precisa ser superado, antes que seja tarde demais.

Para agravar o entristecedor panorama, assistimos na atualidade diversas guerras – na Ucrânia, no Iêmen, na Síria, na Etiópia e em várias outras regiões - produzindo, diretamente, deslocamentos e migrações e, indiretamente, escassez e inflação dos preços de alimentos, expondo milhões de famílias à dor e ao desamparo.

Desafio substantivo para o enfrentamento destes problemas intersetoriais e sanitários é aperfeiçoar os mecanismos de cooperação internacional e diplomacia da saúde, capazes de construir sinergias entre países, seja nas Nações Unidas e suas agências globais, seja nos arranjos multilaterais da América Latina, a exemplo da CELAC, Mercosul e demais.

O Brasil também está repleto de problemas. A pandemia deixou um rastro de mais de 400 mil mortes evitáveis, agravou o desemprego, a pobreza e as desigualdades sociais. Persiste uma grave desigualdade em relação à vacinação, assim como iniquidades em relação a outros determinantes sociais da saúde: saneamento, alimentação (voltamos ao mapa da fome), segurança (é um dos países mais violentos do mundo), habitação (favelas se duplicaram em dez anos).

Vivemos um dos períodos mais tenebrosos da história. A reparação de séculos de injustiça só será possível com a criação de políticas públicas articuladas e **extraordinárias**. Com destaque para essa palavra, porque precisarão acontecer fora da ordem instituída - criadas,

¹ Artigo originalmente publicado na Revista Le Monde Diplomatique Brasil <https://diplomatie.org.br/nosso-planeta-nossa-saude/>

cuidadas e alimentadas para combater – por exemplo – o racismo, o machismo e a violência institucional. Uma nova atitude de acolhimento e reparação deve (e pode) se estabelecer.

Milhares de enlutados e órfãos poderão ser, sim, cuidados adequadamente se forem instaurados espaços de elaboração, de recriação da sociabilidade. O papel das atividades culturais é, nesse sentido, fundamental. É preciso um esforço criativo, uma volta à brasilidade que permita recuperar o tecido social. É premente também fortalecer a democracia, coibindo o abuso do poder econômico nas eleições e ampliando os espaços de participação popular. Reformar a justiça, ainda predominantemente branca e masculina.

Nosso planeta, nossa saúde! Não podemos deixar ninguém para trás!

Enquanto isso, no Planeta Terra...

Santiago Alcazar

Em 7 de abril, a 11ª sessão especial de emergência da Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a sua 3ª resolução, A/Res/ES-11/3, intitulada “Suspensão da Federação Russa como membro do Conselho de Direitos Humanos”².

O texto da resolução é curto e o seu efeito prático é a suspensão anunciada em seu título. São, no entanto, os parágrafos preambulares que estão a merecer comentários.

O primeiro parágrafo preambular recorda a resolução A/Res/60/251, pela qual foi criado o Conselho de Direito Humanos, que substituiria a Comissão de Direito Humanos. Esta, como se recordará, havia sido constituída pelo Conselho Econômico e Social (ECOSOC), em 1946, com vistas à elaboração da Declaração Universal de Direitos Humanos.

Posteriormente a Comissão ampliou o seu escopo de atuação. Os dois pactos que melhor refletem essa expansão de temas, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais bem como o Pacto Internacional sobre Direitos Políticos e Cívicos, ambos de 1966 tornaram-se referências obrigatórias no tratamento do tema.

Durante o período que durou a Guerra Fria, a URSS favoreceu o primeiro, os EUA, o segundo. Essa divisão artificial dos direitos humanos, naturalmente indivisíveis, apenas confirma a prevalência da hipocrisia e do cinismo nas relações internacionais.

A principal crítica que se fazia à Comissão era a sua subordinação ao ECOSOC, integrada por 54 Estados eleitos por períodos de 3 anos, e não à Assembleia Geral, constituída pelo conjunto de Estados. Em tese, os trabalhos da Comissão podiam ser paralisados por questões ideológicas em razão de sua composição durante determinado período, favorecendo um ou outro grupo de países.

Com vistas a destravar a questão, a Assembleia Geral adotou, em 2006, a resolução A/Res/60/251³, pela qual foi criado o Conselho de Direitos Humanos. Ao contrário de sua antecessora, o Conselho reporta-se diretamente à Assembleia Geral. Esperava-se com isso que haveria menos politização no tratamento da questão de direitos humanos, bem como na elaboração de relatórios, às vezes pouco favoráveis à imagem de países supostamente acima do bem e do mal.

O parágrafo 8 dessa resolução habilita a Assembleia Geral a suspender do Conselho qualquer país que tenha cometido grave e sistemática violação de direitos humanos. Ao sublinhar esse parágrafo 8, a resolução adotada pela sessão especial de emergência tornou possível suspender a Federação Russa.

O segundo parágrafo preambular da resolução A/Res/ES-11/3 recorda a resolução 49/1⁴ do Conselho de Direitos Humanos, intitulada “Situação dos direitos humanos na Ucrânia em consequência da agressão Russa”.

O texto dessa resolução é estranho. Não parece originar-se de uma legítima preocupação com a questão de direitos humanos. Tem os mesmos componentes e a mesma

² <https://digitallibrary.un.org/record/3967778?ln=en>

³ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/502/66/PDF/N0550266.pdf?OpenElement>

⁴ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/277/44/PDF/G2227744.pdf?OpenElement>

dinâmica da resolução adotada um dia antes pela 11ª sessão especial de emergência da AGNU, A/Res/ES-11/1, intitulada “Agressão contra a Ucrânia”. Esta resolução põe em relevo pontos da geopolítica, naturais para a consideração do assunto no Conselho de Segurança ou na Assembleia Geral, não no Conselho de Direitos Humanos. É somente por essa razão que cabe examinar os pontos controversos, desde o ponto de vista dos direitos humanos, os pontos controversos enfatizados nas três resoluções da 11ª sessão especial de emergência da AGNU, com foco na última, a relativa à suspensão da Federação Russa.

Ao invés de partir de alguma referência da situação dos direitos humanos, o primeiro preambular da resolução A/Res/ES-11/3 recorda o Artigo 2º da Carta, o que demonstra uma inclinação jurídica, não uma preocupação humanitária. A menção ao Artigo 2º, ademais, limita-se à abstenção do uso da força para resolver diferendos. Perde-se equilíbrio, no entanto, ao não se fazer menção ao Artigo 1º, pelo qual é enfatizado o respeito ao princípio de igualdade de direitos e autodeterminação dos povos, que tem evidente impacto sobre a questão de direitos humanos. Naturalmente, seria contraproducente para os autores fazer menção a esse Artigo 1º, tendo em conta que a Crimeia, Donetsk e Lugansk recorreram ao princípio da autodeterminação para manifestarem os seus respectivos anseios políticos e civis, negados por Kiev, com apoio do Ocidente. “*Cherry picking*”, como se sabe, é uma expressão muito usada nos meios onusianos. É também um esporte praticado com grande sutileza por alguns delegados.

O parágrafo preambular 6 também é interessante, ainda que pareça um pouco deslocado e fora de lugar em um texto dedicado à situação dos direitos humanos em situação de guerra. A redação desse parágrafo com efeito faz menção ao compromisso com a soberania, a integridade territorial e a unidade da Ucrânia, com as suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, que se estendem ao mar territorial. O parágrafo continua, mas é preciso fazer uma pausa para breves comentários.

É evidente que essa referência sinaliza a decisão de não aceitar a incorporação da Crimeia à Federação Russa, nem da declaração de Donetsk e Lugansk como regiões autônomas e independentes. Sabe-se que o Conselho de Direitos Humanos não é o foro apropriado para tratar essas questões. Como está, a redação tira de foco a legítima preocupação com a questão dos direitos humanos, enfraquecendo o seu sentido primário ao torná-la polarizada. Há também “*cherry picking*” ao mencionar um dos princípios basilares da Carta e ignorar outro, que tem a mesma hierarquia.

A redação do parágrafo 6 continua, mas de maneira pouco ortodoxa, deixando transparecer um descuido, talvez produto de alguma pressa. É curioso, porque a redação de resoluções críticas costuma cuidar a forma como se quer dizer alguma coisa. Observação semelhante pode ser feita com respeito ao parágrafo preambular 9, que também parece ter sido ajustado às pressas, sem os cuidados necessários e costumeiros. É, por sinal, nesse parágrafo 9 que se acusa a Federação Russa de graves e sistemáticas violações de direitos humanos.

Passando ao parágrafo resolutivo 1 da resolução do Conselho de Direitos Humanos sobre a situação dos direitos humanos na Ucrânia, observa-se que o mesmo consiste em uma acusação. Seria normal esperar que o primeiro parágrafo resolutivo da resolução fosse centrado em alguma questão grave de direitos humanos. O parágrafo, entretanto, reforça uma acusação mencionada anteriormente. Acusa-se, não se lamenta por alguma situação. O parágrafo resolutivo seguinte, menciona de novo o reconhecimento da integridade territorial da Ucrânia, que se estende ao mar territorial. Como se pode observar, os dois primeiros parágrafos

resolutivos parecem não ter como preocupação primordial alguma questão de direitos humanos.

O que chama a atenção do observador atento é o parágrafo resolutivo 1, pelo qual fica decidido estabelecer uma comissão internacional de inquérito independente para examinar as alegações de violações de direitos humanos. Caberia então a essa comissão de inquérito determinar quem deverá responder pelas alegadas violações. O parágrafo não faz, nem poderia, fazer acusações a quem quer que seja. Mas, se é assim, como se justificam os parágrafos acusatórios que fazem menção nominal à Federação Russa? A contradição salta aos olhos. De novo, o que ressalta, é o descuido anteriormente mencionado. O texto da resolução é claramente confuso, talvez produto de uma pressa, de uma urgência que não se conhece.

Por último, caberia mencionar um parágrafo preambular da resolução do Conselho de Direito Humanos, pela sutil ironia que desperta. Com efeito, o preambular em questão reafirma a relevância da liberdade de opinião, do importante papel da imprensa, mostrando preocupação com a divulgação de *fake news*. A ironia está na suspensão nos EUA e na UE das duas plataformas russas de notícias, RT e Sputnik. A divulgação de desinformação é algo grave que deve ser combatido, mas não foram essas plataformas que ventilaram, à vontade, *fake news* sobre a pandemia e vacinas em todo o mundo, causando um dano irreparável a diferentes sociedades, por exemplo.

A Federação Russa, como se sabe, foi suspensa do Conselho de Direitos Humanos por decisão da 11ª sessão especial de emergência da AGNU por 93 votos a favor, 24 contra e 58 abstenções. Não votaram 18. É importante deixar registro de que as motivações para votar em qualquer das três opções podem ser complexas e variadas. Não votar também é uma decisão política, tão válida quanto votar. Afeganistão, por exemplo, não votou pela suspensão da Federação Russa. Votou, no entanto, a favor da resolução A/ES-11/2, “Consequências humanitárias da agressão contra a Ucrânia”, bem como da resolução A/ES-11/1, Agressão contra a Ucrânia”. Armênia absteve-se nas duas primeiras resoluções da 11ª sessão especial e não votou na última. Também se absteve na resolução do Conselho de Direitos Humanos. Azerbaijão, deixou de votar nas três. Argentina e Honduras votaram a favor da resolução do Conselho de Direitos Humanos, bem como das três resoluções da 11ª sessão especial de emergência da AGNU, juntamente com, Chile e Peru. México votou a favor da resolução do Conselho de Direitos Humanos e das duas primeiras resoluções da sessão especial de emergência, abstendo-se na última. China se absteve na resolução do Conselho de Direitos Humanos, bem como das duas primeiras resoluções da sessão especial de emergência, mas votou contra a suspensão. Índia absteve-se nas três resoluções da sessão especial de emergência.

O resultado da votação não expressa necessariamente a posição livre dos países. Não se pode minimizar as graves acusações feitas pelo Presidente da Sérvia, Alexander Vucic, à emissora de rádio e televisão daquele país. Segundo o Presidente Vucic, o voto a favor da suspensão da Federação Russa teria sido feito sob ameaças. Não se sabe se outros países também sofreram ameaças. É, no entanto, válido levantar dúvidas sobre a legitimidade dessa aliança de democracias, aparentemente forçada em alguns casos.

O que motivou a decisão a toque de caixa da 11ª sessão especial de emergência da Assembleia Geral foi a intervenção por videoconferência do Presidente Zelensky em sessão do Conselho de Segurança, no dia 5 de abril, dois dias antes da adoção da resolução sobre a suspensão da Federação Russa. Na ocasião, o Presidente Zelensky fez um relato do que teria

testemunhado pessoalmente após a retirada das tropas russas da cidade de Bucha. O Presidente fez acompanhar o seu relato com imagens cruas, exibidas em telão no Conselho de Segurança.

O relato e as imagens aparentemente foram suficientes para elevar a questão à consideração da 11ª sessão especial de emergência da AGNU para que esta suspendesse a Federação Russa. Ninguém objetou com base no preâmbulo 11, que determina a criação de comissão de inquérito com o objetivo de determinar responsabilidades. A decisão já havia sido tomada, talvez muito antes da ocorrência das alegadas violações de direitos humanos.

O Conselho de Segurança não é estranho a demonstrações bizarras. Todos recordarão a sessão do Conselho em 2003, quando o então Secretário de Estado Colin Powell utilizou-se de um tubo de ensaio e de imagens de satélite, que ninguém entendia, para anunciar ao mundo que o Iraque tinha armas químicas.

Os EUA esperavam obter o sinal verde do Conselho para legitimar a invasão do Iraque. A demonstração de Colin Powell fazia parte do *convencimento* multilateral necessário. Havia, no entanto, um empecilho. Ajustar o resultado de diversos relatórios produzidos pela Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), sob comando do Embaixador José Maurício Bustani, às necessidades políticas dos EUA. A OPAQ, no entanto, concluíra não haver provas da existência de armas químicas no Iraque. Procurou-se que o ajuste fosse feito pelo Embaixador, sem resultado. Partiram para ameaças, mais graves que aquelas informadas pelo Presidente Vucic com respeito à Sérvia, pois de ordem pessoal. Quando nada disso funcionou, inventaram uma moção de desconfiança. Quando isso tampouco funcionou partiram para ações de convencimento junto a diversos países. O Embaixador foi finalmente destituído. Pouco depois, os EUA invadiram o Iraque, sem autorização do Conselho de Segurança, configurando assim um flagrante violação do Direito Internacional. Nunca encontraram armas químicas. A invasão resultou na destruição daquele país. As imagens cruas, exibidas em todo o mundo, não produziram os mesmos efeitos.

Na guerra da informação o que menos interessa é a verdade, que permanecerá escondida até que historiadores a resgatem de algum bueiro putrefato. No fragor da batalha o que sobressai são ruídos e gritos em grande profusão e confusão.

Chega a ser irônico, hoje, que a possibilidade da existência de laboratórios biológicos na Ucrânia, aparentemente comprovados por documentos de posse da Federação Russa, seja contestada pelos EUA como *típica* ação de desinformação.

Em carta dirigida ao Secretário-Geral das Nações Unidas e ao Presidente do Conselho de Segurança, em 18 de março, o Representante Permanente da Federação Russa junto às Nações Unidas, Embaixador Vassily Nebenzia, traz ao conhecimento a apresentação sobre programas biológicos militares na Ucrânia, supostamente financiados por programa específico do Pentágono. O Embaixador solicita que a carta e apresentação anexada sejam circulados como documento da Assembleia Geral, sob o item 107 da agenda – *Convenção sobre a Proibição de Desenvolvimento, Produção e Armazenamento de Armas Bacteriológicas (Biológicas) Tóxicas, bem como sobre a sua Destruição* – e sobre a agenda do Conselho de Segurança⁵.

É preocupante a informação contida naquela apresentação, de que teria havido desenvolvimento e produção de patógenos de risco, que em estado natural são encontrados

⁵ A carta do Embaixador, bem como a apresentação acima referida podem ser acessados em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N22/302/78/PDF/N2230278.pdf?OpenElement>

tanto na Rússia quanto na Ucrânia. A informação é preocupante, pois a ocorrência de um surto deliberadamente provocado de um desses patógenos, poderia ser confundido com um fenômeno natural. As consequências seriam graves, tanto no plano sanitário quanto político. Por essa razão é crucial que o Conselho de Segurança proceda a conferir à matéria prioridade máxima. O que se pede é somente uma investigação independente. O relato que se tem da sessão do Conselho de Segurança sobre a matéria é, no mínimo, educativo⁶. Alguns embaixadores inclusive se inspiraram na memorável performance do ex-Secretário de Estado para negar com a mesma veemência a existência de tais laboratórios biológicos.

É uma pena que não exista uma OPAB, assim como existe a OPAQ. A responsabilidade pelo monitoramento da Convenção sobre Armas Biológicas está a cargo de uma unidade de apoio, denominada *Implementation Support Unit* (ISU), sob os auspícios do Escritório das Nações Unidas para Desarmamento, em Genebra. Não se trata, como se vê, de uma organização estruturada para levar adiante missão tão delicada e complexa.

O que chama atenção em tudo isto é a pressa, a urgência com que se fazem as coisas. A 11ª sessão especial de emergência da AGNU foi reconvocada apenas dois dias após a sessão do Conselho de Segurança para a qual o Presidente Zelenski fora convidado. O texto da resolução que resultou, a terceira da 11ª sessão especial de emergência, as duas anteriores, bem como a do Conselho de Direitos Humanos, sofrem de defeitos que possivelmente tem a ver com a pressa.

Seria legítimo perguntar que sustenta esse súbito sentimento de solidariedade com as vítimas de violações de direitos humanos. Certamente não a moral, ausente a muito do dia a dia das relações internacionais, como não se cansaram de repetir o Secretário-Geral das Nações Unidas, Antônio Guterres, e o Diretor Geral da OMS, Tedros Adhanom com respeito à injusta distribuição de vacinas. O problema com o qual temos que nos ater é o da falência moral, disseram eles diversas vezes. Os mesmos que açambarcaram vacinas, os que barraram a entrada de migrantes aos seus países, muitas vezes ao preço de incontáveis mortes, os que não se cansam de dar mostras de racismo – agora se alçam ao Olimpo da Moral para ditar normas de conduta aos menos iluminados.

Ademais da pressa e da sem-vergonhice há também a otanização da UE, que assim deixa de ser um projeto de união de Estados em torno a valores que merecem ser defendidos, para transformar-se em uma máquina de guerra a serviço de interesses muito acima do que imaginam os seus tristes representantes.

O que resultará da inevitável alta dos preços de combustíveis, da inflação que se aboleta, da quebra nas cadeias de distribuição de alimentos, do choque no sistema financeiro internacional? É talvez prematuro tirar conclusões, mas a pergunta permanece: o que nós, habitantes deste Planeta rodeado de problemas por toda parte, temos a ver com uma agenda que claramente nada tem a ver conosco, nem com o Planeta? Enquanto isso, no Planeta Terra...

⁶ <https://www.un.org/press/en/2022/sc14835.doc.htm>

A esperança política dos direitos humanos rompendo a barreira das políticas de austeridade com suas pontes de proteções sociais e bandeira de um novo contrato (eco) social

Armando De Negri Filho

Começaremos neste informe quinzenal a realizar o *debriefing* do conjunto das resoluções de interesse para a saúde global / diplomacia em saúde adotadas durante a 49ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, concluída em 04 de abril de 2022.

Como várias resoluções ainda não tem texto oficial publicado e na ausência de uma Declaração da Presidência do Conselho, exercida pela Argentina, nos concentraremos neste informe em duas análises.

No mapa das 18 resoluções que foram a votação de um total de 35 adotadas <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session49/res-dec-stat>, podemos ler o comportamento dos blocos que atuam no âmbito do CDH e quais suas principais clivagens de oposição. Quando se adotou a resolução sobre a Guerra na Ucrânia, a dramaticidade de uma guerra aberta na Europa e o estigma construído em torno à posição russa, levou a que 13 países se abstivessem, enquanto dois foram contra e 32 fossem a favor. Neste caso, o bloco do Sul Global, liderado ou aglutinado em geral pelo Movimento dos Não Alinhados, não adotou posição única, pois as guerras de agressão, em geral lideradas pelos países ocidentais e o bloco da OTAN, não permite abrir exceções críticas, embora potências do Sul como China, Índia e Paquistão se absteram, enquanto posicionaram-se a favor: Argentina, Benin, Brasil, Costa do Marfim, Finlândia, França, Gâmbia, Alemanha, Honduras, Indonésia, Japão, Líbia, Lituânia, Luxemburgo, Malawi, Malásia, Ilhas Marshall, Mauritânia, México, Montenegro, Nepal, Holanda, Paraguai, Polônia, Catar, República da Coreia, Senegal, Somália, Ucrânia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Estados Unidos da América. Contra: Eritreia e Federação Russa. Abstenção: Armênia, Bolívia (Estado Plurinacional de), Camarões, China, Cuba, Gabão, Índia, Cazaquistão, Namíbia, Paquistão, Sudão, Uzbequistão e Venezuela (República Bolivariana de).

Esta primeira e emocional votação não se repetiu em outras situações em que o tema da soberania nacional ganha outros contornos e reafirma o caráter da reivindicação da não ingerência, voltando a realinhar uma maioria do Sul Global em contraposição ao bloco ocidental e seus aliados ideológicos mais próximos. São exemplos deste comportamento, com diversos gradientes, as votações sobre a situação dos direitos humanos no Sudão do Sul, das 4 resoluções relacionadas aos territórios palestinos ocupados e das Colinas de Golan, da Nicarágua, da Síria e da Bielorrússia.

Fica ainda mais polarizada a situação quando os temas se relacionam com a ordem dominante internacional e temas de fundo das desigualdades entre o Norte e o Sul globais, tais como a Resolução sobre a Comemoração do 35º Aniversário da Declaração do Direito ao Desenvolvimento, que teve 33 votos a favor e 14 abstenções (como um não envergonhado, fruto da pura demarcação ideológica), lembrando que em 1986 esta Resolução foi adotada por todos os países da Assembleia Geral da ONU, exceto um – os Estados Unidos da América. Da mesma maneira a Resolução sobre “O impacto negativo das medidas coercitivas unilaterais sobre os Direitos Humanos (27 a favor, 14 contra e 6 abstenções). Ou, ainda, a Resolução com base no informe da Especialista Independente sobre “Efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais relacionadas dos Estados sobre o pleno gozo de todos os

direitos humanos, particularmente os direitos econômicos, sociais e culturais” (com 29 votos a favor, 14 contra e 4 abstenções). Incluindo ainda neste rol a Resolução sobre “Promover e proteger os direitos econômicos, sociais e culturais no contexto de enfrentamento das desigualdades na recuperação da pandemia COVID-19” (31 a favor, 14 contra e 2 abstenções), pois quando se incursionam na materialidade dos direitos econômicos, sociais e culturais é a própria essência dos interesses do capital financeiro que entra em campo e compõe uma minoria que defende sua posição com a força de sua hegemonia.

Essas votações mais ideológicas em temas de fundo que contestam pelos seus resultados a manutenção da assimetria de poderes no Mundo, nos permitem ter alguma esperança de que a correlação de forças possível no CDH, assim como na AG da ONU, permita avançar paulatinamente medidas estratégicas, como podem ser as convenções sobre o direito ao desenvolvimento, o controle das transnacionais e dos negócios em geral sobre os direitos humanos, uma convenção marco sobre o direito universal à saúde e às proteções sociais, embora sabendo que não serão decisões unânimes em um Mundo onde sequer a pandemia em curso conseguiu mudar o fundamentalismo macroeconômico das políticas de austeridade, permitindo que as desigualdades crescessem ainda mais. Portanto, esta esperança não pode ser entendida fora das materialidades que a economia política dos direitos exige.

Por isto o Informe do Secretário Geral da ONU (<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/240/56/PDF/G2224056.pdf?OpenElement>) sobre a “Questão da realização em todos os países de direitos econômicos, sociais e culturais” merece ser levado a sério quando propõe caminhos para “a criação de sistemas de proteção social baseados em direitos humanos, a fim de operacionalizar seu apelo a um contrato social renovado apoiado por um novo acordo global no contexto da recuperação pandêmica Covid-19”. No relatório, elaborado nos termos da resolução 46/10 do Conselho de Direitos Humanos, o Secretário-Geral fornece uma visão geral dos impactos contínuos da doença coronavírus (Covid-19) sobre os direitos econômicos, sociais e culturais e descreve elementos-chave de uma abordagem baseada em direitos humanos para a construção e financiamento de políticas e serviços públicos inclusivos, com ênfase especial na proteção social. O Secretário-Geral conclui com recomendações para a criação de sistemas de proteção social baseados em direitos humanos, a fim de operacionalizar seu apelo a um contrato social renovado apoiado por um novo acordo global no contexto da recuperação pandêmica Covid-19.

Este será justamente o tema do Seminário Avançado do CRIS / FIOCRUZ de 20/04/2022, de 10h às 12:30h (BR time) sobre "Direitos Humanos, Saúde e Seguridade Social: A promessa de um novo contrato social face às políticas de austeridade", com a participação do Presidente do Conselho de Direitos Humanos da ONU, Embaixador Federico Villegas (Argentina) e 5 representantes de entidades da sociedade civil global de interesse público, explorando criticamente os postulados e as ações propostas pelo SG da ONU e suas potencialidades para o avanço dos DH no mundo, a redução das desigualdades no âmbito das proteções sociais universais e um novo contrato (eco) social para um desenvolvimento e uma democracia capazes de produzir justiça social e ambiental.

Extratos do Informe do Secretário Geral da ONU, Antônio Guterres, <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/240/56/PDF/G2224056.pdf?OpenElement>, sobre a “Questão da realização em todos os países de direitos econômicos, sociais e culturais”. Fevereiro 2022.

“I. Introdução 1. De acordo com a resolução 46/10 do Conselho de Direitos Humanos, o presente relatório está focado na importância que políticas públicas robustas e eficientes e

serviços de adequação e pleno funcionamento para a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais têm no enfrentamento do impacto negativo da doença coronavírus (COVID-19) e na contribuição para os esforços de recuperação.

2. Nos últimos dois anos, a pandemia COVID-19 teve um impacto profundo na saúde, na vida e na fluência dos direitos humanos, com consequências desproporcionalmente adversas para os mais marginalizados e vulneráveis. A crise da saúde e as crises sociais e econômicas resultantes revelaram e exacerbaram as desigualdades existentes dentro e entre países e iluminaram as consequências estruturais de décadas de serviços públicos subfinanciados ou desmantelados e políticas relacionadas aos direitos econômicos e sociais.

3. Todos os países, independentemente de suas circunstâncias atuais, têm potencial para ampliar seus investimentos em educação, saúde e proteção social.¹ Tal investimento é fundamental para o cumprimento das obrigações do Estado no que diz respeito à realização dos direitos econômicos, sociais e culturais. As estratégias de investimento devem incluir a mobilização de recursos domésticos, bem como a cooperação e assistência internacional. O investimento no bem-estar das pessoas e em serviços acessíveis, acessíveis e de qualidade funciona como um trampolim para a resiliência e oportunidades de longo prazo para os Estados buscarem o desenvolvimento inclusivo alinhado com os direitos humanos e objetivos ambientais. As evidências mostram que investir em políticas públicas inclusivas para a realização de direitos econômicos, sociais e culturais apoia o crescimento econômico, contribui para a prevenção da pobreza, reduz a desigualdade, incluindo a desigualdade de gênero, e aumenta a estabilidade política.

4. O relatório contém uma visão geral dos impactos contínuos da pandemia COVID-19 sobre os direitos econômicos, sociais e culturais e descreve elementos-chave de uma abordagem baseada em direitos humanos para a construção e financiamento de políticas e serviços públicos abrangentes, com especial ênfase na proteção social. O relatório conclui com recomendações para a criação de um sistema de proteção social baseado em direitos humanos, a fim de operacionalizar o apelo do Secretário-Geral para um contrato social renovado centrado em direitos humanos, apoiado por um novo acordo global no contexto da recuperação pandêmica Covid-19

II. As respostas dos Estados ao impacto contínuo da crise do COVID-19 sobre os direitos econômicos, sociais e culturais ⁹. Em resposta à pandemia, os Estados tomaram um número sem precedentes de medidas de proteção social, com mais de 3.300 ações tendo sido planejadas ou implementadas em 222 países e territórios, a partir de 14 de maio de 2021.⁷ Essas medidas ajudaram as pessoas a pagar em saúde, amorteceram o choque de renda ou perda de emprego, e garantiram a prestação de cuidados para crianças e outras pessoas necessitadas. As medidas incluíam: transferências de dinheiro condicional e incondicional; suporte em espécie; refeições escolares; esquemas de voucher; dispensa ou adiamento do pagamento de serviços públicos; segurança de renda durante licença médica; proteção do desemprego; benefícios de velhice, sobrevivente e por incapacidade; políticas de licença familiar e cuidados; mudanças temporárias nos pagamentos de contribuição previdenciária e pagamentos de impostos; e procedimentos administrativos modificados e mecanismos de entrega.⁸

10. Essas medidas rápidas e extensas de proteção social de emergência demonstram que a expansão da proteção social é possível e podem contribuir significativamente para mitigar ou prevenir muitos dos impactos adversos associados às crises.⁹ Ao mesmo tempo, houve uma clara divergência de experiências entre indivíduos, comunidades e Estados, uma vez que as

medidas de proteção social foram mais extensas nesses países com o espaço fiscal mais amplo.¹⁰

11. Apesar do reconhecido impacto desproporcional da pandemia e da crise socioeconômica sobre as mulheres, menos de 20% das medidas de proteção social e do mercado de trabalho adotadas pelos Estados têm sido sensíveis ao gênero, no sentido de direcionar especificamente a segurança econômica das mulheres ou abordar o trabalho de assistência não remunerada.¹¹ Além disso, muitas medidas são de curto prazo ou temporárias, e estão sendo eliminadas ou sujeitas a processos de renovação complicados e incertos.¹² Ao mesmo tempo, certos grupos foram deixados de fora das respostas do Estado. Por exemplo, em muitos países, os trabalhadores informais ainda não fazem parte dos programas de proteção social.

12. A capacidade dos Estados de mobilizar recursos financeiros e outros para as respostas de proteção social dependia de uma série de fatores-chave. Em primeiro lugar, os países que tinham sistemas abrangentes de proteção social em vigor antes da crise, o que foi o caso apenas para uma minoria de Estados, foram capazes de organizar rapidamente o apoio necessário, ampliando ou adaptando suas operações existentes. Em segundo lugar, o acesso dos Estados às finanças necessárias variou significativamente.¹³ Onde os Estados buscaram apoio financeiro, a maioria buscava financiamento concessionário, mas a maior parte do apoio obtido terá de ser reembolsada. ¹⁴ Além disso, qualquer suspensão da dívida ou moratórias que tenham sido postas em prática apenas adiarão os pagamentos, deixando os países com uma escolha difícil: credores de serviços ou proteger os direitos humanos, notadamente os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação e à seguridade social. O escopo limitado de suspensão ou moratória da dívida em termos de países e credores também limitou a capacidade dessas medidas de atingir seu objetivo pretendido.¹⁶

13. Os esforços de recuperação em países de baixa renda tem sido ainda mais dificultados pelo acesso inadequado às vacinas, pela crescente divisão digital e pelos impactos da crescente complexidade de conflitos e deslocamentos. Tal recuperação divergente, se não corrigida, prejudicará a confiança no multilateralismo e nos governos, aumentando assim a probabilidade de conflitos e migração forçada, e tornará o mundo mais vulnerável a crises futuras.¹⁷

14. Apesar do valor demonstrado dos investimentos em proteção social, no início da pandemia apenas 30% da população em idade de trabalho global desfrutava de cobertura sob sistemas abrangentes de seguridade social que proporcionavam toda a gama de benefícios relevantes para os riscos ao longo do ciclo de vida, e mais da metade da população mundial era deixada totalmente desprotegida por quaisquer benefícios de proteção social.¹⁸ Dentro das médias globais, também persistem níveis de proteção desigual dentro e entre as regiões¹⁹ e entre os sexos, e lacunas consideráveis no apoio a grupos vulneráveis, como crianças e pessoas com deficiência.²⁰

15. A proteção social desempenha um papel importante na redução da pobreza e no alívio, contribui para a coesão social, sociedades mais iguais e resilientes e prosperidade econômica, e aborda os fatores críticos de conflito e deslocamento. Pesquisas sugerem que as medidas emergenciais de proteção social adotadas durante a pandemia contribuíram para a redução das desigualdades e da pobreza.²¹

III. Elementos-chave de uma abordagem baseada em direitos humanos para a proteção social

16. O quadro de direitos humanos oferece orientações consideráveis para apoiar a mudança de medidas temporárias e ad hoc de proteção social de emergência para sistemas abrangentes e inclusivos de proteção social, inclusive estabelecendo os componentes substantivos do direito à seguridade social, estratégias para dismantelar desigualdades estruturais e processos e opções envolvidas no financiamento da proteção social.²²

25. Para aumentar o espaço fiscal para investir na seguridade social, vários Estados revisitaram a estruturação e o financiamento da proteção social para garantir níveis mais elevados de apoio financeiro aos beneficiários existentes, a extensão de programas para alcançar pessoas mais necessitadas ou a criação de novos programas temporários ou de longo prazo. A Argentina introduziu um imposto único sobre os 0,02% mais ricos do país para ajudar a cobrir os custos de sua resposta COVID-19.⁴⁰ Outros tomaram medidas para reformar todo o seu sistema de proteção social. Por exemplo, Botsuana consolidou múltiplos programas fragmentados em uma estrutura coerente e mais eficiente estruturada em torno do ciclo de vida.⁴¹ Eswatini estabeleceu seu primeiro fundo nacional de seguro-desemprego.⁴²

Somália lançou seu primeiro programa de transferência de dinheiro para fornecer apoio a famílias pobres e vulneráveis e estabelecer as bases para um sistema de rede de segurança responsivo em todo o país.⁴³ D. Facilitando a participação significativa e a responsabilização

26. A proteção social deve ser entregue por meio de um quadro que garanta transparência, participação e prestação de contas ⁴⁴ no projeto, implementação e monitoramento de programas que visem a atingir os mais necessitados de apoio. Em sistemas transparentes de proteção social, os detentores de direitos em geral podem identificar os papéis e responsabilidades de todos os stakeholders do sistema, tanto nos níveis nacionais quanto locais, bem como critérios de elegibilidade, benefícios, mecanismos de reclamação e caminhos para reparação. ⁴⁵

Os mecanismos de reclamação devem ser suficientemente recursos e culturalmente apropriados, e os recursos judiciais e quase judiciais devem estar disponíveis aos beneficiários.⁴⁶ Para garantir uma participação significativa e efetiva, os Estados devem eliminar obstáculos que restrinjam a participação de grupos vulneráveis.⁴⁷

27. Em muitos casos, o fortalecimento da proteção social foi facilitado pela mobilização da sociedade civil e pela participação das comunidades afetadas. Por exemplo, no Brasil, movimentos sociais e sindicatos defenderam e obtiveram uma transferência emergencial significativa para trabalhadores informais, mais de quatro vezes a linha nacional de pobreza, com mulheres chefes de família recebendo o dobro do benefício. O programa também renovou o debate social sobre uma renda universal permanente do cidadão.⁴⁸

No Chile, os trabalhadores domésticos foram incorporados ao regime de seguro-desemprego, após anos de mobilização das organizações de trabalhadores.⁴⁹ Na África do Sul, a crise destacou as lacunas existentes no sistema de proteção social do país e desencadeou a mobilização, o debate e os passos concretos para as consultas governamentais sobre a introdução de uma concessão de renda básica.⁵⁰

B. Garantir a acessibilidade dos programas de proteção social ²¹. A proteção social deve ser acessível em termos de: (a) cobertura, especialmente indivíduos pertencentes aos grupos mais desfavorecidos e marginalizados; b Elegibilidade, com critérios de qualificação razoáveis, proporcionais e transparentes; c Acessibilidade; d Participação e informação; e (e) acesso físico.³¹ Na concepção de medidas de proteção social, deve-se realizar o direcionamento com

considerável cuidado. Do ponto de vista dos direitos humanos, erros de inclusão, nos quais alguém não considerado no grupo-alvo recebe um benefício, não são tão problemáticos quanto erros de exclusão, nos quais alguém destinado a ser considerado como parte do grupo-alvo não é atingido.³²

Os Estados devem enfrentar os desafios enfrentados por membros de determinados grupos, como trabalhadores informais, migrantes e não documentados, que muitas vezes não conseguem acessar a proteção social devido à inelegibilidade do programa.³³ 22. A pandemia destacou como a infraestrutura digital pode facilitar a expansão da proteção social, por exemplo, nas áreas de cadastro e acesso a benefícios. No entanto, os Estados devem, com cuidadosa consideração, garantir a proteção total dos dados pessoais e da privacidade, fornecer mecanismos adequados de prestação de contas e trabalhar para fechar a divisão digital para garantir que ninguém seja deixado para trás.³⁴ Atenção especial deve ser dada às questões de conectividade e ao uso de tecnologia adequada e opções alternativas não digitais para responder aos contextos locais e garantir o acesso, incluindo em línguas locais e formato fácil de ler ou Braille, para pessoas em áreas rurais, grupos indígenas ou étnicos, e mais geralmente pessoas vivendo em condições de pobreza.³⁵

23. Como mulheres e meninas geralmente têm menos acesso do que homens e meninos a recursos como telefones celulares e contas bancárias, eles podem enfrentar maiores obstáculos no acesso a serviços de proteção social e infraestrutura. Alguns países facilitam ativamente a acessibilidade dos processos de inscrição e matrícula para mulheres e meninas. No Nepal, no contexto do Projeto de Fortalecimento de Sistemas de Proteção Social e Registro Civil do Banco Mundial, foram realizadas campanhas de divulgação para promover a conscientização e inscrever potenciais beneficiários elegíveis para bolsas infantis, mas não cobertos pela proteção social, com foco em mulheres excluídas.

No Estado Plurinacional da Bolívia, sob o programa de subvenção Juana Azurduy, os processos de registro são facilitados para os beneficiários residentes em áreas rurais, campanhas de conscientização sobre o registro, direcionamento de mães elegíveis, e as certidões de nascimento gratuitas são garantidas para os domicílios elegíveis. F. Assegurando a responsividade de gênero dos sistemas de proteção social ³⁰. As políticas de proteção social podem efetivamente promover a igualdade de gênero. As ferramentas de proteção social podem incluir aquelas que abordam as diversas necessidades das mulheres e suas frequentes experiências de discriminação e exclusão do mercado de trabalho e dos recursos econômicos, suas responsabilidades desproporcionais para a prestação de cuidados não remuneradas e riscos e vulnerabilidades específicas do ciclo de vida, incluindo acesso restrito a informações e estruturas administrativas e normas tradicionais de gênero que limitam sua mobilidade.⁵³

Os principais passos para garantir a receptividade contemporânea de gênero na proteção social incluem: a ampliação da cobertura de proteção social não contributivo às mulheres; a melhor coleta de dados sexualmente agregados sobre os beneficiários do programa; monitoramento rigoroso e sistemático e avaliação dos benefícios que as medidas de proteção social relacionadas à pandemia têm proporcionado para mulheres e meninas; a identificação de um conjunto harmonizado de indicadores para acompanhar o impacto da proteção social por gênero; e foco nas mulheres e meninas mais vulneráveis.⁵⁴

31. Como parte dessa mudança para a proteção social responsiva ao gênero, o trabalho de cuidado não remunerado seria levado em conta tanto em regimes de proteção social contributivos quanto não contributivos,⁵⁵ dadas as lacunas de renda e pensão reconhecidas

vivenciadas pelas mulheres em todas as partes do mundo devido às suas responsabilidades de cuidado esmagadoramente desproporcionais. O quadro de direitos humanos inclui disposições que exigem que os Estados tomem todas as medidas adequadas para eliminar papéis estereotipados para homens e mulheres e para garantir o reconhecimento da responsabilidade comum de homens e mulheres na criação de filhos.⁵⁶ Para dismantelar estereótipos de gênero, é essencial que os Estados se concentrem na qualidade da educação, com vistas à promoção da igualdade de gênero.

Os Estados também devem proibir práticas de emprego corporativo que penalizem injustamente as mulheres; promover condições de trabalho, como a licença parental, que incentivam a igualdade de gênero; e garantir a prestação de cuidados infantis e educação acessíveis e de qualidade.⁵⁷

32. No contexto da pandemia COVID-19, alguns países incorporaram o trabalho assistencial mais plenamente nas estratégias de proteção social. O Canadá anunciou um investimento financeiro significativo na economia assistencial como um pilar fundamental de sua estratégia de recuperação econômica, incluindo a criação de um sistema nacional de cuidados infantis a preços acessíveis.⁵⁸

Mais de 40 países introduziram novas ou ampliadas disposições de licença familiar – embora muitas vezes temporárias e não abrangem trabalhadores informais – para permitir que os pais trabalhadores tirem folga do trabalho remunerado para cuidar de crianças ou familiares doentes. Os Estados que adotaram essas medidas incluíram o Chile, onde os pais receberam prorrogações de licença parental de até 90 dias, e a Noruega, que aumentou as licenças anuais de cuidado infantil de 10 para 20 dias para cada pai, com dias extras para pais solteiros e pais de crianças com doenças crônicas.⁵⁹ A Guiana lançou um programa especial para fornecer cuidados infantis gratuitos para trabalhadores essenciais, enquanto a Eslovênia disponibilizou reposições de renda para trabalhadores autônomos com responsabilidades de creche.⁶⁰

A. Valorizando investimentos em proteção social e atendendo às lacunas de financiamento

34. Compreender os benefícios plenos dos investimentos em proteção social, saúde e educação a médio e longo prazo requer ir além do uso do Produto Interno Bruto (PIB) como medida de sucesso para um Estado ou uma economia. Governos de todo o mundo estão se levantando para o desafio de criar economias que melhor alinham o sucesso econômico com os direitos humanos. Por exemplo, no Butão, a prosperidade é medida medindo os níveis de felicidade dos cidadãos e não através do PIB,⁶³ e, em 2019, o governo da Nova Zelândia introduziu um "orçamento de bem-estar", o que significava que o tesouro distribuía seus recursos com base em considerações de bem-estar. ⁶⁴

O Secretário-Geral instou os Estados e outros a considerarem complementações à medição do PIB, como o índice de desenvolvimento humano, indicadores de progresso genuíno, o índice multidimensional de pobreza e o índice de desenvolvimento humano ajustado pela desigualdade, bem como sistemas contábeis alternativos progressivos, como o Sistema de Contabilidade Ambiental-Econômica.

35. Ao definir sua visão para um novo contrato social, em seu relatório intitulado "Nossa Agenda Comum", ⁶⁵ o secretário-geral pediu um novo acordo global onde os mecanismos de poder, recursos e oportunidades sejam melhor compartilhados e os mecanismos de governança reflitam melhor as realidades contemporâneas. O novo acordo global integraria os princípios do

desenvolvimento sustentável e a promessa de não deixar ninguém para trás em todas as decisões relevantes.

36. Em junho de 2021, a Conferência Internacional do Trabalho solicitou que a OIT trabalhasse em um novo mecanismo de financiamento internacional, como um fundo global de proteção social, que pudesse complementar e apoiar os esforços de mobilização de recursos domésticos para alcançar a proteção social universal.⁶⁶ Como observado pelo Secretário-Geral, a criação de um fundo global de proteção social, sendo explorado pela OIT, poderia apoiar os países em níveis crescentes de financiamento dedicados à proteção social ao longo do tempo.⁶⁷ O secretário-geral também enfatizou a necessidade de ampliar a Parceria Global para a Proteção Social Universal para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.⁶⁸

37. No evento de alto nível sobre emprego e proteção social para erradicação da pobreza, realizado em setembro de 2021, o secretário-geral traçou uma série de recomendações articuladas em sua política sobre investimento em emprego e proteção social,⁶⁹ e lançou a aceleradora global de empregos e proteção social para uma transição justa,⁷⁰ com o objetivo de aumentar a cooperação multilateral e o investimento em proteção social e empregos, em consonância com o relatório "Nossa Agenda Comum". A intenção é que o acelerador global se baseie em iniciativas pré-existentes e catalise a cooperação internacional para expandir a proteção social para as 4 bilhões de pessoas atualmente desprotegidas, até 2025, e criar 400 milhões de novos empregos decentes nas economias assistencial, verde e digital até 2030.³⁸ O acelerador global poderia contribuir para preencher a lacuna de financiamento para a proteção social, que aumentou 30% desde o início da pandemia COVID-19.

Também poderia ajudar a evitar a fragmentação dos esforços de desenvolvimento, canalizando a cooperação internacional e a assistência e complementando os recursos nacionais dedicados à proteção social, com o objetivo de apoiar os esforços domésticos de mobilização de recursos que podem se tornar autossustentáveis ao longo do tempo. Além disso, o secretário-geral convocou os governos a priorizar uma recuperação rica, socialmente inclusiva e verde em seus orçamentos e estratégias nacionais, inclusive alinhando-os às normas internacionais de direitos humanos e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ampliando a proteção ao trabalho, a igualdade de gênero, a proteção à criança e a inclusão das deficiências, e garantindo que a proteção social, os empregos decentes e a análise de gênero sejam incluídos no quadro de financiamento nacional integrado.⁷¹

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, juntamente com os principais parceiros, incluindo a OIT e o Banco Mundial, pode desempenhar um papel importante na operacionalização do direito à seguridade social dentro do corpo técnico do acelerador global e garantir que a implementação de políticas de proteção social e emprego sejam baseadas em direitos e sirvam ao objetivo de não deixar ninguém para trás.

Lições de crises econômicas passadas, ônus da dívida e austeridade.

39. Muitos países já estavam enfrentando pesados encargos da dívida antes da pandemia.⁷² Desde o início de 2020, as receitas severamente reduzidas, juntamente com altos níveis de despesa necessários para financiar medidas emergenciais para responder à crise do COVID-19, aumentaram os níveis de dívida, enquanto uma revisão dos contratos de empréstimos com as instituições financeiras internacionais revela um impulso para a adoção de medidas de austeridade em curso.⁷³ Em uma análise recente, pesquisadores anteciparam que os cortes orçamentários seriam realizados em mais de 150 países em 2022.⁷⁴

40. Medidas de austeridade, como cortes nos gastos sociais, redução de cargos no setor público, tetos salariais ou cortes, reduções ou direcionamento de medidas de proteção social, e reduções nos subsídios à energia, alimentação ou habitação,⁷⁵ historicamente levaram à retrogressão no gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais, com impactos desproporcionais sobre as mulheres e os mais marginalizados.⁷⁶ Eles também contribuíram para um legado de sistemas de saúde pública severamente subfinanciados e Trabalho de cuidado desvalorizado, combinado com declínios sustentados nas ações globais de renda de trabalho e altas taxas de desigualdade, juntamente com reduções nas taxas de impostos corporativos estatutários.⁷⁷

41. Para se recuperar da pandemia COVID-19, é essencial que os Estados adotem medidas contracíclicas associadas a um crescimento econômico mais equitativo e sustentável.⁷⁸ Nessa linha, em seu último relatório global sobre proteção social, a OIT observou que os países estavam em uma encruzilhada no que diz respeito à trajetória de seus sistemas de proteção social, e pediu a busca de uma estratégia "de alto caminho" de investir no fortalecimento dos sistemas de proteção social em vez de uma "via baixa" de provisão minimalista e sucumbindo a pressões fiscais ou políticas. ⁷⁹ Além disso, a OIT ressaltou que existem opções para aumentar o espaço fiscal para a proteção social mesmo em países de baixa renda,⁸⁰ o que é consistente com as recomendações feitas pelos mecanismos internacionais de direitos humanos e outros órgãos do sistema das Nações Unidas.

42. Os credores devem estar cientes de que os direitos humanos, e especificamente os direitos econômicos, sociais e culturais, fazem parte do Estado de Direito que deve ser respeitado pelos países devedores. Por exemplo, governos que emprestam dinheiro bilateralmente ou através de instituições financeiras internacionais devem evitar requisitos de reembolso oneroso ou condições de empréstimo que possam comprometer a capacidade do Governo de cumprir obrigações de direitos humanos, incluindo aquelas relativas aos direitos econômicos, sociais e culturais.

Muitos países de baixa renda – e de renda média⁸² – estão severamente restritos na tomada de decisões financeiras devido à dívida existente. Opções imediatas e de curto prazo para garantir que o serviço da dívida não comprometa os gastos sociais devem incluir perdão da dívida, alívio ou reestruturação para países particularmente afetados pela pandemia.⁸³

45. Os princípios norteadores da dívida externa e dos direitos humanos oferecem orientação útil, com base nas disposições dos instrumentos de direitos humanos existentes, no que diz respeito à primazia dos direitos humanos sobre o serviço da dívida. A reforma de longo prazo da arquitetura da dívida internacional é necessária. Tal reforma poderia se basear na recente Iniciativa de Financiamento para o Desenvolvimento na Era do COVID-19 e Além, para eliminar desigualdades sistêmicas e prevenir futuras crises de dívida.

Uma economia de direitos humanos que melhora a economia

46. Economias e políticas econômicas são construções sociais. Muitas vezes, a lei dos direitos humanos é despresada no âmbito econômico, apesar dos direitos humanos fornecerem aos formuladores de políticas a melhor orientação para criar sociedades mais inclusivas e baseadas em direitos.

47. O artigo 2º (1) do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais exige que os Estados tomem medidas, individualmente e por meio da assistência e cooperação internacionais, especialmente econômicas e técnicas, ao máximo de seus recursos disponíveis,

com vistas a alcançar progressivamente a plena realização dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Os "recursos" devem ser entendidos amplamente para abranger os recursos financeiros, humanos, organizacionais e científicos disponíveis dentro de um país, e também para se estender além daqueles sobre os quais o Estado tem controle direto, para incluir fontes como o auxílio ao desenvolvimento.

48. Os Estados têm o dever de garantir os "níveis mínimos essenciais" 85 de saúde, seguridade social e outros direitos econômicos, sociais e culturais para todas as pessoas, mesmo quando os recursos são limitados, e particularmente em tempos de crise. Além disso, devem fazer todos os esforços para maximizar os recursos necessários para financiar políticas e serviços públicos, da forma mais equitativa.

49. Em consonância com sua obrigação de realizar progressivamente os direitos econômicos, sociais e culturais por todos os meios apropriados, os Estados têm a obrigação legal de projetar e implementar políticas fiscais, de dívida, comércio, auxílios, políticas monetárias e ambientais para que sejam deliberadamente direcionadas para a realização dos direitos humanos.⁸⁶ Além da obrigação legal, muitos investimentos relacionados aos direitos humanos fazem sentido financeiro e social, como as relacionadas à proteção social, saúde e educação.

50. A participação efetiva e a responsabilização são elementos-chave de uma economia de direitos humanos. Eles exigem um escrutínio rigoroso de: transparência de regras – quem define as regras e quais são seus objetivos; oportunidades participativas – quem participa da visão e monitoramento das regras; e mecanismos de prestação de contas, para responsabilizar os governos por violarem suas próprias regras ou por restringir as regras a um foco estreito de curto prazo, por exemplo, no equilíbrio orçamentário sem considerações mais amplas sobre direitos humanos e ambientais.

Espaço fiscal e geração de receita

51. A ampliação do espaço fiscal é fundamental para garantir serviços adequadamente recursos e pleno funcionamento para a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais. O espaço fiscal pode ser entendido amplamente como os recursos disponíveis aos Governos, por meio da geração de receita interna, empréstimos incondicional/concessionários e auxílio ao desenvolvimento, para facilitar o respeito, a proteção e o cumprimento dos direitos humanos e para sanar as violações dos direitos humanos.

52. A geração de recursos refere-se às formas pelas quais os governos mobilizam receitas, através da arrecadação de impostos, taxas e multas, lucros de empresas estatais, comércio, ajuda externa e empréstimos de credores públicos e privados, nacionais e estrangeiros.

67. O princípio de que os Estados precisam investir, ao máximo de seus recursos disponíveis, em direitos econômicos, sociais e culturais pode, em alguns casos, também exigir a revisita da privatização dos serviços públicos, que muitas vezes é apresentada como meio de melhoria da qualidade e redução de custos. Na realidade, porém, essa abordagem muitas vezes reduz a qualidade e aumenta os custos.⁹⁹

V. Conclusões e recomendações

68. Investir em direitos econômicos, sociais e culturais não é apenas a coisa certa a se fazer, é também a coisa mais inteligente a se fazer, pois é fundamental para a prosperidade econômica e a estabilidade política. No contexto de recuperação da pandemia COVID-19, o desenvolvimento ou fortalecimento de políticas e serviços públicos para a saúde inclusiva, bem financiada, proteção social, educação, alimentação, água e saneamento e habitação merece atenção prioritária de todos os Estados.

69. As normas e princípios dos direitos humanos oferecem orientação para os Estados, inclusive em cooperação entre si, na concepção de políticas e serviços públicos inclusivos e na mudança de medidas ad hoc, temporárias e emergenciais no contexto da pandemia para o fortalecimento a longo prazo de sistemas que constroem a resiliência e promovem o gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais.

70. Em particular, para garantir um sistema de proteção social baseado em direitos humanos:

(a) os Estados devem estabelecer quadros jurídicos e institucionais sólidos, a fim de garantir a legitimidade, a eficácia e a sustentabilidade da proteção social. Os quadros jurídicos e institucionais são escudos contra a instabilidade política e econômica e são elementos essenciais para garantir a clara determinação das responsabilidades institucionais;

(b) Os Estados devem priorizar indivíduos e grupos desfavorecidos e marginalizados, garantindo que os critérios de elegibilidade sejam justos, eficazes e transparentes, e que protejam contra a discriminação;

(c) Os Estados devem passar de abordagens direcionadas à redução da pobreza para o desenvolvimento de sistemas de proteção social universais e inclusivos;]

(d) O desenho das políticas de proteção social deve levar em conta e contribuir para a reparação, padrões de discriminação, incluindo discriminação baseada em gênero, orientação sexual e identidade de gênero, raça, deficiência e idade, no acesso a oportunidades de trabalho decentes e no exercício do direito a um padrão de vida adequado;

(e) Os Estados devem projetar sistemas de proteção social que levem em conta a carga desigual das mulheres sobre o trabalho de cuidado não remunerado e visam corrigir esse desequilíbrio;

(f) As crianças devem estar no centro do sistema de proteção social, pois são particularmente vulneráveis em relação ao seu desenvolvimento físico, intelectual e emocional. Os sistemas de proteção social devem priorizar uma abordagem integrada para desbloquear seu potencial que inclua benefícios infantis, serviços de creche, licença maternidade e paternidade e acesso à saúde e educação;

(g) As informações sobre proteção social devem ser acessíveis, culturalmente adequadas e fornecidas de forma acessível a todos, em especial aos potenciais beneficiários. Os Estados devem disponibilizar mecanismos de reclamação de fácil acesso, suficientemente recursos e culturalmente apropriados. Os beneficiários devem ter acesso a remédios eficazes em casos de falha de desempenho ou abusos;

(h) Os Estados devem assegurar a existência de mecanismos para estimular a participação significativa dos beneficiários, especialmente os mais marginalizados, na concepção e implementação de programas de proteção social;

(i) Seja em dinheiro ou em espécie, os benefícios devem ser adequados em quantidade e duração para que todos possam usufruir de seus direitos à previdência social, um padrão de vida adequado e acesso adequado à assistência à saúde. Os Estados devem monitorar regularmente a adequação dos benefícios para garantir que os beneficiários possam arcar com bens e serviços básicos;

(j) Os Estados devem tomar ações concretas, utilizando seus recursos máximos disponíveis, inclusive por meio da assistência internacional e da cooperação, para alcançar progressivamente o direito à seguridade social, que inclui um sistema de proteção social universal e abrangente que não deixa ninguém para trás.]

71. Os Estados devem mobilizar recursos, tanto internamente quanto por meio da cooperação internacional, utilizando todas as ferramentas macroeconômicas à sua disposição, para financiar adequadamente a saúde, a proteção social, a educação, a alimentação, a água e o saneamento e a habitação. Isso requer, entre outros: a implementação de medidas fiscais progressivas; fortalecimento da capacidade de recolhimento de impostos; combate à evasão fiscal e outras formas de abuso; combate à corrupção; e o aprimoramento da cooperação internacional e o aumento da assistência oficial ao desenvolvimento

72. Os Estados devem empregar todas as ferramentas macroeconômicas à sua disposição para financiar serviços acessíveis, inclusivos e de qualidade que contribuam para o desmantelamento da desigualdade e da discriminação a curto e longo prazo.

73. As instituições financeiras internacionais devem apoiar os esforços de recuperação pandêmica do COVID-19 dos Estados, garantindo que seus programas e empréstimos melhorem o espaço fiscal e as capacidades dos Estados para entregar nas áreas de saúde, proteção social, educação, alimentação, água e saneamento e habitação. As instituições financeiras internacionais devem evitar condicionalidades, como ajustes estruturais e medidas de austeridade, que limitam a capacidade dos Estados de financiar e entregar políticas e serviços públicos essenciais para o cumprimento dos direitos econômicos, sociais e culturais. Uma avaliação das intervenções propostas deve ser feita para ver se elas irão reforçar os direitos humanos.

74. As instituições nacionais de direitos humanos devem monitorar a disponibilidade, acessibilidade, adaptabilidade e qualidade dos serviços para a realização de direitos econômicos, sociais e culturais, inclusive por meio da realização de avaliações de impacto dos direitos humanos das políticas dos Estados e das análises orçamentárias baseadas em direitos humanos das alocações e despesas dos Estados.

75. As empresas devem respeitar e defender os direitos humanos, abstendo-se da evasão e evasão fiscal e realizando avaliações de direitos humanos e impactos ambientais de suas operações e garantindo o acesso a recursos.

76. O sistema das Nações Unidas, com orientação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, deve garantir a integração dos direitos humanos na construção de sistemas de proteção social inclusivos, inclusive através do acelerador global sobre empregos e proteção social para uma transição justa liderada pela OIT e a realização de recomendações que emergiram da política do Secretário-Geral sobre o investimento em empregos e proteção social para erradicação da pobreza e uma recuperação sustentável.

77. O Conselho de Direitos Humanos poderia promover ainda o compartilhamento de desafios e boas práticas na construção, financiamento e implementação de políticas públicas e serviços públicos de qualidade como instrumentos fundamentais para a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais.

78. O Conselho de Direitos Humanos poderia aprofundar essa área de trabalho, obrigando o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos a elaborar diretrizes e facilitar a operacionalização de uma abordagem baseada em direitos humanos para a construção, financiamento e implementação de políticas e serviços públicos inclusivos nas áreas de saúde e proteção social, em consulta com estados e atores relevantes.”

**Sistemas de saúde resilientes:
Suficientes para garantia de uma vida saudável no nosso planeta?**

Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão

'Nosso planeta, nossa saúde'

E foi esse o tema do Dia Mundial da Saúde de 2022, em 7 de abril. Em meio à pandemia de Covid-19 que mudou paradigmas, um planeta cada vez mais poluído, números crescentes de doenças como câncer, afecções respiratórias, problemas cardiológicos, dentre outras doenças não-comunicáveis, no [Dia Mundial da Saúde 2022](#), a OMS focou a atenção global em ações urgentes necessárias para se manter os seres humanos e o planeta saudáveis e promover estímulos para estruturação de sociedades focadas no bem-estar.

A OMS estima que mais de 13 milhões de mortes em todo o mundo a cada ano se devem a causas ambientais evitáveis. Isso inclui a crise climática, que é a maior ameaça à saúde que a humanidade enfrenta. A crise climática tem que ser sempre lembrada e encarada como, também, uma crise de saúde.

As decisões políticas, sociais e comerciais estão impulsionando uma catarse. Mais de 90% das pessoas respiram ar insalubre resultante da queima de combustíveis fósseis. Um mundo em aquecimento, com tantos desequilíbrios ecológicos, impulsiona o espalhamento de doenças de forma mais rápida e imprevisível. Eventos climáticos extremos, degradação da terra e escassez de água deslocam pessoas. Poluição é encontrada em todos os ecossistemas, mesmo em locais não facilmente acessados pelo homem. Há plástico no topo de montanhas e na base de nossa cadeia alimentar. A linha de produção de alimentos e bebidas altamente processados, além de gerar um terço das emissões globais de gases do efeito estufa, provoca uma onda de obesidade, fator diretamente associado a outras comorbidades, com impacto direto na qualidade e expectativa de vida.

Em alinhamento com abordagem *One Health*, o avanço dos direitos humanos no contexto da saúde e do meio ambiente é fundamental para ter um povo saudável em um planeta saudável. O direito à saúde é um direito inclusivo, estendendo-se não apenas aos cuidados de saúde, mas também aos determinantes subjacentes da saúde, como o acesso a alimentos de qualidade, água potável e saneamento adequado, condições ambientais e ocupacionais saudáveis e acesso à educação em saúde e informações relacionadas.

O [Special Rapporteur on Health](#) reconhece que as mudanças climáticas têm um efeito alarmante sobre o direito à saúde, pois as mudanças relacionadas ao clima, como calor, seca, inundações, furacões estão associadas ao aumento das taxas de distúrbios cardiovasculares, problemas respiratórios, gastrointestinais e renais ([HRC/32/23](#)). Não só afetam a saúde física, mas também têm um impacto na saúde mental e no bem-estar de uma pessoa. Como tal, abordar os impactos negativos das mudanças climáticas pode ajudar na plena realização do direito à saúde.

Com a adoção de uma resolução reconhecendo o direito humano a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável ([48/13](#)), o Conselho de Direitos Humanos (Human Rights Council - HCR) em sua 48ª sessão reconheceu que ter um meio ambiente saudável é um direito de todos. Este reconhecimento inclui o direito de não ser exposto a um ambiente tóxico, conforme relatado conjuntamente pelo [Special Rapporteur on human rights and the environment](#) (SR Environment) e o [Special Rapporteur on toxics and human rights](#) (SR Toxics) durante a 49ª sessão

de o HRC. O relatório destaca a intoxicação contínua das pessoas e do planeta, o que causa injustiças ambientais, onde grupos vulneráveis e marginalizados carregam um fardo desproporcional das consequências para a saúde, direitos humanos e ambientais da exposição à poluição e substâncias perigosas. Esse reconhecimento não apenas destaca que os direitos humanos devem ser garantidos e efetivos diante dos desafios ambientais, mas salvaguarda a saúde humana no processo.

Enquanto a pandemia de Covid-19 nos reforça o papel central da ciência, o de cura, também destaca as desigualdades em nosso mundo. A pandemia revelou fraquezas em todas as áreas e sublinhou a urgência de criar sociedades sustentáveis de bem-estar comprometidas em alcançar uma saúde equitativa agora e para as gerações futuras sem violar os limites ecológicos. O desenho atual da economia leva a uma distribuição desigual de renda e poder, com muitas pessoas ainda vivendo na pobreza e em instabilidade crítica. Uma economia de bem-estar tem como objetivos o bem-estar humano, a equidade e a sustentabilidade ecológica. Esses objetivos são traduzidos em investimentos de longo prazo, proteção social e estratégias legais e fiscais. Romper esses ciclos de destruição do planeta e da saúde humana exige que a ação legislativa, a reforma corporativa e os indivíduos sejam apoiados e incentivados a fazer escolhas saudáveis.

Recomendações e conclusões da reunião do WHO Strategic Advisory Group of Experts (SAGE) on Immunization

O Grupo Consultivo Estratégico de Peritos em Imunização (SAGE - Strategic Advisory Group of Experts on Immunization) é encarregado de aconselhar a OMS sobre políticas e estratégias globais gerais, desde vacinas e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, até a entrega de imunização e suas ligações com outras intervenções de saúde. O SAGE se preocupa não apenas com vacinas e imunização infantil, mas com todas as doenças evitáveis através da vacinação.

Em sua [reunião ordinária realizada de 4 a 7 de abril de 2022](#), o SAGE revisou questões de política de vacinas, incluindo o impacto da pandemia Covid-19 e da vacinação Covid-19 nos serviços de imunização, infecção e imunidade induzida, uso da vacina contra hepatite A, vacinas conjugadas para febre tifoide, mudanças no calendário de vacinação contra o HPV e o programa de erradicação da poliomielite. Ademais, foi discutida a importância e a necessidade de recuperar urgentemente os programas de imunização, preenchendo as lacunas de imunidade, com recuperação dos programas, construindo resiliência contra futuras interrupções e tensões dos sistemas de saúde, além de fortalecimento a longo prazo.

Dentre as discussões apresentadas, há ainda o realce de que apesar de a pandemia de Covid-19 ter causado interrupções em programas de vacinação ao redor do mundo, também trouxe a pauta em discussão e sob holofotes. A resposta e os investimentos à vacinação contra a Covid-19 oferecem oportunidades importantes que devem ser aproveitadas para restaurar e fortalecer os programas de imunização e aumentar sua resiliência. Os programas nacionais de imunização em todas as seis regiões da OMS foram impactados negativamente por meio do declínio da cobertura vacinal e da qualidade da vigilância, embora a magnitude do impacto tenha variado entre e dentro das regiões. A pandemia e a implementação com ampla divulgação da vacinação contra a Covid-19, podem ser usadas como uma oportunidade transformadora para estabelecer programas de imunização resilientes e fortalecer os cuidados primários de saúde. Entre as áreas específicas identificadas estavam a vacinação dos profissionais de saúde, logística e registros de imunização, vigilância, dados e comunicações.

A Gavi trouxe ainda a prioridade dentro de sua estratégia 2021-2025 do alcance das chamadas crianças de dose-zero (ou seja, aquelas que nunca foram imunizadas) por meio da construção de sistemas de saúde resilientes e capilarizados. Uma janela de financiamento para o lançamento de vacinas contra a malária será aberta no segundo semestre de 2022 para permitir a introdução inicial de vacinas em 2023. A Aliança expressou também preocupação com o declínio de 13% da cobertura global da vacina contra o HPV em 2020 devido às interrupções do COVID-19, atribuindo esse problema principalmente ao fechamento de escolas e oferta limitada dos imunobiológicos. Foi reconhecido que uma recomendação para um regime de dose única tem o potencial de acelerar as introduções e reduzir os custos operacionais e a complexidade.

O SAGE abordou, por conseguinte, a vacinação contra a Hepatite A, doença viral com transmissão diretamente vinculada às condições higiênico-sanitárias e alimentares a que as pessoas são expostas. São estimadas mais de 100 milhões de infecções por ano e dezenas de milhares de mortes, principalmente por insuficiência hepática fulminante. Foi então recomendado o uso de vacinas inativadas contra hepatite A em programas de imunização infantil em esquema de dose única ou de duas doses. A introdução de vacinas deve ser acompanhada de planos de monitoramento e avaliação, e o impacto e a duração da proteção devem ser monitorados regularmente.

Sobre a Febre Tifóide, o SAGE apresentou ainda novos dados de alta eficácia da vacina conjugada em dose única para a enfermidade. Doença com incidência muito alta no sul da Ásia e um pouco mais baixas na África, embora a alta incidência tenha sido demonstrada em locais selecionados na África Subsaariana. A idade de pico de incidência é em crianças de 5 a 19 anos, seguida por crianças de 1 a 4 anos. A resistência antimicrobiana em *S. Typhi* à ciprofloxacina e azitromicina, bem como o surgimento de cepas resistentes às cefalosporinas de espectro estendido (XDR), é motivo de preocupação, uma vez que limitam as opções de tratamento e resultam em resultados graves.

Com relação ao Papilomavírus Humano (HPV) foi trazida a preocupação com o ritmo lento das introduções da vacina contra o HPV, a baixa cobertura populacional e, especialmente, o retrocesso da cobertura como resultado da pandemia de Covid-19. O SAGE apontou como alarmante a implementação da vacinação contra o HPV, a qual não está no caminho certo para cumprir as metas da estratégia global de eliminação do câncer do colo do útero em 2030. No entanto, observou-se que a situação do fornecimento de vacinas contra o HPV e a base de fornecedores melhoraram no curto e médio prazo.

Observando essa melhoria da situação de oferta da vacina de HPV, o SAGE recomendou que todos os países introduzam urgentemente tal insumo para o alvo primário de meninas de 9 a 14 anos. A vacinação de meninos e grupos mais velhos deve ser cuidadosamente gerenciada até que haja suprimento irrestrito de vacina. A política atual da vacina contra o HPV é para um esquema de 2 doses em meninas de 9 a 14 anos, 3 doses para meninas de 15 anos ou mais e 3 doses para populações imunocomprometidas de qualquer idade (9 anos ou mais), incluindo pessoas que vivem com HIV.

O SAGE revisou novas evidências sobre a eficácia de um esquema de vacina contra o HPV de dose única. Com base em todas as evidências disponíveis, o SAGE aconselhou que os países agora podem escolher entre um esquema de uma ou duas doses para meninas de 9 a 14 anos. Esta opção *off-label* de dose única para vacinação de rotina e de coorte de várias idades foi considerada porque fornece níveis comparáveis e altos de proteção individual, enquanto do

ponto de vista da saúde pública é mais eficiente (menos doses por caso de câncer prevenido), menos gastos de recursos e mais fácil de implementar do que um esquema de duas doses.

Por fim, as recomendações do SAGE vieram sobre a vacinação contra a poliomielite. A epidemiologia do poliovírus selvagem tipo 1 continua favorável, com o menor número de casos de poliomielite já relatados em um período de 12 meses, incluindo apenas 6 casos desde o final de janeiro de 2021 e nenhum no Paquistão em 15 meses. No entanto, o SAGE expressou séria preocupação com a recente detecção de poliovírus selvagem no Malawi, onde a transmissão foi interrompida, bem como com a transmissão contínua de poliovírus derivados de vacinas (cVDPV2) circulantes, particularmente na região africana com a Nigéria ainda enfrentando surtos de cVDPV2.

O risco de propagação do cVDPV2 ([circulating vaccine-derived poliovirus type 2](#)) a partir de um surto detectado em 2021 na Ucrânia foi enfatizado, com o reconhecimento de sua potencial exportação para países que recebem refugiados ucranianos. O SAGE afirmou a importância do apoio e fortalecimento da vigilância do poliovírus em toda a região europeia.

Lançamento da Estratégia Global em Arboviroses

Os vírus transmitidos por artrópodes (Arbovírus), como os vírus Dengue, Febre Amarela, Chikungunya e Zika, são ameaças atuais à saúde pública em áreas tropicais e subtropicais, onde vivem aproximadamente 3,9 bilhões de pessoas. A frequência e a magnitude dos surtos dessas arboviroses, principalmente aquelas transmitidas por mosquitos Aedes, estão aumentando globalmente, impulsionadas pela convergência de fatores ecológicos, econômicos e sociais.

A Iniciativa Global de Arboviroses é um plano estratégico integrado para combater arbovírus emergentes e reemergentes com potencial epidêmico e pandêmico com foco no monitoramento de risco, prevenção de pandemia, preparação, detecção e resposta e na construção de uma coalizão de parceiros. A iniciativa é um esforço colaborativo entre o Programa Mundial de Emergências em Saúde, o Departamento de Controle de Doenças Tropicais Negligenciadas e o Departamento de Imunizações, Vacinas e Biológicos.

Essa iniciativa integrada construirá um pacto de parceiros-chave para fortalecer a coordenação, comunicação, capacitação, pesquisa, preparação e resposta necessárias para mitigar o risco crescente de epidemias devido a essas doenças. Uma abordagem que integre as doenças e também os componentes críticos de detecção, prevenção e controle é essencial para abordar os arbovírus globalmente. Assim, a iniciativa é um plano estratégico integrado para combater arbovírus emergentes e reemergentes com potencial epidêmico e pandêmico e faz parte de um plano maior que implementa a abordagem *One Health* em todos os aspectos de patógenos de alta ameaça. Liderado pela OMS, está sob o guarda-chuva das Metas *Triple-billion* da OMS e visa complementar as estratégias de eliminação de epidemias de Febre Amarela, e da Iniciativa Global de Resposta ao Controle de Vetores, unindo esforços para o combate de Doenças Tropicais Negligenciadas.

Tem ainda por objetivo aumentar o alarme global, reunir parceiros em diferentes setores e permitir o uso ideal de recursos limitados para obter o maior impacto. A iniciativa tem seis pilares, com ações prioritárias correspondentes: 1) Monitorar o risco e antecipar, 2) Reduzir o risco de epidemia, 3) Fortalecer o controle de vetores, 4) Prevenir e preparar para pandemias, 5) Melhorar a inovação e novas abordagens e 6) Construir uma coligação de parceiros.

O Brasil teve participação no evento de lançamento da iniciativa através do Dr. Arnaldo Medeiros, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Brasil. Respondendo a uma pesada carga de vírus da dengue, zika e chikungunya, o brasileiro discutiu os esforços concentrados do Brasil no monitoramento e manejo clínico adequado de casos graves, com o objetivo principal de prevenir progressão da doença e óbitos. Nosso país passou por inúmeras grandes epidemias de dengue ao longo dos anos e, mais recentemente, enfrentou a introdução dos vírus chikungunya e Zika. Além disso, permanece a ameaça de propagação da febre amarela para áreas urbanas. O Brasil adotou uma abordagem integrada às arboviroses, reconhecendo os fatores sociais e estruturais da transmissão das arboviroses, investindo em atividades de controle de vetores e engajando os níveis de governo local e federal na resposta nacional. Em novembro de 2021, o Ministério da Saúde lançou uma campanha nacional de mídia sobre dengue, chikungunya e Zika para promover o engajamento multissetorial no controle e prevenção de arbovírus.

Dr. Jeremy Farrar, diretor da Wellcome Trust, defendeu a liderança que acompanha nosso mundo em mudança. As arboviroses são doenças do século 21, com fatores que incluem mudanças no clima, ecologia e uso da terra, e comércio e viagens globais cada vez mais vinculados. Portanto, a agenda de pesquisa de arbovírus deve abordar isso. A integração na saúde pública e na pesquisa é fundamental, pois nenhuma intervenção será mágica. Também deve ser perseguido ativamente, pois os cientistas podem facilmente permanecer em seus respectivos silos. As ciências sociais e comportamentais são críticas e devem ser combinadas com intervenções médicas e biomédicas. A vigilância das arboviroses deve ser mais inteligente, integrada aos sistemas de saúde e orientada pelas necessidades de cada comunidade.

A OMS reitera o compromisso da organização em prevenir a próxima pandemia pela *doença X*, incluindo uma de origem arboviral, e conscientizar o mundo sobre as ameaças arbovirais. A OMS está atualizando suas ferramentas e orientações técnicas sobre arboviroses, incluindo mapeamento de pontos de acesso, trabalhando com parceiros locais para fortalecer as atividades de vigilância e prevenção e apoiando a pesquisa e o desenvolvimento no tema. Há a reafirmação de que é hora de avançar proativamente em todas as áreas de risco, para lidar melhor com a carga de doenças arbovirais em andamento e nos preparar para o que vem a seguir.

Break Covid Now Summit

No dia 8 de abril foi realizado o [Gavi COVAX AMC Summit 2022](#), sob o moto “Um mundo protegido – Fim da Covid Agora”. O evento foi co-organizado pelos governos da Alemanha, Gana, Indonésia e Senegal, e reuniu líderes de todo o mundo para reafirmar o apoio ao acesso equitativo às vacinas de Covid-19. O objetivo da Gavi era angariar elo menos US\$ 5,2 bilhões para apoio financeiro do COVAX, incluindo US\$ 3,8 bilhões para países do COVAX AMC. O resultado foram compromissos de até US\$ 4,8 bilhões, o que vai permitir que o COVAX possa apoiar urgentemente a entrega de doses a países de baixa renda e garantir que as doses realmente sejam enviadas.

Além disso, algumas iniciativas inovadoras foram anunciadas no evento, como o lançamento do *Pandemic Vaccines Pool*, um instrumento destinado a garantir o acesso equitativo à futuras novas vacinas com pagamento instantâneo, e o *COVAX Rapid Financing Facility*, criado em conjunto com a United States Development Finance Corporation (DFC) para disponibilizar US\$ 1 bilhão para permitir a rápida disponibilização de financiamento quando necessário.

Nova parceria de compartilhamento de riscos da Gavi com MedAccess e Open Society Foundations

Na véspera da Break Covid Now Summit, a Gavi anunciou uma nova parceria com a MedAccess e a Open Society Foundations para a criação de um Mecanismo de Compartilhamento de Riscos (Shared Risks Facility) que visa apoiar os países na aquisição de doses adicionais de vacinas contra Covid-19. Além do COVAX Advance Market Commitment (AMC), que já forneceu mais de 1 bilhão de doses de vacinas gratuitamente para os 92 países considerados de menor renda, também existe um mecanismo de compartilhamento de custos do COVAX, através do qual os países do AMC podem solicitar mais doses usando financiamentos de baixo custo ou recursos domésticos. Este novo mecanismo visa aumentar a adesão ao mecanismo de compartilhamento de custos.

O MedAccess e Open Society Foundations se comprometeram a apoiar com uma garantia de aquisição de US\$ 100 milhões cada para que o COVAX possa encomendar doses a preços mais baixos do que os negociados bilateralmente para os países AMC que quiserem participar do compartilhamento de custos.

O objetivo principal deste mecanismo é evitar desabastecimento e apoiar o COVAX na resposta a pedidos de doses adicionais no caso de possíveis novos picos de demanda.

Estratégia global de vigilância genômica para patógenos com potencial pandêmico e epidêmico, 2022–2032

A pandemia de Covid-19 é considerada como um momento decisivo para diversas mudanças na gestão saúde global, uma delas foi a promoção do uso da vigilância genômica. Como resultado, houve um importante aumento nas capacidades de vigilância genômica na resposta a patógenos com potencial pandêmico e epidêmico.

Reconhecendo a necessidade de colaboração global no fortalecimento desta temática, a OMS liderou o desenvolvimento de uma estratégia de vigilância genômica global de 10 anos para patógenos com potencial pandêmico e epidêmico. A iniciativa é impulsionada com o objetivo de unir, informar e fortalecer os esforços de vigilância genômica existentes nos níveis nacional, regional e global para que esta seja fortalecida e dimensionada para ações de saúde pública de qualidade, oportunas e apropriadas nos sistemas de vigilância.

Para alcançar esta meta, a estratégia é definida em torno de 5 objetivos principais que são o acesso a ferramentas e tecnologias adequadas, o fortalecimento da força de trabalho, o aprimoramento do compartilhamento e utilização de dados, a adequação de conexões e fluxo de informações e prontidão para futuras emergências. Em outras palavras, essas são as características identificadas que contribuirão para a integração do sequenciamento genômico dentro dos esforços de vigilância e resposta.

A partir de um trabalho com países membros e outros parceiros, a estratégia visa focar no papel especializado da genômica como uma ferramenta transversal de saúde pública, não se concentrar somente em um patógeno específico ou ameaça à saúde pública, além de definir uma agenda de alto nível para aumentar a capacidade de vigilância genômica, complementando as iniciativas de fortalecimento da cooperação global.

É evidente o avanço desta área desde o início da pandemia, como vemos no caso da iniciativa GISAID, que conta com a submissão de mais de 10 milhões de sequenciamentos, e tem a participação da Fiocruz na curadoria para os dados das Américas. Porém, ainda há um longo caminho pela frente e essa estratégia servirá para guiar a colaboração global para o progresso deste campo.

Plano estratégico de preparação, prontidão e resposta para acabar com a emergência global do COVID-19 em 2022

Em fevereiro de 2020, a OMS publicou seu primeiro plano estratégico de preparação e resposta para a Covid-19 (SPRP 2020), que define as medidas de saúde pública que a comunidade internacional pode tomar para apoiar todos os países na preparação e resposta à Covid-19. Em 2021, a estratégica foi atualizada (SPRP 2021) considerando as novas evidências e ferramentas geradas ao longo do primeiro ano de pandemia. Agora, 2 anos depois da declaração da pandemia, a OMS acaba de lançar um novo documento (SPRP 2022), que estabelece uma série de ajustes estratégicos ao plano anterior que, se implementados, prometem levar ao fim da fase aguda da pandemia.

O SPRP 2022 prevê três possíveis cenários em relação a evolução viral e imunidade humana para os próximos 12 meses:

1. Caso base – o vírus continua a evoluir, porém com a gravidade reduzindo ao longo do tempo devido a uma imunidade sustentada contra casos graves e óbitos, com surtos cada vez menos graves. Picos periódicos na transmissão podem ocorrer sazonalmente ou devido a diminuição da imunidade, possivelmente exigindo reforço periódico nos grupos de risco.
2. Melhor caso – futuras variantes são menos graves e a proteção contra casos graves é mantida sem necessidade de alterações significativas nas atuais vacinas ou de reforço periódico
3. Pior caso – surgimento de uma variante mais virulenta e mais transmissível que escapa das vacinas, o que exigiria alterações nas atuais vacinas e reforço para todos os grupos prioritários, além de redistribuição total de doses.

O plano, que tem como objetivo acabar com a emergência de saúde pública de Covid-19 em 2022, apresenta ainda dois objetivos estratégicos, que incluem a redução e o controle da incidência de infecções por SARS-CoV-2, e a prevenção, diagnóstico e tratamento da Covid-19 para reduzir a mortalidade, morbidade e sequelas de longo prazo.

Por fim, a OMS insta aos países que invistam em cinco componentes principais:

- Vigilância, Laboratórios e Inteligência em Saúde Pública
- Vacinação, Medidas Sociais e de Saúde Pública e Comunidades Engajadas
- Cuidados clínicos para COVID-19 e sistemas de saúde resilientes
- Pesquisa e Desenvolvimento e Acesso Equitativo a Ferramentas e Suprimentos
- Coordenação, enquanto a resposta transita de um modo de emergência para a gestão de doenças respiratórias a longo prazo

Com isso, espera-se que a emergência global de saúde pública acabe em 2022 e também que sejam estabelecidas as bases para a prevenção, detecção e resposta a futuras ameaças pandêmicas.

Comitê de Emergência do Regulamento Sanitário Internacional (RSI-2005)

Foi realizada em 11 de abril a décima primeira reunião do Comitê de Emergência do Regulamento Sanitário Internacional (RSI-2005), convocada pelo Diretor-Geral da OMS, para tratar da doença do coronavírus de 2019 (COVID-19).

A reunião aconteceu de forma virtual com a participação dos [Membros e Conselheiros do Comitê de Emergência](#). Após as apresentações da Secretaria sobre o status atual da pandemia COVID-19 e uma visão de como otimizar a resposta à pandemia COVID-19 para 2022 o Comitê discutiu questões-chave, incluindo as variantes SARS-CoV-2; uso e acesso equitativo aos antivirais; proteção de vacinas e mudanças globais na oferta e demanda por vacinas COVID-19; imunidade híbrida; potenciais cenários futuros para transmissão SARS-CoV-2 e desafios colocados por emergências simultâneas em saúde; e como os Estados-Membros estão respondendo à pandemia Covid-19.

O Comitê também observou com preocupação a crescente fadiga entre as comunidades em todo o mundo em resposta à pandemia e aos desafios colocados pela falta de confiança na orientação científica e nos governos. Além disso, o Comitê reforçou a necessidade contínua de cooperação internacional e coordenação para a vigilância, bem como de relatórios robustos e oportunos aos sistemas globais (como o Sistema Global de Vigilância e Resposta da Influenza) para informar os esforços nacionais, regionais e globais de resposta. Os membros do comitê destacaram os desafios colocados pela proteção limitada da vacinação, particularmente nos países de baixa renda, bem como pela diminuição da imunidade no nível populacional. Conforme descrito no roteiro da SAGE, a vacinação deve ser priorizada para grupos de alto risco, como trabalhadores da saúde, idosos e populações imuno-comprometidas, refugiados e migrantes.

A Comissão concordou por unanimidade que a pandemia Covid-19 ainda constitui um evento extraordinário que continua a afetar negativamente a saúde das populações em todo o mundo, representa um risco contínuo de disseminação internacional e interferência no tráfego internacional e requer uma resposta internacional coordenada.

O diretor-geral da OMS determinou que a pandemia COVID-19 continua a constituir um PHEIC (Public Health Emergency of International Concern). Ele aceitou o conselho da Comissão e emitiu o parecer da Comissão aos Estados Partes como Recomendações Temporárias no âmbito do IHR.

O Comitê identificou as seguintes ações como críticas para todos os países: (1) Fortalecer a resposta nacional à pandemia Covid-19, atualizando os planos nacionais de preparação e resposta; (2) Alcançar metas nacionais de vacinação COVID-19 em consonância com as recomendações globais da OMS de pelo menos 70% das populações de todos os países vacinadas até o início de julho de 2022; (3) Continuar a utilizar as medidas de saúde pública e sociais (PHSM) de acordo com o [Plano de Preparação Estratégica, Prontidão e Resposta atualizado](#); (4) Ajustar a vigilância COVID-19 para focar na carga e no impacto e preparar-se para uma integração sustentável com outros sistemas de vigilância; (5) Garantir a disponibilidade de serviços essenciais de saúde, sociais e educacionais; (6) Levantar as proibições internacionais de trânsito e continuar a ajustar as medidas de viagem, com base em avaliações de risco; (7) Não exigir comprovação de vacinação contra COVID-19 para viagens internacionais como o único caminho ou condição que permita viagens internacionais. (7) Enfrentar os desafios de engajamento da comunidade, combater proativamente a desinformação e promover a inclusão das comunidades na tomada de decisões; (8) Apoiar a produção local e a transferência de

tecnologia; (9) Realizar investigações epidemiológicas da transmissão SARS-CoV-2 na interface homem-animal e vigilância direcionada sobre potenciais hospedeiros e reservatórios animais.

O que vem por aí

O Mecanismo de Negociação Intergovernamental (INB) irá se reunir para elaborar e negociar a convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre prevenção, preparação e resposta da Pandemia vai se reunir essa semana. A INB deve trabalhar com base nos princípios da inclusão, transparência, eficiência, liderança dos Estados-Membros e consenso. Assim, dias 12 e 13 de abril será realizada a primeira audiência pública sobre o novo instrumento internacional. A pergunta norteadora dessa rodada é a seguinte: "*Que elementos substantivos você acha que devem ser incluídos em um novo instrumento internacional sobre preparação e resposta pandêmica?*"

O evento poderá ser acompanhado online e terá a participação da WFPHA. O Brasil é um dos vice-presidentes dessa iniciativa.

As emissões de gases de efeito estufa precisam reduzir a partir de 2025

Danielly de P Magalhães, Guilherme Franco Neto e Luiz Augusto Galvão

Sobre as políticas climáticas...



Cientistas

Governantes

A contribuição do Grupo de Trabalho III para o Sexto Relatório de Avaliação Climática do IPCC (Mudanças Climáticas 2022: Mitigação das Mudanças Climáticas) foi finalizada em 4 de abril de 2022 durante a 14ª Sessão do Grupo de Trabalho III e 56ª Sessão do IPCC. Diferente dos relatórios referentes a contribuição do grupo de trabalho I e II que abordavam os impactos e a necessidade de adaptação, este é mais controverso devido seu foco nas políticas, práticas e lições aprendidas para mitigar as emissões. O relatório é um manual para todos os setores da economia, avaliando diversas soluções de mitigação das emissões através da discussão técnica, incluindo os componentes social, justiça, equidade, econômico e ainda prevê as probabilidades de certeza sobre às soluções.

Para mantermos a elevação da temperatura até de 1,5 a 2,0°C, até 2100, as emissões precisam atingir o pico antes de 2025, e a partir daí os países em desenvolvimento devem estabilizar suas emissões e os países desenvolvidos devem reduzir suas emissões. Ou seja, ações para redução devem ser tomadas imediatamente e reduções progressivas devem ser acompanhadas nos períodos de 2030, 2040 e 2050. No pior cenário, sem um fortalecimento das políticas, além já implementadas até o final de 2020, as emissões de GEE devem aumentar além de 2025, levando a um aquecimento global médio de 3,2 (2,2 a 3,5) °C até 2100. De forma muito preocupante, é demonstrado que as emissões de gases de efeito estufa continuam crescendo (Figura 1), sendo a queima de combustíveis fósseis o principal contribuidor seguido pelas emissões de metano (em maior parte proveniente da queima de combustíveis fósseis para geração de energia) uso da terra, onde enquadram-se as atividades agrícolas e o desmatamento de florestas.

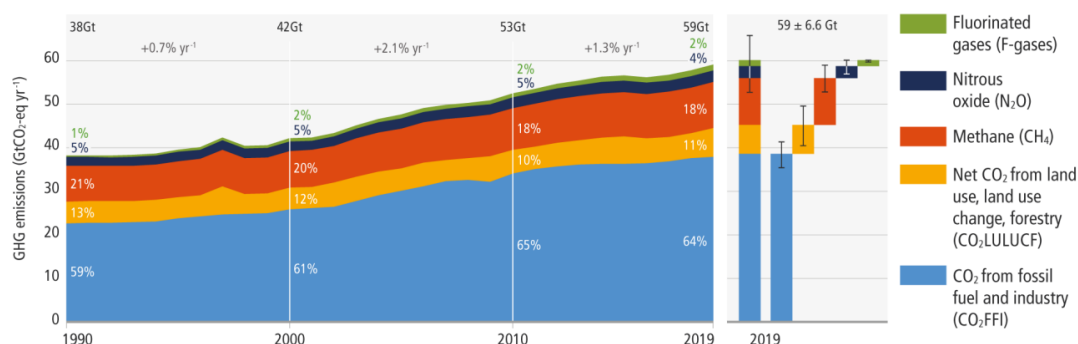


Figura 1

As emissões antropogênicas globais em todos os grupos de gases de efeito estufa de 1990 a 2019. Fonte: [AR-6/WGIII](#)

Dentre todas as emissões, a mais fácil de ser mitigada são aquelas referentes ao uso da terra, beneficiando também a biodiversidade. São as chamadas *Nature-based solutions*, baseada na proteção e restauração de ecossistemas naturais como florestas, turfeiras, áreas úmidas, savanas e campos; além de métodos agrícolas mais sustentáveis com melhor uso da terra e menos agrotóxicos, favorecendo também a qualidade do alimento.

O AR6 WGIII enfatiza que para todos os setores estudados já há tecnologias suficientes para mitigação e que o maior investimento em pesquisa pode melhorar ainda mais seus custos e facilitar sua operação. É apresentado também tecnologias para prolongar a vida dos combustíveis fósseis no mercado, através da captura e armazenamento de carbono (Carbon Capture and Storage – CCS). No entanto, essa técnica é mais viável para emissões com alta concentração de emissão de CO₂ simultânea, como por exemplo em usinas elétricas a base de carvão. Mas o gasto energético e de água ainda torna essa solução pouco viável, necessitando mais investimento em pesquisas.

As emissões de GEE elas não são equitativas, nem entre as regiões (Figura 2a), sendo a Ásia oriental, principalmente a China, o maior emissor atual de GEE. No entanto, no contexto histórico, quem mais emitiu gases de efeito estufa foram a América do Norte, liderado pelos EUA (Figura 2b) e quem continua tendo a maior emissão per capita do mundo (Figura 2c). A riqueza per capita também explica as emissões, as famílias com renda 10% superiores contribuem com 36-45% das emissões de GEE, enquanto as famílias com renda nos 50% inferiores, contribuem com 13-15% das emissões. O que demonstra que as ações individuais também são importantes, mas seu sucesso depende de um cenário favorável e de políticas públicas que incentive as mudanças e de governança de curto e longo prazo.

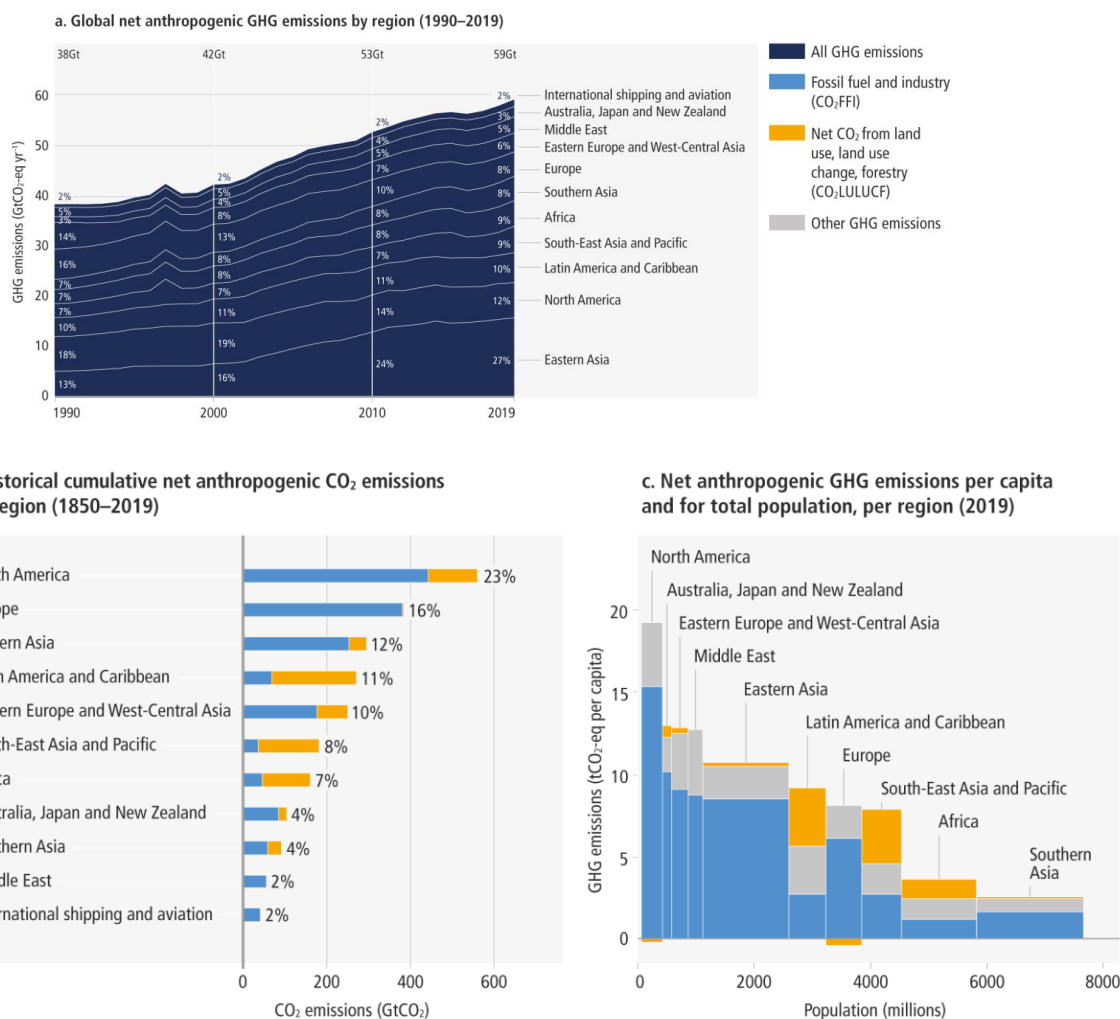


Figura 2

Emissões de gases de efeito estufa por região. (a) emissões atuais por região; (b) emissões acumuladas históricas, de 1850 a 2019 por região; (c) emissões per capita em 2019 por região

De forma geral, o relatório deixa claro que o que falta é vontade política porque todos os mecanismos e soluções já estão disponíveis e por um custo bastante viável, e os gastos por não mitigar as emissões serão até três vezes maiores do que mitigá-las. É necessária uma governança que integre os diversos setores, incluindo o setor saúde, que faça planejamento de curto e médio prazo para guiar o setor privado e em locais estratégicos para também promover adaptação e diminuir as vulnerabilidades dos povos mais afetados. Essa governança deve garantir uma transição justa, com processos e práticas que visam garantir que nenhuma pessoa, trabalhador, lugar, setor, país ou região fique para trás à medida que as sociedades se descarbonizam, incluindo também proteção social, direitos trabalhistas, justiça no acesso e uso de energia e consulta democrática.

Cabe registrar que as emissões brasileiras de gases de efeito estufa em 2020 cresceram 9,5%, enquanto no mundo inteiro elas despencaram em quase 7% devido à pandemia de Covid-19. A alta no desmatamento no ano passado, em especial na Amazônia, pôs o Brasil na contramão do planeta e o deixa em desvantagem no Acordo de Paris, [segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia](#). Em pesquisa de opinião realizada pela Fundação Getúlio Vargas e publicado pelo jornal [Valor econômico em 8 de abril de 2022](#), os brasileiros têm a percepção que as mudanças climáticas são ocasionadas por ação humana, e não por fenômenos

naturais. A maioria que respondeu a pesquisa também defende que é melhor proteger o ambiente mesmo que isso signifique menor crescimento econômico e afete o número de empregos, o que sabemos que não é bem assim quando se tem uma política de transição bem estruturada, um desenvolvimento sustentável é pode ser ainda mais produtivo e não destrói o ambiente. O que falta são políticas de reformas gerais e que mobilizem a corresponsabilização individual. O Brasil precisa de um novo modelo social que dê centralidade à questão ambiental e à herança que será deixada para as novas gerações.

Reunião do Comitê de Política Ambiental da OCDE em Nível Ministerial

A última Reunião do Comitê de Política Ambiental (EPOC) em Nível Ministerial ocorreu em 2016, logo após a assinatura do Acordo de Paris. Seis anos depois e em comemoração aos 51 anos do EPOC, a edição de 2022, realizada em 30 e 31 de março, contou com 38 países membros, a União Europeia e também a Bulgária, Croácia, Peru e Romania. O encontro representou uma oportunidade vital para os ministros impulsionarem ações sobre questões ambientais e climáticas e fornecer orientações para trabalhos futuros da OCDE.

O EPOC é pioneiro e lidera a definição de padrões e limites ambientais, atuando em diversas áreas desde mudanças climáticas, biodiversidade, água, inovação e meio ambiente até eficiência de recursos, produtos químicos e resíduos. Nos seus 51 anos, já desenvolveu mais de 75 atos jurídicos sobre o meio ambiente, liderou a forte experiência da OCDE em indicadores ambientais, dados e modelagem, desenvolveu um extenso sistema de análises ambientais de países e apoiou o trabalho no desenvolvimento de políticas ambientais em economias emergentes e em transição. A amplitude dos tópicos abordados – e a forte colaboração tanto dentro da Direção do Meio Ambiente quanto com outras direções e agências da OCDE – torna esta reunião um local crucial para os ministros se envolverem em questões ambientais com seus pares.

Sob o tema “Garantir um ambiente resiliente e saudável para todos”, o EPOC 2022 apresentou dois focos centrais – clima e plásticos. Os ministros discutiram o desafio climático e os próximos passos após a COP26, com temas críticos, incluindo financiamento climático, mitigação e adaptação, precificação de carbono e alinhamento dos desafios de curto e longo prazo para atingir as metas de clima. Os ministros também se reuniram para tratar de assuntos paralelos sobre perda de biodiversidade, transformações climáticas e digital, justiça ambiental, comércio e ambiente, saúde e segurança humana e gestão sustentável dos oceanos. O resumo executivo das sessões pode ser visualizado [aqui](#).

Em resultado, na [Declaration on a Resilient and Healthy Environment for All](#) os países envolvidos se comprometeram a:

- *Fortalecer os esforços para alinhar os planos de recuperação da COVID-19 com as metas ambientais e climáticas para construir uma recuperação verde, inclusiva e resiliente para todos.*
- *Desenvolver abordagens de ciclo de vida abrangentes e coerentes para combater a poluição por plásticos e promover um engajamento robusto no comitê de negociação intergovernamental para desenvolver um instrumento juridicamente vinculativo internacional sobre poluição por plásticos com a ambição de concluir as negociações até o final de 2024. Isso reflete as conclusões do recente relatório da OCDE lançou o [Global Plastics Outlook](#), que mostra que a geração global de resíduos plásticos mais que dobrou de 2000 a 2019 para 353 milhões de toneladas.*

- *Desenvolver e implementar estratégias ambientais e climáticas eficazes e ambiciosas destinadas a atingir emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2050, inclusive por meio de ações aceleradas nesta década crítica, com o objetivo de manter o limite de um aumento de temperatura de 1,5°C dentro do alcance.*

No entanto, segundo o recém publicado relatório seis do Grupo de trabalho III do IPCC ([Mudanças Climáticas 2022: Mitigação das Mudanças Climáticas – AR6-WGIII](#)), alcançar a meta de 1,5°C de aumento exige reduções imediatas e profundas das emissões de gases de efeito estufa (59%) em todos os setores e regiões - que não parecem condizer com a realidade. Os Estados Unidos, por exemplo, devido às sanções contra o comércio de petróleo Russo, estão exigindo que as petrolíferas em solo americano produzam mais, disponibilizando as terras federais para prospecção e perfuração, e que as empresas que estejam arrendando terras federais comecem a perfuração imediatamente sob o risco de multa. Também foi disponibilizada parte das reservas nacionais para serem comercializadas, além de acordo com a Venezuela para compra de petróleo. Vale ressaltar que os impactos ambientais da exploração do petróleo e gás natural vão além da questão climática. As perfurações de poços de petróleo também contaminam o solo e as águas subterrâneas, como recém observado na Namíbia; e geram como resíduo a lama de perfuração, de difícil tratamento que muitas vezes necessita de manejo de armazenamento e de técnicas de coprocessamento.

Reunião de preparação para a Estocolmo+50

Uma reunião preparatória de um dia para Estocolmo+50 foi convocada pelo Presidente da Assembleia Geral na segunda-feira, 28 de março de 2022, na sede das Nações Unidas em Nova York. Presidida pelos coanfitriões Estocolmo+50, Suécia e Quênia, os participantes enfatizaram que proteger a natureza é o mesmo que proteger a humanidade e pediram um envolvimento significativo dos jovens, para quem eles disseram que os riscos das crises ambientais serão maiores. Na plenária de abertura, a ministra para o Clima e Ambiente da Suécia, Annika Strandhäll, cobrou os compromissos firmados pelos países, principalmente o financeiro, que não vem sendo integralmente honrado, “Investir no planeta significa investir em pessoas”, e pediu que a Estocolmo +50 deve acelerar esses compromissos (clima, biodiversidade, oceanos).

Amina Mohammed, vice-secretária-geral da ONU, lembrou que em 1972 o mundo reconheceu pela primeira vez as conexões entre pobreza, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, e uniu-se sob o conceito de “uma única terra” e multilateralismo ambiental, e completou dizendo que esses reconhecimentos são ainda mais aparentes hoje. Em concordância, Inger Anderson, Secretária Executiva do PNUMA e Secretária Geral do Encontro Internacional Estocolmo+50, destacou que os marcos de 1972, 1992 e 2012 aproximaram a agenda ambiental da integração com o desenvolvimento e a agenda social, mas “não chegamos lá”, pois essa interconexão ainda não está integrada nas políticas e ações. Há a necessidade de construir as conexões entre as agendas globais e sugeriu a necessidade de uma “nova guia para o bem-estar”, à medida que o mundo repensa as medidas de progresso e bem-estar pós-pandemia. Dentro desse esforço para um recomeço mais sustentável, sugeriu a substituição de subsídios prejudiciais ao ambiente por subsídios que reduzam a pobreza e beneficiem o ambiente, e que as políticas sejam pensadas dentro da abordagem *One Health* que trata a saúde humana, animal e planetária como uma e a mesma coisa.

Em seguida, os líderes se dividiram para discutir as propostas de três diálogos:

- 1: Refletindo sobre a necessidade urgente de ações para alcançar um planeta saudável e prosperidade para todos (copresidido pelo Canadá e Equador), documento [aqui](#).
- 2: Alcançar uma recuperação sustentável e inclusiva da pandemia de coronavírus (COVID-19) (copresidido pela Alemanha e Indonésia), documento [aqui](#)
- 3: Acelerar a implementação da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável no contexto da Década de Ação e entrega para o desenvolvimento sustentável (copresidido pelo Egito e Finlândia), documento [aqui](#)

Os documentos desses três diálogos serão levados a Estocolmo+50 para propor formas de mobilizar, acelerar e promover ações inovadoras nessas áreas.

O Dia Mundial da Saúde: Nosso Planeta, Nossa Saúde

No dia 7 de abril se comemora o Dia Mundial da Saúde em celebração a criação da Organização Mundial de Saúde em 1948. A cada ano, a WHO elege um tema de preocupação para a saúde e neste aniversário de 2022 o tema escolhido foi *Our Planet, Our Health*, chamando a atenção para a necessidade de ações imediatas para manter os seres humanos e o planeta saudáveis e promover um movimento para criar sociedades focadas no bem-estar. A OMS estima que mais de 13 milhões de mortes anuais em todo o mundo são relacionadas ao ambiente e poderiam ser evitadas. A campanha chama a atenção para a crise climática, que é a maior ameaça à saúde que a humanidade enfrenta e propõe algumas ações individuais (Figura 3), outras campanhas podem ser encontradas [aqui](#). A crise climática é também uma crise de saúde. Nessa edição foram realizados vários eventos que podem ser visualizados [aqui](#), mas daremos enfoque para o [evento](#) realizado pela Organização Pan Americana de Saúde (OPAS).



Na ocasião a diretora da OPAS, Dra. Carissa Etienne chamou atenção para os impactos da tripla crise planetária (mudanças climáticas, perda da biodiversidade e poluição) na saúde das pessoas e do planeta e como esses efeitos podem ser amplificados por deficiências na infraestrutura e nos sistemas de saúde para prevenir doenças e responder efetivamente a crises, desastres e emergências. Este é um lembrete poderoso de que a maneira como vivemos, organizamos nossas sociedades e produzimos e consumimos bens estão intimamente relacionados à saúde do nosso planeta, e que a saúde animal e a saúde do nosso meio ambiente estão interligadas com a saúde das pessoas. Isso também é um lembrete de que nós, como sociedade, somos tão fracos quanto nosso elo mais fraco – portanto, esforços extras de transformação devem ser feitos para proteger a saúde das populações mais vulneráveis dos riscos ambientais”. A diretora também apontou dados alarmantes na região sobre falta de cobertura sanitária (431 milhões de pessoas), defecação ao ar livre (9.9 milhões de pessoas), acesso a água potável (161 milhões de pessoas), ações que resultariam na prevenção de 30.000 mortes ao ano. Também ressaltou que ~80 milhões de pessoas ainda dependem de combustíveis poluentes, como combustíveis sólidos ou querosene para necessidades de iluminação, cozinha e aquecimento – um problema que infelizmente afeta principalmente mulheres e crianças. Abordou ainda que pessoas ainda estão expostas a produtos químicos perigosos, como mercúrio, chumbo e pesticidas – que afetam não apenas a saúde das pessoas

diretamente expostas, mas também a dos fetos no útero, que podem sofrer efeitos nocivos ao longo da vida.

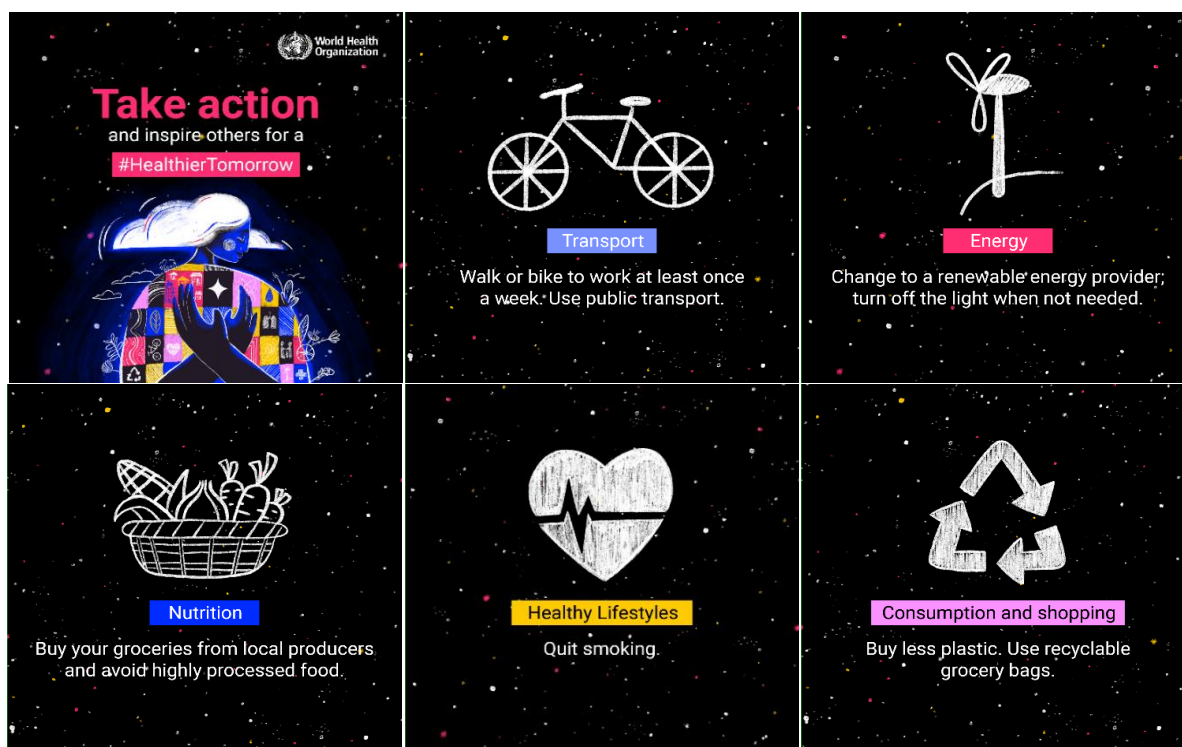


Figura 3

Campanha “Mais Saudável Amanhã” da OMS sugerindo ações individuais para ajudar a tornar o planeta mais saudável.

A Dra. Jacqueline Álvarez, Diretora do PNUMA da América Latina e do Caribe, recordou os diversos acordos entre PNUMA e OMS e apresentou resoluções recentes aprovadas no UNEA 5.2 como o Acordo de combate a Poluição de Plástico que ficará pronto para 2024, o protocolo sobre resistência microbiana e as relações entre Biodiversidade e Saúde. Também chamou atenção dos participantes para o art. 16 da Convenção de Minamata que versa sobre as Estratégias de saúde e o Guia da saúde para combate a exposição ao Mercúrio – que tem bastante significância na região por conta da mineração de ouro.

Em seguida, alguns ministros de países expuseram suas preocupações e suas principais ações no contexto saúde e ambiente. O Dr. José Manuel Matheu, Secretário de Estado de Saúde de Honduras, apresentou como principal ação para o país o combate a queima de biomassa para geração de energia e outros usos domésticos. A Dra. Carla Vizzotti, Ministra de Saúde da Argentina, também destacou as defecações ao ar livre como um problema do país. A Argentina criou um gabinete de Cambio Climático que reúne todos os ministérios e juntos criaram o Plano Nacional de mudanças climáticas. Sistemas de alerta antecipado para ondas de calor estão sendo desenvolvidos no país e foi construído um hospital nacional verde. O Dr. Christopher Tufton, Ministro de Saúde e Bem-estar da Jamaica falou que seu país vai investir em Hospitais verdes, sistemas de gerenciamento de risco, soluções de transporte menos poluente e energias renováveis, como a solar. O país está trabalhando em seu *Country Profile* para a OPAS e identificou que a Dengue possivelmente aumentará com o incremento da temperatura. Por fim, o Dr. Jarbas Barbosa, Subdiretor da OPAS, saudou os países por suas ações e expôs a importância de acordos multilaterais e da saúde em todas as políticas, de sistemas de saúde resiliente às

mudanças climáticas, além da importância da parceria PNUMA/OPAS para contribuir com normas técnicas integradas para melhor assistir os países.

Para enfrentar esses desafios e ajudar os Estados Membros, a OPAS lançou no ano passado a [Agenda para as Américas sobre Saúde, Meio Ambiente e Mudança Climática, 2021–2030](#). Esta Agenda baseia-se nos compromissos estabelecidos na Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018–2030 e no Plano Estratégico da Organização Pan-Americana da Saúde 2020–2025. Ele se concentra em:

- melhorar o desempenho de programas e instituições de saúde pública ambiental;
- promoção de sistemas de saúde ambientalmente resilientes e sustentáveis; e
- promover cidades e comunidades ambientalmente saudáveis e resilientes.

Boas práticas de governança; fortalecimento dos papéis de liderança e coordenação do setor da saúde; fomentar a ação intersetorial; com foco na prevenção primária; melhorar a geração e uso de evidências; e melhorar a comunicação para promover a conscientização e a ação, são ações fundamentais que beneficiará os países e os territórios.

Garimpos, desmatamento e doenças em terras Yanomami, Brasil

O recém publicado relatório [Yanomami Sob Ataque: Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo](#) demonstra que o garimpo nas terras indígenas Yanomami cresceu 46% em 2021, impactando diretamente 56% dos indígenas. O cenário se repete ao da década de 80, quando as terras Yanomami foram invadidas por 40 mil garimpeiros. Em 2014, iniciou-se nova ocupação no território, mas foram contidas pela fiscalização do Ibama e da Polícia Federal, mas no atual governo as ações foram interrompidas, havendo hoje mais de 20 mil garimpeiros ilegais na região.

Os garimpos mudam o curso dos rios, afugentando os animais utilizados como caça pelos indígenas, e diminui as fontes de alimentos naturais. Em troca, os índios são presenteados com alimentos industrializados, já surgindo casos de hipertensão, diabetes, desnutrição e obesidade. Há também relatos de índios pedindo ajuda aos garimpeiros para se alimentarem que exigem em troca ter relações sexuais com mulheres adolescentes, além de relatos de estupro de crianças.

Além da contaminação crônica da água e solo por mercúrio que se acumula no corpo, causando efeitos neurológicos em todos os estágios de vida, mas principalmente nos estágios de desenvolvimento, desde o útero até a primeira infância, as áreas remexidas tornam-se criadouros de mosquito. A malária aumento de 5.225 casos em 2016 para 27.087 casos em 2020 e 23.655 casos em 2021. Jovens indígenas estão sendo aliciados e estão deixando as escolas para trabalharem na área indígena.

Como abordado no informe anterior a este, os garimpos ilegais são a maior fonte de contaminação por mercúrio e combater o uso de mercúrio nessa prática faz parte da Convenção de Minamata sobre Mercúrio. A COP-4 resultou na Declaração de Bali não vinculativa, que visa fortalecer a cooperação e colaboração internacional para combater o comércio ilegal de mercúrio, observado na mineração artesanal e de pequeno porte de ouro (*artisanal and small-scale gold mining* - ASGM). Globalmente, 10-20 milhões de pessoas trabalham no setor ASGM e muitas delas usam mercúrio diariamente. Como resultado, 838 toneladas de mercúrio foram lançadas no ar em 2015 somente pela ASGM, cerca de 38% do total global, tornando o setor o

maior contribuinte para as emissões antropogênicas do metal, de acordo com as estimativas mais recentes da [União Internacional para a Conservação da Natureza](#). A região da América do Sul é a segunda maior em consumo de mercúrio devido às atividades de ASGM

12ª Reunião do Grupo de Trabalho Aberto da Convenção de Basileia (OEWG-12)

O OEWG reuniu-se de forma híbrida de 4 a 6 de abril de 2022 em Nairobi, Quênia para discutir questões substantivas sobre uma ampla gama de fluxos de resíduos, desde resíduos domésticos a resíduos de mercúrio e resíduos eletrônicos e elétricos (e-waste). Após a decisão da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA 5.2) sobre o novo tratado de plásticos e sobre a criação de um painel de política científica sobre produtos químicos e resíduos, o OEWG se reuniu para avaliar a eficácia da decisão da Convenção de Basileia de regulamentar o comércio de resíduos plásticos.

As questões abordadas nesta reunião incluíram, entre outros, a gestão ambientalmente saudável dos resíduos plásticos e sua eliminação; baterias de chumbo-ácido; e resíduos contendo compostos de mercúrio. A Convenção de Basileia ajuda a mitigar os efeitos adversos dos resíduos perigosos, visando proteger a saúde humana e o meio ambiente.

Evento Saúde como Alavanca para a Ação sobre Mudanças Climáticas *(Health as a Lever for Action on Climate Change) – 8 de Abril, 2022 Paris e Online

O ministério de saúde da França (Santé publique France) e a IANPHI (Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública) organizam um dia de discussão dedicado às mudanças climáticas e à saúde pública. Esse evento se realizou em seguimento à Carta do Rio e como atividade da presidência francesa do Conselho da União Europeia. O evento teve como objetivo promover uma melhor conscientização sobre os vínculos entre clima, biodiversidade e saúde nas políticas públicas e incentivar ações concretas em escala local, nacional e europeia. Contou com a participação de profissionais de saúde pública, profissionais da área ambiental, tomadores de decisão, pesquisadores e outros interessados, incluindo palestrantes de altíssimo nível de toda a Europa e das grandes iniciativas das áreas de clima e saúde pública, inclusive do IPCC e da OMS.

O programa incluiu intervenções interdisciplinares e intersetoriais sobre conhecimento, debates sobre desafios de alavancar ações, e exemplos concretos de cidades europeias que tomaram ações sobre o clima, a biodiversidade e a saúde. O [programa completo está disponível](#) na página do evento e a [gravação com tradução em francês e inglês está disponível no YouTube do Ministério da Saúde Francês](#).

Considerações finais

Nossos padrões insustentáveis de consumo e produção estão nos levando para uma crise climática com pouquíssimo tempo de reversão. Somando, a perda de biodiversidade e a poluição do ar, do solo, dos rios e mares impactam profundamente na nossa saúde e bem-estar. As crises ambientais afetam a todos, ricos e pobres, brancos e negros, mas com certeza aumenta ainda mais o sofrimento das pessoas em vulnerabilidade econômica, social e ambiental. A ciência vem contribuindo firmemente para criação de tecnologias que mitiguem esses impactos, propondo modelos de consumo e produção sustentáveis, mas que têm sido frequentemente negligenciadas em políticas nacionais e práticas de negócios visando o lucro. A sobrevivência humana depende de todos os componentes da natureza e produzidos pela natureza. Manter e restaurar as florestas e ecossistemas é o esforço mais fácil dessa equação, mas o desmatamento

persiste, fruto de uma política imediatista, sem perspectiva de futuro e sem compromisso com a ciência e com o futuro dos jovens. É urgente acelerar os esforços para o consumo e produção sustentável, para as energias sustentáveis e para a economia circular, tornando o comércio uma força para o bem que impulsiona para mudanças sustentáveis. É necessário também o envolvimento de todas as pessoas e a transparência sobre a real situação do planeta, bem como o papel individual do cidadão nessa equação.

Migrações, refúgio e saúde global

*Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek,
Jameson Martins, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e
Deisy de Freitas Lima Ventura*

Em nosso mais recente informe, o Grupo Migrações, Refúgio e Saúde Global deu destaque a diversos fluxos de migrantes e refugiados ao redor do mundo, em particular em países do Sul Global afetados por conflitos armados, fenômenos naturais e instabilidade política. Apesar de contínuas e devastadoras, as consequências das crises localizadas nesses países muitas vezes perdem espaço tanto na cobertura midiática internacional como na atenção de organizações internacionais e governos. Isto ocorre ainda mais claramente no momento em que os ataques da Rússia à Ucrânia também forçaram um fluxo importante de refugiados na Europa, sobre o qual nos debruçamos em número anterior (Informe de 16 de março de 2022). No presente Informe, abordamos primeiramente a Reunião de Alto Nível do Escritório Regional da OMS na Europa, que reforçou o compromisso com a agenda global de saúde de migrantes e refugiados. Mesmo que promovida à luz do conflito ucraniano, que já gerou o expressivo volume de 4,5 milhões de refugiados reconhecidos em menos de dois meses, a Reunião se dedicou a reconhecer o direito à saúde das pessoas em deslocamento e a promover a colaboração inter-regional entre Europa, África e Oriente Médio, eixo dos maiores fluxos contemporâneos. Mais adiante, seguimos abordando mais algumas das crises humanitárias em diversas partes do globo -- a dos Rohingya em Mianmar e Bangladesh, a do Afeganistão, de venezuelanos no Panamá e do Mali.

Reunião de alto nível sobre saúde e migração organizada pelo Escritório Regional da OMS para Europa

Em março, o Escritório Regional da OMS para Europa organizou uma reunião em Istambul⁷ com ministros, refugiados e migrantes, políticos, organizações da sociedade civil e diretores regionais da OMS para discutir as prioridades e os parâmetros de futuras colaborações para a saúde de migrantes e refugiados na região da Europa.

Os membros da reunião reafirmaram o compromisso com o Plano de Ação Global 2019-2023 “Promovendo a saúde de migrantes e refugiados”, implementado pela resolução 70.15 da Assembleia Mundial da Saúde. O Plano assegura a saúde como um direito humano e ressalta os diversos desafios enfrentados por populações em deslocamento, de dificuldades de acesso ao sistema de saúde do país de destino à insegurança alimentar.

A resolução também determina os papéis e responsabilidades de atores não-estatais na promoção da saúde para esses grupos, e reitera as seis prioridades definidas para o período de 2019 a 2023: a promoção da saúde de refugiados e migrantes por meio de intervenções de curto e longo prazo; continuidade e qualidade do cuidado essencial à saúde e desenvolvimento da saúde ocupacional e medidas de segurança; advogar a pauta da saúde de refugiados e migrantes nas agendas globais e regionais, a promoção de políticas para proteção social e legal desses grupos e da igualdade de gênero; melhoria da capacidade de enfrentamento de determinantes sociais da saúde e progresso em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável;

⁷ <https://www.who.int/news/item/29-03-2022-who-euro-high-level-meeting-on-health-and-migration-reaffirms-commitment-to-the-global-agenda-on-refugee-and-migrant-health>

fortalecimento de sistemas de monitoramento e informação de saúde; e fortalecimento de comunicação baseada em evidências sobre a saúde de migrantes e refugiados.

Na reunião, a OMS reiterou seu compromisso com iniciativas inter-regionais, como a colaboração do Escritório para Europa com a União Africana e escritórios locais no Oriente Médio, para contribuir com o progresso na área de saúde de migrantes e refugiados. É notório que essas regiões presenciam elevados fluxos migratórios: até o fim de 2020, de 281 milhões de migrantes vivendo fora de seus países de origem; 101 milhões, 22 milhões e 47 milhões residem na Europa, África e Oriente Médio, respectivamente.

A reunião também deve ser vista sob a luz da nova crise migratória que eclodiu na Ucrânia devido às invasões russas, que já gerou 4,5 milhões de refugiados, em grande parte deslocados para outros países da Europa. Contudo, a OMS ressalta que deslocamentos e migrações não estão limitados a momentos de crises agudas. São comuns as migrações relacionadas a trabalho e a desigualdades econômicas e refugiados de conflitos longos. Mais de 31 milhões de africanos vivem fora de seu país de origem. A promoção da saúde de migrantes e refugiados é, portanto, uma tarefa urgente e contínua.

Além da Europa: crises migratórias e saúde

Refugiados Rohingya

Os Rohingya são uma minoria muçulmana apátrida de Mianmar. Desde a década 1990, mais de um milhão de refugiados Rohingya já fugiram da violência de Mianmar e esse número segue aumentando rapidamente, o que a caracteriza como a crise humanitária que cresce mais rápido no mundo⁸.

No final de agosto de 2017 eclodiu a violência em Mianmar, iniciando uma crise humanitária que levou 742 mil pessoas a buscarem refúgio em Bangladesh, principalmente nos primeiros três meses de crise. Hoje, a população de refugiados Rohingya em Bangladesh se aproxima dos 900 mil, sendo composta em grande parte por crianças e mulheres⁹.

O governo de Bangladesh vem respondendo de modo contínuo há décadas, apesar de sua infraestrutura e serviços já limitados. O assentamento de refugiados de Kutupalong é o maior de seu tipo no mundo, com mais de 600 mil pessoas vivendo em uma área de apenas 13 quilômetros quadrados¹⁰.

A resposta humanitária em Bangladesh continua focada em satisfazer as necessidades humanitárias e em mitigar o impacto das chuvas sazonais das monções, mas o apoio internacional é essencial e urgente para impulsionar o auxílio diário (por exemplo, com educação, cadastramento de pessoas e programas diversos) às populações mais vulneráveis, como crianças, mulheres e pessoas com necessidades específicas¹¹.

Para isso, no dia 29 de março deste ano foi lançado o Plano de Resposta Conjunta de 2022 (2022 Joint Response Plan - JRP) para a Crise Humanitária Rohingya. A partir deste, agências humanitárias estão solicitando ajuda de mais de 881 milhões de dólares para dar

⁸ <https://www.unhcr.org/rohingya-emergency.html>

⁹ <https://www.unhcr.org/rohingya-emergency.html>

¹⁰ <https://www.unhcr.org/rohingya-emergency.html>

¹¹ <https://www.unhcr.org/rohingya-emergency.html>

assistência a mais de 1,4 milhão de pessoas afetadas, das quais 918 mil estão refugiadas em Cox's Bazar e Bhasan Char e 540 mil, nas comunidades vizinhas de Bangladesh. O JRP é liderado por autoridades de Bangladesh e reúne 136 parceiros, dos quais 74 são organizações nacionais¹².

Por causa de sua localização geográfica, os campos de refugiados de Cox's Bazar sofrem risco de desastres naturais. Assim, esse ano, o plano dá especial atenção e amplia esforços para monitorar e mitigar os riscos e consequências das mudanças climáticas, com reflorestamento e intervenções na energia. Além disso, o JRP, pela primeira vez, inclui atividades humanitárias para Bhasan Char. É crítica a necessidade de intensificar serviços humanitários essenciais na ilha, incluindo em âmbitos de saúde, proteção, nutrição, educação e subsistência¹³.

Apesar disso tudo, a solução principal parece estar em Mianmar. Muitos dos refugiados ainda expressam seus desejos de retornar às suas casas, contanto que as condições o permitam. O ACNUR e seus parceiros continuam presentes no Estado de Rakhine para apoiar Mianmar e propiciar o retorno voluntário, seguro e digno dos refugiados. O ACNUR e seus parceiros ainda enfatizam a urgência para que a situação Rohingya não se torne uma crise esquecida¹⁴.

Afeganistão

Já há cerca de 40 anos, o povo afegão sofre com conflitos e, agora, com desastres naturais (secas, terremotos e a pandemia de COVID-19), pobreza crônica e insegurança alimentar. Metade das pessoas do Afeganistão sofrem de fome aguda. Estas constituem uma das maiores populações de refugiados do mundo. São aproximadamente 3,4 milhões de deslocados internamente. 24 milhões de pessoas no Afeganistão convivem com a urgência de ajuda humanitária vital. Apenas em 2021, foram 700 mil novas pessoas deslocadas dentro do país, sendo 80% mulheres e crianças¹⁵.

O ACNUR permanece no país e está comprometido a continuar dando assistência aos mais vulneráveis, com abrigos, instalações de água e saúde, itens básicos de socorro e apoio psicossocial. Em meio ao inverno, o ACNUR se concentrou em ajudar as famílias a sobreviver através da doação de itens domésticos como cobertores, fogões, lanternas, kits de suporte para aquecimento, roupas, entre outros. Além disso, cuidados contra o COVID-19 também continuam sendo prioridade para diminuir os riscos o máximo possível¹⁶.

O plano humanitário de resposta à crise do Afeganistão deste ano demanda 4,44 bilhões de dólares, o que representa a chamada humanitária de maior valor já solicitado para um país, sem contar com um adicional de 3,6 bilhões de dólares exigido pela ONU, para o apoio a serviços sociais essenciais e sistemas comunitários, especialmente para a população feminina. O suporte tem como objetivo aumentar a entrega de alimentos, proteger a agricultura, serviços de saúde

¹² <https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/3/6242b7cf4/unhcr-partners-call-sustained-funding-support-rohingya-refugees.html>

¹³ <https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/3/6242b7cf4/unhcr-partners-call-sustained-funding-support-rohingya-refugees.html>

¹⁴ <https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/3/6242b7cf4/unhcr-partners-call-sustained-funding-support-rohingya-refugees.html>

¹⁵ <https://www.unhcr.org/afghanistan-emergency.html>

¹⁶ <https://www.unhcr.org/afghanistan-emergency.html>

e nutrição e abrigos de emergência, permitir acesso à água, energia, educação e outras infraestruturas essenciais¹⁷.

Delegados da OMS, Unicef, doadores, representantes afegãos e outros parceiros humanitários se reuniram em Doha para discutir as prioridades de saúde do Afeganistão¹⁸. Há diversas preocupações relacionadas à saúde no país, que enfrenta uma grave crise e já soma milhares de deslocados: desnutrição, surgimento de casos de sarampo, COVID-19 e uma onda de diarreia aquosa, além do país ter sido o único endêmico a reportar um caso de poliovírus selvagem.

Devido à longa crise, milhares de mulheres afegãs morrem por falta de cuidados durante o pré-natal, famílias perdem crianças por doenças que podem ser prevenidas, hospitais estão lotados e a população não tem acesso à alimentação adequada e a medicamentos. Apesar dos recentes avanços provenientes de colaborações entre o Estado do Qatar, a OMS e a Unicef, como a ajuda humanitária contra COVID-19, ainda há cerca de 10 milhões de afegãos vivendo em áreas sem acesso a serviços de saúde, tornando indispensável os esforços para continuar salvando vidas e garantindo o cuidado à saúde de grupos vulneráveis.

Venezuela

De acordo com o ACNUR e a OIM, cada vez mais pessoas, incluindo venezuelanos, estão percorrendo perigosos caminhos pela selva do Tampão de Darién (fronteira entre a Colômbia e o Panamá) à procura de segurança e estabilidade. Este é uma das rotas de migrantes e refugiados mais perigosas do mundo, composta por matas tropicais, montanhas íngremes, rios e risco de encontro com grupos criminosos causadores de violência, abuso sexual e roubos¹⁹.

Apesar disso, o número de venezuelanos que atravessaram o Tampão de Darién nos dois primeiros meses de 2022 (aproximadamente 2.500) totalizaram quase o mesmo número do ano de 2021 inteiro (2.819). Muitas pessoas chegam em seus destinos primordiais com fome, desidratadas e com grande necessidade de assistência médica. Em 2021, pelo menos 51 pessoas, originárias não apenas da Venezuela, foram declaradas desaparecidas ou mortas²⁰.

Em resposta à situação crítica e ao número crescente de pessoas passando pela selva, o ACNUR, OIM e seus parceiros estão aumentando esforços no Panamá através de abrigos temporários e recursos materiais como colchões, cobertores, lâmpadas, entre outros itens. Estas agências pedem por reforços para apoio e investimentos nas comunidades para fortalecer acolhimento e serviços, a fim de beneficiar tanto os refugiados e migrantes, quanto a população local²¹.

¹⁷ <https://www.unhcr.org/afghanistan-emergency.html>

¹⁸ <http://www.emro.who.int/media/news/who-unicef-qatar-and-partners-meet-to-discuss-interim-health-priorities-in-afghanistan.html>

¹⁹ <https://www.unhcr.org/news/press/2022/3/6243298f4/number-venezuelans-crossing-darien-gap-soars.html>

²⁰ <https://www.unhcr.org/news/press/2022/3/6243298f4/number-venezuelans-crossing-darien-gap-soars.html>

²¹ <https://www.unhcr.org/news/press/2022/3/6243298f4/number-venezuelans-crossing-darien-gap-soars.html>

Mali

Em 31 de março de 2022 a crise no Mali completou 10 anos. Com início na captura da cidade de Gao por parte de separatistas tuaregues e grupos islâmicos, a situação vem tomando contornos ainda mais complexos nos últimos meses. Assim que capturada pelo Movimento Nacional pela Libertação de Azawad (MNLA), Gao foi transformada na capital do novo Estado proclamado naquela região. No entanto, poucos meses mais tarde a cidade foi novamente tomada por grupos islâmicos, expulsando o MNLA. Apenas no ano seguinte tropas malianas - apoiadas por forças francesas, nigerinas e chadianas - conseguiram retomar a cidade, onde se estabeleceu um posto de comando para uma missão de paz internacional, conhecida como MINUSMA.

Contudo, grande parte dos esforços da missão de paz e da missão de formação da UE (EUTM) são considerados como falhos. Há uma emergência em todo o país, com possibilidade de ataques terroristas, especialmente em áreas de conflito direto. Desde agosto de 2020 o país sofreu três golpes de Estado. O Estado do Mali e as forças rebeldes formaram alianças internacionais nesse processo e o novo governo acusa a França de ineficácia em sua missão de paz, além da mesma interferir nos assuntos nacionais²². O Mali, assim, solicitou a retirada imediata de tropas francesas de seu território²³. A França assim o fez, e denunciou reiteradas vezes a atuação do grupo mercenário russo intitulado *Wagner*. Recentemente, a atuação desse grupo e de outras milícias russas vem chamando atenção de organizações não governamentais e órgãos internacionais, já que o Mali está vivendo um momento fortemente violento: Há uma espiral de mortes de civis e suspeitos, tanto por parte de grupos rebeldes associados com a Al-Qaeda e com o Estado Islâmico, quanto pelas forças de segurança do governo.

Conforme a organização Humans Right Watch²⁴, o governo do Mali, junto a forças russas, executou milhares de homens na cidade de Mour. O exército afirmou que a ação foi um “sucesso” com a morte de 208 jihadistas. ONGS denunciam, entretanto, um massacre contra civis que teria superado a marca de 500 mortes. Entre os testemunhos, fala-se de “execuções sumárias de civis, casas queimadas e mulheres estupradas.”²⁵ Ademais, todos os testemunhos indicam que homens brancos foram os responsáveis por esse massacre, sendo que a maior parte das fontes indica tratar-se de russos. importante mencionar o tratado bilateral entre Mali e Rússia, que declara que soldados russos treinam soldados malianos, além de mencionar a presença de grupos como o *Wagner*.

A violência constante dos conflitos e a insegurança alimentar forçaram cerca de 300 mil malineses a deixar suas moradias em busca de segurança. Os acampamentos aos quais se dirigem padecem também de difícil fornecimento de água e alimentos, além de condições de abrigo precárias. A organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) tem fornecido clínicas móveis para atender uma parcela da demanda dos refugiados. Desde fevereiro, foram realizadas cerca

²² <https://www.dw.com/pt-002/mali-dez-anos-de-uma-crise-sangrenta/a-61301274>

²³ <https://www.rfi.fr/br/%C3%A1frica/20220218-mali-pede-%C3%A0-fran%C3%A7a-que- retire-seus-soldados-do-pa%C3%ADs-sem-demora>

²⁴ <https://www.hrw.org/the-day-in-human-rights/2022/04/05>

²⁵ <https://www.rfi.fr/br/mundo/20220404-massacre-no-mali-opera%C3%A7%C3%A3o-contra-jihadistas-%C3%A9-acusada-de-matar-centenas-de-civis-com-ajuda-russa>

de 23 mil consultas na região fronteira do Mali, frente a um grande número de gestantes que demandam cuidados obstétricos.²⁶

Em agosto de 2012, o Alto Comissário da Agência da ONU para Refugiados pediu que os países melhorassem seu apoio financeiro para ajudar nas operações para refugiados do Mali em Burkina Faso, para onde se dirigiram 107 mil malianos. À época, mais de 250 mil pessoas deixaram o território, enquanto outras 174 mil se deslocaram internamente no país em função de disputas violentas entre governo, rebeldes tuaregues e demais grupos armados. Em 2021, o ACNUR registrava cerca de 160 mil refugiados e 400 mil deslocados internos²⁷. No ano de 2013 o governo do Mali conseguiu recuperar o controle da região de Ahmadou com a ajuda dos militares franceses. Apesar dos esforços em conjunto, diversos refugiados ainda temem voltar para suas casas com medo de sofrerem represálias. Enquanto a situação permanece instável, o ACNUR segue prestando assistência na região. Por mais que a situação na região de Ahmadou esteja menos caótica, outras regiões permaneceram sofrendo ataques e gerando mais deslocados internos.²⁸

Desde novembro de 2018, ocorreram em média 15 embates em Gao e em regiões próximas. Na cidade de Gao existe uma base militar internacional, com mais de 13 mil soldados de 56 nacionalidades diferentes que, juntos, compõem a força de paz da ONU. Apesar da situação não estar totalmente segura, mais de 71 mil pessoas que fugiram da região já conseguiram retornar²⁹. Segundo o ACNUR, milhões de malianos deixaram suas casas quando alguns dos lagos da região, Faguibine, Kamangou e Gouber secaram, sob os efeitos das mudanças climáticas, impossibilitando a atividade agropecuária de subsistência. Reforçado pela insegurança no país, o fluxo de refugiados a países vizinhos, como a Mauritânia, é contínuo.³⁰

Em média, 90% do território da Mauritânia fica na região do Deserto do Saara, o que torna a região suscetível aos efeitos da desertificação, agravada pelos períodos mais longos de seca. Em 2021, os meses de junho a setembro foram mais secos que o habitual, sendo que correspondem aos meses com mais incidência de chuvas. Cerca de 80% dos refugiados e deslocados internos são dos países mais afetados pelas mudanças climáticas, os que estão realmente na linha de frente da emergência climática. Na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 26), o ACNUR chamou atenção a lugares como a Mauritânia, países que já sentem fortemente o efeito das mudanças climáticas, forçando sua população a se deslocar procurando melhores condições de vida. Antes mesmo da COP 26 o Conselheiro Especial do ACNUR para Ação Climática foi à Mauritânia e visitou o campo de refugiados de Mbera, que fica a cerca de 60 quilômetros da fronteira com o Mali. Durante sua visita, ele pôde ouvir sobre as péssimas condições de vida na região, incluindo os temas de insegurança alimentar, pobreza e como as mudanças climáticas alteraram a região.³¹

²⁶<https://www.acnur.org/portugues/2012/08/03/crise-silenciosa-no-mali-exige-ajuda-humanitaria-urgente-diz-alto-comissario-do-acnur/>

²⁷ <https://data2.unhcr.org/en/documents/details/90233>

²⁸<https://www.acnur.org/portugues/2013/04/10/refugiados-do-mali-vivem-deja-vu/>

²⁹<https://www.acnur.org/portugues/2019/03/22/cidade-devastada-pela-guerra-volta-a-vida-no-mali/>

³⁰<https://www.acnur.org/portugues/2021/11/05/mudancas-climaticas-ameacam-a-subsistencia-de-pessoas-refugiadas-do-mali-e-mauritania/>

³¹<https://www.acnur.org/portugues/2021/11/05/mudancas-climaticas-ameacam-a-subsistencia-de-pessoas-refugiadas-do-mali-e-mauritania/>

Vulnerabilidade de meninas e mulheres: Relatório da situação mundial em 2022 e estudo brasileiro sobre mortes maternas relacionadas à Covid-19

*Maria Teresa Rossetti Massari e
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes*

Lancet Américas -> Mortalidade Materna por Covid-19 e a Falta de Cuidados no Brasil: achados preliminares de um estudo qualitativo

O Brasil tem a maior taxa de mortalidade materna por COVID-19 em todo o mundo. Em 1º de dezembro de 2021, havia 1.948 casos notificados de mortes maternas causadas por COVID-19. Desses, 1.488 ocorreram em 2021, 223% a mais do que em 2020. Dados epidemiológicos mostram que 59% das gestantes ou puérperas que morreram em 2021 por COVID-19 no Brasil, não apresentavam fatores de risco ou comorbidades anteriores.

Uma meta-análise sugere que o aumento dos impactos adversos é relacionado à ineficiência dos sistemas de saúde e à incapacidade de gerenciar a pandemia. No Brasil, a vacina só se tornou prontamente disponível para gestantes em julho de 2021, após uma série de controvérsias políticas e judiciais.

A The Lancet Américas publicou um estudo brasileiro que concluiu que o sistema de saúde não estava preparado para receber gestantes e puérperas com sintomas de Covid-19. Foram entrevistados familiares de mulheres que morreram de Covid-19 na gestação ou durante o período pós-parto a fim de compreender como foi a experiência de buscar por atendimento. Os achados identificaram três barreiras que impedem respostas de cuidados de saúde eficazes e centradas na mulher no país:

- 1) Atrasos na identificação dos sintomas relacionados ao COVID-19 das mulheres grávidas na realização de testes. Os familiares mencionaram que as mulheres receberam alta hospitalar após a confirmação da saúde fetal, com apenas medicamentos para aliviar sintomas leves. As mulheres foram informadas de que seus sintomas respiratórios, como dispnéia/falta de ar, eram “enjôo/fadiga da gravidez”, “nervosismo”, “algo em sua cabeça”, e algumas foram até questionadas se “desaprenderam a ser mãe”, “desaprenderam como é estar grávida”, ou foram encaminhadas a um psiquiatra.
- 2) Atrasos na hospitalização após o diagnóstico de COVID-19. Os dados epidemiológicos brasileiros registraram uma média de 7 dias entre o início dos sintomas e a internação para gestantes com diagnóstico confirmado de COVID-19. Os serviços de saúde mostraram-se relutantes em admitir gestantes com sintomas respiratórios agudos graves. Para aquelas que conseguiram confirmar o diagnóstico de COVID-19, muitas vezes por conta própria, por meio de serviços privados, embora o Brasil tenha um sistema público de saúde, a recusa do atendimento foi justificada pelo fato de as maternidades supostamente não estarem preparadas para admitir pacientes com COVID-19. Quase todas as gestantes foram várias vezes à mesma unidade ou até cinco unidades diferentes antes de serem admitidas. A recusa do atendimento foi ainda mais evidente para as mulheres negras; seus familiares relataram tentativas mais frustradas de acesso aos cuidados antes da hospitalização e práticas mais agressivas de culpabilização da mulher pela infecção ou por negligenciar seus sintomas.
- 3) Atrasos na prestação de cuidados intensivos após a hospitalização, como admissão na UTI, ventilação invasiva e indução precoce do trabalho de parto. O Observatório

Obstétrico Brasileiro também traça um quadro preocupante, mostrando que uma em cada cinco gestantes e puérperas que morreram por COVID-19 não teve acesso à UTI e 32,4% não foram intubadas. Intervenção adequada e medidas invasivas, como intubação e indução do parto prematuro, foram adiados aguardando o desenvolvimento fetal. Os médicos justificaram esses atrasos como “a necessidade de salvar as duas vidas”. Os estudos também encontraram um aumento significativo na taxa de natimortos durante a pandemia. Entre as 25 mulheres do estudo, houve 6 natimortos ou óbitos neonatais. Em todos os casos em que o feto não sobreviveu, a idade gestacional no momento da procura por atendimento foi inferior à média dos demais: 21 semanas, em contraste com 32 semanas.

Os achados revelaram falhas no atendimento médico que foram agravadas pela discriminação racial e normas de gênero prejudiciais. Quase todas as mulheres que morreram enfrentaram os efeitos da pobreza e as interseções de outras desigualdades. A falta de atenção obstétrica centrada na mulher é consequência de os sistemas de saúde não priorizarem a saúde sexual e reprodutiva durante as respostas às emergências de saúde pública. Para mitigar os impactos da Covid-19 e de outras emergências de saúde pública na vida das mulheres, é urgente adotar novos modelos de atendimento centrado na mulher, incluindo a aplicação de uma lente interseccional de gênero na preparação e resposta a emergências de saúde.

Para acessar o artigo completo, [clique aqui](#).

Observatório Obstétrico Brasileiro COVID-19 (OOBr Covid-19)

O Observatório Obstétrico Brasileiro COVID-19 (OOBr Covid-19) é um painel dinâmico com análises dos casos de gestantes e puérperas notificados no SIVEP-Gripe. Ele faz parte do projeto Observatório Obstétrico Brasileiro, projeto que visa disponibilizar uma plataforma interativa de monitoramento, análise de dados públicos cientificamente embasadas e disseminação informações de qualidade e relevantes da área de Saúde Materno-Infantil.

Nesse observatório são disponibilizadas as análises exploratórias dos dados, com visualização online, dinâmica e com filtros escolhidas pelo usuário, além dos resultados de modelos para os desfechos obstétricos.

Para acessar o Observatório Obstétrico Brasileiro Covid-19, [clique aqui](#).

Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)

A OMS lançou um Guia de Recomendações para Cuidados Maternos e Neonatais para uma Experiência Pós-natal Positiva. As recomendações enfatizam a urgência de apoio à saúde física e mental no período pós-natal (até seis semanas após o parto).

Em todo o mundo, mais de 3 em cada 10 mulheres e bebês não recebem cuidados pós-natais nos primeiros dias após o nascimento - o período em que ocorre a maioria das mortes maternas e infantis. Enquanto isso, as consequências físicas e emocionais do parto (lesões, dores e traumas recorrentes) podem ser debilitantes se não forem gerenciadas. Estas, costumam ser altamente tratáveis quando os cuidados certos são prestados no momento certo.

Além de abordar questões de saúde imediatas, essas primeiras semanas após o nascimento são cruciais para construir relacionamentos e estabelecer comportamentos que afetam o desenvolvimento e a saúde infantil a longo prazo. As diretrizes incluem recomendações para aconselhamento sobre amamentação (auxiliar no apego e posicionamento à medida que a

amamentação é estabelecida) e para apoiar os pais na prestação de cuidados responsivos a seus recém-nascidos.

O documento apresenta 63 recomendações para melhorar a provisão, utilização e experiência de cuidados pós-natais, sendo 31 recém desenvolvidas e 32 recomendações que já integram outras Diretrizes da OMS. Elas estão agrupadas em três partes: cuidados maternos, cuidados com o recém-nascido e sistemas de saúde e intervenções de promoção da saúde. As intervenções foram classificadas como recomendadas, não recomendadas ou recomendado sob certas condições.

Para acessar a notícia, [clique aqui](#). Para baixar o documento, [clique aqui](#).

UNFPA – Relatório “O Estado da População Mundial 2022”

Dia 30 de março o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), divulgou o relatório o Estado da População Mundial 2022.

Nada é mais fundamental para a autonomia do próprio corpo que a capacidade de decidir engravidar ou não. E, no entanto, para muitas pessoas, a escolha reprodutiva não é uma escolha. O direito humano básico de escolher ter filhos, e decidir sobre o seu número e espaçamento, está contido em muitos acordos globais: UNFPA, 1994; Assembleia Geral da ONU, 1989; Assembleia Geral da ONU, 1979.

A contracepção moderna é amplamente eficaz e ainda assim, metade de todas as gestações não são planejadas, e muitas são indesejadas. Esses números mostram quantas mulheres e meninas ainda são limitadas em exercer seus direitos básicos. Este é um sinal de que a discriminação de gênero se perpetua na vida de mulheres e meninas. O relatório aponta para lacunas profundas na garantia de direitos, justiça, igualdade de gênero, dignidade e bem-estar social.

Ainda assim, todos os anos, 121 milhões de mulheres e meninas engravidam sem querer, o que corresponde à metade das gestações no mundo, e 60% dessas gestações acabam em aborto. Quase metade destes abortos ocorre de forma insegura (45%). Diversos fatores estão relacionados à gravidez não planejada: pobreza, níveis baixos de escolaridade, participação no mercado de trabalho e exposição à violência.

“É uma crise invisível que se desenrola perante os nossos olhos. É um custo insuportável para as pessoas e para o mundo. Uma em cada duas gestações ocorre no corpo de pessoas que não escolheram deliberadamente a gravidez ou a maternidade, que não estavam abertas à perspectiva de ter uma criança naquele momento, com aquele companheiro, naquela circunstância. Para essas mulheres, a escolha reprodutiva que mais altera as suas vidas – engravidar ou não – não é uma escolha. E essa é uma questão pessoal, de saúde, de direitos humanos, de desenvolvimento e também uma questão humanitária” (Mónica Ferro, diretora do Escritório do Unfpa em Genebra)

Globalmente, cerca de 257 milhões de mulheres que desejam evitar a gravidez não estão usando métodos contraceptivos seguros e modernos. Entre elas, 172 milhões não usam nenhum método. A maioria das mulheres que não querem engravidar dizem que não usam métodos contraceptivos modernos devido a: medo e experiência de efeitos colaterais (26%), sexo pouco frequente ou nenhum (24%), oposição à contracepção (23%), estão amamentando ou no pós-parto e não menstruam (20%)

As maiores causas são os mitos e a desinformação, que são divulgados por todas as fontes, de professores a profissionais de saúde, formuladores de políticas ou pais. Nesse sentido, é fundamental avançar em pesquisas sobre outros tipos de contraceptivos, incluindo aqueles com menos efeitos colaterais e contraceptivos masculinos.

Outro tema ligado às gestações indesejadas é o extraordinário custo (para indivíduos, sistemas de saúde e toda a sociedade) do aborto inseguro, uma questão que prejudica tanto os direitos como o desenvolvimento. Alguns dados apresentados no relatório:

- 60% das gestações indesejadas terminam em aborto, seguro ou inseguro, legal ou ilegal;
- Estima-se que 45% de todos os abortos são inseguros - trata-se de uma emergência de saúde pública;
- O aborto inseguro hospitaliza cerca de 7 milhões mulheres por ano nos países em desenvolvimento, com custo estimado US\$ 553 milhões por ano em tratamentos
- Estima-se 193.000 óbitos entre 2003 e 2009 ligados ao aborto inseguro.

A redução de gestações não desejadas, incluindo planejamento reprodutivo e aborto, permite que os sistemas de saúde utilizem melhor seus recursos, incluindo atenção integral às mulheres e seus recém-nascidos, e ampliando investimentos que tem impactos positivos em toda a linha de cuidado.

Tendências do aborto: embora a taxa de gravidez indesejada tenha diminuído, a taxa global de aborto é praticamente inalterada. Globalmente, 29% de todas as gestações terminam em aborto. Isso equivale a cerca de 73 milhões de abortos por ano (média entre 2015-2019). Onde esses abortos são inseguros, as mulheres correm riscos de curto e longo prazo morbidade e até morte. Estima-se que 39 em 1.000 mulheres em idade reprodutiva tenham abortado entre 2015 e 2019.

No Brasil

Um estudo com dados de 2010 estimou que no Brasil os custos totais de gestações atingiram aproximadamente US\$ 2,33 bilhões (câmbio corrigido). Esses custos foram divididos em uma pequena porcentagem para cuidar de abortos espontâneos (0,8%), custos diretos de nascimento para gravidezes indesejadas (30%) e custos para pagar por quaisquer complicações que surgiram de gestações indesejadas (70%). Os pesquisadores excluíram os custos de quaisquer abortos induzidos, e não incluiu os custos de morbidade materna e ausência de a força de trabalho.

O que fazer para mudar essa realidade?

O relatório aponta caminhos para mudar essa realidade tão cruel para meninas e mulheres. Ele ressalta:

- Importância de reformular a conversa, convocando os formuladores de políticas, as comunidades e os parceiros a priorizar a autonomia corporal de meninas e mulheres ao invés de culpá-las e envergonhá-las por uma gravidez indesejada.
- Fortalecer os sistemas de saúde e educação, que tem a obrigação de garantir informações sobre os direitos humanos, saúde, reprodução e contracepção. Os jovens

merecem ser educados e capacitados a articular seus objetivos e escolhas, e inculcados o dever de respeitar os de seu parceiro.

- Garantir que os contraceptivos sejam acessíveis, baratos e disponíveis em uma variedade de formas aceitáveis para aquelas que os utilizam.
- Investir em pesquisas para entender melhor as causas e consequências da gravidez indesejada e liderar tecnologias contraceptivas que acalmem as ansiedades das mulheres sobre os efeitos colaterais e ampliem as opções disponíveis para os homens.
- Abordar os sistemas de justiça que muitas vezes falham em responsabilizar os perpetradores de violência sexual e coerção, deixando as sobreviventes carregando o estigma de sexo indesejado e as consequências de uma gravidez em potencial.

Para acessar o relatório, [clique aqui](#).

Para acessar a sessão de lançamento do relatório, [clique aqui](#).

Mitos sobre gravidez indesejada

- 1) Apenas mulheres promíscuas e adolescentes imprudentes têm gravidezes indesejadas.
- 2) As mulheres não usam anticoncepcionais porque não sabem ou não podem obtê-los.
- 3) O acesso legal e disponível ao aborto incentiva as mulheres a fazer sexo desprotegido.
- 4) A gravidez indesejada é sempre culpa da pessoa.
- 5) As mulheres casadas não precisam se preocupar com gravidezes indesejadas.
- 6) Gravidez não planejada é gravidez indesejada.
- 7) A gravidez indesejada não é uma crise real.

Para acessar o artigo completo, [clique aqui](#).

UN WOMEN

Análise rápida de gênero da Ucrânia: revisão de dados secundários

Desde 24 de fevereiro de 2022, com a invasão Ucrânia, observou-se efeitos devastadores no país, incluindo deslocamentos massivos de civis e mortes. O documento lançado pela ONU Mulheres traz uma análise rápida de gênero e procura chamar a atenção para a dinâmica de gênero na guerra na Ucrânia – tanto preexistente quanto emergente – e faz recomendações para liderança humanitária, atores e doadores a fim de garantir a consideração das dimensões de risco, vulnerabilidade e capacidades de gênero em resposta e preparação para esta crise. A revisão de dados secundários apresentados foi realizada entre 14 e 22 de março de 2022. Principais achados:

- 1) A guerra está impactando mulheres e homens de maneiras diferente e está exacerbando as desigualdades pré-existentes. Mulheres de grupos em situação de vulnerabilidade estão sendo deixadas para trás e estão sendo desproporcionalmente afetadas pela guerra.
- 2) Mulheres e homens estão assumindo diferentes papéis no contexto da guerra. Enquanto as mulheres estão desempenhando um papel crucial na crise humanitária, elas seguem ausentes nas negociações e na tomada de decisões (a nível local e nacional) entre Rússia e Ucrânia.

3) Taxas de desemprego entre provavelmente aumentará e continuará empurrando as mulheres para os setores informais e desprotegidos da economia.

4) Mulheres e homens enfrentam diversos desafios no acesso à serviços e recursos de que necessitam, incluindo:

- A falta de acomodações seguras e acessíveis
- Grave escassez de alimentos, água e suprimentos de energia
- Barreiras ao acesso a dinheiro e financiamento social
- Interrupções agudas nos serviços de saúde, incluindo acesso a saúde sexual e reprodutiva (SSR), com vários grupos precisando de acesso a medicamentos e tratamentos especializados
- Interrupções na educação, impactando crianças, jovens e seus cuidadores
- Falta de documentação, que pode limitar acesso a ajuda humanitária
- Acesso limitado a informações - Internet e eletricidade não confiáveis ou interrompidas nas áreas mais afetadas

5) Maiores riscos de violência baseada em gênero que, desproporcionalmente afeta mulheres e meninas, especialmente aquelas de grupos vulneráveis.

6) O deslocamento e o fluxo de refugiados são amplamente baseados em gênero, com as mulheres enfrentando muitos desafios na fronteira e alguns grupos de pessoas, incluindo mulheres, homens, meninos e meninas com deficiência, sendo incapazes de deixar o país.

7) Mulheres ativistas, atores da sociedade civil, jornalistas e defensores dos direitos humanos estão enfrentando riscos crescentes para suas segurança e proteção, incluindo maiores riscos de abduções e perseguição.

O documento aponta algumas recomendações e chama a atenção para pontos que devem ser considerados:

- Participação, tomada de decisão e liderança das mulheres
- Resposta humanitária interseccional e sensível ao gênero
- Acesso à informação e responsabilidade
- Proteção de grupos de risco, incluindo proteção contra assédio, exploração e abuso sexual
- Proteção na fronteira

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

Para acessar o vídeo Guerra na Ucrânia é uma Crise para Meninas e Mulheres, [clique aqui](#).

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

As crianças representam metade de todos os refugiados da guerra na Ucrânia, de acordo com o UNICEF e o ACNUR. Mais de 1,1 milhão de crianças chegaram à Polônia, com centenas de milhares também chegando à Romênia, Moldávia, Hungria, Eslováquia e República Tcheca.

Dois milhões de crianças refugiadas fogem da guerra na Ucrânia em busca de segurança além das fronteiras, com um adicional de 2,5 milhões de crianças deslocadas dentro do país. 60% das crianças agora são forçadas a deixar suas casas à medida que os ataques às áreas

urbanas continuam. O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos documentou que mais de 100 crianças foram mortas durante o conflito e outras 134 crianças ficaram feridas. Os números reais são provavelmente ainda maiores.

Pontos Azuis: A UNICEF continua a alertar para o risco crescente de tráfico e exploração infantil nesse contexto. Para tentar reduzir os riscos que crianças e jovens enfrentam, UNICEF, ACNUR e parceiros governamentais e da sociedade civil estão ampliando os "Pontos Azuis" em países de acolhimento de refugiados, incluindo Moldávia, Romênia e Eslováquia. Os "Pontos Azuis" são espaços seguros que podem fornecer informações para famílias que viajam, ajudar a identificar crianças desacompanhadas e separadas e garantir sua proteção contra a exploração e servir como um centro de acesso a serviços essenciais.

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#).

Usar evidências para promover a adesão de países e regiões no mundo para a promoção a *uma melhor produção, melhor nutrição, um melhor ambiente e uma vida melhor, sem deixar ninguém para trás*

Denise Oliveira e Silva

O mundo vive neste momento a confirmação das evidências anunciadas em 2021 por meio de estimativas de fontes de dados primários e secundários de aumento da insegurança alimentar e nutricional. Estas evidências projetadas em 2021 pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Nutrição (FAO) e pelo Programa Mundial de Alimentos (WFP), estiveram presentes em vários eventos e informes das oriundos de monitoramento destas mesmas agências no mês de abril.

Os aspectos presentes em discursos de lideranças internacionais apontam a tríade de determinação da ameaça a soberania e segurança alimentar e nutricional que reúne os fatores climáticos, as consequências da pandemia COVID-19 e do conflito entre Ucrânia e Rússia em nível global.

O WFP declara que o mundo está envolvido em uma crise de fome sísmica sem precedentes com pelos menos 44 milhões de pessoas em 38 países à beira da fome³². Em que o conflito na Ucrânia somente agravou ainda mais o cenário já apontado por evidências científicas e sistemas de monitoramento e avaliação da insegurança alimentar da FAO.

Nos eventos realizados neste mês, a discussão sobre o contexto político e econômico da segurança alimentar e nutricional no mundo, foi destacado como tragédia anunciada que precisa de ações emergenciais como também de ações estruturantes de médio e longo prazos que promovam sistemas alimentares inclusivos, resilientes e sustentáveis. Em que o conflito entre a Ucrânia e a Rússia tem corroborado para aumentar o foço das desigualdades de disponibilidade alimentar entre regiões e países no mundo.

Entre 28 de março a 01 de abril ocorreu a Conferência Regional da FAO em Quito no Equador, para identificar estratégias de transformar os sistemas alimentares contemporâneos para serem eficientes inclusivos, resilientes e sustentáveis na América Latina e Caribe. Os discursos foram baseados em indicadores oriundos de inúmeras evidências científicas e de sistemas de informação de agências internacionais das Nações Unidas.

As perspectivas destes eventos ratificaram a importância da construção de governança global para mitigar os efeitos dos fatores climáticos, das consequências da pandemia COVID -19 e atualmente dos efeitos do conflito bélico entre a Ucrânia e a Rússia³³

Este evento como o próximo da 32ª Sessão da Conferência Regional da FAO para África a ser realizada entre 11 a 14 de abril em Malabo na Guiné Equatorial, podem trazer orientações fundamentais de promoção global a soberania, segurança alimentar e nutricional de países e regiões global.

³² <https://www.wfp.org/publications/unprecedented-needs-threaten-hunger-catastrophe-april-2022>

³³ <https://youtu.be/3K-w1HzMDgg>

¹https://youtu.be/3E8tRK_W9t4

¹<https://t-u-CpnXWRO>

¹<https://youtu.be/rSyyaeTEm/kk>

Há um fato que ocupa os espaços narrativos deste momento para a insegurança alimentar que é o aumento global do preço dos alimentos. Esta situação prevista por vários estudiosos como Alastair Smith em seu artigo *“Why global food prices are higher today than for most of modern history”* publicado em setembro de 2021³⁴ apontava evidências relacionadas ao aumento do preço dos combustíveis, fatores climáticos e a pandemia COVID-19. Sem a inclusão do conflito entre a Ucrânia e a Rússia como fator de risco de segurança alimentar e nutricional. Para este pesquisador, o cenário atual de aumento quantitativo da insegurança alimentar seria expandido tanto para as regiões de maior vulnerabilidade econômica e política, como também de países com economias mais estáveis da Europa.

O aumento de preços dos alimentos é considerado atualmente o fator determinante de risco de insegurança alimentar global mais destacado neste mês pelas agências internacionais. Pelo uso do índice de preços de alimentos da FAO, que em de abril de 2022, apontou o salto expressivo de aumento do preço dos alimentos devido a alta dos preços internacionais do trigo, milho e óleos vegetais. Segundo a FAO *“o valor médio registrou 159,3 pontos em março, alta de 12,6% em relação a fevereiro, quando já havia atingido seu nível mais alto desde sua criação em março de 1990, com variações mensais dos preços internacionais de uma cesta de alimentos comumente comercializados, o nível mais recente do Índice já era 33,6% superior a março de 2021”*³⁵.

Nas narrativas catastróficas presentes nos eventos e nos boletins internacionais sobre o aumento do risco de insegurança alimentar e nutricional no mundo, algumas estratégias de mitigação são apontadas pela FAO, como descritas no documento *“A Global Food Import Financing Facility (FIFF): Responding to soaring food import costs and addressing the needs of the most exposed”*, que trata dos critérios de elegibilidade de países com necessidades de financiamento estimadas para diferentes cenários³⁶; avaliar a insegurança alimentar em 2022/23 nos níveis nacional e subnacional em 50 países vulneráveis aos efeitos da guerra da Ucrânia³⁷; e o incentivo de construção de mapas de solo para promover o uso eficiente de fertilizantes a luz da experiências como da Etiópia³⁸.

A situação vivida neste momento agravada pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia, aponta para a necessidade de avanço do uso de evidências para promover a orientação de governos e sociedade de superação de ameaças a soberania, segurança alimentar e nutricional global.

Cabe destacar que este momento vinha sendo previsto por vários indicadores internacionais e revela-se como tragédia anunciada pelos efeitos deletérios do modelo contemporâneo de desenvolvimento dos sistemas alimentares hegemônicos no mundo. Neste sentido, os discursos proferidos por lideranças mundiais apontam as ameaças oriundas de evidências científicas, mas com ações de transformação desta situação incipientes devido a baixa adesão política de vários países. O que se constitui no principal desafio das sociedades

³⁴<https://theconversation.com/why-global-food-prices-are-higher-today-than-for-most-of-modern-history-168210#:~:text=According%20to%20FAO%20crop%20reports,biodiesel%20and%20unsupportive%20weather%20patterns.&text=The%20other%20food%20category%20adding,food%20price%20rise%20is%20suga> <https://www.fao.org/newsroom/detail/fao-food-price-index-posts-significant-leap-in-march/fr> .

³⁵ <https://www.fao.org/newsroom/detail/fao-food-price-index-posts-significant-leap-in-march/fr>

³⁶ <https://www.fao.org/3/cb9444en/cb9444en.pdf>

³⁷ <https://www.fao.org/3/cb9447en/cb9447en.pdf>

³⁸ <https://www.fao.org/3/cb9452en/cb9452en.pdf>

industriais contemporâneas apontadas por inúmeros documentos da FAO e do WFP: a busca da produção de alimentos que se represente como ação para melhor nutrição humana.

As estratégias para a superação da problemática de soberania, segurança alimentar e nutricional são apontadas em programas como o “*Hand in Hand*” “*One Health*” e o “*Quadro Estratégico da FAO 2022-31*”.

O primeiro de iniciativa da FAO é baseado em 05 princípios de atuação na transformação agrícola e de desenvolvimento rural sustentável para erradicar a pobreza (ODS 1) e acabar com a fome e todas as formas de desnutrição (ODS2)³⁹.

O “*One Health*”, como já apresentado no informe anterior, se constitui de ação quadripartite pela reunião da FAO, da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) para sua implementação, como destacado pelo Diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus ‘*precisamos construir uma estrutura de governança de Saúde Única mais abrangente e coordenada em nível global(...)de uma força de trabalho forte, vontade política comprometida e investimento financeiro sustentado(...) desenvolver uma maneira mais proativa de comunicação e engajamento entre setores, disciplinas e comunidades para provocar a mudança de que precisamos*’⁴⁰.

A proposição do “*Quadro Estratégico da FAO 2022-31*” está baseado em ações da Agenda 2030 para promover a transformação de sistemas agroalimentares por meio da implementação de ações de melhor produção de alimentos que garantam a disponibilidade alimentar pela adoção de práticas sustentáveis. A melhor nutrição humana pela produção de alimentos adequados e saudáveis. E de proteção, restauração e promoção de ecossistemas saudáveis e sustentáveis e para uma vida melhor pela mitigação de desigualdades econômicas, sociais, de gênero etc.¹⁰

Embora todos estes programas tenham em sua constituição ideológica estratégica recomendações que são fundamentais para superar os problemas que determinam inequidades e desigualdades de disponibilidade quantitativa e qualitativa de alimentos, a adesão de países ainda é incipiente o que afeta sua implementação.

A maioria dos países que aderem estes programas são em sua maioria aqueles que apresentam vulnerabilidades sociais e econômicas. Portanto, a importância dos discursos e narrativas de lideranças mundiais e de representantes governamentais de buscarem estratégias de ação que contribuam para atravessarmos o mar das evidências de dados empíricos e de sistemas de informações, sobre a catástrofe anunciada de ameaça a soberania e a segurança alimentar e nutricional, devem estar nas prioridades para encontrarmos ações mais efetivas de transformação imediata dos sistemas alimentares predatórios para contribuir para que as novas gerações possam viver um mundo melhor de “**uma melhor produção , melhor nutrição , um melhor ambiente e uma vida melhor** , sem deixar ninguém para trás⁴¹.

³⁹ <https://www.fao.org/hand-in-hand/en/>

⁴⁰ <https://healthpolicy-watch.news/un-environment-programme-who-one-health/>

⁴¹ <https://www.fao.org/strategic-framework/en>

Banco Mundial

Recuperação na América Latina e Caribe

De acordo com o novo relatório do **BM** *Consolidando a Recuperação, aproveitando as oportunidades de crescimento verde*, as economias da **América Latina e do Caribe** estão a caminho de se recuperar da crise da COVID-19, mas as cicatrizes da pandemia permanecem e a necessidade de um crescimento mais dinâmico, inclusivo e sustentável é cada vez mais urgente.

Após uma recuperação de 6,9% em 2021, o PIB regional deve crescer 2,3% este ano e mais 2,2 em 2023, com a maioria dos países revertendo as perdas do PIB com a crise pandêmica. No entanto, essas projeções modestas colocam o desempenho regional entre os mais baixos do mundo em um momento em que a região enfrenta importantes incertezas à medida que novas variantes do vírus podem aparecer, as pressões de inflação aumentam e a guerra na Europa ameaça a recuperação mundial. De fato, as projeções de crescimento regional foram revisadas para baixo em 0,4% após a invasão russa da Ucrânia.

A boa notícia é que devido à alta cobertura vacinal, as empresas estão novamente contratando e as escolas estão reabrindo. No entanto, as cicatrizes de longo prazo da crise permanecem e requerem atenção. As taxas de pobreza subiram para 27,5% em 2021 e ainda estão acima de seus níveis pré-covid de 25,6%, enquanto as perdas de aprendizagem podem levar a uma redução de 10% nos ganhos futuros para milhões de crianças em idade escolar. Para evitar o retorno às baixas taxas de crescimento da década de 2010, os países da região precisam realizar reformas estruturais há muito atrasadas e aproveitar as oportunidades oferecidas por uma economia mundial verde.

Segundo o relatório, o avanço do crescimento das reformas em infraestrutura, educação e inovação permanece primordial, e os principais investimentos devem ser financiados por meio de gastos mais eficientes e mobilização de receitas. Porém, essas reformas tão necessárias devem responder às grandes forças que moldam a economia global, incluindo as mudanças climáticas.

Para maiores informações:

<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/37244/9781464818677.pdf>

Projetos na área da saúde

O **BM** aprovou US\$ 100 milhões em financiamento adicional para fortalecer ainda mais os sistemas de vacinação e saúde pública do **Panamá**. O empréstimo ajudará o país a vacinar sua população elegível (com 5 anos ou mais) e comprar aproximadamente 4,25 milhões de doses de vacinas COVID-19. Os fundos adicionais expandem o Projeto de Resposta a Emergências COVID-19 do **Panamá**, de US\$ 20 milhões, aprovado pelo **BM** em 11 de junho de 2020, para prevenir, detectar e responder à ameaça representada pela COVID-19 e fortalecer os sistemas de saúde pública panamenhos.

Para maiores informações: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/03/28/banco-mundial-aportar-us-100-millones-para-apoyar-los-esfuerzos-de-vacunacion-contr-la-covid-19-en-panama>

O BM aprovou US\$ 200 milhões em financiamento adicional para apoiar os esforços contínuos do Sudão do Sul para melhorar sua capacidade de resposta ao COVID-19. Esta doação da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) também ajudará a fortalecer a prestação de serviços de saúde para a população em geral e expandir a prestação de serviços a grupos vulneráveis no Estado do Alto Nilo, Estado de Jonglei, Área Administrativa da Grande Pibor e Área Administrativa de Ruweng.

O Sudão do Sul tem lutado com o impacto contínuo da pandemia de COVID-19 e as baixas taxas de vacinação em todo o país devido a restrições de implantação existentes, hesitação em vacinas e falta de acesso a outras fontes de vacinas além da COVAX. Além disso, as inundações sem precedentes em 2021 e 2022 prejudicaram os esforços de implantação de vacinas, aumentando os riscos de exclusão social, principalmente daqueles que vivem em áreas remotas, de conflito e afetadas por inundações.

Para maiores informações: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/03/31/south-sudan-receives-200-million-to-strengthen-health-systems-and-accelerate-covid-19-vaccination>

Fundo Monetário Internacional – FMI

O FMI elaborou um relatório proposta contendo estratégias para lidar com as incertezas e os riscos de longo prazo causados pela COVID-19.

O relatório propõe quatro pontos cruciais: Primeiro, se faz necessário alcançar um acesso equitativo além das vacinas para abranger um conjunto de ferramentas abrangente. Em segundo lugar, deve-se monitorar o vírus em evolução e atualizar dinamicamente o kit de ferramentas. Terceiro, fazer a transição da resposta aguda para uma estratégia sustentável em relação ao COVID-19, equilibrada e integrada a outras prioridades sociais e de saúde. Quarto, deve-se abordar de maneira unificada a mitigação de riscos para futuras ameaças de doenças infecciosas além da COVID-19. Segundo o relatório, as doenças infecciosas com potencial pandêmico são uma ameaça à segurança econômica e sanitária global. O relatório orienta que a comunidade internacional deve reconhecer que seu financiamento pandêmico aborda um risco sistêmico para a economia global, não apenas a necessidade de desenvolvimento de um determinado país. Assim, deve alocar financiamento adicional para combater pandemias e fortalecer os sistemas de saúde tanto no país quanto no exterior. Isso exigirá cerca de US\$ 15 bilhões em doações este ano e US\$ 10 bilhões anualmente depois disso.

Para maiores informações: <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2022/04/04/A-Global-Strategy-to-Manage-the-Long-Term-Risks-of-COVID-19-516079>

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Reunião anual do BID 2022

Foi realizada virtualmente nas datas entre 28 de março e 1º de abril de 2022 a Reunião Anual dos Conselhos de Governadores do BID mais o braço privado, o BID Invest.

Durante o evento virtual, líderes econômicos e financeiros dos 48 países membros do BID discutiram sobre os desafios e as oportunidades de desenvolvimento na América Latina e no Caribe.

O grande feito desta reunião foi a aprovação de um roteiro para uma série de reformas institucionais para o BID e ordenaram uma proposta de aumento de capital para o BID Invest.

De acordo com os Governadores, com essas reformas, haverá mais modernização para o BID, o BID Invest e o BID Lab (laboratório de inovação), inaugurando um novo modelo de negócios do século 21, que ajudará os países da América Latina e do Caribe a enfrentar de forma mais eficaz os desafios, incluindo pobreza e desigualdade, mudanças climáticas e a necessidade de digitalização.

Segundo o BID, as reformas propostas permitirão ao Banco acelerar o crescimento inclusivo e sustentável, fortalecendo as sinergias entre os setores público e privado, garantindo igualdade de oportunidades para as mulheres em áreas como educação, negócios e justiça, e fazendo mais para ajudar os países a atingir metas líquidas de emissões zero.

A respeito do novo modelo de negócio do BID Invest, espera-se que com a sua aprovação haja uma abordagem ainda mais impactante para o desenvolvimento. O novo modelo, segundo o BID permitirá ampliar o trabalho com investidores e empresas de toda a região. A abordagem inovadora do BID Invest se concentrará em desenvolver projetos mais impactantes, reduzir e/ou eliminar o risco de investimento do setor privado e usar novas ferramentas financeiras e técnicas para ajudar o investimento coletivo. O novo modelo de negócio acompanha o mandato de uma proposta de aumento de capital para o BID Invest, dos quais os detalhes serão apresentados aos Conselhos de Administração ainda neste semestre.

Com esta iniciativa, o BID pretende acelerar o desenvolvimento da região para melhorar a abordagem dos desafios sociais e econômicos. Esse modelo de negócio do século XXI promete ajudar o BID a promover reformas para melhorar a proteção social e a saúde, a inclusão, a ação climática dos mercados de trabalho e a igualdade de gênero. Também promete ajudar o **BID** a trabalhar melhor com os governos para corrigir falhas de mercado e gargalos estruturais que hoje impedem investimentos.

Para maiores informações: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-idb-invest-boards-mandate-historic-reforms-idb-invest-capital-increase-proposal>

O que está por vir? Esta é a pergunta mais sem resposta de todos os tempos. Análises são feitas dia e noite e a conclusão é sempre a mesma: incertezas. Sim, sempre no plural.

Entretanto, há um esforço, pelo menos teórico, por parte das instituições financeiras multilaterais em tentar minimizar os constantes conflitos atuais – e os futuros. É o que sinalizam BID e FMI quando “apostam as fichas” em suas propostas para promover a recuperação econômica e superação pandêmica.

As potências da flexibilidade de financiamento dos recursos regulares para o PNUD

Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa

O PNUD possui grande dependência financeira de contribuições voluntárias de Estados Membros da ONU, organizações multilaterais, instituições financeiras, ONGs, setor privado, grupos filantrópicos e outros. De forma simplificada, estas contribuições financeiras podem seguir dois caminhos distintos: ou são destinadas para a reserva de recursos regulares irrestritos (*core resources*), na qual a decisão sobre a distribuição dos recursos caberia apenas à administração do PNUD⁴², ou são destinadas premeditadamente a um tema ou programa específico⁴³.

No início de abril deste ano, o PNUD publicou um novo relatório¹ sobre a distribuição dos recursos regulares frente os focos de conflitos internacionais que estão ocorrendo atualmente. Os investimentos financeiros mencionados se referem exclusivamente aos valores recebidos em 2021, no entanto, devido à própria flexibilidade de mobilização destes recursos regulares, as ações mencionadas no relatório se referem também à novos esforços emergentes em 2022, como o caso das ações na Ucrânia. Mas apesar do relatório destacar a nova forma de atuação da PNUD na Ucrânia, ele também é dedicado à demarcação do financiamento regular das ações continuadas em outros focos de conflito e emergências, mais especificamente o Iêmen, Afeganistão, Síria, Haiti, Somália, Sudão do Sul, Mianmar, e a região do Sahel⁴⁴.

Um dos principais pontos realçados pelo relatório é a atribuição de importância da característica de flexibilidade desta fonte de recursos regulares, para garantir que o trabalho da PNUD ocorra de forma rápida e decisiva na emergência de novas situações desde o primeiro dia. O financiamento flexível é mencionado enquanto uma parte vital do contínuo “experimento” do PNUD, o que o possibilita ser pioneiro em inovação para o desenvolvimento e produzir ferramentas para melhorar a implementação de seus programas. Durante o início da pandemia do COVID-19, estes recursos se tornaram as *boias de salvamento* da crise inicial naqueles países com maior carência imediata. Adicionalmente, estes recursos também permanecem ainda muito importantes para a continuidade de intervenções e ações direcionadas para os focos atuais de conflitos e crises.

O PNUD direciona três quartos dos recursos regulares para apoiar países de baixa renda e menos desenvolvidos com foco em áreas subfinanciadas para o desenvolvimento de resiliência às crises emergentes. Por isso, estes recursos são considerados um antídoto para a crescente desigualdade que está alimentando as crises globais, e um bem público global de cooperação para enfrentar os desafios à frente. Esta forma de financiamento possibilita, tanto um foco estratégico no longo prazo, quanto a capacidade de enfrentar desafios e oportunidades emergentes, pois não é previamente destinado a nenhum país e pode ser rapidamente colocado em uso tanto para crises quanto para o desenvolvimento. Além disso, a implementação destes recursos também estabelece o desenho dos programas que atraem financiamentos adicionais, o que se torna um fator importante no financiamento dos ODS. De acordo com o relatório, cada dólar advindo dos recursos regulares investido nos programas do PNUD trouxe dez mais dólares

⁴² [Core Brochure-April-1-small.pdf \(undp.org\)](#)

⁴³ [Funding | United Nations Development Programme \(undp.org\)](#)

⁴⁴ A região do Sahel inclui os países africanos: Camarões, Chade, Níger, Nigéria, Burkina Faso, Gâmbia, Guiné, Mali, Mauritânia e Senegal. [Sahel - A region of opportunities \(undp.org\)](#)

em investimentos não-regulares em 2020. Desta forma, os recursos regulares do PNUD são responsáveis por sustentar a capacidade operacional, as redes e a presença do PNUD em 170 países e territórios. Em outras palavras, o PNUD acredita que os recursos regulares são responsáveis por semear investimentos iniciais nos países, que futuramente resultam em maior atratividade para outras formas de financiamento.

Frentes de investimentos dos recursos regulares do PNUD

O trabalho atual do PNUD na Ucrânia possui como foco a implementação de uma resposta imediata à crise e na manutenção das funções centrais do governo para o gerenciamento de resposta a emergências e prestação de serviços públicos. Além da parceria com o governo nacional ucraniano, o PNUD tem trabalhado com municípios, organizações da sociedade civil e associações empresariais, formando uma extensa rede para suporte imediato e ampliado à população ucraniana. Os países vizinhos que estão acolhendo os ucranianos deslocados também estão recebendo ajuda de emergência da organização, garantindo um foco no desenvolvimento e resiliência para milhões de deslocados. Apesar do relatório não mencionar os valores investidos em cada país através da fonte de recursos regulares, declarações passadas apontam que o PNUD remanejou mais de US\$ 20 milhões dos fundos de investimentos de desenvolvimento existentes redirecionando-os para as prioridades do governo ucraniano. No fim de março, o PNUD já havia implementado quase 50 iniciativas de recuperação rápida e assistência de emergência no país, e ainda possuem mais 60 iniciativas semelhantes em andamento⁴⁵.

No Iêmen, um país atingido pela guerra civil, pobreza e crise climática, parte da resposta do PNUD têm sido de investir em programas de trabalho decente com jovens empreendedores e com o empoderamento das mulheres, alocando US\$ 3 milhões para melhorar os meios de subsistência e o acesso a serviços produtivos por meio de treinamentos e apoios empregatícios^{46,47}. No Afeganistão, um país à beira do colapso econômico, o PNUD está fornecendo assistência econômica com um programa de recuperação de US\$ 16,9 milhões para proteger os meios de subsistência e os negócios dos afegãos⁴⁸. Há também a defesa dos benefícios econômicos das mulheres na força de trabalho, a partir de iniciativas de recuperação de meios de subsistência, que oferecem salários iguais para homens e mulheres. Por meio dessas iniciativas de dinheiro por trabalho, cerca de US\$ 300.000 em dinheiro afegão foram injetados nas comunidades dessas cidades⁴⁹.

Mesmo após mais de uma década de guerra na Síria, o PNUD continua a apoiar a construção de resiliência do país, com foco na restauração de serviços e infraestrutura, meios de subsistência e recuperação econômica e coesão social.

A criação de resiliência a longo prazo também é a prioridade do PNUD no Haiti, um país vulnerável a desastres naturais, por meio de suas contribuições com a logística necessária para a Avaliação das Necessidades Pós-Desastre (Post-Disaster Needs Assessment), fornecendo

⁴⁵ [Summary of OUNDP's activities in Ukraine](#)

⁴⁶ [Nurturing Youth Entrepreneurship | UNDP in the Arab States](#)

⁴⁷ [#InspireMe by UNDP Yemen - Exposure](#)

⁴⁸ [To Kandahar and back: Journey of a lifetime | by UN Development Programme | Mar, 2022 | Medium](#)

⁴⁹ [How cash for work is saving lives in Afghanistan by UNDP Afghanistan - Exposure](#)

capacidades de consultoria sênior, facilitando intercâmbios entre parceiros para garantir análises, acompanhamento e entrega dos produtos finais⁵⁰.

De maneira análoga, o PNUD promove treinamento em gerenciamento de risco de desastres no Mianmar, um dos países mais propensos a desastres do mundo, em direção a um futuro mais resiliente⁵¹. A organização também está trabalhando com o governo de Mianmar para a superação da crise política e do efeito combinado do COVID-19, que conduziram um grande número da população para a pobreza.

A região de Sahel é uma das mais frágeis do mundo, com 30 milhões de pessoas empurradas para a pobreza devido às consequências econômicas do COVID-19. Atualmente, o PNUD está trabalhando com parceiros da Aliança do Sahel a partir de iniciativas ligadas a jovens, energia renovável e fortalecimento de governança. fortalecida. Mais amplamente, com a expectativa de que mais de 85 milhões de africanos subsaarianos migrem até 2050, o PNUD está trabalhando com as comunidades em iniciativas de segurança a empregos e paz. No Lago Chade, US\$ 1,5 milhão em financiamento de recursos regulares permitiu ao PNUD arrecadar cerca de US\$ 92 milhões em financiamento destinado ao Mecanismo de Estabilização do Lago Chade, que possui como objetivo restaurar a segurança nas comunidades afetadas pelo grupo terrorista Boko Haram nos países de Camarões, Chade, Níger e Nigéria⁵². Analogamente, no Sudão do Sul, o país mais jovem do mundo, o PNUD está trabalhando com seus líderes para o desenvolvimento de melhor governança, paz e segurança, e também explorando as possibilidades de contribuições das mulheres do país para esta agenda.

Notamos que, apesar do PNUD ser classificado pela International Aid Transparency Initiative como a agência da ONU mais transparente do mundo, o relatório escolhe não discriminar os valores de financiamento para o desenvolvimento investidos em cada país nominalmente citado. Ainda que compreendamos as diferenças de contextos e da presença relativa da PNUD em todos estes países, nos questionamos se, comparativamente aos esforços empregados na Ucrânia, os projetos informados nos outros países parecem muito mais restritos na sua capacidade de atender as potenciais demandas destes mesmos países do que o que foi apresentado para o caso da Ucrânia.

Fontes de financiamento

Estes recursos regulares são sustentados pelas parcerias que provêm apoio financeiro ao PNUD, no entanto, estes recursos representam uma parcela pequena dos financiamentos totais recebidos pelo PNUD. Considerando a receita total de US\$ 5,4 bilhões em 2021, os recursos regulares representaram US\$ 647 milhões, apenas 12% da receita. Destes, cerca de 42% das contribuições dos recursos regulares, US\$ 274 milhões, advém de promessas plurianuais.

Adicionalmente, cerca de 95% do total anual de contribuições destes recursos regulares em 2021 vieram dos 15 principais países parceiros do PNUD, que contribuíram com US\$ 613 milhões. O gráfico à esquerda abaixo apresenta os valores individuais distribuídos por cada um destes 15 países contribuintes em 2021. A Alemanha, além de ser o principal contribuinte, foi o país responsável por financiar cerca de um sexto de toda a receita de recursos regulares, com

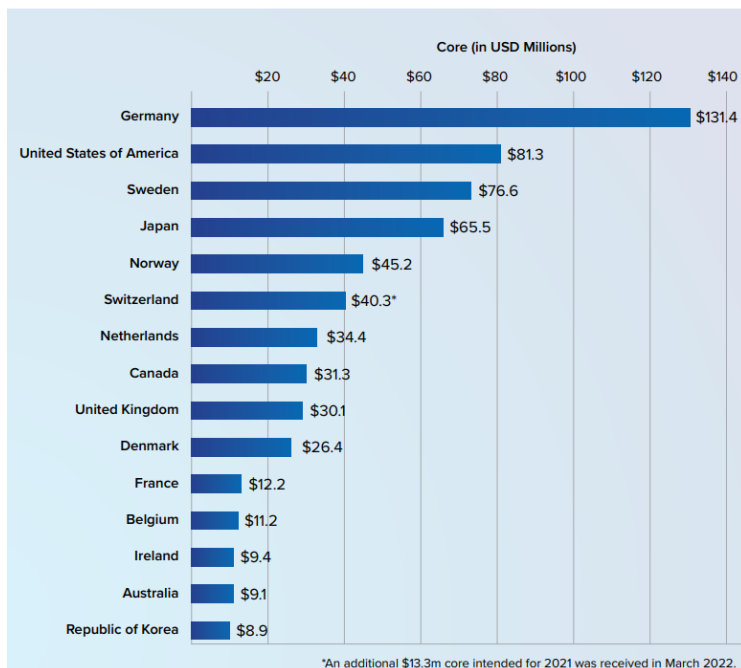
⁵⁰ [Haiti launches Post Disaster Needs Assessment as first step towards a recovery strategy | United Nations Development Programme \(undp.org\)](#)

⁵¹ [Helping Communities to Save Lives and Reduce the Impact from Natural Disasters | UNDP in Myanmar](#)

⁵² [Lake Chad Regional Stabilization Facility | UNDP in Africa](#)

\$131,4 milhões. Neste mesmo ano, os Estados Unidos se encontram no segundo lugar de maior financiamento, com US\$81,3 milhões.

Core contributions received in 2021: UNDP's top 15 partners



GOVERNMENT CONTRIBUTORS TO UNDP CORE RESOURCES, 2017

1.	United States	\$79,804,287
2.	United Kingdom	\$72,559,367
3.	Sweden	\$70,525,392
4.	Japan	\$66,301,590
5.	Norway	\$64,241,114
6.	Switzerland	\$56,660,040
7.	Canada	\$30,581,040
8.	Netherlands	\$29,692,471
9.	Germany	\$28,479,531
10.	Denmark	\$27,252,612
11.	Belgium	\$12,019,231
12.	France	\$9,836,759
13.	Australia	\$9,684,170
14.	Republic of Korea	\$8,500,000
15.	Ireland	\$8,271,078

A título de ilustração, quando comparamos esta informação com o gráfico à direita⁵³, que apresenta os 15 países com as maiores contribuições em 2017, percebemos alguns destaques importantes. Em primeiro lugar, percebemos que a cinco anos atrás os Estados Unidos era o maior financiador, porém o valor nominal do seu financiamento permaneceu praticamente o mesmo. A Suécia e o Japão, que permaneceram no terceiro e quarto lugares também apresentam comportamentos similares, o que pode indicar uma perda real da quantidade financiada nos últimos cinco anos devido à desvalorização da moeda e inflação global nos últimos anos. Já o Reino Unido, que em 2017 era o segundo maior financiador, apresentou uma redução significativa entre os anos, com uma redução nominal entorno de US\$42 milhões e passando para a nona posição em 2021.

Quando comparamos os dados da receita dos recursos regulares com as demais fontes de financiamento, percebe-se que os países são os principais financiadores dos recursos regulares, dando preferência a este módulo de financiamento em detrimento de outros. Já os financiamentos advindos de atores não-estatais como o setor privado, ONGs, organizações multilaterais e etc., são majoritariamente direcionados para projetos, programas ou temas específicos do PNUD, recaindo sob o que a organização denomina como “janelas de financiamento (*Funding Windows*)⁵⁴. A preferência dos atores não-estatais pelo investimento através das “janelas de financiamentos” podem ser indícios que o financiador possui aspirações políticas específicas ou está à procura de benefícios políticos indiretos por meio de seus financiamentos. Ou ainda, pode indicar uma falta de confiança na priorização estratégica do PNUD em relação a seus recursos regulares.

A preferência dos países pelo investimento nos recursos regulares pode ser vista no caso da Alemanha, que foi o principal país contribuinte em 2021 tanto no caso dos recursos regulares

⁵³ [Core contributions in 2017.pdf \(undp.org\)](#)

⁵⁴ [Donor Contributions | United Nations Development Programme \(undp.org\)](#)

(US\$131,4 milhões), quanto das janelas de financiamento (US\$37,8 milhões), e escolhendo investir menos de 30% do seu investimento original na segunda opção. A maior equivalência encontrada foi da Dinamarca, que é o segundo país com maior financiamento das janelas e investiu US\$24,4 milhões nesta modalidade, enquanto investiu US\$26,4 milhões nos recursos regulares. Já a Holanda, terceira colocada nas janelas, investiu apenas \$7,3 milhões.

Por outro lado, o PNUD tem construído rotas alternativas de financiamento ao se associar às Instituições Financeiras Internacionais (IFIs). Projetos com financiamento de IFIs no somaram de mais de US\$ 2,5 bilhões de investimento, desde 2010. O sucesso de financiamento nos últimos anos através das IFIs é indicado pelo administrador do PNUD, Achim Steiner, que aposta em um novo redirecionamento nos esforços de angariar fundos para o Plano Estratégico 2022-2025 do PNUD por meio do estreitamento de laços com as IFIs⁵⁵.

⁵⁵ [Strong Partnerships, Stronger Impact: Governments, International Financial Institutions and UNDP Working Together for Development Results | United Nations Development Programme](#)

OMC: Trips waiver, restrições a exportações, conhecimento

TRIPS Waiver

A [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC) agendou para os dias 8 e 9 de junho [reunião do Conselho de TRIPS](#). Por enquanto, a pauta não está pública, mas, certamente, o debate sobre a proposta de suspensão de direitos de propriedade intelectual que tramita na OMC estará entre os assuntos. Após o anúncio de acordo em relação à proposta de suspensão de direitos de propriedade intelectual, a Organização não publicou atualização (OMCa, 2022). Desde então, as manifestações críticas continuaram.

Segundo Katherine Tai, representante de comércio dos EUA ([Office of the U.S. Trade Representative](#), USTR), não houve acerto sobre os termos de acordo de propriedade intelectual da vacina contra a COVID-19 entre os quatro membros-chave da OMC, fazendo referência ao [texto](#) que vazou para a mídia no início de março. Segundo Tai, existe "conceito" de compromisso desenvolvido durante as discussões facilitadas pela diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, entre os Estados Unidos, a União Europeia, a Índia e a África do Sul. Adam Hodge, porta-voz do USTR, afirmou que Washington faz consultas sobre o assunto. Questionada em audiência no Congresso americano, Tai esclareceu que não está trabalhando para doar propriedade intelectual americana e ouviu "em alto e bom som" as preocupações de alguns legisladores de que qualquer renúncia aos direitos de propriedade intelectual poderia beneficiar a China. Acrescentou que o fim da pandemia também é importante para o crescimento econômico global (Lawder e Shalal, 2022). Portanto, ainda será necessário trabalho intenso até que haja consenso não apenas entre os quatro países, mas todos os 164 países-membros da OMC.

Por outro lado, diversas organizações da sociedade civil mantêm as críticas ao texto vazado, argumentando que a proposta original apresentada pela Índia e África do Sul em 2020 teria dispensado 40 artigos de TRIPS. O compromisso proposto estabelece que "o uso de material patenteado necessário para a produção e fornecimento de vacinas COVID-19 sem o consentimento do titular do direito na medida necessária para lidar com a pandemia COVID-19, de acordo com as disposições do Artigo 31 do Contrato, conforme esclarecido e dispensado." O texto, portanto, dispensa um único parágrafo, que trata das exportações sob autorização não voluntária, deixando de fora, por exemplo, barreiras relacionadas a dados não divulgados além de não ser aplicável a diagnósticos e tratamentos. Além disso, há exigência de listar as patentes específicas implicadas em pedidos de autorização, exigência de notificações detalhadas à OMC obrigando as autoridades de saúde a envolver os Ministros do Comércio e das Relações Exteriores e restrições geográficas às importações e exportações. Em suma, há novas condições que limitam as regras existentes da OMC (Love, 2022).

Restrições a exportações

O Secretariado da OMC apresentou [relatório](#) que trata de proibições e restrições a exportação que foram notificadas pelos países membros sob a [Decisão de 2012 sobre Procedimentos de Notificação para Restrições Quantitativas \(Decisão QR\)](#)⁵⁶, comunicações voluntárias sobre medidas de facilitação do comércio e outras medidas coletadas no [Exercício](#)

⁵⁶ Decision on Notification Procedures for Quantitative Restrictions (G/L/59/Rev.1).

de Monitoramento do Comércio da OMC e listadas em “COVID-19: Medidas que afetam o comércio de mercadorias” (OMCb, 2022).

Foram identificadas 98 medidas que proíbem ou restringem as exportações como resultado da pandemia de COVID-19 foram adotadas pelos membros. A maior parte das medidas restritivas à exportação em resposta ao COVID-19 assumiu a forma de proibições e proibições totais (36%), seguidas de restrições à exportação na forma de licenças de exportação não automáticas (18%) e outras medidas. Boa parte foi introduzida entre janeiro e abril de 2020, o que coincide com a declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (11 de março de 2020) e os consequentes bloqueios e outras medidas sanitárias (OMCb, 2022).

Os tipos de produtos restritos à exportação variaram ao longo da pandemia. Por exemplo, equipamentos de proteção individual e desinfetantes são sofrem menor restrição a exportação em 2022 em comparação com 2020. Outros produtos (farmacêuticos, dispositivos e equipamentos médicos, outros suprimentos médicos, kits de teste COVID-19 e vacinas) parecem ser quase tão restritos como estavam durante os primeiros seis meses de 2020. Provavelmente a escassez desses produtos em nível global não foi superada. Esta é uma lição importante para a preparação para novas pandemias. Vale destacar que alguns países relataram que há medidas de restrição que não estão sendo notificadas à OMC, ofendendo o princípio de transparência, pois não se sabe quais são as medidas, os produtos e a duração da restrição (OMCb, 2022).

Livro Trade in Knowledge

A OMC lançou livro intitulado *Trade in Knowledge*, co-editado por Antony Taubman, Diretor da Divisão de Propriedade Intelectual, Compras Governamentais e Concorrência da OMC, e Jayashree Watal, Professora Honorária da Universidade Nacional de Direito de Delhi e ex-conselheira da OMC. O volume aborda uma nova compreensão do comércio de conhecimento considerando o atual ambiente tecnológico e comercial, contando com a contribuição de acadêmicos e analistas internacionais. A obra explora o conceito de fluxos de conhecimento e oferece orientações aos formuladores de políticas públicas, por meio de perspectivas de desenvolvimento social e econômico baseado no conhecimento. O livro traz considerações para as estruturas de governança que se aplicam aos fluxos de conhecimento (OMCc, 2022).

OMPI - A Direção da Inovação

A OMPI lançou o relatório “World Intellectual Property Report 2022 - The Direction of Innovation”, que trata da “direção da inovação”, definida como “a combinação, ou soma, de todas as decisões que indivíduos, empresas, universidades e governos tomam sobre quais oportunidades tecnológicas buscar”. A publicação destaca que a inovação pode auxiliar o enfrentamento dos desafios mundiais correntes como mudanças climáticas, desigualdade, acesso à água, saúde, educação e alimentos. Como vários desses problemas exigem abordagem de bens públicos globais, o esforço inovador privado pode não ser suficiente para mitigá-los. No caso do meio ambiente, até mesmo esforços públicos e privados de países individuais não serão suficientes. O texto propõe que haja políticas internacionais e multilaterais de inovação que estabeleçam direções-chave (WIPO, 2022).

A análise apresenta estudos de caso sobre a crise do COVID-19, as mudanças climáticas e a ascensão das tecnologias digitais, indicando como a direção da inovação muda continuamente e sugerindo como as políticas públicas podem orientar a inovação para melhor responder às necessidades das sociedades. De acordo com o relatório:

“No caso da COVID-19, os governos ajudaram a reduzir a incerteza do investimento e mitigar os riscos associados à descoberta e desenvolvimento de uma vacina (...) É difícil dizer se um progresso semelhante teria sido feito sem o apoio do governo. Não há contrafactual comparável. Mas há fortes argumentos em apoio ao impacto positivo da ação governamental na velocidade e direção da inovação. Além disso, os governos estão em uma posição privilegiada para evitar quaisquer impactos potencialmente negativos da inovação, por exemplo, sobre o emprego, e para criar os incentivos certos e um ambiente propício para promover e aproveitar seu potencial.”⁵⁷ (WIPO, 2022).

UNCTAD: As mulheres e a pandemia de COVID-19

Em 5 de abril de 2022, a Divisão de Comércio Internacional e Commodities da UNCTAD ofereceu o [curso](#) “Women and the COVID-19 pandemic: Building back better, including through trade” a diplomatas baseados em Genebra.

O contexto do treinamento tratou dos retrocessos impostos pela pandemia do COVID-19, que reverteu os esforços da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). É importante destacar que a ação estava alinhada com o [mandato de Bridgetown](#), definido durante a [15ª Conferência da UNCTAD](#), ocorrida entre 3 e 7 de outubro de 2021. Nessa ocasião, os países definiram que a UNCTAD deve: (i) promover a igualdade de gênero e o emponderamento das mulheres, inclusive nas dimensões de comércio e desenvolvimento (parágrafo 127b); (ii) apoiar os países na elaboração e implementação de políticas que facilitem a segurança econômica e o direito das mulheres (parágrafo 127b); (iii) articular debates sobre o sistema multilateral de comércio, levando em consideração as necessidades econômicas das populações vulneráveis (parágrafo 17d); e (iv) favorecer pequenas e médias empresas pertencentes a mulheres e jovens (parágrafo 127r).

O curso abordou as relações entre crises econômicas e gênero. As instabilidades econômicas afetam mulheres de maneira mais contundente, levando-as a reduzir sua participação na economia e a serem mais afetadas pelo desemprego, pela perda de habilidades, pela discriminação e até mesmo provocando a saída definitiva do mercado de trabalho. A pandemia trouxe impactos para as mulheres, especialmente mulheres que vivem nos países de renda média e baixa, ensejando a necessidade de implementação de medidas de resgate inclusivas, melhorando as capacidades de mitigação dos impactos socioeconômicos da crise sanitária.

Referências

Lawder, D e Shalal, A. No agreement yet on WTO vaccine patent waiver compromise, U.S. says. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/healthcare-pharmaceuticals/no-agreement-yet-wto-vaccine-waiver-compromise-ustrs-tai-says-2022-03-30/> Acesso em:11 de abril de 2022.

Love, J. The Proposed TRIPS Compromise Risks Setting Several Bad Precedents. Disponível em: <https://blog.petrieflom.law.harvard.edu/2022/04/07/trips-compromise-bad-precedents/> Acesso em:11 de abril de 2022.

⁵⁷ No original, em inglês: “In the case of COVID-19, governments helped reduce investment uncertainty and mitigate the risks associated with first discovering and then developing a vaccine (...) It is difficult to say whether similar progress would have been made without government support. There is no comparable counterfactual. But there are strong arguments in support of the positive impact of government action in the speed and direction of innovation. Moreover, governments are uniquely placed to preempt any potentially negative impacts of innovation, for example, on employment, and to create the right incentives and enabling environment to promote and harness its potential.”

OMCa. WTO DG Okonjo-Iweala welcomes breakthrough on COVID-19 vaccine waiver. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/dgno_16mar22_e.htm Acesso em:11 de abril de 2022.

OMCb. Members welcome COVID-19 trade-related measures report, agree on future experience sharing. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/mark_05apr22_e.htm Acesso em:11 de abril de 2022.

OMCc. WTO launches book on trade in knowledge in today's technological, commercial environment. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/trip_04apr22_e.htm Acesso em:11 de abril de 2022.

WIPO. World Intellectual Property Report: Digitalization Driving Today's Innovation; Green Tech Needs Reboot. Disponível em: https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2022/article_0004.html Acesso em:11 de abril de 2022.

UNESCO: Atualização sobre o rastro de destruição do patrimônio cultural na Ucrânia

Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard

*“(…) Affirms that directing unlawful attacks against sites and buildings dedicated to religion, education, art, science or charitable purposes, or historic monuments may constitute, under certain circumstances and pursuant to international law a **war crime and that perpetrators of such attacks must be brought to justice** (...)”* (Item 4 da Resolução do Conselho de Segurança da ONU nº 2347/2017. Grifo nosso)⁵⁸

No informe anterior, apresentado no [Caderno CRIS Fiocruz sobre saúde global e diplomacia da saúde nº 05/2022](#), listamos algumas ações da UNESCO para salvaguardar o patrimônio cultural ucraniano sob risco de destruição após o início dos ataques da Federação Russa à Ucrânia, em 24 de fevereiro de 2022.

Este informe visa atualizar as mais recentes ações da UNESCO⁵⁹ considerando a continuidade do conflito e reforçando que Ucrânia e Rússia são Estados-Membros que ratificaram a Convenção de Haia para a proteção de bens culturais em caso de conflitos armados e seus dois protocolos (1954 e 1999), a qual possuem obrigações assumidas para com o patrimônio cultural em caso de conflito armado, e em consideração à Resolução do Conselho de Segurança da ONU nº 2347, de 2017 ([S/RES/2347](#)) ao considerar um crime de guerra ataques diretos contra locais e edificações dedicados à religião, educação, arte, ciências ou finalidade de caridade, ou monumentos históricos previsto no item 4 da referida resolução.

29.03.2022 | UNESCO mobiliza apoio para dar continuidade às atividades de ensino na Ucrânia após relato das autoridades educacionais relataram que 733 instituições educacionais foram danificadas ou destruídas. O apoio está sendo por meio da Coalizão Educacional Global que foi instituída para prover condições de retorno seguro às atividades educacionais durante a Pandemia por Covid-19. Em um primeiro momento, a UNESCO está oferecendo equipamentos de hardware e acesso ao ensino remoto, com apoio aos professores e educadores.

01.04.2022 | O assistente da Diretora-Geral para Cultura, sr. Enersto Ottone, em conferência para a imprensa, realizada em 01 de abril de 2022, informa que pelo menos 53 importantes locais históricos da Ucrânia foram destruídos desde o início dos ataques russos no território ucraniano.

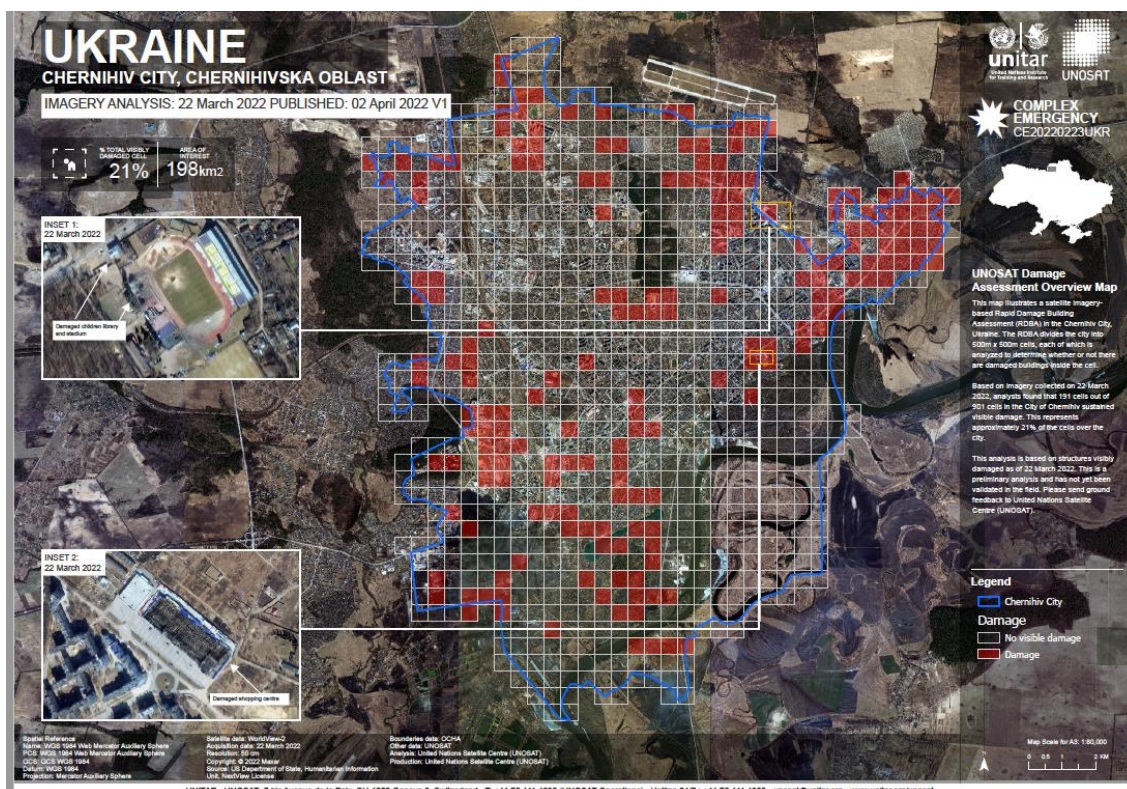
Não há informações detalhadas da lista do patrimônio cultural destruído tanto na imprensa quanto no sítio eletrônico da UNESCO, mas por meio de consulta a reportagens⁶⁰, sabe-se que 29 locais religiosos, 16 prédios históricos, quatro museus e quatro monumentos foram destruídos totalmente ou parcialmente em função dos ataques realizados pelas Rússia, desde 24 de fevereiro de 2022.

O levantamento sobre os locais destruídos tem sido feito por meio de tecnologia da informação que utiliza imagens de satélite fornecida pela [United Nations Satellite Centre \(UNOSAT\)](#), centro de satélites das Nações Unidas, que tem por missão promover decisões com

⁵⁸Index: S/RES/2347 (2017). Disponível em <https://www.un.org/securitycouncil/s/res/2347-%282017%29>. Acesso em 11 abr.2022.

⁵⁹ Linha do tempo completa das ações da UNESCO está disponível no link eletrônico: <https://www.unesco.org/en/ukraine-war/actions-timeline>

⁶⁰ Foram consultadas reportagens dos seguintes veículos de notícias: AFP in Paris, CCN International, Al Jazeera, The Guardian e NYPost.



base em evidências para a construção da paz, segurança e resiliência utilizando tecnologia de informação geo-espacial.

Desses 53 locais destruídos, cinco estariam na capital Kiev, enquanto outros cinco, na cidade de Chernihiv, no norte da Ucrânia, região conhecida por abrigar um conjunto de locais históricos composto por edificações construídas entre os séculos IX ao XIII, inscrita na lista de tentativa para se tornar Patrimônio Mundial da Humanidade.

Além dos sete sítios do Patrimônio Mundial da Humanidade que a Ucrânia possui, há mais 17 locais inscritos na lista de tentativa, uma das etapas iniciais para se tornar patrimônio mundial da humanidade. Nesse caso, estar inscrito na lista não confere proteção especial ao local nomeado como patrimônio da humanidade, o que torna mais complexo qualquer tentativa de ingressar contra o governo russo por crimes de guerra em razão da destruição de patrimônio cultural protegido.

02.04.2022 | Publicação, pela UNOSAT, de mapas atualizados de regiões do território da Ucrânia atingidas pelas tropas russas. Não há destaque para bens protegidos destruídos. Todavia, tal monitoramento é fundamental relevância a partir de levantamento de imagens que comprovam que os atos de guerra extrapolam os limites dos locais utilizados para fins militares. Além da própria destruição dos locais históricos e artísticos protegidos legalmente pelo direito internacional, há a comprovação de destruição de instalações civis vinculados à cultura e lazer dos cidadãos ucranianos, como podemos ver a partir da análise da imagem da cidade de Chernihiv.

Imagem 1 [Mapa da cidade de Chernihiv, Ucrânia](#), em 22/03/2022, identificando edificações afetadas pela guerra. Fonte: UNOSAT

Cada quadrado corresponde a 500m x 500m de área da cidade, no total de 198km² de área de interesse analisada. Os quadrados marcados em vermelho são áreas analisadas pelo



Imagem 3 Ampliação da imagem em destaque do mapa da UNOSAT - imagem 1 @2022 Maxar Technologies

Quadro 1 Comparativo de imagens de um local da cidade de Chernihiv, Ucrânia antes e depois da invasão russa à Ucrânia. Quadro comparativo elaborado por Fabiane Gaspar.

Algo a ser observado na imagem em destaque que vai para além de uma simples comparação de antes e depois é o frontal desrespeito ao atacar instalações civis, no caso, o complexo de esportes olímpicos da cidade e uma biblioteca infantil.

A cidade de Chernihiv estava na passagem das tropas russas na rota em direção à capital Kieve, região próxima ao porto de Belarus (Bielorússia). Bastaram apenas 17 dias de ocupação militar russa na cidade para destruir, com eficiência, um processo que estava sendo solidificado, nas últimas três décadas, de consolidação e reforço da identidade cultural do povo ucraniano após o desmembramento da União Soviética. Apenas duas semanas, para que expressões culturais, símbolos seculares, espaços de convívio social para o exercício do direito à cultura fossem destruídos.

Sabemos que as guerras deixam rastros de destruição incomparáveis. Alguns temas de urgência humanitária devem ter mais destaque, como a ajuda humanitária aos sobreviventes e refugiados. Nada mais justo. Sabemos também que a estratégia de guerra de se destruir locais de cultura e lazer, apagar a identidade cultural histórica, símbolos e monumentos das mais diversas expressões culturais sempre foi muito eficaz. A estratégia da cultura do dominador deve prevalecer sobre a do dominado.

Portanto, nesse contexto, devemos reforçar a luta em defesa da cultura, da proteção da diversidade das expressões culturais, religiosas, artísticas, históricas. O monitoramento da cultura e saúde no contexto da saúde global e diplomacia da saúde e, como determinante sociocultural da saúde, não podem ser deixados à margem das discussões internacionais. Devem ser incluídos na lista das consequências funestas do pós-guerra, especialmente, quando se trata da retirada do exercício pleno de um direito fundamental atrelado diretamente à dignidade humana e de sua inerente construção de identidade e pertencimento.

**Um cenário global em retalhos:
fragmentos que conformam as crises e convocam a sociedade civil**

***Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina,
Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes,
Patricia Lewis Carpio e Luis Eugênio de Souza***

As manifestações da sociedade civil de interesse público

Crise climática, gênero e conflitos

A Federação de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA, no acrônimo em inglês) lançou uma “[chamada à ação](#)” relativa à condição da mulher no contexto da crise climática. Essa chamada tem cinco pontos: (1) Assegurar o acesso equitativo a serviços de saúde sexuais e reprodutivos, (2) Estabelecer mecanismos de prevenção e proteção da violência contra meninas e mulheres no contexto da crise climática, (3) Incluir a consideração de gênero na gestão e redução do risco de desastres relacionados ao clima, (4) Proteger a saúde das mulheres vulneráveis quanto aos efeitos das mudanças climáticas e (5) Reconhecer os jovens como parceiros iguais no diálogo climático e envolvê-los de forma significativa nas políticas climáticas.

Os Médicos Sem Fronteira (MSF) alertaram para a difícil [situação de mulheres no noroeste da Síria](#) ao longo de 11 anos de conflito, devido ao fechamento de inúmeros centros e programas de saúde materno infantil por falta de financiamento e destruição das instalações. Milhões de refugiadas sírias têm sido afetadas pela guerra e a violência de gênero, o matrimônio precoce e a insegurança alimentar, sendo a menstruação, gravidez e lactância etapas difíceis de encarar, além da ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. O coordenador dos MSF na Síria, Faisal Omar, adverte que a resposta humanitária não está à altura das necessidades da região.

A Action Aid [reagiu ao último relatório do IPCC](#), divulgado na última semana de fevereiro. É notável a frustração ao ver que as evidências não são suficientes para desencadear as ações necessárias para atingir as metas climáticas. A organização faz um alerta para o que chama de “fim do mundo”: a crise no clima está provocando uma das [piores secas da história do Nordeste Africano](#), com cerca de 14 milhões de pessoas na Etiópia, no Quênia e na Somália em situação de fome extrema. Seca severa, falta de água crônica e aumento nos preços dos alimentos e da energia estão levando também ao deslocamento da população, evasão escolar e exposição ainda maior de meninas e mulheres à violência de gênero, com um aumento de cerca de 24% nos casos desde o início da crise.

A mesma Action Aid publicou um [apelo para que os líderes mundiais não abandonem os afegãos](#), que representam o maior número de pessoas em situação de insegurança alimentar emergencial no mundo, após um inverno severo, secas, e a pandemia da Covid-19. Em dois meses apenas quase toda a população (97%) do país estará abaixo da linha da pobreza. A Action Aid pede recursos e ações de longo prazo em apoio aos mais necessitados.

A Global Citizen não ficou alheia aos [impactos da crise climática no continente africano](#) e publicou, em 6 de abril, artigo em que fala de duas tempestades tropicais e dois ciclones que atingiram Moçambique e países vizinhos entre janeiro e março de 2022. Os eventos climáticos deixaram centenas de milhares de pessoas fora de suas casas, sem sustento e forçadas a buscar abrigo em outros locais. Embora a África seja a região que menos contribui para a crise climática, é a que mais sofre com seus efeitos.

A Interacademy Partnership divulgou [mensagem das Academias de Ciências da Europa](#) para a Convenção de Diversidade Biológica (CBD) da COP15, que se realizará no segundo semestre de 2022. O documento propõe uma cooperação mais estreita entre a CBD e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

Conforme a [CARE international](#), a violação dos direitos das meninas e mulheres na Somália aumenta à medida que a seca piora. Abandono da escola, fechamento de empresas administradas por mulheres, perda de renda, casamento precoce e mutilação genital feminina fazem parte do cenário de riscos acentuados no país. A organização destaca ainda o drama da fome na [África Ocidental](#), que enfrenta sua pior crise alimentar em dez anos, com mais de 27 milhões de pessoas já passando fome.

Na revista [Prehospital and Disaster Medicine](#), a [World Association for Disaster and Emergency Medicine \(WADEM\)](#) publicou um [mapeamento](#) de artigos científicos sobre mortalidade por ciclones tropicais, identificando lacunas de pesquisa. Enquanto os EUA e a China são super-representados na literatura global, o Sudeste Asiático, África e América Latina e o Caribe, regiões com o maior número histórico de mortalidade por ciclones, não são estudados.

Depois do supertufão Rai atingir as Filipinas em dezembro de 2021, o país ficou devastado com mais de 400 mortos, 800 mil deslocados e uma situação vulnerável, sendo o país mais afetado pela COVID-19 da região do Pacífico Ocidental. [Artigo](#) publicado na revista da [WADEM](#) alerta que desastres naturais podem tornar a crise da pandemia ainda mais difícil em comunidades desfavorecidas.

A Federação Hospitalar Internacional ([IHF](#)) segue divulgando o [Healthcare Leadership for Sustainability](#), lançado em 2022, em resposta à necessidade de hospitais e serviços de saúde lidarem com as mudanças climáticas. Trata-se de um centro global com o objetivo de equipar a comunidade global com habilidades necessárias para liderar suas organizações no desenvolvimento e execução de respostas eficazes aos problemas ambientais.

A pandemia não acabou! E o que temos para o futuro?

A World Heart Federation acompanhou a reunião do [Grupo de Trabalho sobre o Fortalecimento da Preparação e Resposta às Emergências de Saúde da OMS \(WGPR\)](#). Contribuições dos Estados-membro para melhorias no Regulamento Sanitário Internacional ou para a elaboração de um novo instrumento guiaram as discussões. O recém-nomeado Corpo de Negociação Internacional (INB) recebeu o compilado das discussões relacionadas a um instrumento vinculante.

A [DNDi](#) compartilhou dois artigos sobre o tratamento oral para Covid-19. O [artigo](#) *Covid Pills Won't Help End the Pandemic If People Can't Get Them* critica a dificuldade de acesso ao tratamento e ressalta que a distribuição do Paxlovid da Pfizer precisa se expandir rapidamente para superar o risco de se repetir os mesmos erros da distribuição de vacinas. Já o [artigo](#) da Nature *African clinical trial denied access to key COVID drug Paxlovid* analisa a recusa da Pfizer em fornecer o Paxlovid a pesquisadores que desejam testá-lo no ensaio clínico ANTICOV em África.

A [DNDi](#) compartilhou o [documento do FMI](#), publicado em parceria com a *Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI)*, o *Global Fund* e o *Wellcome Trust*, em 05 de abril, que pede uma resposta pandêmica mais abrangente e integrada da comunidade internacional, que inclua vacinas, testes e tratamentos

Em 6 de abril, a [CARE International](#) e dezenas de organizações globais expressaram preocupação com a falta de fundos para a Covid-19. A mobilização tem origem no corte de recursos do Governo Biden, apoiado pelo legislativo dos EUA, para resposta global.

Rechaço ao projeto de resolução sobre a COVID-19 da OMC

O MSF identificou [quatro problemas graves](#) no projeto de texto sobre a COVID-19, em negociação entre UE, EUA, Índia e África do Sul. Urgiu os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) a rejeitá-lo, considerando incapaz de melhorar o acesso aos insumos médicos em países de baixa e média renda. O texto não oferece uma solução para eliminar as barreiras da propriedade intelectual (PI), mas, ao contrário, poderia trazer ter impacto negativo no acesso global a medicamentos, vacinas e testes diagnósticos durante a COVID-19 e em futuras emergências.

A [WADEM](#) lembrou a urgência de focar na [resposta e mitigação da COVID-19 em crianças](#). Elas estão desempenhando um papel importante na dinâmica de surtos por SARS-CoV-2 com número recorde de hospitalizações, principalmente com a Ômicron. Crianças estão propensas a apresentar sintomas gastrointestinais e maior risco de miocardite. A WADEM defendeu o uso de máscaras em crianças, práticas comprovadas de boa higiene das mãos, isolamento quando a criança testar positivo mesmo que assintomático, acrescentando que as crianças isoladas devem receber recursos educacionais e sociais para mantê-las engajadas na escola e na comunidade.

Dia Mundial da Saúde

O Grupo de Trabalho sobre o Ambiente, da WONCA, juntou-se ao #DiaMundialdaSaúde com o artigo "Um Minuto para o nosso Planeta", uma reflexão sobre o papel dos médicos de família na saúde dos doentes, da comunidade e do planeta. O artigo pode ser lido aqui: <https://buff.ly/3jflFP4>

Na ocasião do Dia Mundial da Saúde, Nadya Wells, conselheira sênior em pesquisas no Instituto destacou a [carga da resistência antimicrobiana \(RAM\)](#) para a saúde, no que considera como futura pandemia, que pode chegar a causar 10 milhões de mortes por ano. Segundo a pesquisadora, um estudo recente estimou um total de 1,27 milhões de mortes anuais devido a RAM, 80% destas em países de renda média e baixa.

O People's Vaccine Movement ecoou uma declaração da rede C40, que reúne cerca de 100 grandes cidades ao redor do mundo comprometidas com a luta contra as mudanças climáticas, em que pedem os líderes das farmacêuticas Pfizer, BioNTech e Moderna para que compartilhem a tecnologia para a produção das vacinas contra a COVID-19. No texto, lançado na ocasião do Dia Mundial da Saúde, prefeitos da rede de cidades apelam pela transferência de tecnologia para atingir a equidade na vacinação e salvar vidas.

A Alliance for Framework Convention on Global Health (FCGH) publicou lembrou do WorldHealthDay, que este ano tem como lema "manter o planeta saudável para nos mantermos saudáveis", acrescentando a importância da convenção-quadro para se alcançar maior equidade de acesso aos serviços essenciais de saúde.

A União Internacional para a Promoção da Saúde e Educação (IUHPE) divulgou [publicação](#) relativa ao Dia Mundial da Saúde com o tema: Nosso Planeta, Nossa Saúde, Nossa Tarefa de Promoção da Saúde.

O *International Council of Nurses* (ICN) se uniu à Organização Mundial da Saúde (OMS) na comemoração do Dia Mundial da Saúde que enfatiza o vínculo entre a saúde humana e o meio ambiente e, em [comunicado à imprensa](#), reiterou a importância da enfermagem no enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas na saúde.

A World Medical Association realizou sua reunião de Conselho e divulgou [resolução emergencial](#), na abertura do evento no dia 7 de abril, expressando sua profunda indignação com o bombardeio de civis e hospitais por parte de tropas russas. Pediu a governos e à comunidade internacional apoio às milhões de pessoas deslocadas pelo conflito e à reconstrução da infraestrutura necessária para uma vida saudável nas áreas atingidas pelo conflito.

Guerra na Ucrânia

Uma campanha de doação para apoio aos ucranianos está sendo liderada pelo núcleo Japão da Federação Internacional dos Assistentes Sociais (IFSW).

A repercussão do conflito da Ucrânia na América Latina e Caribe foi apontada com preocupação pela [CARE International](#), devido ao aumento de preços e interrupções no comércio global que implicarão no aumento da dívida dos países da região.

A [Care International](#) apontou também que a crise na Ucrânia está afetando desproporcionalmente mulheres e meninas, seja dentro do país, seja nas fronteiras por meio de: (a) exploração, abuso e tráfico; (b) mortes infantil e materna; (c) trauma psicológico; (d) violência doméstica; e (e) fome.

Os MSF [denunciaram os bombardeios](#) de que foram testemunhas no dia 4 de abril em Mikolaiv na Ucrânia. O hospital pediátrico da cidade foi atingido por bombas. Também o hospital de oncologia foi atacado deixando feridos e pelo menos um morto. Com um total de três hospitais atingido por bombardeios em dois dias, os MSF fazem uma alerta para manter a salvo da guerra pacientes e pessoal de saúde.

Combate à pobreza

Em 29 de março, a Global Citizen lançou uma campanha a ser desenvolvida ao longo do ano, apelando a governos, líderes do setor privado e bilionários a se comprometerem urgentemente com o fim da extrema pobreza. A campanha [End Extreme Poverty NOW – Our Future Can't Wait](#) pretende atingir milhões de cidadãos de todo o mundo, exigindo ações imediatas em três áreas críticas: empoderamento de meninas adolescentes, quebra das barreiras sistêmicas que mantêm pessoas presas na pobreza e a adoção de ações climáticas expressivas.

Migrações

O Global Health Centre está realizando [estudo sobre as estratégias de sobrevivência e as repercussões em saúde em deslocamentos forçados](#) e fez uma chamada para contribuições à pesquisa.

A retirada da União Europeia e seus Estados-membros das operações de busca e resgate no mar Mediterrâneo e do apoio à guarda costeira Líbia são a raiz de todas as mortes e violações de direitos humanos que acontecem no Mediterrâneo central, denunciam os [MSF. Mais de 100 pessoas morreram em menos de uma semana](#)

Gênero e saúde global

A [Women in Global Health](#) destacou no relatório “[Women’s in unpaid work in health systems](#)” que as mulheres são 70% da força de trabalho na saúde e 90% em ações com pacientes. Essas trabalhadoras recebem 23% a menos que os homens, ou não são pagas pelo trabalho que realizam em casa ou nas comunidades locais. Fez uma chamada para um novo contrato social em que sejam possíveis: a igualdade de liderança, o trabalho seguro e decente para trabalhadoras de saúde, uma remuneração justa, uma abordagem transformativa de gênero e financiamento para os movimentos de mulheres.

A [DNDi](#) destacou a publicação do relatório [Global Health 50/50](#) de 2022 que analisa a diversidade de gênero das pessoas que governam a saúde global. Considera o relatório importante para o compromisso em continuar a promover a diversidade na saúde global.

Participação da sociedade civil na Assembléia Mundial da Saúde

O People’s Health Movement lançou uma chamada para a [inscrição de observadores para a 75ª Assembleia Mundial de Saúde da OMS](#), que se realizará entre os dias 22 e 28 de maio em Genebra. O Movimento busca ativistas que possam participar das reuniões, elaborar comentários, colaborar com outros colegas da sociedade civil, defender as posições do movimento e fazer a leitura de declarações. As inscrições estarão abertas até o dia 12 de abril.

Global Health Watch

O People’s Health Movement realizou o pré-lançamento da sexta edição da publicação [Global Health Watch](#). A edição avalia assuntos relacionados à pandemia, como o lucro da indústria farmacêutica, a privatização de sistemas de saúde, o enfraquecimento da governança global e a inadequação dos sistemas públicos de saúde, traçando conexões entre os determinantes sociais, econômicos, políticos, comerciais e ambientais da saúde e a estrutura das relações globais de poder.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Doenças Crônicas Não Transmissíveis

O presidente da World Heart Federation disse que “um em dois países provavelmente não atingirão as metas dos ODS para DCNT”, ressaltando a importância do [World Heart Observatory](#) para ajudar gestores no acesso a dados. Também chamou a atenção para o impacto da poluição do ar nas mortes por doenças cardiovasculares: 20% do total dessas mortes, o equivalente a mais de 3,5 milhões de mortes por ano.

Promoção da Saúde

A NCD Alliance destacou as ações do [governo de Barbados](#) que instituiu a taxa de 20% nas bebidas açucaradas no país. Em 2015 Barbados implementou a taxa de 10% e obteve a redução de 4% no consumo de bebidas açucaradas e aumento de 7,5% do consumo de água. Essa ação serviu de exemplo para os 73 países (21 nas Américas) que em 2022 já realizavam taxações.

Caminhar e andar de bicicleta de forma segura tem contribuído para a redução de casos de diabetes e obesidade, é o que mostram as experiências de Bogotá, Dhaka e Shanghai em uma recente [revisão de 170 estudos](#), divulgada pela NCD Alliance. O investimento na promoção da atividade física tem excelente relação custo-benefício, \$3,2 economizados em cuidados médicos para cada dólar gasto.

A NCD Alliance noticiou a publicação do [relatório produzido pela OMS](#) e Unicef com 8.500 mãe/pais e grávidas e 300 trabalhadores de saúde em Bangladesh, China, México,

Marrocos, Nigéria, África do Sul, Reino Unido e Vietnã, mostrando que mais da metade das mulheres grávidas (51%) pesquisadas dizem ter sido alvo de *marketing* por parte das empresas de leite em pó. Embora as taxas de aleitamento tenham aumentado nas últimas décadas, as vendas de leite em pó dobraram no mesmo período.

Doenças negligenciadas

[DNDi e Fiocruz](#) firmaram uma aliança estratégica para pesquisa sobre dengue e outras doenças negligenciadas. A presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima, recebeu o diretor global de Pesquisa e Desenvolvimento da DNDi, Laurent Fraisse, o presidente da iniciativa na América Latina, Michel Lotrowska, e o diretor executivo regional da DNDi na América Latina, Sergio Sosa-Estani.

A [DNDi](#) destacou o acesso ao tratamento da hepatite C como o maior desafio relacionado à doença. Apesar da existência de tratamentos eficazes, apenas 13% das pessoas têm acesso. Os preços altos constituem uma grande barreira em muitos países.

Os Medecins Sans Frontieres (MSF) estão trabalhando junto ao Programa Nacional de Controle da Lepra e da Tuberculose (NLTCP) do Ministério da Saúde e Saneamento (MoHS) da Serra Leoa, na implantação do [primeiro modelo de atendimento ambulatorial do país para tuberculose](#) resistente aos medicamentos (MDR-TB). O projeto visa melhorar a aderência ao tratamento ao brindar apoio psicológico, auxílios de transporte e apoio nutricional aos pacientes e familiares, além de sensibilização e promoção na comunidade, capacitando 500 curandeiros tradicionais e implementação de tratamento da TB nas prisões.

Comunicação e saúde

A International Hospital Federation (IHF) publicou [artigo](#) sobre os desafios da comunicação em hospitais do mundo, em explora os desafios na comunicação em ambientes hospitalares. Apresenta também algumas recomendações para lideranças, com ênfase na comunicação como uma prioridade na estratégia das organizações de saúde. (comunicação e saúde)

Força de trabalho em saúde

O International Council of Nurses se solidarizou com 25.000 profissionais de saúde e enfermeiros que entraram [greve](#) em 1º de abril de 2022, em seis distritos hospitalares na Finlândia para protestar por salários e condições de trabalho decentes.

As manifestações da sociedade civil de interesse privado

Pandemia por Covid-19: o que está no horizonte do planejamento?

A [Wellcome](#) destacou que está [financiando](#) projetos que visam entender melhor as variantes do Covid-19 e alertou que a pandemia não acabou. Em um [novo relatório](#), afirmou que o mundo deve trabalhar em conjunto para se recuperar do Covid-19 e se preparar para futuros surtos. Para a Wellcome, existe preocupação porque a pandemia interrompeu a prestação de cuidados e aumentou a desinformação/desinformação da vacina, permitindo um efeito colateral perigoso: o retorno de doenças evitáveis por vacina, como a poliomielite. Para proteger décadas de progresso, ressaltou que a saúde pública [precisa de sistemas mais fortes e mais confiança](#).

A [Fundação Rockefeller](#) lembrou que à medida que a Covid-19 continua a se espalhar na América Latina e no Caribe, a PAHO e a WHO trabalharam duro para [expandir o teste e o rastreamento](#) para alcançar até as comunidades mais isoladas.

Também a [Fundação Rockefeller](#) com apoio da Fundação Gates destacou a produção da Universidade de Duke e da The Covid Collaboration de um relatório sobre abordagens dinâmicas ancoradas em equidade e sustentabilidade, sendo preciso [apoiar metas](#) e atingir 90% de vacinação daqueles com maior risco de Covid19, com acesso equitativo a tratamentos orais e aumento da fabricação de vacinas.

A Fundação Rockefeller tratou da infodemia da Covid19 e do acesso a informações oportunas e de qualidade. Com a HIVpxresearch, tem atuado para garantir que os jornalistas possam acessar os recursos de que precisam para relatar com precisão a pandemia.

Sobre o impacto da pandemia da Covid19, a [Fundação Rockefeller](#) critica a "grande divergência" em que os países mais ricos gastam mais do que seus PIB na resposta à Covid-19, enquanto os países em desenvolvimento continuam estagnados. Destaca que, até o momento, a pandemia levou 240 milhões de pessoas à pobreza, deixou 811 milhões de pessoas com fome, fez 100 milhões perderem o acesso à eletricidade e empurrou 54 milhões de mulheres para fora da força de trabalho.

Acesso as vacinas contra a Covid-19 e outras doenças: vamos superar as iniquidades?

A GAVi Alliance anunciou que Alemanha (na presidência do G7), Indonésia (na presidência G20) e Senegal (cujo presidente recebe a African Union este ano) [sediaram conjuntamente a cúpula Gavi COVAX AMC 2022](#), que começou em 8 de abril. O evento teve a meta de levantar 3.8 bilhões de dólares para apoiar a vacinação mundial contra a COVID-19, fazendo parte de um pacote de US\$5.2 bi para alcançar a equidade na cobertura vacinal entre os países.

A Gavi também anunciou, em 7 de abril, uma [nova parceria com MedAccess e Open Society Foundations](#) para criar um mecanismo inovador de compartilhamento de riscos em suporte ao mecanismo COVAX. A parceria tem o objetivo de avançar com os esforços da Gavi para ampliar seu pacote de instrumentos de financiamento em apoio a doadores, considerando as mudanças de cenário da pandemia. Os instrumentos do mecanismo também prometem representar um caminho para responder a futuras crises sanitárias.

Juntamente com a UNICEF, a OMS e outros parceiros, a Gavi está colaborando com o Ministério da Saúde e População do Nepal em uma [campanha nacional de vacinação contra a febre tifoide](#). A iniciativa tem a intenção de atingir 95% de cobertura vacinal em cerca de 7,5 milhões de crianças.

A [Fundação Rockefeller](#) destacou a importância de garantir que as vacinas contra Covid-19 sejam acessíveis e que é importante investir em métodos inovadores de treinamento para garantir que os serviços de saúde sejam entregues às comunidades. Destacou também que os profissionais de saúde são a espinha dorsal dos sistemas de saúde, mas muitas vezes não têm as ferramentas necessárias para ter sucesso. Por isso, em parceria com a GAVi, está usando tecnologia digital inovadora para equipar melhor os profissionais de saúde e poder [aprimorar os esforços da vacinação](#).

A [Fundação Gates](#) destacou que a Covid19 fez com que as crianças deixassem de ser vacinadas e doenças evitáveis ressurgissem. O caso da [pólio selvagem no Malawi](#) é o exemplo mais recente.

A [Fundação Gates](#) destacou ainda que os profissionais de saúde pública em cinco países africanos começaram a administrar [vacinas contra a poliomielite](#) a mais de 23 milhões de crianças, e tem lançado um programa de [vacinação contra o HPV em Quênia](#).

Guerra na Ucrânia

A guerra na Ucrânia continuou presente na agenda das organizações sociais de interesse privado, destacando-se o Cento para Estratégias e Estudos Internacionais, que criou um espaço de discussão chamado Encruzilhada da Crise: Ucrânia, onde são postados vídeos com análises sobre o assunto, envolvendo temas humanitários, econômicos e geopolíticos. <https://www.csis.org/programs/crisis-crossroads-ukraine>

Inovação e financiamento para combate das doenças negligenciadas.

O [Global Fund](#) divulgou seu apoio a projetos de combate à TB e à Covid19, tendo [pedido](#) um compromisso maior com o fim da TB. Nesse sentido, junto com a [Fundação Rockefeller](#), o Global Fund está [comprometendo US\\$ 25 milhões para melhorar o uso de dados](#) para apoiar serviços de saúde em nível comunitário. Um exemplo é o caso do Bangladesh, que está usando os investimentos do Global Fund para proteger os profissionais de saúde, alcançar comunidades marginalizadas e fortalecer a capacidade de teste de TB e COVID-19 com máquinas de diagnóstico GeneXpert.

A Fundação Gates declarou que um mundo sem malária é possível, ressaltando que a [primeira aprovação](#) de um novo tratamento para crianças com malária por Plasmodium vivax representa um marco na luta contra a doença mortal.

Não tem clima para a saúde

A [Wellcome](#), entre os cinco principais impactos das [mudanças climáticas](#) na saúde global estão o aumento de doenças infecciosas, insegurança alimentar e hídrica, calor e clima extremos, má qualidade do ar, riscos sociais, como deslocamento e conflito. Dessa forma, as mudanças climáticas estão prejudicando nossa saúde em grande escala. A [Wellcome](#) destaca que [estudos populacionais longitudinais](#) (LPS) em grandes grupos de pessoas podem ser usados para pesquisar o impacto das mudanças climáticas na saúde. Outras consequências identificadas são as zoonoses, que vem aumentando, só entre 1994 e 2004, mais de 330 doenças surgiram, dessas, quase 2 em cada 3 vieram de animais, mais de 7 em cada 10 deles se originaram na vida selvagem. A [WELLCOME destaca que as doenças zoonóticas](#) podem ser espalhadas por um vetor, contato direto, contato indireto, alimentos infectados e água contaminada. Fatores associados incluem mudanças climáticas, produção de alimentos, viagens e transporte. Para um melhor controle e prevenção, as áreas que requerem mais investimentos em pesquisa e desenvolvimento científico, vigilância, governança, engajamento comunitário e educação.

Agenda de eventos

Ao longo da última quinzena, a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública se dedicou à realização da Semana Mundial da Saúde Pública, que reuniu instituições, comunidades e lideranças da saúde pública de todo o mundo para discutir as práticas de prevenção de doenças e promoção da saúde e bem-estar. A Semana Mundial da Saúde Pública

foi aberta no dia 04 de abril de 2022 pelo Dr. Tedros Ghebreyesus, Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde. Foram realizados cerca de 100 eventos em todas as regiões do mundo, em torno dos temas Resiliência à COVID-19, Desastre Climático, Equidade em Saúde, Fortalecimento de Associações e Comunidades de Saúde Pública e Prevenção da Próxima Pandemia.

A IFA realizou dois seminários, sendo um sobre "Comunidades Rurais para Apoiar o Bem-Estar do Envelhecimento na América Latina e na África Subsaariana" e outro sobre a incorporação de considerações acerca do envelhecimento saudável no ambiente urbano.

A WONCA participou de um webinar sobre Médicos de Família e Pandemia COVID 19 com os presidentes de três Sociedades de Médicos Generalistas da China, organizado pela Associação Mundial de Médicos Chineses.

Em 8 de abril, a organização também lançou uma mobilização digital com artistas, atletas e atores em apoio à Ucrânia. Com suporte da Comissão Europeia e do Governo do Canadá, a iniciativa [#StandUpForUkraine](#) lançou uma campanha global para mobilização de recursos em apoio às pessoas que sofrem as brutais consequências da invasão na Ucrânia. A ação culminará em um evento em Varsóvia, no dia 9 de abril, sediado pela presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen e o primeiro-ministro canadense Justin Trudeau.

A Geneva Graduate Institute Global Health Centre oferecerá um curso online, de 8 de abril a 15 de julho, dedicado aos desafios de governar pandemias. [Governing Pandemics 101](#) foi inaugurado com uma sessão virtual sobre o desafio global de governar pandemias, em 8 de abril, e oferecerá uma série de outras até o final do programa. A próxima sessão, em 22 de abril, abordará os papéis e regras internacionais na detecção e resposta a surtos, abordando o Regulamento Sanitário Internacional, as fraquezas expostas pela pandemia de COVID-19 e as responsabilidades dos sistemas nacionais de saúde em contextos de pandemia.

A International Federation of Social Workers e a [WFPHA](#) organizaram o evento "Health and Social Wellbeing in a Conflict Environment" na [Global Public Health Week](#) sintonizadas no intuito de contribuir para um novo mundo eco-social.

A [DNDi](#) divulgou o webinar "[Global Vector Control Response \(GVCR\)](#)" realizado em 5 de abril pela WHO para discutir quais ações estão sendo implementadas para controlar os vetores que transmitem doenças tropicais negligenciadas e o papel do controle de vetores para atingir as metas do NTD roadmap 2030. (Eventos)

A [DNDi](#) divulga 9ª edição do [Geneva Health Forum 2022](#), a ser realizada de 3 a 5 de maio, que discutirá as lições da pandemia Covid-19 e o caminho a seguir, com ênfase nas ligações entre a saúde humana e a saúde ambiental, o impacto das mudanças climáticas na saúde.

A [DNDi](#) divulga o [7º WorldLeish](#), o evento mais importante do mundo sobre Leishmaniose, que reúne a cada 4 anos referências mundiais que trabalham nesta área. O evento ocorrerá de 1 a 6 de agosto de 2022 em Cartagena, Colômbia. A [inscrição de resumos](#) até 27 de abril.

A [CARE International](#) enfatiza a resposta de emergência à segurança alimentar no Afeganistão, com a divulgação do [Evento](#) de *High-Level Pledging Event on Supporting the Humanitarian Response in Afghanistan*, co-organizado pelos governos do Reino Unido, Alemanha e Catar, realizado em 31 de Março. A CARE lamentou que os recursos atingidos

ficaram muito aquém da meta necessária para enfrentamento da crise humanitária afegã, em que cerca de [23 milhões de pessoas enfrentam fome aguda](#). (evento)

O Centro para Estratégias e Estudos Internacionais divulgou a realização do webnário: [A Guerra na Ucrânia: Implicações Geopolíticas para a Eurásia](#). O evento abordará, em especial, a situação da Turquia e dos estados menores do sul do Cáucaso e da Ásia Central frente às sanções impostas pelo Ocidente. As perguntas orientadoras são: como a última invasão da Ucrânia pela Rússia moldará as considerações políticas e de segurança em toda a Eurásia? Como as relações dos estados da Eurásia com a Rússia e as instituições multilaterais lideradas pela Rússia mudarão? Há potencial para os Estados Unidos e seus parceiros repensarem suas abordagens para a região e traçarem um novo caminho?

Lançamento do curso - Previsão Global: Preparando-se para Tendências Futuras, com inscrições no endereço [aqui](#) até 6 de maio de 2022. Previsão Global: Preparando-se para Tendências Futuras é o principal curso executivo de Washington para profissionais de nível médio a sênior responsáveis por ajudar suas organizações a prever e se preparar para as macrotendências globais que impulsionarão as mudanças nos próximos 30 anos.

Considerações finais

Na quinzena encerrada em 10 de abril, as manifestações da sociedade civil demonstraram diversidade nos temas abordados, ao mesmo tempo em que apresentam articulações concretas entre os mesmos, que são fundantes dos processos e condições de vulnerabilidade para a saúde das populações.

Cabe destacar a recorrência da defesa da ampliação do acesso à vacina contra covid-19 e a necessidade da criação de fundos para esta e outras ações relativas ao enfrentamento da pandemia.

A crise climática teve grande destaque. Da preocupação com a devastação provocada por ciclone e tempestades à necessidade de ampliar o acesso à vacina contra covid-19 e proteger as mulheres, palavras como compartilhamento, financiamento, cooperação são vívidas nos discursos, assumindo que o problema é global. Um exemplo é a simetria deste assunto entre as organizações de interesse público e de interesse privado.

Apesar da falta de informação de algumas das 45 organizações acompanhadas, é possível identificar os principais interesses e ações desenvolvidas sobre os temas aportado pelo setor da sociedade civil em relação a saúde global.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaque do UNOSSC



Ainda sob o tema das Ideias Sul-Sul, trazemos neste informe o estudo intitulado **“Cooperação Sul-Sul, uma oportunidade para combater as mudanças climáticas e reduzir as desigualdades”** que foi publicado em junho de 2021.

O tema foi destacado também, devido à proximidade da Conferência “Estocolmo+50: um planeta saudável para a prosperidade de todos – nossa responsabilidade, nossa oportunidade”, a ser realizada nos dias 2 e 3 de junho de 2022.

Este estudo destaca que a mudança climática é considerada, hoje em dia, um dos maiores desafios da Terra. A escala dos esforços e coordenação necessários para aliviar os impactos negativos das mudanças climáticas são bastante consideráveis. Nesse contexto, a Cooperação Sul-Sul apresenta uma oportunidade para apoiar o desenvolvimento de capacidades dos países na luta contra as mudanças climáticas.

O documento analisa e compara iniciativas nacionais de Cooperação Sul-Sul para enfrentar as mudanças climáticas em três países da América Latina: Bolívia, Equador e Honduras. Os três estudos de caso aplicam uma metodologia qualitativa e baseiam-se na coleta de dados e na análise de fontes de informação primárias e secundárias que resultaram em uma análise comparativa dos estudos de caso dos três países e examina a cooperação internacional existente em cada país, a estrutura legal e institucional para mudanças climáticas e Cooperação Sul-Sul, políticas e instrumentos de mudanças climáticas existentes, programas ou iniciativas de mudanças climáticas de Cooperação Sul-Sul na última década e mapeamento das partes interessadas relevantes.

A pesquisa sugere que a Cooperação Sul-Sul em mudanças climáticas na América Latina está em construção e ainda enfrenta grandes desafios. O estudo apresenta recomendações de políticas para cada um dos países analisados para superar as deficiências identificadas.

De maneira geral, recomenda: 1) melhorar a articulação entre as partes interessadas; 2) melhorar o registro das iniciativas de Cooperação Sul-Sul em mudanças climáticas por meio da criação de uma categoria específica de mudanças climáticas nas bases de dados oficiais; 3) Melhorar os catálogos de Cooperação Sul-Sul por meio da coleta de informação não só em nível nacional, mas também em nível local; 4) fortalecer os mecanismos formais de negociação entre governos; 5) buscar acordos que permitam aos países obter recursos financeiros por meio da Cooperação Sul-Sul ; 6) estudar as boas práticas da Cooperação Norte-Sul em relação às mudanças climáticas e adaptá-las ao contexto da Cooperação Sul-Sul.

[Leia o estudo](#)

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁶¹, Nairóbi (UNEP)⁶², Paris (UNESCO)⁶³, Roma (FAO/IFAD)⁶⁴, Viena (UNIDO)⁶⁵ e Washington ((G-24)⁶⁶.

A República Islâmica do Paquistão assumiu a presidência do G-77 em 14 de janeiro de 2022, por um período de um ano.

Entre os dias 28 de março e 08 de abril de 2022, o G-77 e a China participaram de três reuniões da Assembleia Geral da ONU.

New York – 28 de março de 2022

Declaração feita pelo Embaixador Mohammad Aamir Khan, representante adjunto da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na reunião preparatória para o encontro internacional intitulado “Estocolmo + 50: Um planeta saudável para a prosperidade de todos – nossa responsabilidade, nossa responsabilidade”

A Conferência “Estocolmo+50: um planeta saudável para a prosperidade de todos – nossa responsabilidade, nossa oportunidade”, a ser realizada nos dias 2 e 3 de junho de 2022,

⁶¹ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

⁶² UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁶³ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁶⁴ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁶⁵ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁶⁶ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

comemorará a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente de 1972 e celebrará 50 anos de ação ambiental global. Ao reconhecer a importância do multilateralismo no enfrentamento da tríplice crise planetária da Terra: clima, natureza e poluição. O evento visa atuar como um trampolim para acelerar a implementação da Década de Ação da ONU para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo a Agenda 2030, Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, o Quadro Global de Biodiversidade pós-2020, e incentivar a adoção de planos verdes de recuperação pós-COVID-19.

Em sua declaração nesta reunião preparatória para a Conferência, o G-77 e a China destacaram que um ambiente saudável é extremamente importante para nossa saúde, para a nossa segurança e para nossa vida. A degradação do planeta limita o nosso bem-estar e prosperidade, bem como o nosso futuro.

O último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)⁶⁷ é um lembrete sombrio de como estamos falhando com nosso planeta e das ações drásticas necessárias hoje para protegê-lo.

Ao continuarmos no mesmo caminho sem tomarmos medidas urgentes, iremos enfrentar dificuldades para nos adaptar ao ambiente em mudança. Qualquer hesitação, é uma janela que se fecha para garantir um planeta saudável para todos nós.

Em relação a este tema, o Grupo gostaria de reiterar a importância do quadro multilateral existente para a cooperação em mudança climática e biodiversidade, a saber, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Kyoto, o Acordo de Paris e a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB).

Ressaltamos que as estruturas existentes foram fundamentadas nos princípios de equidade e responsabilidades comuns, mas diferenciadas de acordo com as respectivas capacidades dos países, suas diferentes circunstâncias e responsabilidades históricas. A adesão a esses princípios, portanto, é vital em qualquer discussão sobre natureza e ecossistemas.

Durante a reunião informal do grupo de trabalho para este diálogo de lideranças, foi expressa a urgência de agir e tomar ações ousadas. O Grupo acredita que isso exigiria aprimoramento nos meios de implementação, particularmente financiamento climático, transferência de tecnologia e capacitação para os países em desenvolvimento.

O G-77 e a China enfatizam que o acordo alcançado em Glasgow em 2021 deve ser a base para futuras discussões sobre ação climática. A este respeito, o Grupo gostaria de destacar que:

1. O compromisso assumido pelos países desenvolvidos de US\$ 100 bilhões em financiamento climático anual até 2020 não foi cumprido e deve ser retomado com urgência. Deve-se também cumprir o compromisso anual de financiamento climático a partir da meta quantificada coletiva de US\$ 100 bilhões até 2024. Apelamos por um financiamento adequado e constante (previsível) em vez de uma contabilidade inovadora.

⁶⁷ O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) é um órgão intergovernamental da ONU responsável pelo avanço do conhecimento sobre mudanças climáticas induzidas pelo homem. Foi estabelecido em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e posteriormente endossado pela AGNU. Com sede em Genebra, na Suíça, é composto por 195 estados membros.

2. São necessárias mais ações para garantir um equilíbrio entre o apoio à mitigação e adaptação para o financiamento climático, apesar do compromisso firmado em Glasgow, incluindo a duplicação do financiamento climático para adaptação.
3. O financiamento concessional⁶⁸ deve ser significativamente ampliado e o financiamento climático não deve ser uma fonte de dívida externa adicional para os países em desenvolvimento.
4. O acordo alcançado sobre a operacionalização da Rede de Santiago em Glasgow com a criação de um mecanismo financeiro independente para perdas e danos é essencial.
5. O Grupo apela à simplificação e aceleração dos procedimentos existentes para acesso ao financiamento para projetos climáticos, como o Fundo Verde para o Clima e apela à sua reposição antecipada.

O G77 e a China reconhecem a importância de padrões sustentáveis de consumo e produção para alcançar o desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030 e portanto, ações aceleradas e parcerias multissetoriais em todos os níveis, inclusive com o sistema das Nações Unidas e o sistema financeiro internacional, para avançar e inovar o consumo e a produção sustentáveis também são partes importantes de uma resposta sustentável, inclusiva e resiliente à Covid-19 assim como sua recuperação.

No contexto dos sistemas alimentares, o Grupo lembra que a Agenda 2030 identifica a agricultura sustentável e os sistemas alimentares como os principais impulsionadores do desenvolvimento sustentável. A pandemia e seus impactos econômicos resultantes, expuseram vulnerabilidades importantes nos sistemas alimentares contemporâneos. Assim, enfatizamos o impacto negativo de subsídios agrícolas e políticas protecionistas para sistemas alimentares sustentáveis. O comércio multilateral universal, aberto, não discriminatório e equitativo é necessário para facilitar o acesso a alimentos seguros, diversificados e nutritivos.

O Grupo aguarda com expectativa o encontro internacional Estocolmo+50 deste ano e espera que o encontro seja capaz de aumentar a conscientização sobre a importância de proteger nosso planeta e alcançar o desenvolvimento sustentável para o bem-estar desta e das futuras gerações.

New York – 31 de março de 2022

Declaração feita pelo Sr. Muhammad Jawad Ajmal, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, no encerramento da primeira parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê da AGNU

Apesar de termos chegado a um consenso sobre alguns itens da agenda desta sessão, como a gestão da resiliência organizacional e a Unidade de Inspeção Conjunta, acreditamos que ainda temos um longo caminho a percorrer para concluir outros itens, o que é motivo de grande preocupação para o nosso grupo.

Lamentamos nossa incapacidade de chegar a um acordo sobre a Gestão de Recursos Humanos, apesar do G-77 e da China terem se afastado significativamente de posições tradicionais de longa data, num verdadeiro espírito de compromisso, tendo em vista os

⁶⁸ Financiamento concessional significa taxas abaixo da taxa de mercado praticadas por grandes instituições financeiras, como bancos de desenvolvimento e fundos multilaterais, voltadas para países em desenvolvimento para acelerar os objetivos de desenvolvimento.

benefícios coletivos que todos poderíamos obter com uma resolução sobre esta importante questão.

Esperamos que no próximo ano continuemos a trabalhar de forma inclusiva para finalmente alcançar um compromisso sobre este item da agenda e garantir que as políticas orientadas para obter uma representação geográfica equitativa no Secretariado da ONU, finalmente seja atingido. Ressaltamos também a importância de discutir o sistema de faixas salariais.

Apesar de termos testemunhamos resultados positivos, trabalhando de forma virtual devido a pandemia do Covid-19, reafirmamos que o contato e a comunicação pessoal entre as delegações são vitais e necessários para alcançar o equilíbrio muitas vezes delicado, em alguns pontos.

New York – 31 de março de 2022

Declaração feita pelo Embaixador Mohammad Aamir Khan, representante adjunto da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no diálogo informal interativo sobre mercado de commodities: “o que vai acontecer com os mercados de commodities?”

O G-77 e a China congratulam a convocação deste diálogo interativo como seguimento da [resolução sobre commodities](#) adotada pela AGNU em dezembro de 2021.

De acordo com o relatório do Secretário Geral, produzido pela UNCTAD para a resolução, o número de países dependentes de commodities aumentou na última década e muitos países menos desenvolvidos, países sem acesso ao mar e pequenos estados insulares são altamente dependentes de commodities.

Como países em desenvolvimento, estamos interessados na análise do impacto do Covid-19 nas tendências e perspectivas dos mercados de commodities, mas também nos interessa saber em como voltar, o mais rápido possível, a um caminho que nos leve a romper da dependência de commodities.

Para o G-77 e a China, a alta volatilidade dos preços prejudica as perspectivas de desenvolvimento e a instabilidade dos preços das commodities aumenta os riscos para o comércio e o investimento (tanto público quanto privado) e à incerteza nas perspectivas de receitas. Portanto, apoiamos a aspiração de nossos membros de aumentar suas receitas de exportação, pois isso ajudará na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Para a maioria dos países em desenvolvimento, a solução de longo prazo é transformar estruturalmente suas economias, aumentando os lucros agregando valor às commodities e criando novos produtos negociados a preços mais justos. Não há dúvidas de que o crescimento de outros setores, incluindo os setores industrial e de serviços, ampliarão também a demanda doméstica e a substituição das importações. Esta abordagem contribuirá para a criação de emprego e investimento em infraestruturas.

No entanto, isso não é fácil para a maioria dos países em desenvolvimento, que reconhecem que os desafios para agregar valor às commodities que produzem são limitados pela ausência de tecnologia e outras capacidades produtivas.

A maioria dos países em desenvolvimento precisa superar a falta de experiência e conhecimento na fabricação e comercialização de commodities não tradicionais nos mercados internacionais, sofrem com infraestrutura inadequada, dificuldades de acesso à financiamento, acesso à tecnologia e enfrentam barreiras comerciais injustas. Sem contar com tarifas e barreiras não tarifárias, subsídios prejudiciais e ilegais, que impedem o progresso incluindo uma estratégia de diversificação.

Para implementar estratégias de diversificação com sucesso, os países em desenvolvimento requerem acumulação de capital humano e físico, incluindo infraestrutura, transferência de tecnologia em termos concessionais e preferenciais e desenvolvimento de capacidade. Necessitam também de assistência técnica para reduzir as deficiências e assimetrias de informação, que são impedimentos para a sobrevivência de novos fluxos de exportação. Pode-se pensar em incluir a prestação de assistência técnica para garantir a conformidade com os padrões do mercado externo e a criação de agências de promoção de exportação.

Os países em desenvolvimento e os países em transição precisam ainda de apoio financeiro e investimentos, incluindo investimento estrangeiro direto em áreas específicas da cadeia de valor, como indústrias não tradicionais, que facilitam a aquisição de tecnologia ou inovação para enfrentar desafios específicos. Estes países esperam implementar projetos com parceiros de desenvolvimento que os ajudarão a diversificar suas economias, melhorar a agregação de valor e transformar seus setores de commodities em grandes fontes de crescimento e desenvolvimento sustentável.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

A administração da organização é de responsabilidade do país que ocupa a presidência, cargo que se reveza a cada cúpula e os ministros das Relações Exteriores dos Estados membros reúnem-se com mais regularidade para discutir os desafios comuns, notadamente na abertura de cada sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Destaque do MNA

Paris 28 de fevereiro de 2022

Reunião plenária do Movimento dos Não Alinhados (NAM) UNESCO – Capítulo Paris foi realizada em 28 de fevereiro de 2022



A reunião plenária do MNA-UNESCO, Capítulo Paris, foi realizada em 28 de fevereiro de 2022 sob a presidência do embaixador Elman Abdullayev, Delegado Permanente da República do Azerbaijão junto à UNESCO. Participaram da reunião os delegados dos Estados Membros do NAM junto à UNESCO, Observadores, representantes do Secretariado da UNESCO, a Presidente do Conselho Executivo da UNESCO, o Embaixador e Delegado da República da Sérvia S.E. a Sra. Tamara Rastovac-Siamashvili.

O Embaixador Abdullayev apresentou um breve sumário das atividades da Presidência do Azerbaijão do NAM, incluindo a primeira Conferência Nacional de simulação de modelos organizada pelo Capítulo Nacional do Azerbaijão da rede de jovens do MNA; bolsas de estudo para o ano acadêmico 2022/2023 para os cidadãos dos Estados Membros do MNA em universidades do país, a resolução da UNGA “Garantindo o acesso equitativo, acessível, oportuno e universal para todos os países a vacinas em resposta à pandemia da doença de coronavírus (Covid-19)”, iniciada pela presidência do Azerbaijão e apoiado pela maioria absoluta dos membros da ONU e copatrocinado por 126 Estados Membros.

Ressaltou também que a luta contra o Covid-19, que mudou o mundo nos últimos dois anos, continua, e que a pandemia criou novos desafios e dificuldades, mas o MNA continua a liderar a luta contra o Covid-19.

Lembrou que o MNA é a segunda maior plataforma política do mundo, depois da UN com 120 membros. Estando no centro do multilateralismo, o MNA tem um enorme potencial para avançar com esta agenda. O Embaixador observou que 34 dos 58 membros do Conselho Executivo da UNESCO são membros do Movimento dos Não-Alinhados.

A Presidente do Conselho Executivo da UNESCO, S.E. Tamara Rastovac-Siamashvili falou sobre as inovações trazidas pela Diretoria do Conselho Executivo, o trabalho realizado com os membros recém-eleitos da Diretoria, bem como as reuniões com representantes do secretariado. Ela enfatizou que o MNA, que celebrou seu 60º aniversário em 2021, é uma plataforma muito importante para a cooperação.

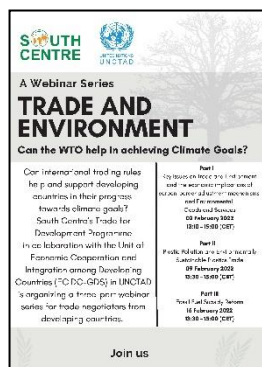
O plenário também discutiu a participação do MNA-UNESCO – Capítulo Paris na próxima 214ª sessão do Conselho Executivo da UNESCO.

No final da reunião foram discutidas as candidaturas dos Estados Membros do MNA e realizada a essência do apoio mútuo como sinal de solidariedade do Movimento.

Centro Sul (South Centre)

As regras de comércio internacional podem ajudar os países em desenvolvimento a alcançar seus objetivos climáticos?

Série de 3 webinars promovidos pelo Centro Sul e UNCTAD sobre comércio e meio ambiente



O Centro Sul e a Unidade de Cooperação Econômica e Integração entre Países em Desenvolvimento na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) organizaram conjuntamente uma série de webinars divididos em três partes sobre comércio e meio ambiente nos dias 2, 9 e 16 de fevereiro de 2022 para as missões de países em desenvolvimento membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Genebra.

A série reuniu negociadores de 42 países que se engajaram nas questões e iniciativas que circulam na arena do comércio internacional para enfrentar os desafios das mudanças climáticas.

Uma questão básica que orientou as sessões do webinar foi em relação as regras de comércio internacional e se elas podem apoiar e ajudar os países em desenvolvimento a avançar em direção às suas metas climáticas.

A série examinou as seguintes questões-chave: mecanismo de ajuste de carbono da União Europeia (UE), acordo sobre bens e serviços ambientais e duas novas iniciativas sobre o diálogo Informal sobre poluição de plásticos e comércio de plásticos ambientalmente sustentáveis e reforma dos subsídios aos combustíveis fósseis (FFSR) no âmbito das discussões sobre a sustentabilidade comercial e ambiental que ocorrem paralelamente à OMC.

O Centro Sul e a UNCTAD reafirmaram a importância de uma agenda positiva de comércio e meio ambiente na OMC, que promova soluções multilaterais e resultados equilibrados, que reflitam as preocupações e interesses de desenvolvimento dos países em desenvolvimento e assegure que o direito ao desenvolvimento sustentável seja promovido e efetivamente alcançado de acordo com os objetivos de desenvolvimento do Sul Global.

Esta série de webinars foi uma contribuição para o crescente discurso sobre a conexão entre desafios ambientais e comércio. Uma das principais preocupações dos países em desenvolvimento é se a adoção de medidas (algumas são punitivas) em nome da mitigação das mudanças climáticas equivalem a obstáculos ao comércio ou ao protecionismo comercial.

Um caso em questão é o mecanismo de ajuste de carbono da UE, que afetará desproporcionalmente os métodos de produção dos países em desenvolvimento exportadores que serão obrigados a adquirir certificados para cobrir as emissões diretas de carbono incorporadas em certos produtos importados para a UE, especialmente na siderurgia, ferro, cimento, fertilizantes, alumínio e eletricidade.

A movimentação dos atores nos Grupos G7, G20 e OCDE

**Pedro Burger, Paulo Esteves. Thaiany Medeiros Cury.
Vinicius Roland e Júlia Abbud Ribeiro**

G7

No âmbito das agendas dos eventos, na última quinzena, ocorreu o Global Solutions Summit⁶⁹ com a participação do Think7 (T7) (fórum de Think Tanks do G7). Os debates promovidos no encontro pretendem subsidiar as reuniões do G7, em Elmau, e do G20 em Bali. Já nos dias 23 e 24 de maio, em Berlim, terá lugar o T7 Summit⁷⁰ que, sob o contexto da guerra na Ucrânia apresentará as principais recomendações políticas pelas Forças-Tarefa sobre Clima e Meio Ambiente, Recuperação Econômica Sustentável, Saúde Global, Cooperação Internacional para o Bem Comum Global e Coesão Social, Transformação Econômica e Sociedades Abertas.

Ainda no âmbito do T7, foi publicado o paper “Democracia, Saúde Global e o Grupo dos Sete”⁷¹, de autoria de David P. Fidler. O paper trata da relação entre saúde global e democracia, destacando os problemas da resposta multilateral à pandemia. Neste *policy brief*, Fidler demonstra que democracia e saúde se encontram mutuamente relacionadas e critica o fato do G7 não considerar essa relação. O autor destaca a inclusão do tema de saúde global na agenda do grupo nos últimos 20 anos e países membros líderes no desenvolvimento de assistência para a saúde.

O artigo traz alguns caminhos a serem seguidos, como o cumprimento de acordos já estabelecidos entre o grupo das sete maiores economias, o reforço à doação de vacinas aos países de baixa/média renda, uma análise autocrítica da postura de enfrentamento, levando em consideração a expectativa colocada sob o grupo. A criação de grupos ministeriais e de engajamento do G7 sobre democracia também foi discutida para entender como será possível usar a ajuda ao desenvolvimento para a saúde com a finalidade de fortalecer regimes democráticos.

A reunião do T7 vai contar com representantes de alto nível do governo federal alemão e formular contribuições para o encontro do G7 em Elmau – que vai ocorrer entre os dias 26 e 28 de junho de 2022. Levando em consideração o intercâmbio entre os tomadores de decisão e representantes da sociedade civil, haverá também debates com o T20, o fórum de Think Tanks do G20.

Quanto aos encontros dos Ministros do G7, segue o calendário⁷² para o próximo mês, atualizado em 10 de março. Para o mês de abril não há previsão de qualquer encontro.

⁶⁹ Global Solutions Summit has bridged G20 and G7. *Global Solutions Initiative*. <<https://www.global-solutions-initiative.org/press-news/global-solutions-summit-has-bridged-g20-and-g7/>>. Acesso em: 08/04/2022.

⁷⁰ Think 7 summit will be held on 23 and 24 May 2022 in Berlin. *Think7*. Disponível em: <<https://www.think7.org/think7-summit-will-be-held-on-23-and-24-may-2022-in-berlin/>>. Acesso em: 08/04/2022.

⁷¹ FIDLER, P. David. Democracy, Global Health, and the Group of 7. T7 Task Force Global health. Disponível em: <https://www.think7.org/wp-content/uploads/2022/04/Health_Democracy-Global-Health-and-the-Group-of-7_David-Fidler.pdf>. Acesso em: 08/04/2022.

⁷² O Calendário completo pode ser encontrado no site *do G7 Germany*. Disponível em: <<https://www.g7germany.de/resource/blob/998352/2000326/08cbf99706df0cc85e52e285e55bf025/2022-01-21-g7-ministertreffen-en-data.pdf?download=1>>. Acesso em 08/04/2022.

May 2022		
10/11	Digital Affairs Ministers	Düsseldorf
12-14	Foreign Ministers	Weissenhaus
13/14	Agriculture Ministers	tbc
18/19	Development Ministers (joint meeting with Health Ministers on 19 May, tbc)	Berlin
19/20	Health Ministers (joint meeting with Development Ministers on 19 May, tbc)	Berlin
18-20	Finance Ministers and Central Bank Governors	Königswinter/Bonn
24	Labour and Employment Ministers	Wolfsburg
25-27	Environment Ministers (together with Climate and Energy Ministers)	Berlin (tbc)

É importante dar destaque ao encontro dos Ministros da Saúde a ser realizado em Berlim, nos dias 19 e 20 de maio, que voltaremos a falar nos próximos informes. A Alemanha tem como principais tópicos para esse encontro:

1. Trabalho conjunto para superar a pandemia de Covid-19
2. Fortalecimento das capacidades para responder a novas pandemias
3. O combate à resistência aos antibióticos
4. Riscos à saúde devido à mudança climática

A presidência alemã pretende, também, dar seguimento a um outro tópico discutido pela presidência anterior (Reino Unido): a melhoria da gestão da crise internacional e o papel coordenador da Organização Mundial da Saúde (OMS).

No âmbito da resposta à guerra na Ucrânia, uma declaração conjunta emitida no dia 07 de Abril⁷³, os países do G7 condenaram os últimos ataques russos à Bucha e outras cidades ucranianas. Além de defenderem o Direito Humanitário Internacional, os países apoiaram o secretário geral da ONU na tomada de uma investigação independente que leve a uma efetiva responsabilização de Putin. Neste comunicado, o G7 também apoiou o trabalho do Tribunal Penal Internacional, a Comissão de investigação independente mandatada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU e a missão de especialistas da OSCE. Indo além, os países garantiram a manutenção de uma coordenação conjunta na aplicação de medidas econômicas e financeiras contra a Rússia.

Medidas mais diretas foram acordadas como a proibição de investimentos em setores-chave russos, como o energético, proibição de exportação e importação de bens importantes à economia russa para impactar na sua receita. Os países do G7 vão continuar a retirar os bancos russos do sistema financeiro global, sanções específicas ao setor de defesa russo também foram citadas e redução da dependência energética – principalmente em relação ao carvão e petróleo, usando o momento para garantir a janela de oportunidade para uma transição sustentável.

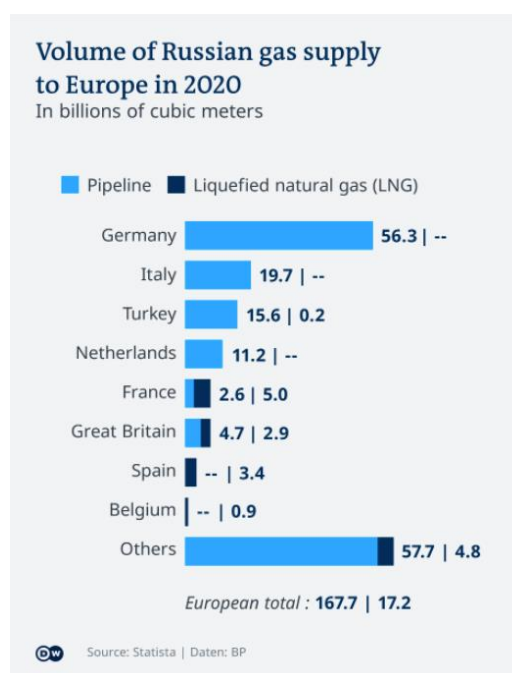
Nos últimos dias o G7 também se colocou numa posição contrária e firme em relação à exigência da Rússia para o pagamento de gás em rublos⁷⁴. Dada a queda no valor da moeda e o

⁷³ G7 Leaders' Statement. G7 Germany. Disponível em: <<https://www.g7germany.de/resource/blob/997532/2024356/f5d27e428c7f4d0f4086bd6bbafc6da0/2022-04-07-g7-leaders-eng-data.pdf?download=1>> Acesso em: 08/04/2022.

⁷⁴ Disponível em: <<https://www.dw.com/en/g7-rejects-russias-demand-for-gas-payment-in-rubles/a-61282564>>. Acesso em: 04/04/2021.

aumento da pressão ocidental, Moscou se recusa a oferecer gás “por caridade” à Europa frente à negativa e a defesa da não violação dos contratos existentes por parte dos países do bloco, afirmando que a continuidade dos pagamentos em euro/dólar seria inaceitável. Diante disso, os EUA e a UE anunciaram um novo acordo para reduzir a dependência europeia da energia russa. Por esse novo instrumento, os EUA forneceriam 15 bilhões de m³ de gás natural liquefeito (GNL) para a UE este ano, o que significa menos de 10% do volume adquirido por países europeus junto a Rússia (ver figura 1).

Figura 1: Volume de gás adquirido junto à Rússia por países europeus



Fonte: DW⁷⁵.

G20

O Grupo de Trabalho EMPOWER, buscando os objetivos da Declaração de Pequim sobre o direito das mulheres, destacou a importância de se observar os direitos das mulheres no contexto de recuperação econômica após a crise sanitária e diante da crescente digitalização do mercado de trabalho. Há, segundo a Presidência da Indonésia, o risco de a informalidade agravar as injustiças de gênero já existentes nas relações laborais. O Grupo também tomou nota da melhoria da posição das mulheres nos espaços de trabalho, na Alemanha, na Índia, na Turquia e na Indonésia⁷⁶.

T20

No âmbito do T20, o Centro para Estudos Estratégicos e Internacionais / Center for Strategic and International Studies (CSIS, na sigla em inglês) realizou uma mesa redonda, em

⁷⁵ DW. Does Germany really need LNG terminals? Disponível em: <https://www.dw.com/en/does-germany-really-need-lng-terminals/a-61005220>. Acesso em: 11/04/2021.

⁷⁶ G20 (PRESIDÊNCIA DA INDONÉSIA). G20 EMPOWER Holds First Side Event Creating a Safe Workplace for Women Post-Covid-19 Pandemic. In: G20 (PRESIDÊNCIA DA INDONÉSIA). G20 EMPOWER Holds First Side Event Creating a Safe Workplace for Women Post-Covid-19 Pandemic. [S. l.], 29 abr. 2022. Disponível em: <https://g20.org/g20-empower-holds-first-side-event-creating-a-safe-workplace-for-women-post-covid-19-pandemic/>. Acesso em: 8 abr. 2022.

conjunto com a United Nations Industrial Development Organization / Organização da ONU para Desenvolvimento Industrial (UNIDO, na sigla em inglês). O evento discutiu a importância da indústria no processo de digitalização e de desenvolvimento sustentável. O objetivo do encontro foi destacar a importância das manufaturas para a transição simultânea em economias desenvolvidas e em desenvolvimento ⁷⁷.

[Grupos ligados ao T20](#), como o Instituto para Pesquisa Econômica e Social e a Iniciativa para Soluções Globais (GSI, na sigla em inglês)⁷⁸ realizaram reunião da força tarefa relacionada ao [Global Solution Summit](#), que é dedicada ao estabelecimento de uma transição energética justa ².

[No dia 27 de abril](#), o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, o Banco de Desenvolvimento da Ásia e a Associação de Nações do Sudeste Asiático realizarão encontro para discutir o tema da presidência da Indonésia como uma oportunidade de recuperação pós-pandemia ².

Uma vez que a possível expulsão da Rússia do G20 demandaria um posicionamento da presidência da Indonésia, é razoável supor que, extraoficialmente, o país do sudeste asiático continua sob pressão de potências ocidentais. Apesar disso, oficialmente, a disputa estratégica no contexto da invasão da Ucrânia parece não ter afetado, ao menos por enquanto, os trabalhos ordinários nem do G20 nem do T20.

Há, entretanto, alguns eventos que merecem particular atenção para avaliar o futuro do G20, em geral, e a atuação da Presidência da Indonésia, em particular. Primeiro, a abstenção da Indonésia na votação para a [suspensão da Rússia no Conselho de Direitos Humanos da ONU](#) (vide Figura 2) pode indicar uma posição contrária à exclusão da Rússia do G20, especialmente considerando que a remoção dos russos, segundo a Indonésia, não seria possível, pois os convites já foram feitos⁷⁹.

Segundo, a [reunião bilateral entre os respectivos ministros das relações exteriores e da defesa dos Estados Unidos e da Índia](#), na segunda-feira dia 11/4, dará indicadores sobre a disposição indiana em manter sua postura de neutralidade face às disputas entre a Rússia e os países ocidentais. [Uma eventual aproximação entre Delhi e Washington](#) poderá aumentar a pressão sobre a Indonésia e sua posição de neutralidade ⁸⁰. Finalmente, em terceiro lugar, as

⁷⁷ G20 (PRESIDÊNCIA DA INDONÉSIA). T20 Indonesia Newsletter. *In*: G20 (PRESIDÊNCIA DA INDONÉSIA). T20 Indonesia Newsletter. [S. l.], Março 2022. Disponível em: <https://mailchi.mp/b83bca9c3127/t20-indonesia-newsletter-jan-15867195?e=ba19106f5e>. Acesso em: 8 abr. 2022.

⁷⁸ GLOBAL SOLUTION SUMMIT. Global Solution Summit 2022. *In*: GLOBAL SOLUTIONS. Global Solution Summit 2022. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.global-solutions-initiative.org/summit-2022/>. Acesso em: 9 abr. 2022.

⁷⁹ CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU. Suspension of the rights of membership of the Russian Federation in the Human Rights Council: resolution / adopted by the General Assembly. *In*: CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU. Suspension of the rights of membership of the Russian Federation in the Human Rights Council: resolution / adopted by the General Assembly. [S. l.], Abril 2022. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3967778>. Acesso em: 9 abr. 2022.

⁸⁰ THE ECONOMIC TIMES. Biden Expects 2+2 to continue driving forward his admin's work with India: WH. *In*: THE ECONOMIC TIMES. Biden Expects 2+2 to continue driving forward his admin's work with India: WH. [S. l.], 9 abr. 2022. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/biden-expects-22-to-continue-driving-forward-his-admins-work-with-india-wh/articleshow/90741267.cms>. Acesso em: 9 abr. 2022.

eleições na França poderão ter impacto sobre a coalisão “ocidental”, uma vez que, embora tenha buscado se distanciar de Putin, a candidata Marine Le Pen sempre foi muito próxima do presidente russo.

Figura 2: Quadro de votos no Conselho de Direitos Humanos

Voting Ended		07-Apr-22		12:48:48	
Item 5 - Draft resolution A/ES-11/L.4					
Suspension of the rights of membership of the Russian Federation in the Human Rights Council					
+	AFGHANISTAN	+	FINLAND	+	NETHERLANDS
+	ALBANIA	+	FRANCE	+	NEW ZEALAND
-	ALGERIA	-	GABON	-	NICARAGUA
+	ANDORRA	+	GAMBIA	+	NIGER
+	ANGOLA	+	GEORGIA	+	NIGERIA
+	ANTIGUA-BARBUDA	-	GERMANY	+	NORTH MACEDONIA
+	ARGENTINA	+	GHANA	+	NORWAY
+	ARMENIA	+	GREECE	+	OMAN
+	AUSTRALIA	-	GRENADA	+	PAKISTAN
+	AUSTRIA	+	GUATEMALA	+	PALAU
+	AZERBAIJAN	+	GUINEA	+	PANAMA
+	BAHAMAS	+	GUINEA-BISSAU	+	PAPUA NEW GUINEA
+	BAHRAIN	-	GUYANA	+	PARAGUAY
+	BANGLADESH	+	HAITI	+	PERU
+	BARBADOS	+	HONDURAS	+	PHILIPPINES
-	BELARUS	-	HUNGARY	+	POLAND
+	BELGIUM	+	ICELAND	+	PORTUGAL
+	BELIZE	+	INDIA	+	QATAR
+	BENIN	+	INDONESIA	+	REP OF KOREA
+	BHUTAN	-	IRAN (ISLAMIC REP...)	+	REP OF MOLDOVA
-	BOLIVIA	+	IRAQ	+	ROMANIA
+	BOSNIA-HERZEGOVINA	+	IRELAND	-	RUSSIAN FED...
+	BOTSWANA	+	ISRAEL	+	SAINT KITTS-NEVIS
+	BRAZIL	+	ITALY	+	SAINT LUCIA
+	BRUNEI DARUSSALAM	+	JAMAICA	+	SAINT VINCENT-GR...
+	BULGARIA	-	JAPAN	+	SAMOA
+	BURKINA FASO	+	JORDAN	+	SAN MARINO
+	BURUNDI	+	KAZAKHSTAN	+	SAO TOME-PRINCIPE
+	CABO VERDE	+	KENYA	+	SAUDI ARABIA
+	CAMBODIA	+	KIRIBATI	+	SENEGAL
				+	SERBIA
				+	SEYCHELLES
				+	SIERRA LEONE
				+	SINGAPORE
				+	SLOVAKIA
				+	SLOVENIA
				+	SOLOMON ISLANDS
				+	SOMALIA
				+	SOUTH AFRICA
				+	SOUTH SUDAN
				+	SPAIN
				+	SRI LANKA
				+	SUDAN
				+	SURINAME
				+	SWEDEN
				+	SWITZERLAND
				+	SYRIAN ARAB REP...
				+	TAJIKISTAN
				+	THAILAND
				+	TIMOR-LESTE
				+	TOGO
				+	TONGA
				+	TRINIDAD-TOBAGO
				+	TUNISIA
				+	TURKEY
				+	TURKMENISTAN
				+	TUVALU
				+	UGANDA
				+	UKRAINE
				+	UNITED ARAB EMIR...
				+	UNITED KINGDOM
				+	UNITED REP TANZA...
				+	UNITED STATES
				+	URUGUAY
				+	UZBEKISTAN
				+	VANUATU
				+	VIET NAM
				+	VENEZUELA
				+	YEMEN
				+	ZAMBIA
				+	ZIMBABWE
+	IN FAVOUR:93		-	AGAINST:24	
X			X	ABSTENTION:58	

OCDE

A OCDE, em 04 de abril, divulgou um documento de respostas de políticas públicas em combate ao coronavírus intitulado⁸¹: “Cadeias de suprimento em ação: três produtos para combater o coronavírus”⁸². No documento, é destacada a importância do comércio internacional na luta contra a covid, sendo vacinas, máscaras e testes como os produtos centrais nessa luta, já que foram extremamente necessários para o controle da pandemia. A Pandemia de Covid-19 segue sendo um desafio global, com a necessidade de agilidade e resiliência das cadeias de suprimentos de itens necessários para o combate ao Covid-19.

Segundo o Relatório, o desenvolvimento de cadeias de suprimentos específicas para o combate ao Covid-19 foi fruto de cooperação entre os setores público e privado, envolvendo países chave para o comércio internacional.⁸³

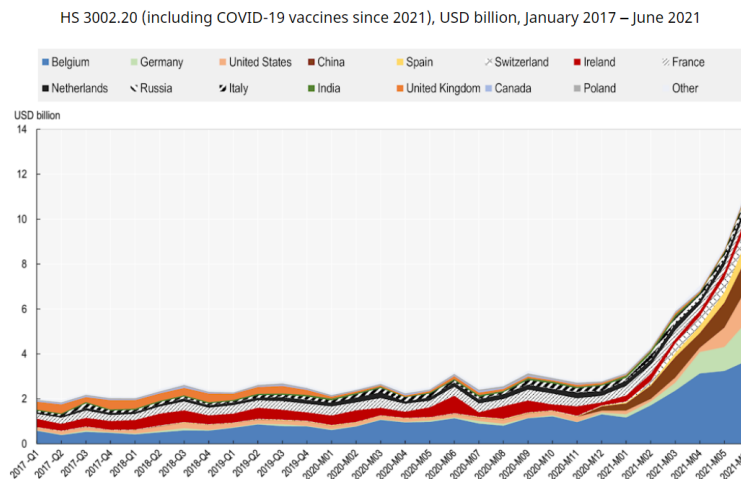
U.S DEPARTMENT OF STATE. U.S.-India 2+2 Ministerial Press Announcement. In: U.S. DEPARTMENT OF STATE. U.S.-India 2+2 Ministerial Press Announcement. [S. l.], 7 abr. 2022. Disponível em: <https://www.state.gov/u-s-india-22-ministerial-press-announcement/>. Acesso em: 9 abr. 2022.

⁸¹ [Global supply chains at work: A tale of three products to fight COVID-19 \(oecd.org\)](https://www.oecd.org/global-supply-chains-at-work-a-tale-of-three-products-to-fight-covid-19/) <acesso em 10 de abril de 2022>

⁸² Tradução livre de “Global supply chains at work: a tale of three products to fight COVID-19”.

⁸³ Bown, C. and T. Bollyky (2021), How COVID-19 vaccine supply chains emerged in the midst of a pandemic, <https://www.piie.com/publications/working-papers/how-covid-19-vaccine-supply-chains-emerged-midst-pandemic>. <acesso em 10 de abril de 2022>

Figure 2. **No trade, no vaccines: Global exports of vaccines have witnessed record growth in the COVID-19 pandemic**



Note: Figure 2 is based on 52 countries for which data was available with monthly frequency from January 2017 to June 2021. These countries accounted in 2019 for 99.4% of the global value and 98.7% of the global volume of trade in vaccines for human medicine (HS 3002.20) according to CEPII BACI data, indicating that they provide a representative sample for world trade in vaccines. The data for India is obtained from the UN COMTRADE database. Countries are sorted by export value in June 2021, and the average quarterly value is displayed for years 2017 to 2019.

Source: ITC Trade Map (2021[7]) and UN COMTRADE (2021[8]).

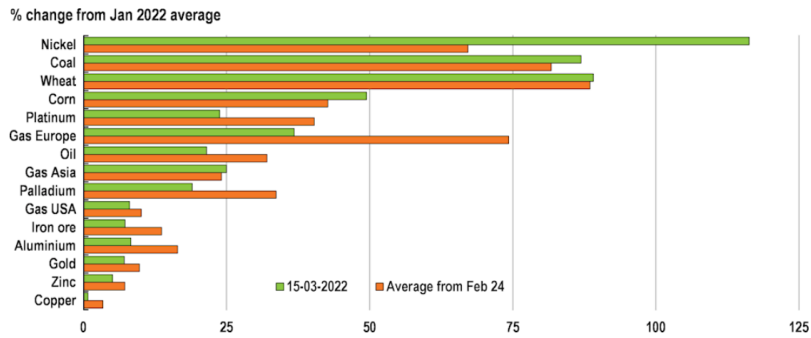
Os bens para proteção e combate ao coronavírus foram desenvolvidos e produzidos em diferentes países, sendo central o papel do comércio internacional, já que permitiu países que não possuíam condições de produção de vacinas e os demais insumos tivessem acesso a eles. Observou-se o crescimento de 26% do comércio global de vacinas em 2021 em relação a 2020, aumento do volume de importação de máscaras em grandes economias em 2020 e o aumento de 77% do comércio internacional de testes.

Por fim, o relatório conclui que mercados abertos, transparência e facilitação ao comércio são essenciais para o livre acesso aos insumos necessários para a continuidade do combate à pandemia. Faltou destacar as ineficiências do sistema que que ainda hoje não foi capaz de atender inúmeros países de baixa renda além de ter sido muito desigual nos tempos de entregas para diferentes economias.

A OCDE também publicou um relatório de março de 2022⁸⁴, com análises sobre os impactos que a guerra da Ucrânia trará para políticas públicas sobre o qual já apresentamos alguns dados no último informe e trazemos mais conteúdo. A tese do relatório é a de que antes da guerra, os indicadores macroeconômicos começavam a voltar aos níveis pré-pandêmicos, principalmente no que tange o crescimento econômico e níveis inflacionários. Porém, a guerra entre Rússia e Ucrânia trouxe novas variáveis para o cenário internacional, dada sua importância nos setores de energia e alimentos. Com um novo choque negativo nos mercados internacionais, a inflação voltou a crescer, dado o aumento do preço de produtos derivados de petróleo e gás, assim como o aumento gritante do preço do trigo, já que tanto Ucrânia como Rússia são importantes atores no mercado internacional de commodities. Ambos os países são responsáveis por 30% das exportações globais de trigo, 20% das exportações de milho, fertilizantes minerais e gás natural, assim como 11% das exportações de petróleo.

⁸⁴ [Economic and Social Impacts and Policy Implications of the War in Ukraine | OECD Economic Outlook, Interim Report March 2022 : Economic and Social Impacts and Policy Implications of the War in Ukraine | OECD iLibrary \(oecd-ilibrary.org\)](#) <acesso em 10 de abril de 2022>

Figure 3. **The prices of the principal export commodities of Russia and Ukraine have risen sharply**

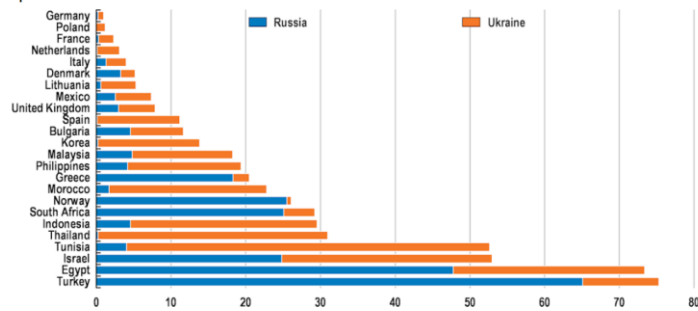


Source: Refinitiv.

O relatório traz que o impacto negativo da guerra poderia ser mitigado através de política fiscal desenhada para segurar a inflação, incluindo a sugestão da taxaço de lucros de colheita. Já a alta do preço da energia poderia ser mitigada através do desenvolvimento de novas fontes de energia e aumento de eficiência de fontes já em uso.

Figure 4. **Wheat imports from Russia and Ukraine are very important in some countries**

Share of wheat imports from Russia and Ukraine in total wheat imports in 2019, in per cent

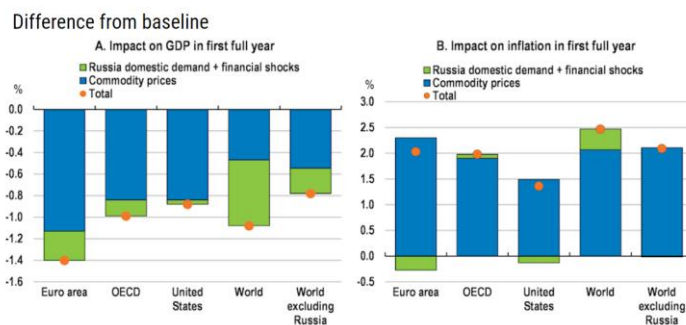


Source: Comtrade; and OECD calculations.

Há um alerta para o risco de protecionismo de mercados internos e impactos consequentes para o multilateralismo. Para a Organização, o livre comércio será fundamental para manter um sistema logístico e auxiliar os países mais afetados pelas consequências econômicas da guerra, que são principalmente países em desenvolvimento incluindo o Oriente Médio. Esses países poderão ser afetados por desabastecimento de fertilizantes essenciais para a agricultura, depreciação de moeda. O Relatório indica também que os impactos da exclusão da Rússia do sistema Swift poderão diminuir o interesse na manutenção do dólar como moeda dominante no sistema global internacional para pagamentos internacionais.

As sugestões do relatório vão desde diminuição da carga tributária no setor de energia, diversificação de fontes de energia, principalmente em países exportadores de commodities, dado o aumento de preços e lucros advindos do setor, assim como redução da dependência de fontes de energia de combustíveis fósseis.

Figure 5. The conflict implies a substantial hit to global growth and stronger inflation



Note: See the Technical Appendix for full details of the shocks applied.

Source: OECD calculations using the NiGEM global macroeconomic model.

A conclusão da leitura do relatório é a de que a economia global, que vinha mostrando indícios de recuperação do choque do covid-19 agora enfrenta novos desafios, já que a guerra entre Rússia e Ucrânia trouxe uma grande alta na inflação, com aumento do preço de combustíveis e alimentos. Além disso, a incerteza da manutenção do dólar como moeda principal no sistema de reservas internacionais tende a diminuir os fluxos de investimento⁸⁵. A nova crise tende a gerar mais políticas conservadoras, as quais geralmente envolvem uma dose de protecionismo, que pode, ao invés de trazer crescimento global, trazer maiores impactos no longo prazo, principalmente para países em desenvolvimento. Esses impactos de protecionismo também podem retardar a recuperação contra a Covid-19, afetando o mercado internacional de insumos que alimenta a produção e vacinas, testes e equipamentos de proteção contra a doença.

Brasil rumo à OCDE

Nesse íterim, a imprensa nacional noticiou que o Ministro da economia brasileiro, Paulo Guedes, fez a previsão de que o Brasil ingresse na OCDE entre 2 e 3 anos, dado o cenário geopolítico instaurado, assim como as reformas estruturais implantadas no país. Segundo ele, mesmo durante a pandemia de Covid-19, houve privatização de algumas empresas e abertura para investimentos⁸⁶.

⁸⁵ “Greater financial market uncertainty and diminished risk appetite has pushed up investment risk premia by around 1000 basis points in Russia, 500 basis points in Ukraine, 100 basis points in Turkey, 50 basis points in Bulgaria, Czech Republic, Hungary, Poland and Romania, and 25 basis points in all other emerging-market economies.” Technical Appendix: Simulating the impact of the Russian-Ukraine conflict – OCDE Economic Outlook, Interim Report March 2022: Economic and Social Impacts and Policy Implications of the War in Ukraine. [Economic and Social Impacts and Policy Implications of the War in Ukraine | OECD Economic Outlook, Interim Report March 2022: Economic and Social Impacts and Policy Implications of the War in Ukraine | OECD iLibrary \(oecd-ilibrary.org\)](#) < acesso em 04 de abril de 2022>

⁸⁶ [Guedes estima que entrada do Brasil na OCDE deve acontecer em 2 anos e meio | Mundo | Edição Brasil | Agência EFE](#) ; [Para governo, entrada do Brasil na OCDE deve ocorrer em dois a três anos \(correio braziliense.com.br\)](#) < acesso em 04 de abril de 2022>

Fiocruz vai à Afrigen/AS receber treinamento para produção de vacinas mRNA e conflito na Ucrânia aproxima BRICS

Claudia Hoirisch

Fiocruz foi uma das escolhidas: Cientistas brasileiros vão ao laboratório sul-africano Afrigen, para receber treinamento de TT para produção de imunizantes.

A Fiocruz, junto da farmacêutica privada argentina Sinergium Biotech, está começando a se preparar para produzir vacinas com a tecnologia de m-RNA (as mesma que geraram as da Pfizer/BioNTech e da Moderna), que têm grande eficácia contra o Covid-19. Em março, representantes de Bio-Manguinhos estiveram na Cidade do Cabo, na AS para receber a 1ª parte do treinamento de TT do laboratório Afrigen. A iniciativa é parte de uma plataforma regional da OPAS para impulsionar a fabricação de imunizantes no continente africano – região mais afetada pela Cov-19 no mundo.

A tecnologia para fabricação da vacina de mRNA estava protegida por DPI e na tentativa de reverter a desigualdade, a AS com o apoio da OMS e cientistas mundiais conseguiu recriar a tecnologia de produção no início de fevereiro. Agora, a OMS busca disseminar a experiência para países emergentes para tentar diminuir a desigualdade vacinal – inclusive por meio de treinamentos como o que a Fiocruz está participando.

O treinamento permitirá que os países desenvolvam e produzam suas próprias vacinas de mRNA e as forneçam onde são mais necessárias.

A China está pronta para trabalhar com a AS para promover o mecanismo cooperativo dos BRICS e manter seu impulso de desenvolvimento⁸⁷

O presidente Xi disse que a China e a AS têm uma relação especial de "camaradas e irmãos" e que desejam consolidar e desenvolver as relações bilaterais que são de grande importância para as relações da China-África.

Para Xi, a China incentiva as empresas chinesas a investir na AS e está pronta para explorar a cooperação na produção de vacinas e apoiá-la e outros países africanos para lutar contra a pandemia.

Também devem ser feitos esforços para acelerar a implementação dos nove projetos adotados no Fórum de Cooperação China-África e do plano estratégico de 10 anos de cooperação entre a China e a AS.

Ramaphosa saúda a China como um parceiro confiável e genuíno, amigo da AS e de todos os países africanos. A AS está comprometida com o princípio de uma China e apoia a posição da China em questões importantes como a relativa à sua Região Autônoma do Tibete.

Xi e Ramaphosa concordam que a China e a AS compartilham uma posição semelhante sobre a Ucrânia, e que um país soberano tem o direito de decidir sua própria posição independentemente. Tanto a China quanto a AS apóiam a Rússia e a Ucrânia para manter o impulso das negociações de paz e resolver disputas por meio do diálogo e das negociações.

⁸⁷ [Xi: China ready to work with South Africa to advance BRICS cooperation - CGTN](#)

Crise na Ucrânia aquece diplomacia do Brics, sem o B^{88,89}: A China e o RIS



O conflito na Ucrânia aproximará os países BRICS, configurando-o como uma força diplomática de peso, capaz de oferecer uma saída para a crise e ser determinante no cenário internacional pós-guerra?

A ideia vinha sendo repetida com frequência na China e na Rússia e no mês de março ganhou um empurrão diplomático com uma série de contatos entre os membros do grupo. O governo do Brasil que não dá muita importância para o BRICS, a ideia parece fora da realidade.

Articulação entre os BRICS

O presidente da AS Ramaphosa, disse que foi sondado para intermediar a crise entre Rússia e Ucrânia. Depois, ele conversou por telefone com o presidente Xi. O PM Modi esteve ainda mais diretamente envolvido no conflito, com conversas por telefone não só com o presidente Putin, mas também com o ucraniano Zelensky. Desde o início do conflito, a China manteve diálogos no mais alto nível sobre a crise com todos os integrantes do BRICS — com exceção do Brasil.

Só o Brasil ficou de fora. O ministério de Negócios Estrangeiros da China questionado se a China havia feito contato nesse sentido com BSB, respondeu que “não tinha conhecimento de tal informação”. Pequim pretendia fazer um encontro presencial dos MRE dos BRICS na China dia 12/4/22 como preparação para a cúpula do grupo prevista para junho, mas o plano não foi à frente porque Índia e Brasil declinaram do convite. O Brasil não foi mais procurado⁹⁰; mas a Índia mereceu uma visita surpresa forçada do MRE chinês Wang Yi em Nova Délhi que pretendia aliviar os laços antes da cúpula dos BRICS. A visita não conseguiu fazer qualquer avanço nas relações bilaterais congeladas após a agressão chinesa em Ladakh em abril de 2020. Várias rodadas de níveis militares e até mesmo de conversações ministeriais (representantes especiais) não alteraram a situação.^{91, 92}

O mais recente movimento diplomático no universo BRICS foi a visita à Índia dias 31/3 e 1/4 do chanceler russo, Sergei Lavrov. Antes o ministro russo havia estado na China, onde participou de uma conferência de apoio ao Afeganistão. O presidente americano, Joe Biden, diz que a Rússia está isolada internacionalmente, mas a recepção calorosa que Lavrov teve nos dois países mais populosos do mundo mostra que não é bem assim. Além disso, a conferência na província chinesa de Anhui indica um realinhamento de forças na Ásia Central sob a liderança

⁸⁸ [Crise na Ucrânia aquece diplomacia do Brics, sem o B | Marcelo Ninio - O Globo](#)

⁸⁹ ['BRICS são o pilar de uma nova ordem mundial', diz Rússia - CartaCapital](#)

⁹⁰ [O Brasil e a guerra na Ucrânia - CartaCapital](#)

⁹¹ [A visita 'forçada' de Wang Yi a Nova Deli pretendia aliviar os laços antes da cúpula dos BRICS: Relatório - ThePrint](#)

⁹² [Uma conferência semelhante dos BRICS em Xiamen em 2017 também enfrentou a possibilidade de ausência da Índia por causa da disputa do Doklam como resultado da agressão territorial chinesa na tríplice junção das fronteiras Índia, Butão e China.](#)

de Pequim, após a desastrosa retirada dos EUA do Afeganistão e o retorno ao poder do grupo fundamentalista Talibã.

Chanceler da China: Amizade com a Rússia é 'sólida como rocha'

A China aproveitou para reafirmar sua parceria sem limites com a Rússia, para não deixar dúvidas de que o principal alicerce é a oposição à hegemonia dos EUA.

Em Anhui, Lavrov deixou claro o objetivo principal da diplomacia russa é a redistribuição de poder no mundo. Aproveitou a zona de conforto proporcionada pela hospitalidade chinesa para anunciar em tom de desafio “uma nova realidade mundial”: o mundo unipolar está virando coisa do passado para dar vez a um mundo multipolar. É esta a ambição no cerne da parceria estratégica entre Moscou e Pequim. Para o chanceler russo, na nova ordem “não haverá um único líder” e os Estados com peso na política e economia mundiais (BRICS à frente, supõe-se) terão que ser levados em conta para garantir “o mais importante princípio da Carta da ONU, a igualdade soberana dos Estados”.

A ação armada contra a Ucrânia é um dos ingredientes da estratégia do Kremlin, ao lado da parceria “sem limites” com a China e iniciativas multilaterais, principalmente o BRICS. O vice de Lavrov, Sergei Ryabkov, entende⁹³ que o BRICS é uma das grandes apostas do Kremlin para enfrentar a pressão econômica do Ocidente, e que os membros do grupo “estão unidos para derrotar as sanções arbitrárias e unilaterais” impostas pelos EUA e seus aliados. É mais que um alinhamento temporário, para Ryabkov, o BRICS é “uma das espinhas dorsais da nova ordem mundial”. Os números mostram que o isolamento da Rússia é bem menor do que os EUA gostariam: segundo um estudo da Economist Intelligence Unit, 2/3 da população mundial têm governos que estão neutros ou tendem para o lado de Moscou⁹⁴.

'Amizade sem limites': O que a China sabia sobre os planos de guerra de Putin?

A ambição de um BRICS fortalecido certamente é compartilhada em Pequim, que este ano exerce a presidência do grupo e quer elevar seu status para servir como uma plataforma de projeção da China no cenário mundial. A questão é como administrar os conflitos de interesse com os membros que não querem um confronto com o Ocidente. No caso da Índia, a neutralidade que o país manteve até agora em relação à guerra na Ucrânia serve aos seus interesses e também aos de Moscou, o que incomoda os EUA.

Em visita a Délhi um dia antes da chegada de Lavrov, o vice-assessor de segurança nacional da Casa Branca Daleep Singh advertiu que haverá “consequências” para países que ajudarem a Rússia a contornar as sanções. Mas a ameaça tem efeito limitado. Além de depender fortemente da Rússia para o fornecimento de armamentos, a Índia tem comprado petróleo russo com um desconto camarada, e já negocia um mecanismo com Moscou para fazer o negócio em moedas locais, como forma de driblar as sanções.

É um desafio e tanto para o governo indiano manter o equilíbrio entre a parceria estratégica com a Rússia e a aliança com os EUA, que inclui o pacto QUAD de defesa na região do Indo-Pacífico para conter a China. Por isso lhe convém tentar manter a neutralidade, sem pender para a frente americana contra Moscou e Pequim nem para a “nova ordem” proposta pela Rússia por meio dos BRICS. Afinal, esse “não é um conflito entre a Índia e as democracias ocidentais, nem um choque de valores. O conflito é entre a Rússia e o Ocidente. Acontece que

⁹³ [Russia Today TV, 2022.](#)

⁹⁴ [Sanções à Rússia também prejudicam a UE e aumentam o poder do Oriente - CartaCapital](#)

a Índia está defendendo alguns interesses que não estão necessariamente em sincronia com o Ocidente.

Qual o futuro dos BRICS após guerra na Ucrânia e como o Brasil se equilibra no bloco?⁹⁵

A Guerra da Ucrânia, iniciada pela Rússia após ser provocada pelos EUA e aliados fará com que o BRICS represente uma força alternativa ou antagonista a grupos dos países ricos como o G7 (composto por Canadá, França, Alemanha, Japão, Reino Unido, Itália e EUA)?

Para Manjari Chatterjee Miller do Council of Foreign Relations não haverá uma desintegração do BRICS, mesmo que haja bloqueios e recuos pontuais atualmente, como no caso do NDB, que suspendeu todas as novas transações na Rússia por causa da crise na Ucrânia. Para ela, nos quase 16 anos de existência, os BRICS permitiram a seus membros compartilhar informação econômica e sanitária como por exemplo, na criação do New Development Bank (NDB) e no Lançamento do BRICS de P&D de vacinas e Workshop.

Os RICs, o fim do G20, o BRICS tende a ganhar com a Guerra da Ucrânia

A vocação primordial dos BRICS é funcionar como uma alavanca para os interesses comuns dos membros e aumentar o peso deles nas instituições multilaterais

A Guerra da Ucrânia pode ajudar a provocar o bloco que é anti-hegemonia por princípio, revisionista e reformista da ordem mundial estabelecida no pós-guerra fria.

Enquanto o G7 mostrou coesão e musculatura na crise da Ucrânia (impondo sanções em conjunto à Rússia e realizando reuniões semanais desde o início da guerra), o G20, seu antagonista que incluía países emergentes e nações fora do eixo Europa-EUA deve perder condições práticas de operar. Em resposta, países como China, Índia e Rússia procurarão acelerar sua independência em relação ao dólar e fortalecer seus posicionamentos regionais e em blocos plurilaterais, processos iniciados antes da guerra da Ucrânia.

O G7 acena com a exclusão da Rússia do G20, os BRICS discordam dessa atitude, mas na prática o mais provável é que o G20 deixe de ter reuniões, de funcionar. É nesse vácuo que os BRICS passam a se tornar uma instância multilateral alternativa importante.

Apesar da guerra com a Ucrânia, no final de março o MRE russo postou uma foto em suas redes sociais na qual o chanceler Lavrov, alvo de sanções de EUA e aliados posava ao lado dos embaixadores dos demais quatro países dos BRICS. A mensagem era mostrar que a Rússia não está isolada do mundo. A China, que disputa com os EUA a hegemonia econômica mundial na última década, tenta construir um polo alternativo de poder geopolítico. Brasil e AS, mergulhadas em crises domésticas, perderam muita relevância político-estratégica.

O que se impõe agora é uma aproximação dos RICs - Rússia, Índia e China - que fizeram uma cúpula à parte depois da reunião dos BRICS em 2019. Embora a Rússia tenha com a China uma relação que os países descreveram recentemente como uma "amizade sem limites", e com a Índia uma complementaridade econômica, com o comércio de combustível e armas, entre China e Índia, a situação é mais tensa. Isso porque os dois países travam há décadas uma disputa territorial e fronteiriça, na região da Cordilheira do Himalaia. E também porque a Índia questiona o protagonismo dado pela China ao seu rival, o Paquistão, na chamada Nova Rota da Seda, o

⁹⁵ [Qual é o futuro dos Brics após guerra da Ucrânia - e como Brasil se equilibra no bloco? - BBC News Brasil](#)

projeto econômico internacional de Pequim. Apesar dessas diferenças, no entanto, China e Índia parecem dispostas a manter os BRICS como um espaço multilateral.

Todos os três grandes players do BRICS - China, Índia e Rússia - têm fortes incentivos para manter o Brics funcional e relevante. Todos esses países têm diferenças entre si, e a instituição dos BRICS oferece uma via de cooperação. A crise na Ucrânia tornou ainda mais importante manter o BRICS relevante. A China, por exemplo, que sedia a Cúpula do BRICS este ano, quer a participação da Índia na Cúpula. Os chineses veem a Índia compartilhando posição semelhante sobre a Ucrânia (ambos se recusaram a condenar publicamente a Rússia), e o bloco é um espaço que inclui a Índia e exclui os EUA. Para a Rússia, o BRICS é uma instituição legitimadora em um momento em que o país se tornou um pária internacional em muitos quadrantes. Para a Índia, os BRICS mantêm canais abertos com a China e mostra à Rússia que não precisa fazer negócios apenas com a China.

O equilibrista Brasil

O posicionamento do Brasil em relação à crise da Ucrânia é uma boa síntese do equilíbrio que o país terá que adotar para navegar entre tantos parceiros comerciais fundamentais, como China, Índia e EUA, sem que essas relações tragam custos ao país.

O Brasil foi o único dos membros dos BRICS a votar pela condenação das atitudes da Rússia em relação à Ucrânia, tanto no CS quanto na AGNU^{96, 97}. A própria Rússia vetou a sua admoestação e os demais países do bloco se abstiveram. O presidente brasileiro, no entanto, deu diversas declarações favoráveis a Rússia e o diplomatas do país discursaram contra as sanções aos russos. Para Oliver Stuenkel, "o que os brasileiros fizeram foi manter uma ambiguidade que pudesse agradar a todos. Fez o gesto para os americanos na ONU, mas também garantiu apoio aos russos contra as sanções."

Dentre os membros do bloco, o Brasil é o que parece ter menores condições de romper ou perturbar a relação com qualquer um dos lados da disputa. Se, por um lado, a China é o maior parceiro comercial do Brasil, por outro, os EUA são o segundo. Manter esse fino equilíbrio agora pode ser ainda mais difícil do que já foi no passado pois entre diplomatas europeus, o comportamento brasileiro hoje é visto como pró-Rússia e essa percepção pode ser usada para dificultar as relações do Brasil no exterior, já abaladas recentemente.

Os americanos, por exemplo, ameaçaram sanções à China se Pequim aceitar enviar socorro financeiro ou armamentício a Moscou, algo que os chineses negam que farão. A Índia anunciou que seguiria comprando petróleo russo, mais barato dadas as sanções de dezenas de países ao produto. Em resposta, a porta-voz da Casa Branca, Jen Psaki, disse que o movimento colocaria a maior democracia do mundo "no lado errado da História", mesma acusação feita por ela ao Brasil quando o presidente brasileiro Jair Bolsonaro expressou "solidariedade" aos russos em uma visita a Moscou, em fevereiro.

Os países do BRICS sabem que não pode focar nas questões geopolíticas que dividem o grupo.

Modificação da posição brasileira em relação à Rússia nas votações do sistema ONU

⁹⁶ [Resolução contra Rússia é aprovada na ONU com 141 votos \(terra.com.br\)](https://terra.com.br)

⁹⁷ [Aqui estão os países que mais importam petróleo russo | O Morro \(thehill.com\)](https://thehill.com)

O Brasil optou por se abster em uma resolução contra a Rússia analisada pela Unesco dia 16/3. O texto, proposto pelas potências ocidentais, foi aprovado mas, ao contrário do que vinha ocorrendo em outros órgãos da ONU, o projeto contou com um número elevado de abstenções. Promovida pelos europeus, a resolução denuncia o fato de que "vários edifícios educacionais já foram destruídos ou danificados [na Ucrânia], como o edifício da Universidade Nacional Karazin em Kharkiv".

A resolução foi aprovada com 33 apoios, 24 abstenções e um voto contrário, o da Rússia. Essa é a primeira vez que o Itamaraty não vota em apoio a um texto na ONU que condene Moscou, desde o início da guerra. Nenhum país dos BRICS votou pelo projeto. No CSNU, na AGNU e no CDH, o Brasil adotou uma postura de apoio aos projetos apresentados por americanos e europeus. Mas, em todos os casos, pediu a palavra para criticar partes do texto, o envio de armas e os embargos unilaterais impostos. Agora, há a percepção de que a estratégia de americanos e europeus de promover um cerco diplomático contra a Rússia em todos os organismos internacionais é perigoso e poderá aprofundar a crise. O Brasil tampouco se somou a uma aliança contra a Rússia nesta semana na OMC.

A opção pela abstenção seguiu o mesmo princípio adotado por China, Índia, AS. A meta é a de criar condições para uma desescalada de tensões, e não encurralar Moscou.

"As ações militares da Rússia dentro da Ucrânia estão resultando no fechamento de instituições educacionais, afetando milhões de alunos diz a resolução aprovada na Unesco". O texto ainda diz que a "presença das forças militares da Rússia dentro da Ucrânia ameaça a herança cultural da Ucrânia". O texto "exige a cessação imediata pela Rússia de qualquer ataque ou dano adicional a civis, crianças, jovens, professores, trabalhadores da educação ou escolas, faculdades e universidades, e a defesa do direito à educação" também exige "o fim imediato da ofensiva contra a Ucrânia para garantir a proteção contra novos danos e prejuízos ao patrimônio cultural ucraniano natural, construído e móvel em todas as suas formas".

Saúde global e diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe

Sebastian Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger

Reunião do Comité Ad Hoc de Negociação de Medicamentos de Alto Custo (CAHNEG) e da Comissão Intergovernamental de Políticas de Medicamentos do MERCOSUL

Nos dias 30 de abril e 31 de março, o Comité Ad Hoc de Negociação de Medicamentos de Alto Custo (CAHNEG) se reuniu com a Comissão Intergovernamental de Políticas de Medicamentos do MERCOSUL. As reuniões tiveram a participação de pontos focais da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

A delegação do Brasil apresentou aos seus colegas do MERCOSUL a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), como um importante instrumento orientador do uso de medicamentos e insumos no SUS. A RENAME 2022⁹⁸ apresenta os medicamentos oferecidos em todos os níveis de atenção e nas linhas de cuidado do SUS, proporcionando transparência nas informações sobre o acesso aos medicamentos da rede.

Por sua parte, o Uruguai apresentou a sua política de fornecimento dos medicamentos de Alto Custo, por meio do Fundo Nacional de Recursos (FNR)⁹⁹.

O FNR funciona como um resseguro para provedores abrangentes, para serviços de maior complexidade e custo. Assim, a competência do FNR é fornecer cobertura financeira universal para procedimentos de alta complexidade, aparelhos de alto custo e medicamentos de alto preço a todas as pessoas residentes no país, com cobertura de saúde pelo Sistema Nacional Integrado de Saúde (SNIS) do Uruguai.

A FNR negocia e compra medicamentos para os tratamentos abrangidos, que são, na sua maioria, dispensados nas Farmácias dos prestadores integrais onde os doentes estão filiados. Uma porcentagem menor é entregue na Farmácia.

A reunião do Comité Ad Hoc de Negociação de Medicamentos de Alto Custo também abordou o problema dos medicamentos biossimilares. Nesse sentido, o Brasil compartilharia dados ao respeito, assim como a judicialização de acesso a estes medicamentos.

Sobre o assunto, Argentina solicitou abordar o problema da propriedade intelectual no marco das negociações entre Mercosul e a República de Coreia. Esse acordo entre MERCOSUL e Coréia do Sul ganhou dinamismo após as negociações com a União Europeia.

Reunião do Fórum Regional Inter-setorial de Saúde e da COMISCA

Nos dias 27 e 28 de abril de 2022, o Fórum Regional Inter-setorial de Saúde da América Central se reunirá para tratar da questão da saúde mental.

O Fórum Regional Inter-setorial de Saúde foi criado em 2017 e se define como um processo contínuo e sistemático de análise e construção de propostas de valor técnico e estratégico em complemento ao órgão político do setor regional de saúde, COMISCA.

⁹⁸ <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sctie/daf/relacao-nacional-de-medicamentos-essenciais>

⁹⁹ http://www.fnr.gub.uy/que_es_fnr

Sua natureza Inter-setorial está vinculada à abordagem da Determinação Social da Saúde e da Equidade. Este último está previsto na Declaração de San Salvador Rumo à Equidade e Justiça Social, por meio de um enfoque regional da Determinação Social da Saúde assinada pelos ministros da Saúde na XLIII Reunião Ordinária do COMISCA. Essa inter-setorialidade também se baseia na oportunidade oferecida pelo marco institucional do Sistema de Integração Centro Americano- SICA e seus diversos instrumentos políticos, estratégicos e técnicos, de contribuir para o bem-estar da população centro-americana.

Os produtos do Fórum Regional Inter-setorial de Saúde, expressos em propostas e recomendações técnicas e estratégicas, são baseados tanto na análise e discussão de dados, informações e conhecimentos, quanto na busca permanente de consensos com uma perspectiva regional multidisciplinar e inter-setorial, visando a geração de políticas públicas.

Seguidamente, no dia 29 de abril, acontecerá a Reunião Extraordinária da Comissão de Ministros da Saúde de Centro América e República Dominicana, sobre a presidência pro t mpore de Panamá.

A COMISCA constitui uma instancia política e de integração centro americana, que visa a identificação e priorização de problemas regionais de saúde.

Organismo Andino de Saúde Convenção Hipólito Unanue ORAS/CONHU se une à cruzada global de Chamada à Ação Social para acabar com a Covid-19

O ORAS/CONHU se uniu à cruzada global de Chamada à Ação Social para acabar com a Covid-19 e prevenir uma próxima pandemia que ameaça a saúde e os direitos das pessoas mais vulneráveis¹⁰⁰.

O Organismo participou, em 29 de março, da Cúpula desta iniciativa promovida pela Plataforma de Responsabilidade Global contra a Covid-19 (COVID GAP), onde destacou que estão sendo promovidos diálogos que permitem refundar os sistemas de saúde nos países andinos a partir de um direito e atenção às necessidades.

A Secretária Executiva do ORAS/CONHU, María del Carmen Calle Dávila, expressou: “É necessário fortalecer os sistemas de saúde, criar resiliência e melhorar as capacidades para enfrentar a pandemia atual. fazer algo diferente, se realmente queremos acabar com a crise do Covid-19 e prevenir a próxima pandemia”.

Nesse sentido, a Secretaria Executiva apontou que a carga da Covid-19 tem sido muito alta em América Latina, que embora tenha só 5,5% da população mundial, registrou o 21% dos óbitos mundiais. E considerou injusto o nível de impacto sofrido devido ao cenário caracterizado por grandes desigualdades sociais. *“Somos a região mais desigual do mundo. Não há proteção social universal. Muitas pessoas nem sequer têm acesso à água. Não há foco no direito à saúde”*, ressaltou.

Ela acrescentou que outros gatilhos foram que as pessoas não têm seguro de saúde, os cuidados de saúde são muito precários, os serviços de saúde são insuficientes, o número médio de leitos hospitalares é de 1,5, bem abaixo dos padrões desejados de mais de 4 leitos hospitalares para cada mil habitantes e o grande déficit de recursos humanos em saúde.

¹⁰⁰ <https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-se-une-al-llamado-la-accion-social-para-poner-fin-la-covid-19-y-prevenir-proximas>

Além disso, destacou que as prioridades específicas de saúde continuam as mesmas: vacinas, pesquisa, vigilância, soberania, fortalecimento dos sistemas de saúde. *"Essas prioridades são enfrentar as bases estruturais das desigualdades e garantir a justiça social e ambiental"*, especificou.

Finalmente, a Dra. María del Carmen Calle deixou uma mensagem em resposta ao apelo global contra a Covid-19: *"Se estamos aqui para pedir ação, é porque ainda temos a possibilidade de mudar pela raiz o que nos colocou problema. esta crise. E quero lembrar que neste mundo globalizado só estaremos seguros quando todos estivermos seguros"*, refletiu.

Notavelmente, o evento busca reunir diversas vozes de todo o mundo para destacar as ações urgentes necessárias na Cúpula de Líderes Mundiais da COVID-19, nas Cúpulas do G7, G20 e outras reuniões globais.

Participaram deste evento junto com a Dra. Calle; Dr. Siddhi Aryal, Diretor Regional - Ásia-Pacífico, Estratégias Vitais; a Ministra da Saúde da Indonésia, Dra. Siti Nadia Tarmizi, Dra. Ann Lindstrand, chefe do Programa de Imunização da Organização Mundial da Saúde; e representantes do CDC da África, Centro Africano para Pesquisa em População e Saúde, Amref Health Africa, Centro para Iniciativas de Desenvolvimento Estratégico Indonésia, Ann, WACI Health.

A CEPAL nomeia a novo Secretário Executivo Interino

O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, nomeou o economista argentino Mario Cimoli, secretário executivo interino da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)¹⁰¹. O novo funcionário tomou posse no dia 1º de abril de 2022, e permanecerá no cargo até novo aviso.

Cimoli acompanhou a anterior Secretária Executiva Alicia Bárcenas¹⁰² em diferentes cargos na CEPAL: Diretor de Assuntos Econômicos da Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial (1999-2009), Chefe da Unidade de Inovação e Tecnologias Digitais da mesma Divisão (2009-2010), Diretor da Divisão Produtiva e Empresarial Divisão de Desenvolvimento (2010-2018) e Responsável pela Divisão de Comércio Internacional e Integração (2015-2020).

CEPAL: Efeitos econômicos e financeiros na América Latina e no Caribe do conflito entre a Federação Russa e a Ucrânia

A CEPAL publicou um novo relatório¹⁰³ que trata dos impactos econômicos para a região da América Latina e Caribe da invasão russa à Ucrânia.

Segundo o documento, o conflito entre a Federação Russa e a Ucrânia ocorre em um contexto de alta incerteza global associada a vários fatores: ritmo desigual de vacinação contra a doença do coronavírus (COVID-19) e novas variantes do vírus; pressões inflacionárias e dificuldade em manter o estímulo fiscal; tensões e riscos comerciais no setor imobiliário da

¹⁰¹ <https://www.cepal.org/es/comunicados/secretario-general-naciones-unidas-designa-mario-cimoli-como-secretario-ejecutivo>

¹⁰² <https://www.cepal.org/es/comunicados/alicia-barcena-concluyo-su-mandato-como-secretaria-ejecutiva-la-cepal-luego-casi-14-anos>

¹⁰³ https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47831/1/S2200221_es.pdf

China; interrupções nas cadeias de suprimentos e aumentos nas taxas de frete, bem como eventos extremos devido às mudanças climáticas.

Há um efeito comercial indireto que pode ser mais relevante para as economias da América Latina e do Caribe, segundo o relatório. O conflito terá impacto na atividade global, incluindo a dinâmica do PIB dos principais parceiros comerciais da América Latina e do Caribe (Estados Unidos, China e União Europeia), com consequências na demanda externa enfrentada pela região. O impacto na região dependerá da magnitude dos danos à atividade sofridos por seus parceiros comerciais, que — embora ainda seja muito cedo para avaliar — parece ser mais intenso no caso da União Europeia, que é fortemente dependente da energia da Federação Russa.

Nesse sentido, o conflito terá impacto nas economias da América Latina e do Caribe por meio de vários canais, principalmente o canal comercial (com efeitos diretos e indiretos), o canal de preços de commodities (incluindo termos de troca e inflação) e o canal financeiro.

Reunião Anual da Assembleia de Governadores do BID e BID Invest

Entre os dias 28 de março e 1º de abril, teve lugar a Reunião Anual da Assembleia de Governadores do BID e BID Invest, que foi inicialmente presidida pelo Ministro de Fazenda e Crédito Público da Colômbia, José Manuel Restrepo, que transferiu a Presidência ao Ministro de Jamaica, Nigel Clarke.

A Assembleia de Governadores é composta pelos Ministros de Finanças, Presidentes dos Bancos Centrais ou Altas Autoridades dos países, que se reúnem uma vez ao ano para trocas de ideias e opiniões e constitui o órgão de mais alto nível para a formulação de políticas.

Depois de agradecer ao presidente cessante, o novo presidente agradeceu a confiança depositada nele, agradecendo ao presidente do BID, Claver Carone, e aos funcionários do Banco.

A região se beneficiou da rápida reação do BID para poder responder aos desastres sem precedentes da pandemia de Covid-19 e à necessidade de recuperação econômica no hemisfério.

Tomando como exemplo a economia de seu país, a Jamaica, o presidente Canje destacou que os países insulares do Caribe foram afetados pela pandemia no turismo, principal atividade econômica desses países, que iniciaram um caminho de recuperação com o apoio do BID, através de políticas macroeconômicas e sustentáveis para poder enfrentar os choques externos e proteger os mais vulneráveis.

Igualmente, destacou a necessidade do BID apoiar o crescimento sustentável, digitalização, políticas de proteção social, igualdade de gênero, resiliência e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

No seu discurso, o Presidente do BID apontou como a invasão russa à Ucrânia tem efeitos na economia internacional e impactado na recuperação da região frente a pandemia. Claver Carone também mapeou os impactos da Covid-19, destacando aspectos positivos e a necessidade do setor privado para a recuperação da região.

Entre as resoluções aprovadas pelos Governadores¹⁰⁴ está a *AG-7/22 Nova Proposta para o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Corporação Interamericana de*

¹⁰⁴ <https://www.iadb.org/es/acerca-del-bid/resoluciones-aprobadas-por-la-asamblea-de-gobernadores>

Investimentos. Esta Resolução reafirma o compromisso com o Grupo BID e seu papel contínuo e crítico na promoção do desenvolvimento social e econômico sustentável e na redução da pobreza e da desigualdade na ALC.

A Diretoria Executiva do BID ficou encarregada de preparar um relatório promovendo as reformas operacionais e institucionais delineadas no Trabalho Analítico, incluindo planos para implementação e obstáculos e facilitadores para implementação, com foco específico em:

1. melhorar a eficácia no desenvolvimento de o BID, com foco particular no enfrentamento dos desafios estruturais, bem como nos impactos da pandemia de COVID-19;
2. avaliar as opções de otimização do balanço patrimonial para fortalecer ainda mais a resiliência do BID a choques externos e maximizar os recursos disponíveis para financiamento relacionado ao desenvolvimento;
3. revisar os atuais instrumentos de empréstimo do BID, incluindo formas de fortalecer os PBLs;
4. revisar as categorias de classificação de países do BID, considerando que o Grupo se baseia em um modelo cooperativo;
5. melhorar as ambições do BID sobre clima, finanças verdes e biodiversidade;
6. atender às necessidades de desenvolvimento de populações em situações frágeis, afetadas por conflitos e violência e vulneráveis, e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, de acordo com as políticas do BID; e
7. abordar de forma abrangente a pobreza, a desigualdade de renda e as oportunidades, reduzindo a informalidade nos mercados de trabalho e desenvolvendo proteção social, saúde e educação, ao mesmo tempo em que promove a mobilização de recursos, inclusive de recursos internos, ambições de gênero e diversidade e inclusão

A resolução também determina que Assembleia de Governadores do BID Invest dê um mandato à Diretoria Executiva do BID Invest para instruir a Administração do BID Invest a apresentar uma proposta para uma nova visão e modelo de negócios para o BID Invest, incluindo uma identificação adequada das necessidades setoriais relacionadas à heterogeneidade da América Latina e Caribe, e as implicações financeiras, de recursos, operacionais e institucionais. Essa proposta deve incluir um relatório abrangente descrevendo como o novo modelo abordará os desafios do desenvolvimento regional de maneira sustentável, eficaz e de alto impacto, principalmente em relação às mudanças climáticas, gênero, inclusão, infraestrutura de alta qualidade e criação de emprego formal.

A resolução visa estabelecer um novo modelo de negócios para a modernização do BID e o BID Invest, este último como janela para o setor privado, que ajudara aos países da ALC a enfrentar com maior eficácia os desafios da pobreza, a desigualdade, a digitalização e a mudança climática.

O BID justifica que as mudanças impulsionadas permitirão fortalecer as sinergias entre o setor público e privado, assegurando mais oportunidades para um crescimento com inclusão sustentável

Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana¹⁰⁵ na Argentina

A 14ª sessão plenária acontecerá em Buenos Aires (Argentina) entre os dias 11 e 14 de abril de 2022.

¹⁰⁵ <https://www.europarl.europa.eu/delegations/es/product/product-details/20220404DAL10621>

A Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (EuroLat) é a instituição parlamentar da Associação Estratégica Bicontinental, criada em junho de 1999 no âmbito das Cimeiras UE-ALC (entre a União Europeia, a América Latina e o Caribe).

A EuroLat foi criada em 2006 e teve sua Sessão Constitutiva em Bruxelas, Bélgica. Tem como missão adotar e apresentar resoluções e recomendações a diversos organismos, instituições e grupos ministeriais responsáveis pelo desenvolvimento da Associação Estratégica Bicontinental.

Os membros da EuroLat¹⁰⁶ discutirão o monitoramento da pandemia de Covid-19 na América Latina e no Caribe, as consequências econômicas e sociais e o caminho para a recuperação sob o título "Uma recuperação econômica, justa, inclusiva e pacífica". A pandemia resultou em perda de vidas sem precedentes, uma profunda recessão econômica e um profundo impacto negativo no emprego, pobreza, educação, saúde pública e condições de vida em ambas as regiões.

Esta reunião será a primeira ocasião para que os 150 membros da EuroLat se reencontrem pessoalmente desde o início da pandemia, em 2020. Os Copresidentes da Assembleia da EuroLat, Javi López MPE, Presidente da Delegação do Parlamento Europeu ao Euro -A Assembleia Interparlamentar Latino-Americana, e Oscar Darío Pérez Pineda, Presidente do componente Latino-Americano, copresidirão a reunião plenária que acontecerá ao longo de dois dias.

A Assembleia EuroLat reúne-se uma vez por ano desde 2006 e, enquanto do lado europeu conta com membros da Eurocâmara, do lado latino-americano reúne representantes do Parlamento Latino-Americano, do Parlamento Andino, do Parlamento Centro-Americano, do Mercosul Parlamento e os congressos mexicano e chileno. EFE

Os eurodeputados da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (EuroLat) deslocam-se a Buenos Aires para a sessão plenária deste órgão, a primeira presencial desde o início da pandemia.

Os quatro comitês da EuroLat, assim como os Grupos de Trabalho e os Fóruns, se reunirão em sessões de duas horas cada. Esta sessão plenária será também a primeira vez que o Grupo de Trabalho Segurança Alimentar e Combate à Fome se reúne e elege o seu Presidente, na sequência da decisão de maio de 2021 do Conselho de Administração da EuroLat. A invasão russa desestabilizou ainda mais os frágeis mercados agrícolas, que já estavam sob pressão devido à pandemia e às mudanças climáticas. Como resultado, a agricultura em todo o mundo está sofrendo com possíveis implicações para a segurança alimentar em escala global.

O Presidente da EuroLat, Javi López, convidou a Vice-Presidente da República e a Presidente do Honrável Senado da Nação, Senhora Cristina Fernández de Kirchner¹⁰⁷, bem como outros oradores de alto nível para esta sessão plenária.

Costa Rica: Rodrigo Chaves é novo presidente e promete ser uma mudança radical da política tradicional

¹⁰⁶ São 75 eurodeputados e 75 representantes dos parlamentos da América Latina e do Caribe, liderados no bloco comunitário pelo espanhol Javi López, e pelo lado latino-americano, o colombiano Óscar Darío Pérez Pineda, ambos co-presidentes da EuroLat.

¹⁰⁷ <https://www.pagina12.com.ar/414474-cristina-kirchner-abrira-la-decimo-cuarto-sesion-plenaria-de>

No dia 3 de abril, Costa Rica realizou o segundo turno das eleições presidenciais. Com mais de 53% dos votos, o político do Partido do Progresso Social Democrático (PSD), Rodrigo Chaves venceu as eleições e é o novo presidente do país. Sua candidatura foi marcada por polêmicas e a oposição insistia em sua pouca experiência política.

O economista conservador Rodrigo Chaves, defendeu o diálogo com a oposição e com a vizinha Nicarágua de Daniel Ortega e pretende nomear um embaixador para ocupar o cargo em Manágua. O seu antecessor não reconheceu a eleições de “fachada” e deixou o país sem representação diplomática.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANO (OEA)

Corte Interamericana ordena que Peru não liberte Alberto Fujimori

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte da CIDH) ratificou seu pedido ao Estado peruano para não executar a sentença da Corte Constitucional de libertação do autocrata Alberto Fujimori.

A Corte Interamericana sustenta que a decisão não atende aos critérios estabelecidos em maio de 2018, quando avaliou outro indulto concedido ao octogenário pelo então Presidente Pedro Pablo Kuczynski, às vésperas do Natal de 2017. O Peru poderia optar por outras medidas que não a liberdade do preso, para que a pena de 25 anos de prisão não seja extinta, nem o direito à justiça das vítimas e familiares de vítimas de graves violações de direitos humanos.

O Tribunal Constitucional do Peru declarou um habeas corpus fundado em 17 de março, que foi apresentado por um advogado que não é o representante legal do ex-presidente (1990-2000), que solicitou sua libertação no contexto da pandemia da Covid-19. O advogado argumentou que o político não representava um perigo para a sociedade e estava com a saúde debilitada. Os juízes do Tribunal estavam empatados em três a três, mas o presidente do Tribunal Constitucional, Augusto Ferrero, decidiu a seu favor.

A Resolução com as medidas provisórias pela Corte Interamericana indica que “o Estado do Peru deve abster-se de cumprir a sentença emitida pelo Tribunal Constitucional de 17 de março, porque não cumpriu as condições da resolução de supervisão de cumprimento”, de maio de 2018, sobre as sentenças dos casos Barrios Altos e La Cantuta.

OEA e CAF concordam em trabalhar em defesa do meio ambiente nas Américas¹⁰⁸

No dia 8 de abril, a OEA e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) concordaram em trabalhar em projetos conjuntos em prol de uma agenda verde e proteção ambiental nas Américas.

O Secretário-Geral da OEA, Luis Almagro, destacou que o acordo-quadro assinado é mais um passo para fortalecer as relações frutíferas entre a OEA e a CAF, instituição com a qual a OEA compartilha valores comuns como a defesa da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, salientou que a proteção do meio ambiente é o primeiro ponto de trabalho conjunto para promover o uso sustentável da biodiversidade e reafirmar o compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e investir em uma economia global de baixo carbono, com especial ênfase na países e regiões mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas, como o Caribe.

¹⁰⁸ https://www.oas.org/es/centro_noticias/fotonoticia.asp?sCodigo=FNC-122221

Por sua vez, o presidente da CAF, Sergio Díaz Granados, destacou o compromisso da instituição que dirige em “tornar-se o Banco Verde da América Latina e do Caribe”. Nesse sentido, anunciou que a CAF fará um investimento de 25 bilhões de dólares até 2026 para cumprir os compromissos ambientais e climáticos de seus países acionistas, fortalecendo a resiliência às mudanças climáticas, mas aproveitando a enorme oportunidade de trabalhar em favor de uma agenda positiva de biodiversidade que privilegie as regiões mais vulneráveis, nas quais serão priorizadas o Caribe.

A volta da esquerda ao governo da América Latina

José Luís Fiori

“Como Salvador Allende previu há 50 anos, estamos abrindo novamente, compatriotas, as grandes alamedas por onde passarão homens livres, homens e mulheres livres, para construir uma sociedade melhor”

Gabriel Boric, discurso de posse na presidência do Chile, no dia 11 de março de 2022, Opera Mundi, 12/03/2022

Ao começar a terceira década do século XXI, a esquerda e as forças progressistas estão sendo chamadas de volta ao governo de vários países importantes da América Latina. O caso mais recente é o do Chile, com a vitória e a posse do jovem presidente Gabriel Boric - no dia 11 de março de 2022 - liderando uma coalizão de forças que reúne todos os velhos partidos e as novas organizações da esquerda chilenas. Algo sem precedentes na história de um país que se caracteriza por sua extraordinária inventividade política, desde os tempos do seu governo de Frente Popular, na década de 30. Mas antes de Boric, as forças progressistas latino-americanas já haviam vencido as eleições e assumido o governo no México, Argentina, Bolívia, Peru e em Honduras. E o mais provável é que essa tendência se confirme no Brasil, e até mesmo na Colômbia, nas próximas eleições presidenciais de 2022, num momento em que cresce em todo o continente latino-americano a consciência de que as políticas neoliberais não conseguem atender à necessidade de um desenvolvimento econômico acelerado, nem muito menos a urgência da eliminação da miséria e redução da desigualdade social. É um momento também em que se aguça a consciência de que o velho modelo nacional-desenvolvimentista esgotou seu potencial, depois de completar a agenda da Segunda Revolução Industrial e perder o apoio norte-americano no final dos anos 70.

Assim mesmo, não existe uma resposta fácil, nem uma solução simples para a atual crise da América Latina. Nesse contexto, a América Latina precisa se repensar radicalmente para poder redefinir sua estratégia de desenvolvimento, tendo clara sua localização geográfica e sua posição hierárquica dentro do “hemisfério ocidental”, onde a potência dominante foi sempre os Estados Unidos, apoiados pela Grã-Bretanha, desde o momento da formulação da Doutrina Monroe, em 1823.

Depois da Segunda Guerra Mundial e até a década de 70, os Estados Unidos patrocinaram na sua “zona de influência” um projeto de tipo “desenvolvimentista” que prometia rápido crescimento econômico e modernização social, como caminho de superação do subdesenvolvimento latino-americano. Mas depois da sua crise dos anos 70, e em particular na década de 80, os norte-americanos mudaram sua estratégia econômica internacional e abandonaram definitivamente seu projeto e patrocínio desenvolvimentista. Desde então, passaram a defender, *urbe et orbi*, um programa econômico de reformas e políticas neoliberais conhecido pelo nome de “Consenso de Washington”, que se transformou no núcleo de sua retórica vitoriosa depois do fim da Guerra Fria. Um programa que combinava a defesa do livre-mercado com a desregulação financeira e a desestatização das economias que haviam seguido o programa desenvolvimentista coordenado pelo Estado. Isto aconteceu nas décadas de 80 e 90 do século passado, quando o neoliberalismo se transformou no pensamento hegemônico de quase todos os partidos e governos da América Latina, incluindo os partidos socialistas e social-democratas. Mais à frente, na segunda década do século XXI, os Estados Unidos radicalizaram ainda mais suas propostas globalitárias voltadas para sua periferia latina e mundial, agora já com

viés golpista e autoritário, e sem nenhum tipo de horizonte social ou promessa de um futuro com maior grau de maior justiça e igualdade.

O fracasso dessa nova rodada ultraliberal é que explica em grande medida a volta da esquerda ao governo de alguns dos principais países do continente latino-americano. Uma boa hora para reler, analisar e repensar a história de longo prazo da esquerda e de suas experiências de governo na América Latina.

De forma muito sintética, pode-se afirmar que tudo começou com a proposta revolucionária do Plano Ayala, apresentado em 1911 pelo líder camponês da Revolução Mexicana, Emiliano Zapata. Zapata propunha a coletivização da propriedade da terra e sua devolução à comunidade dos índios e camponeses mexicanos. Zapata foi derrotado e morto, mas seu programa agrário foi retomado alguns anos depois pelo presidente Lázaro Cárdenas, um militar nacionalista que governou o México entre 1936 e 1940 e criou o Partido Revolucionário Institucional (PRI), que governou o país durante quase todo o século XX. O governo de Cárdenas fez a reforma agrária, estatizou as empresas estrangeiras produtoras de petróleo, criou os primeiros bancos estatais de desenvolvimento industrial e de comércio exterior da América Latina, investiu em infraestrutura, fez políticas de industrialização e proteção do mercado interno mexicano, criou uma legislação trabalhista, tomou medidas de proteção social dos trabalhadores e exercitou uma política externa independente e anti-imperialista.

O fundamental dessa história, no entanto, para a esquerda latino-americana, é que esse programa de políticas públicas do governo de Cárdenas se transformou, depois dele, numa espécie de denominador comum de vários governos – “nacional-populares” ou “nacional-progressistas” – como foi o caso de Perón, na Argentina; de Vargas, no Brasil; de Velasco Ibarra, no Equador; e de Paz Estensoro, na Bolívia. Nenhum deles era socialista, comunista ou social-democrata, nem mesmo de esquerda; e no caso argentino, teve até mesmo um forte componente direitista, mas suas propostas políticas e posições no campo da política externa se transformaram numa espécie de paradigma básico que acabou sendo adotado e apoiado por quase toda a esquerda reformista latino-americana, pelo menos até 1980. Em grandes linhas, foram esses mesmos ideais e objetivos que inspiraram a revolução camponesa boliviana de 1952; o governo democrático de Jacobo Arbenz, na Guatemala, entre 1951 e 1954; a primeira fase da revolução cubana, entre 1959 e 1962; o governo militar reformista do general Velasco Alvarado, no Peru, entre 1968 e 1975; e o próprio governo de Salvador Allende, no Chile, entre 1970 e 1973. No caso de Cuba, entretanto, a invasão de 1961 e as sanções americanas apressaram a opção socialista, levando o governo de Fidel Castro à coletivização da terra e a estatização e planejamento central da economia. O mesmo modelo que orientaria, mais tarde, a primeira fase da revolução sandinista da Nicarágua, de 1979, e o próprio “socialismo do século XXI”, proposto originalmente pelo ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

Hoje, entretanto, o continente latino-americano soma muitos desses desafios e projetos do passado que ainda não foram realizados, com uma nova agenda de problemas impostos pelas transformações econômicas e geopolíticas do sistema internacional, depois do fim da Guerra Fria, mas em particular nas duas primeiras décadas do século XXI, quando a China se transformou na segunda maior potência econômica do mundo e passou a ter papel econômico central como grande compradora das economias exportadoras latino-americanas, e quando a Rússia voltou a ocupar seu lugar como segunda maior potência militar do mundo, com uma presença cada vez mais ativa como fornecedora de armamento e suporte logístico e militar para vários governos da América Latina.

Nesse novo contexto mundial e latino-americano, uma coisa segue sendo verdadeira: a viabilidade futura de uma alternativa latino-americana mais autônoma e soberana seguirá dependendo muitíssimo das escolhas feitas pelo Brasil, que está neste momento tão ou mais dividido que o resto do continente, entre duas grandes alternativas político-ideológicas e econômicas que transcendem a conjuntura política imediata e devem se manter presentes e polarizadas mesmo depois que o Brasil supere os estragos mais dramáticos produzidos pelos seu atual governo de extrema-direita.

De um lado, do ponto de vista econômico, está a proposta liberal apoiada pelos “mercados” e pelos grandes investidores financeiros nacionais internacionais. Se o Brasil seguir este caminho, deverá se manter na sua condição secular de uma sociedade periférica e desigual, exportadora de matérias-primas, alimentos e *commodities*, tendo como seu melhor horizonte transformar-se numa “periferia de luxo” das grandes potências compradoras do mundo. Há, no entanto, a proposta, a capacidade e a possibilidade de construir um caminho diferente e novo dentro da América do Sul: o Brasil assumindo a posição de “locomotiva continental” aproveitando-se de sua autossuficiência energética e alimentar, e de sua excelente dotação de recursos naturais estratégicos para construir uma economia sustentável, com uma nova indústria de alto valor agregado articulada diretamente com seu próprio setor produtor de alimentos e *commodities* de alta produtividade, e tendo como objetivo estratégico central a construção de uma sociedade mais homogênea, igualitária, soberana e democrática. Tendo claro que nada disto será possível sem a intervenção e a orientação estratégica de um Estado fortalecido por um amplo apoio da sociedade brasileira.

Por outro lado, do ponto de vista de sua inserção estratégica e militar no novo contexto geopolítico mundial, o Brasil pode seguir sendo um país vassalo dos Estados Unidos, encarregado pelos norte-americanos da tutela militar de seus vizinhos. Ou pode assumir de uma vez por todas o comando de sua própria soberania, devolvendo os militares às suas funções constitucionais e levando à frente uma política externa que tenha como objetivo central aumentar a capacidade de decisão autônoma do país, através de uma política hábil e determinada de complementaridade e competitividade crescente com os Estados Unidos.

De qualquer forma, uma coisa é certa: tanto na disjuntiva econômica, como na estratégico-militar, a opção autônoma aponta para um caminho muito mais longo e árduo do que o caminho “natural” dos mercados e da subordinação estratégica aos EUA. Por isso mesmo, a construção deste caminho alternativo soberano, sustentável, igualitário e democrático supõe a existência de uma coalizão de poder suficientemente forte e com capacidade de sustentar, por um tempo prolongado, um projeto claro de afirmação geopolítica com a construção simultânea de uma nova hegemonia ideológica, no Brasil e na América Latina.

O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

*Augusto Paulo Silva,
Tomé Cá e Felix Rosenberg*

UNIÃO AFRICANA

A União Africana compromete-se a acabar com as doenças tropicais negligenciadas (NTD, em inglês) até 2030

As doenças tropicais negligenciadas são um grupo de vinte doenças, incluindo tracoma, vermes intestinais, lepra e elefantíase. Estas doenças são evitáveis e tratáveis, mas ainda afetam 1,7 bilhões de pessoas em todo o mundo, sendo o continente africano responsável por cerca de 40% da carga global total. Apesar da mortalidade relativamente baixa (cerca de 500.000 mortes a nível mundial por ano), estas doenças e condições estão associadas a complicações graves, incluindo cegueira, desfiguração, estigmatização social, problemas de saúde mental, dor crónica, défice cognitivo e outros danos irreversíveis a longo prazo que causam impedimentos à educação, emprego, crescimento económico e desenvolvimento global.

Por isso, a União Africana (UA) e a *Uniting to Combat Neglected Tropical Diseases* assinaram um Memorando de Entendimento (MOU) para erradicar as doenças tropicais negligenciadas nos Estados-Membros até 2030. O acordo destaca o compromisso da União Africana de fortalecer a colaboração e cooperação entre as partes para controlar e eliminar vinte dessas doenças, alcançando a visão delineada pelo quadro da "Agenda 2063 'A África que Queremos'". Segundo os responsáveis signatários, este Memorando de Entendimento demonstra uma liderança ousada e o mais alto nível de compromisso com as NTD por parte da União Africana, dando-lhes prioridade em consonância com outras doenças infecciosas.

Os Estados-membros da UA têm feito enormes progressos na luta contra estas doenças, demonstrando que os objetivos são exequíveis. Vários Estados-Membros alcançaram objetivos ambiciosos de eliminação, incluindo o Gana, Marrocos e a Gâmbia eliminando a cegueira por tracoma; o Egito, o Togo e o Malawi eliminaram a filariose linfática; o Benim, Burkina Faso, Camarões, República Centro Africana, Costa do Marfim, Gana, Quênia, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Togo e Uganda já eliminaram a doença provocada pelo verme da Guiné.

No entanto, os desafios de eliminação mantêm-se, sendo necessário mais trabalho para sustentar estes ganhos e trazer mais Estados-Membros para atingirem as metas desejadas. Continuam a existir desafios significativos no percurso para eliminar as NTD, tais como a fraca integração e coordenação entre os vários programas que trabalham nesta área e o financiamento insuficiente e instável, bem como as mudanças climáticas, conflitos e ameaças emergentes como a Covid-19.

Nas palavras da senhora Minata Samate Cessouma, a nova Comissária para a Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social da União Africana, a organização está empenhada na realização da Primeira Aspiração e Terceiro Objetivo da Agenda 2063 da UA: de cidadãos bem nutridos e saudáveis. Também estão empenhados em trabalhar em colaboração com parceiros a fim de progredir na eliminação das NTD no continente africano e, por isso, encantados por assinar este Memorando de Entendimento com a organização *Uniting to Combat Neglected Tropical Diseases*. A Comissária afirmou ainda que os últimos dois anos têm sido dominados pela resposta continental à Covid-19, relegando as outras doenças para o segundo plano.

Por sua vez, a Diretora Executiva da *Uniting to Combat Neglected Tropical Diseases*¹⁰⁹, Thoko Elphick-Pooley, disse que com a prestação de serviços de saúde essenciais afetada pela Covid-19, este MOU não poderia ter vindo numa altura mais perfeita o que irá impulsionar a implementação do Quadro Continental sobre NTD e da Posição Africana Comum, com um forte enfoque na liderança nacional e da apropriação pelos programas nacionais, a par de uma maior atribuição de recursos financeiros internos.

Vale esclarecer que a **Posição Comum Africana** sobre as NTD será ainda adoptada pelo Comité Técnico Especializado da União Africana sobre Saúde, População e Controlo de Drogas no final de maio, abrindo caminho para que seja aprovada pelos Chefes de Estado na próxima Cúpula prevista para 2023.

Este anúncio de assinatura do Memorando de Entendimento acontece precisamente antes da Cúpula de Kigali sobre a Malária e as NTD, a realizar juntamente com a 26ª reunião de Chefes de Governo da Commonwealth (CHOGM), no próximo mês de junho no Ruanda. Nessa Cúpula, os Chefes de Estado vão lançar a Declaração de Kigali sobre as NTD - uma declaração política de alto nível que visa mobilizar a vontade política e assegurar compromissos para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS3) sobre as NTD e cumprir os objetivos estabelecidos no Roteiro das Doenças Tropicais Negligenciadas da Organização Mundial de Saúde (2021-2030)¹¹⁰.

COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)

Cooperação regional e internacional necessária para reduzir o impacto das alterações climáticas

Este foi o tema da Conferência de Alto Nível sobre Investimento na Água, realizada em Zanzibar, de 8 a 11 de março. Ela foi convocada pela *Global Water Partnership Southern Africa and Africa Coordination* (GWPSA-ACU) em parceria com o Ministério da Água, Energia e Minerais de Zanzibar e em colaboração com a Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD), o Conselho Africano de Ministros da Água, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o Fundo Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento da África Austral.

A conferência foi precedida por um workshop híbrido de treinamento em financiamento climático da SADC com a duração de três dias, no qual participaram 14 dos 16 Estados-Membros da SADC, tanto fisicamente como mais de 20 participantes online.

O seminário foi organizado como parte do programa Aliança Global para as Alterações Climáticas Plus (*Global Climate Change Alliance Plus, GCCA+*) da SADC que procura aumentar as capacidades dos Estados-Membros para mitigar e adaptar-se aos efeitos das alterações climáticas, em apoio do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (*Regional Indicative Strategic Development Plan, RISDP 2020-2030*), Agenda 2063 da União Africana e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); e para ter a sua voz mais ouvida nas negociações internacionais sobre alterações climáticas.

¹⁰⁹ A **Uniting to Combat NTDs** é uma organização empenhada em trabalhar para vencer as doenças tropicais negligenciadas. Para mais detalhes: <https://unitingtocombatntds.org/about-us/>

¹¹⁰ https://au.int/sites/default/files/pressreleases/41651-pr-PR-The_African_Union_Pledges_to_End_Neglected_Tropical_Diseases_By_2030.pdf

Os objetivos do seminário: (a) introduzir os principais mecanismos globais de financiamento climático, e os processos e requisitos para aceder aos mesmos; (b) introduzir as oportunidades de financiamento do Fundo Verde para o Clima (*Green Climate Fund*, GCF); (c) partilhar experiências na preparação de propostas do GCF; (d) identificar oportunidades de financiamento climático disponíveis para os Estados-Membros da SADC; e (e) discutir áreas de apoio que são exigidas pelos Estados-Membros para aceder ao financiamento climático.

De acordo com os responsáveis da SADC, a água é um importante motor do desenvolvimento socioeconómico nessa sub-região, tal como indicado na Política e Estratégia da Água da SADC (2006). A gestão óptima da água apoia os objetivos de desenvolvimento sobre redução da pobreza, segurança alimentar, segurança energética e desenvolvimento industrial. Existem vários desafios na gestão integrada dos recursos hídricos na sub-região, incluindo chuvas altamente variáveis e distribuição desigual da água, elevada procura de água resultando em escassas capacidades espaciais e temporárias, e desafios relacionados com a governação nacional e regional da água e o financiamento da gestão da água.

Outra constatação tem a ver com a elevada vulnerabilidade da sub-região da SADC aos impactos das alterações climáticas devido à dependência das suas economias dos recursos naturais e da agricultura, setores que são gravemente afetados pelas flutuações climáticas. As alterações climáticas representam uma série de riscos para a sub-região da SADC e, em grande parte, para o continente africano. Estes impactos incluem o aumento da frequência de cheias, ciclones e secas.

A conferência sobre o investimento explorou perspectivas para acelerar a mobilização de investimentos para reduzir o fosso do investimento na água em África para o desenvolvimento da resiliência climática. O incumprimento de investimentos na água em África está a atrasar as necessidades económicas e sociais do continente.

Mais de 300 delegados de toda a sub-região da SADC e do resto de África participaram na conferência e apelaram à transformação do investimento em água e saneamento em Zanzibar para reduzir a lacuna de investimento no sector como parte da recuperação económica pós Covid-19.

Os delegados exortaram igualmente os países africanos a implementarem o Plano de Investimento de Água em África - Programa para o Desenvolvimento de Infraestruturas em África (*Africa Water Investment Plan-Programme for Infrastructure Development in Africa*, AIP-PIDA) *Water Investment Scorecard* através do desenvolvimento de estratégias de resposta e programas de investimento destinados a assegurar a adaptação às alterações climáticas, o saneamento e higiene da água resistente ao clima (*Water Sanitation and Hygiene*, WASH), o combate a pandemias e a garantia da segurança alimentar. Os delegados também lançaram apelo aos parceiros da SADC para esforços de financiamento climático nos Estados-Membros.

Foi lançado durante esta conferência o Programa de Investimento em Água de Zanzibar, que mobilizará mais de 665,5 milhões de dólares entre 2022 e 2027 para assegurar o abastecimento de água limpa e sustentável para a população da ilha e o rápido crescimento económico. O Programa de Investimento da Água de Zanzibar é o primeiro programa específico do país concebido no âmbito do Programa de Investimento da Água na África Continental (*The Continental Africa Water Investment Programme*, AIP), que visa mobilizar 30 bilhões de dólares por ano para a segurança da água em África. O AIP foi adoptado pelos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, como parte do Programa para o Desenvolvimento de Infraestruturas em África - Plano de Ação Prioritário 2 (*The Programme for Infrastructure*

Development in Africa – Priority Action Plan 2, PIDA-PAP 2, em 2021. O Quadro de Avaliação (*The Scorecard*) foi lançado na Semana PIDA (*PIDA Week*) a 2 de março do corrente ano.

Esta conferência também serviu para apresentar uma ferramenta inovadora desenvolvida através de um processo pan-africano iterativo e consultivo que apoiará os países a atrair investimentos para o sector, o AIP-PIDA Water Investment Scorecard que foi formalmente adoptado na Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana em fevereiro de 2022 como parte do PIDA.

E acredita-se que o quadro de resultados irá reunir a liderança política e o compromisso de transformar as perspectivas de investimento em água e saneamento para a realização do Objetivo 6 de Desenvolvimento Sustentável, apoiando os Estados-Membros a acompanharem o progresso, a identificarem estrangulamentos e a tomarem medidas¹¹¹.

Parceria entre o CDC ÁFRICA e a *The European & Developing Countries Clinical Trials Partnership (EDCTP)* - Uma Colaboração para o desenvolvimento de capacidade de resposta a surtos e epidemias

A missão da Parceria Europa-Países em Desenvolvimento para a realização de ensaios clínicos (EDCTP) é reduzir o peso social e económico das doenças relacionadas com a pobreza nos países em desenvolvimento, em particular na África subsaariana, acelerando o desenvolvimento clínico de intervenções médicas eficazes, seguras, acessíveis, adequadas e acessíveis para o HIV/AIDS, tuberculose, malária e doenças infecciosas negligenciadas. A EDCTP é apoiada pela União Europeia ao abrigo do Horizonte 2020, o seu Programa-Quadro de Investigação e Inovação. O programa EDCTP2 já lançou 59 editais à apresentação de propostas de 2014-2020 no âmbito do Horizonte 2020.

Dados epidemiológicos fiáveis são muitas vezes indisponíveis ou severamente limitados em cenários com recursos limitados em África. Esta lacuna de conhecimentos é ainda agravada por uma escassez de pessoal especializado em epidemiologia e bioestatística para monitorizar, analisar e interpretar eficientemente os dados epidemiológicos para informar a política e a tomada de decisões. São urgentemente necessários programas de formação para desenvolver uma coorte de epidemiologistas em toda a África e não só, que possam trabalhar em colaboração com os seus Ministérios da Saúde ou com os Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP) bem como com organizações regionais e internacionais relevantes, para conduzir, coletivamente, a vigilância de rotina e a investigação em saúde pública e responder atempadamente a surtos de doenças.

Para colmatar esta lacuna de recursos humanos qualificados, o CDC África e a EDCTP associaram-se numa iniciativa de **7,5 milhões de euros** para apoiar instituições em África e na Europa na formação de um quadro de pessoal de saúde pública que irá impulsionar a capacidade epidemiológica e bioestatística no continente africano através de **programas de mestrado em epidemiologia e bioestatística**. Na sequência de um edital de apresentação de propostas competitivas, foram apoiados dez consórcios, incluindo 42 instituições africanas e 9 europeias. Os programas de formação de três anos têm como objetivo aumentar a capacidade dos Institutos Nacionais de Saúde Pública, Ministérios da Saúde e outras instituições de saúde em África para conduzir coletivamente a investigação em saúde pública e responder eficazmente a

¹¹¹<https://www.sadc.int/news-events/news/regional-and-international-cooperation-needed-reduce-impact-climate-change/>

emergências de doenças em todo o continente. Todos os 150 bolsistas dos dez consórcios vão iniciar a sua formação no decurso de 2022¹¹².

Project coordinator	Starting date	Duration	Grant amount		
Capacity Development of Applied Epidemiologists in Eastern Africa Region (CDAE) - African Population and Health Research Center (APHRC), Kenya , um Think Tank, com novo escritório em Dakar, Senegal					
East and Southern African Consortium for Outbreak Epidemiology Training (ENTRANT) - London School of Hygiene and Tropical Medicine (LSHTM), United Kingdom					
Master in Field Epidemiology Training for Portuguese-speaking West African Countries (FETP-CV) - Universidade Nova de Lisboa (NOVA), Portugal					
Consortium for Development of Sustainable Research Based Fellowship Training on Infectious Disease Epidemiology and Biostatistics in Africa (IDEA) - Busitema University, Uganda					
Masters' Programme in Epidemiology and Biostatistics with Specialization in Disease Outbreak and Epidemic Response in sub-Saharan Africa (MPH Epid & Biostat) - College of Medicine, University of Ibadan, Nigeria					
MSc in Epidemiology and Biostatistics (MSc EpiBiostat) - Kinshasa School of Public Health, Democratic Republic of Congo					
Strengthening research and operational capacities for outbreaks and epidemics management in sub-Saharan Africa (PREP-EPID) - Institut Africain de Santé Publique, Burkina Faso					
Strengthening capacity for epidemic preparedness and response in sub-Saharan Africa (SCEPRESSA) - Jomo Kenyatta University of Agriculture and Technology (JKUAT), Kenya					
Training Epidemiologists and Biostatisticians for enhanced response to disease outbreak and epidemic in West-Africa (TEBWA) - Université d'Abomey-Calavi, Benin					
Training of Epidemiologists in Disease Outbreaks and Epidemic Response in sub-Saharan Africa (TEDOER) - University of Ghana, Ghana					

¹¹²<https://africacdc.org/news-item/fifteen-epi-biostat-fellows-commence-masters-training-at-the-kinshasa-school-of-public-health-ksph/>; <https://www.edctp.org/call/capacity-development-for-disease-outbreak-and-epidemic-response-in-sub-saharan-africa-in-collaboration-with-africa-cdc/>

Comissão Económica da ONU para a África (ECA)

54ª sessão da Conferência de Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico (Dakar, de 11 a 17 de maio)

Esta reunião consiste em uma reunião preparatória do Comité de Peritos e na sessão de Conferência. Para além de considerar os assuntos estatutários da Comissão Económica para África (ECA), a Conferência é um dos principais fóruns do continente para o diálogo e a troca de pontos de vista entre Ministros africanos responsáveis pelas finanças, planeamento e desenvolvimento económico com os governadores dos bancos centrais sobre questões pertinentes para a agenda de desenvolvimento de África. Nesta 54ª sessão, a Conferência terá como tema central "**Financiamento de recuperação da África: trilhar novos caminhos**".

O panorama atual do financiamento em África é caracterizado, no entanto, por uma baixa capacidade de mobilização de recurso, aumento da dívida pública, encargos indevidos associados ao serviço da dívida e maturidades, um aumento das necessidades de financiamento provocada pela pandemia e limitada assistência financeira bilateral e multilateral para a recuperação dos efeitos de pandemia. Ações políticas para colmatar o défice de financiamento do continente incluem um enfoque crítico na qualidade e adequação de financiamento interno e externo e o impacto de tal financiamento.

A escala sem precedentes do impacto da pandemia exige abordagens disruptiva que desbravam novo terreno de financiamento e promover a inovação e opções da sustentabilidade para aumentar o financiamento público, para aglomerar no financiamento do sector privado em condições favoráveis para alavancar o financiamento climático e para facilitar o financiamento do comércio. Mobilizar os recursos próprios do continente para o desenvolvimento é a chave para preencher a lacuna de financiamento. A 54ª sessão incluirá deliberações sobre medidas de financiamento do sector privado, mecanismos articulados para alavancar direitos especiais de saque e financiamento climático e consensos sobre a forma de apoiar os governos na construção de sinergias entre os financiamentos internos e externos, tanto públicos quanto privados¹¹³.

OMS-AFRO

Novo financiamento da União Europeia para a vacinação em África

Com um total de 16 milhões de euros do ECHO (*European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations*), a OMS está a apoiar aspectos operacionais e técnicos De vacinação durante 18 meses nos seguintes países: Burundi; Camarões; República Centro-Africana; Chade; República Democrática do Congo; Guiné; Libéria; Madagáscar; Mali; Moçambique; Níger; Nigéria; Somália; República do Sul do Sudão, e Sudão. A subvenção está também a ajudar a reforçar a capacidade dos trabalhadores da saúde para planear, coordenar e utilizar as vacinas, bem como monitorizar e documentar os resultados da implementação e investigar e relatar adequadamente quaisquer eventos adversos após a imunização. O financiamento faz parte da iniciativa humanitária da União Europeia (UE) para a vacinação em África, que visa assegurar um maior acesso, incluindo para os mais vulneráveis, bem como para os que vivem em áreas de difícil acesso, remotas e afetadas

¹¹³ https://www.uneca.org/sites/default/files/com/2022/CoM2022_Overview_en_fin.pdf

por conflitos. É também uma das muitas contribuições da UE e dos seus Estados- Membros para a resposta à Covid-19.

Estão em curso esforços para aumentar a cobertura vacinal em África, onde apenas 15% da população está totalmente vacinada até à data. Cerca de 404 milhões das mais de 716 milhões de doses que o continente tem recebido até à data foram administradas.

À medida que o continente luta contra a pandemia, é também crucial intensificar os esforços para enfrentar outras doenças evitáveis por vacinação, bem como reforçar os sistemas de saúde para prover cuidados acessíveis, de qualidade e a preços comportáveis¹¹⁴.

¹¹⁴ <https://www.afro.who.int/news/european-union-funding-boosts-covid-19-vaccination-africa>

Europa em crise

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A Europa está em crise. A guerra prossegue entre Rússia e “Ucrânia”, trazendo não só drásticas consequências humanitárias, como econômicas e energéticas. A revelação de corpos de civis mortos e torturados em Butcha, cidade próxima à Kiev, acirrou ainda mais o clima de tensão e levou a uma nova onda de sanções contra a Rússia, que está sendo acusada de genocídio e crime de guerra, gerando ainda mais dificuldade às negociações. A Rússia nega seu envolvimento nos eventos e denuncia uma "montagem" de Kiev para prejudicar a imagem dos soldados russos

Além do lamentável episódio de Butcha, as tratativas com vistas a um cessar fogo não avançaram como o esperado. Na quinta-feira, 7/4, a [Rússia acusou a Ucrânia](#) de ter mudado de ideia e modificado algumas de suas propostas apresentadas em negociações feitas no final de março, em Istambul, e que haviam sido recebidas favoravelmente por Moscou. O ministro das Relações Exteriores russo, [Sergei Lavrov, disse](#) que a Ucrânia havia apresentado a Moscou um projeto de acordo de paz que continha elementos "inaceitáveis", mas que a Rússia continuaria as conversações e pressionaria para assegurar suas próprias exigências. O governo russo acusa o Ocidente de tentar minar as negociações com alegações de crimes de guerra.

Os EUA pediram a suspensão da Rússia do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que [responde advertindo](#) os países que um voto sim ou uma abstenção, será visto como um "gesto hostil" com consequências para os laços bilaterais. [Os Estados Unidos também anunciaram](#) novas sanções econômicas e financeiras contra a Rússia, que recaem especialmente sobre dois grandes bancos e duas filhas do presidente Vladimir Putin. De acordo com as novas sanções, duas filhas de Putin, Maria Vorontsova e Katerina Tikhonova, estão sujeitas ao congelamento de ativos nos Estados Unidos e isoladas do sistema financeiro americano. O mesmo tratamento será aplicado à esposa e à filha do ministro de Relações Exteriores, Serguei Lavrov, assim como aos membros do Conselho de Segurança da Rússia, entre eles o ex-presidente Dmitri Medvedev. O bilionário russo Konstantin Malofeiev também será alvo de punições. O oligarca é considerado uma das principais fontes de financiamento dos separatistas pró-Rússia, na região do Donbass, no leste da Ucrânia, e é acusado de "tentar contornar as sanções" contra a Rússia.

Como sempre, as ações são coordenadas entre EUA e a dependente Europa. O governo estadunidense diz que as medidas visam tornar a Rússia um "pária" na economia mundial, mas abriria exceções no setor de energia, principal fonte de recursos do Tesouro russo. As sanções anunciadas pela União Europeia visam [acentuar a pressão exercida sobre o governo e a economia russos e a reduzir os recursos do Kremlin para a agressão](#). Dentre outras medidas, o pacote inclui a proibição de adquirir, importar ou transferir para a UE carvão e outros combustíveis fósseis sólidos, originários ou exportados da Rússia, a partir de agosto de 2022.

A proibição de importação de carvão e combustíveis fósseis é até oportuna para a UE, que almeja uma transição energética para reduzir suas emissões de carbono. A redução de uso de carvão está na agenda europeia faz um tempo. Difícil mesmo é embargar o gás e o petróleo russos, dos quais a Europa ainda é dependente. O assunto é objeto de duras discussões entre os Estados membros, mas a Alemanha reluta: Berlim não pode abrir mão do gás russo a curto prazo e as sanções contra Moscou provocariam mais dano à UE que à Rússia, [afirmou o ministro alemão das Finanças, Christian Lindner](#). Os Estados bálticos interromperam a importação de gás

russo no início de abril. O Reino Unido também endureceu suas punições contra Moscou, sancionando dois bancos e suspendendo, até o fim do ano, a importação de gás russo.

Embora ainda não haja acordo, a Comissão Europeia [está elaborando propostas](#) para um embargo ao petróleo russo, após o Parlamento Europeu votar a favor. Essa posição foi repetida pelo chefe de política externa da UE, Josep Borrell, que disse que um embargo de petróleo da UE deve acontecer "mais cedo ou mais tarde". Novamente, trata-se de medida que impulsiona o objetivo de reduzir as fontes não renováveis de energia.

Após ameaçar que só comercializaria gás em rublos, Putin permitirá pagamentos em euro e dólar pelas importações de gás. A Gazprom, empresa estatal que detém o monopólio das exportações, receberá os pagamentos e fará o câmbio para rublos, junto ao Mercado de Divisas de Moscou. Para o Kremlin, esta é uma resposta firme às sanções, pois viabiliza a entrada destas moedas na economia russa, fundamentais para os pagamentos de suas importações.

Também em resposta ao episódio de Butcha, cerca de 150 diplomatas russos foram expulsos de países europeus: França, Alemanha, Itália, Espanha, Dinamarca e Suécia [expulsaram dezenas de diplomatas](#) russos em dois dias. De acordo com uma contagem feita pela AFP, cerca de 260 diplomatas russos foram expulsos no total de vários países da União Europeia desde o início da ofensiva russa. O Kremlin, por sua vez, denunciou o que chamou de "falta de visão" da Europa em expulsar inúmeros diplomatas, já que o movimento implica "a redução das possibilidades de comunicação na esfera diplomática nestas difíceis circunstâncias", segundo porta-voz, Dmitry Peskov. "E isso inevitavelmente levará a medidas de retaliação", acrescentou.

A Ucrânia, se prepara para o acirramento das tensões e pede aos habitantes do leste do país que abandonem a região, em meio aos temores de uma grande ofensiva do exército russo na região de Donbass, alvo prioritário da Rússia no momento.

As eleições na França apontam para o crescimento da extrema direita. O primeiro turno das eleições na França, foi vencido pelo presidente Emmanuel Macron, que obteve 28% dos votos. Com uma diferença de apenas 4% nos votos, a candidata Marine Le Pen, recebeu 24%. No mesmo patamar, ficou a taxa de abstenção. Uma vitória de Le Pen em 24 de abril, quando acontecerá o segundo turno, pode trazer um cenário de ruptura, no qual a França deixaria de ser uma força para a integração europeia.

Em outra eleição, [Charles Michel foi reeleito](#) presidente do Conselho Europeu. Ele será reconduzido a um segundo mandato de dois anos e meio, de 1 de junho de 2022 à 30 de novembro de 2024. Nesta semana, o [Conselho adotou](#) alterações legislativas que permitem aos Estados-Membros redirecionar recursos dos fundos da política de coesão e do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAD), para ajudar os refugiados. Para aliviar a pressão sobre os orçamentos públicos dos Estados-Membros que acolhem refugiados da Ucrânia, o [Conselho aprovou](#) desembolso imediato de 3,5 milhões de euros no âmbito da REACT-EU (Assistência à Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa).

A OMS Europa segue focada nas emergências sanitárias que emergem do conflito. [Denuncia mais de 100 ataques à unidades](#) de saúde na Ucrânia, que ceifaram 73 vidas e feriram 51, lembrando que ter como alvo instalações de saúde, trabalhadores, suprimentos, veículos e pacientes é uma grande violação do direito internacional. A Organização alerta que o impacto dessa violência não é apenas imediato, mas será sentido a longo prazo, com consequências para o sistema de saúde da Ucrânia – prejudicando seriamente os esforços para instituir reformas de saúde e alcançar a cobertura universal de saúde.

No dia mundial da saúde, o diretor regional da OMS Europa, [Hans Kluge, esteve na Ucrânia](#), onde se solidarizou com os profissionais de saúde do país, agradecendo pela dedicação e profissionalismo. Segundo ele, a visita oferece a oportunidade de conversar com profissionais de saúde da linha de frente, pacientes, autoridades locais e nacionais, e reunir insights sobre as necessidades de saúde imediatas e de longo prazo no país, para encontrar as melhores maneiras de a OMS e seus parceiros prestarem assistência. Segundo ele, na situação atual, o objetivo geral da OMS é garantir que as pessoas tenham acesso sustentado a cuidados essenciais de saúde e que se possa responder às mudanças nas necessidades de saúde devido à guerra.

A pandemia segue fora dos discursos e pronunciamentos oficiais da OMS Europa. Em sua [página eletrônica](#) dedicada à Covid-19, o [último boletim de atualização](#) é de janeiro e o “[novo relatório](#)” é de março. O último boletim epidemiológico publicado em conjunto pela OMS Europa e o ECDC (semana 13, de 28/3 à 3/4), dá conta que a Região Europeia da OMS registrou 4.803.735 novos casos e 11.020 novas mortes. Isso representa uma diminuição de 13,6% no número de novos casos e uma diminuição de 11% no número de óbitos em relação à semana anterior. 15,7% dos casos ocorreram em pessoas com idade ≥ 65 anos e 90,8% dos casos fatais ocorreram em pessoas com idade ≥ 65 anos.

Os números da pandemia arrefecem, mas a preocupação não. A guerra entre a Rússia e a Otan, gera uma crise humanitária sem precedentes e traz o temor de uma crise energética e alimentar para o continente. O acirrado resultado das eleições na França, traz um cenário de incerteza e possível ruptura na ordem europeia.

Insegurança alimentar nas Regiões Mena e Ásia Pacífico se agrava com a guerra

Lúcia Marques

“Os EUA pensam que apenas sancionaram a Rússia e seus bancos. Mas os EUA sancionaram o mundo inteiro”. Noorudin Zafer Ahmadi, um comerciante afegão que importa óleo de cozinha da Rússia para o Afeganistão, sobre a alta dos preços.

A segurança alimentar nas regiões do Oriente Médio e Norte da África (MENA), incluindo o Sahel, e da Ásia Pacífico e Central já era um desafio persistente, com milhões de pessoas sofrendo os graves efeitos da fome e desnutrição, seja pelos conflitos e violências, seja pelas características geográficas de clima, hidrografia e solo, seja pela perda de mão de obra em função das migrações ou deslocamentos da zona rural para áreas urbanas, seja pela deficiência de infraestrutura de logística (irrigação, armazenamento e transporte), seja pela incapacidade técnica e/ou financeira dos governos de investirem em soluções para suprir a demanda alimentar e reduzir a importação de alimentos. Nos últimos dois anos, por conta da pandemia Covid-19, que interrompeu o fluxo das cadeias de suprimentos, e pelo agravamento dos eventos climáticos, a situação se tornou crítica, segundo o [relatório](#) da *Food and Agriculture Organization* (FAO) sobre avaliação da insegurança alimentar e da desnutrição. Os países dessas regiões estão entre os mais vulneráveis às mudanças climáticas, com temperaturas em elevação, escassez de água ou grandes inundações, degradação do solo, incêndios florestais e êxodo rural. Muitos deles estão entre os mais pobres - e alguns deles abrigam centenas de refugiados.

A meta de redução da fome (ODS 2) até 2030 já estava ameaçada para a maioria desses países.¹¹⁵ A guerra Rússia-Ucrânia aumenta o desafio acenando com a escassez de alimentos e alta de preços em toda a cadeia produtiva, passando pelos combustíveis, transportes e insumos agrícolas. E muitos países não conseguirão enfrentá-lo. O aumento nos preços globais dos pode empurrar milhões para a pobreza e exacerbar as desigualdades.¹¹⁶ E afetará severamente as crianças, especialmente no Afeganistão, Líbano, Síria, Yemen, Líbia, Sudão, que dependem das importações de grãos e de alimentos entregues pela ajuda humanitária.¹¹⁷ A situação é crítica até mesmo para países ricos e não vulneráveis às mudanças climáticas como Arábia Saudita ou Qatar – países desérticos que importam quase 90% dos alimentos consumidos.¹¹⁸

A Rússia e a Ucrânia desempenham um papel substancial na produção e fornecimento global de alimentos. A interrupção na cadeia de suprimentos e de logísticas para produção de grãos e oleaginosas dos dois países, bem como as restrições às exportações da Rússia terão repercussões significativas na segurança alimentar. Juntos, eles fornecem 19% da oferta mundial de cevada, 14% do trigo e 4% do milho, representando mais de um terço das exportações mundiais de cereais. Eles também são os principais fornecedores de colza, sementes de girassol e respondem por 52% do mercado mundial de exportação de óleo de girassol.

¹¹⁵ <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb7495en>

¹¹⁶ [Guerra na Ucrânia, impacto na África. O efeito da elevação dos preços da energia e dos alimentos](#)

¹¹⁷ [Guerra na Ucrânia ligada à "crise de desnutrição maciça" que afeta milhões em outras emergências | Notícias da ONU \(un.org\)](#)

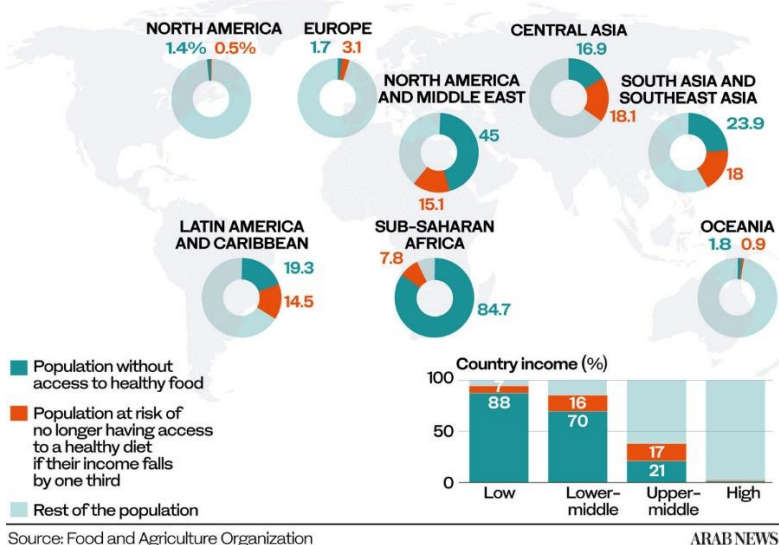
¹¹⁸ [MENA tem um problema de segurança alimentar, mas há maneiras de lidar com isso | Asharq AL-awsat \(aawsat.com\)](#)

A [Nota Técnica](#) da FAO aponta que cerca de 50 países dependem da Rússia e da Ucrânia para 30% ou mais de seu suprimento de trigo e confirma que muitos deles são países menos desenvolvidos ou países de baixa renda e com déficit alimentar, principalmente, nas regiões MENA e Ásia Pacífico. ¹¹⁹

A Rússia é um ator importante no mercado global de energia, respondendo por 18% das exportações globais de carvão, 11% do petróleo e 10% do gás. E concentra a oferta global de fertilizantes, sendo o principal produtor, cuja escassez e alta de preços podem se refletir mais adiante, em menos produção agrícola. ¹²⁰ A agricultura requer energia através do uso de combustível, gás, eletricidade, bem como fertilizantes, pesticidas e lubrificantes. A fabricação de ingredientes para rações de gados e aves requer energia. A produção de maquinários agrícolas e para indústrias de esmagamento de oleaginosas também precisa de energia.

A intensidade e a duração do conflito permanecem incertas. O número global de pessoas desnutridas pode aumentar de 8 a 3 milhões de pessoas em 2022/2023, principalmente, na Ásia Pacífico, África Subsaariana e MENA. Se a guerra durar, os impactos irão além de 2023. ¹²¹ E os países que dependem de ajuda humanitária para obter rações diárias vão sofrer mais rapidamente o impacto da alta dos preços dos alimentos e combustíveis – o Programa Mundial de Alimento da ONU já anunciou que seus gastos aumentaram US\$ 71 milhões.

FOR WHOM A HEALTHY DIET IS UNAFFORDABLE Billions worldwide could not fully satisfy their nutritional needs in 2019



Fonte: <https://www.arabnews.com/n%C3%B3/2056081/mundo>

A SEGURANÇA ALIMENTAR NA REGIÃO ÁRABE

A imoralidade da desigualdade de vacinas pode empalidecer em comparação com a acumulação de trigo por países que têm meios financeiros para fazê-lo

¹¹⁹ <https://northmacedonia.un.org/en/174698-new-scenarios-global-food-security-based-russia-ukraine-conflict>

¹²⁰ [Atualização de segurança alimentar \(worldbank.org\)](#)

¹²¹ [A inflação dos preços dos alimentos induzidos pela guerra prejudica os pobres | VOX, Portal de Política do CEPR \(vox.eu.org\)](#)

O [relatório](#) da FAO para a região MENA revelou que 69 milhões de pessoas na região não tiveram acesso a suprimentos adequados de alimentos em 2020 e 50,2 milhões pessoas - 11 por cento da população - estavam desnutridas. Além dos fatores conhecidos que contribuem para a insegurança alimentar na região, como mudanças climáticas, desigualdades e conflitos prolongados, os países são dependentes de alimentos importados e, conseqüentemente, vulneráveis a choques na cadeia alimentar, como a pandemia da Covid-19 ou pragas ou o atual conflito russo-ucraniano.



A maioria dos países na região também está mal equipada para gerir reservas alimentares estratégicas. Segundo o relatório da FAO, são necessários planos estruturados para a gestão e distribuição de alimentos e para evitar o desperdício. Muito disso dependerá da implantação de novas tecnologias e inovações.¹²²

As sanções financeiras impostas à Rússia – dificultando os pagamentos para importadores e exportadores - e a interrupção do transporte¹²³ aumentaram os preços e estão alimentando temores de escassez iminente. Os três *Fs* (*food, fuel, fertilizer*) estão se tornando mercadorias raras (e caras!) apreciadas por poucos. No Yemen, na Síria e no Afeganistão, onde a fome já é uma realidade para muitos, a perspectiva é aterrorizante. A Turquia é 70% dependente do fornecimento de trigo russo, enquanto países como Egito, Catar, Ruanda, Kazaquistão e Quirguistão são 80% dependentes. Outros grandes importadores deste produto incluem Líbano, Tunísia, Líbia e Paquistão.

A região do Golfo, onde estão os países que podem lucrar com os altos preços do petróleo e gás natural (Arábia Saudita, Qatar, Emirados Árabes, Irã), pode ser menos afetada, pois, com dinheiro, os estados podem buscar outras fontes alternativas para o trigo – o que não está sendo fácil.¹²⁴

Muitos produtores de trigo recorreram a políticas de proteção e restrições às exportações de trigo, para garantir reservas domésticas suficientes para suas populações. A imoralidade da desigualdade de vacinas pode empalidecer em comparação com a acumulação de trigo por países que têm meios financeiros para fazê-lo. A concorrência será acirrada e os países pobres serão expulsos do mercado, causando escassez e tragédias.¹²⁵

E, talvez, mais conflitos. Na pior das hipóteses, a escassez de alimentos pode desencadear protestos e instabilidade em países já voláteis ou que enfrentam dificuldades financeiras. O aumento dos preços dos alimentos, especialmente os do pão, está historicamente associado a tumultos e distúrbios em muitos países do Oriente Médio e Norte da África, especialmente os mais pobres.

Um [levantamento](#) produzido pela Comissão Econômica e Social para Ásia Ocidental (e região árabe) da ONU (ESCWA) rastreou a situação dos 22 países árabes membros e fornece uma visão geral da situação nos



Arab food security monitoring framework
Country reviews

¹²² Qatar, Emirados Árabes e Arábia Saudita, assim como China, têm feito grandes investimentos em uso de alta tecnologia na agricultura, visando descarbonização e sustentabilidade: nanotecnologia, inteligência artificial, robótica, sensores e drones.

¹²³ Os grãos russos e ucranianos partem para a região dos portos do Mar Negro.

¹²⁴ <https://www.arabnews.com/node/2057516>

¹²⁵ <https://www.arabnews.com/n%C3%B3/2056081/mundo>

países: recursos naturais, contextos socioeconômicos e determinantes; disponibilidade e acesso no que tange à agricultura e segurança alimentar; apresenta dados, tendências e algumas áreas de ação. A análise também examina a situação da pandemia Covid-19 em seus estágios iniciais e as ações tomadas pelos governos para mitigar seu impacto na segurança alimentar.

As crianças foram, são e serão as mais atingidas. Segundo a UNICEF, no Yemen, 45% das crianças são atrofiadas e mais de 86% têm anemia, cujas causas mais comuns incluem deficiências nutricionais. No Sudão, 13,6% das crianças sofrem de desnutrição, 36,4% são atrofiadas e quase metade tem anemia. No Líbano, 94% das crianças pequenas não recebem as dietas de que precisam, enquanto mais de 40% das mulheres e crianças menores de cinco anos têm anemia. Na Síria – onde o preço da cesta básica média quase dobrou em 2021 – apenas uma em cada quatro crianças pequenas recebe uma dieta suficientemente saudável.

A seguir, a situação de alguns países apresentados no levantamento da ESCWA, em ordem alfabética e não por gravidade de situação:

[Arábia Saudita](#) – Um dos árabes mais ricos, ocupa a maior parte da península arábica. Somente 2% de suas terras são adequadas para a agricultura e, portanto, é altamente dependente de importações de alimentos. Não é vulnerável às mudanças climáticas, mas à instabilidade de preços globais na oferta de alimentos. A parte central do país é deserto de areia; não tem rios permanentes, mas tem reservas de água subterrânea que eram usadas no cultivo do trigo – chegou a ser o sexto exportador. Hoje, para economizar a água subterrânea passou de exportador para importador de trigo e alfafa. O país investe na agropecuária com foco na produção de lácteos, para melhorar a subsistência rural; construiu um rede de complexos de silos para armazenagem de trigo; investe em programas de agricultura no exterior – em 10 países na África, região do Mar Negro e América Latina, cuja metade da colheita de alfafa, trigo, cevada, açúcar e arroz vai para o Reino. Uma dieta mais ocidental elevou as taxas de obesidade e anemia; para combater, o governo está investindo na produção local, por hidroponia, de frutas, verduras, pepinos e tomates.

[Líbano](#) – Já foi chamado de pérola do oriente por sua beleza e riqueza natural. As divisões políticas internas e a má gestão econômica levaram ao país a uma profunda crise econômica e inflacionária: faltam alimentos, remédios, energia, etc. Não é vulnerável às mudanças climáticas, mas vulnerável à instabilidade regional, especialmente às crises Síria e Palestina - o país abriga milhares de refugiados sírios e palestinos (25% da população do país é de refugiados). Oitenta e sete por cento da população vive em áreas urbanas e áreas pobres, convivendo com escassez de água limpa e saneamento. A ocidentalização do país, mudou a dieta de jovens que abandonaram dietas tradicionais e a agora sofrem com a obesidade. A falta de investimentos em agricultura provou êxodo rural, problemas na cadeia de abastecimento (infraestrutura e transporte), gerando desperdícios de alimentos. Hoje, o país depende da importação de trigo e outros cereais. Com problemas econômicos e a alta dos preços, o Líbano deve enfrentar tempos difíceis nos próximos meses.

[Qatar](#) – Segundo o levantamento, um dos melhores na região árabe. No entanto, a disponibilidade de alimento está desatrelada de uma dieta saudável, vivendo o paradoxo da carga dupla de obesidade e desnutrição. O país desértico não possui reservas de água doce, apesar do alto índice pluviométrico. As poucas terras produtivas são afetadas pela salinidade e uso excessivo de fertilizantes. O governo vem investindo em produção no exterior de agricultura de tecnologia – o país importa 90% dos alimentos – e na produção hidropônica de frutas e vegetais para melhorar o alto índice de obesidade e anemia.

[Síria](#) – O conflito de 11 anos no país - predominantemente agrícola - destruiu as estruturas de agricultura e pecuária. São centenas de deslocados que enfrentam falta de disponibilidade de alimentos e desemprego. A Síria importa alimentos. O cenário fica mais triste quando os oito anos de dados coletados sobre a segurança alimentar no país mostraram que a comida foi usada como arma por todas as partes do conflito. Sem o fim do conflito não há como melhorar a segurança alimentar. E com cinco países envolvidos no conflito, uma negociação de paz não é fácil.

[Somália](#) – O país da ponta nordeste da África sofre com insegurança alimentar há mais de duas décadas. Propenso a secas, a temporada das chuvas ocorre a cada sete a nove anos, quando ocorrem inundações, prejudicando as culturas – as terras férteis estão ao longo dos dois únicos rios e 70% delas é dedicada ao pasto. A Somália ainda não se recuperou da grande seca de 2016-2017 que gerou mais de 2.6 milhões de deslocados. Conflitos, desigualdades, instabilidade sócio-política e econômica se somam às mudanças climáticas, agravando a crise alimentar. Mulheres e crianças são as mais afetadas pela insegurança alimentar e pelos fatores socioculturais de desigualdade de gênero. O país depende da ajuda humanitária que já começa a ser afetada pelo aumento dos preços da energia, combustíveis e dos alimentos.

[Sudão](#) – Na região do Nilo, suas fronteiras penetram no Sahel africano. A separação do Sudão do Sul, em 2011, trouxe atrasos, perdas de subsídios e divisas, resultando em entraves à importação de alimentos, produtos essenciais e combustíveis. Apesar do Nilo cortar o país do sul ao norte e fornecer água para irrigação, somente 10 % das terras são cultivadas – consequência da falta de conhecimentos técnicos, de recursos humanos e financeiro. A situação se agrava pela presença de refugiados do Sudão do Sul¹²⁶, que chegou perto de um milhão.

[Territórios Palestinos](#) – Sob crescente ocupação de Israel, com expulsão de colonos de suas fazendas e restrição de acesso a terras e água, somados ao medo constante do deslocamento forçado, os palestinos vivem como nômades, reduzindo o cultivo. O acesso a pastagens também está cada vez mais restrito. Um terço da população da Cisjordânia e dois terços dos habitantes de Gaza experimentam insegurança alimentar, impulsionada pela pobreza e desemprego – Gaza vive sob bloqueio marítimo, aéreo e terrestre há 11 anos. Além disso, Israel impõe restrição de movimentos e viagens dentro e entre áreas o que impede o desenvolvimento de um sistema econômico, social e político – qualquer produto agrícola deve ser comercializado por canais israelenses e devem ser obtidos de fontes israelenses.

[Yemen](#) – O país tem altas taxas de desnutrição, obesidade e anemia. O conflito destruiu as estruturas de saneamento, água, estradas e impede o acesso a ajuda humanitária. A dependência de importação de alimentos é alta. E se agrava, na medida em que boa parte dos recursos agrícolas do país e de água para irrigação têm sido usados para cultivar o Qat (ou Khat), um arbusto com propriedades estimulantes (euforia) e, como efeito colateral, reduz a fome. É consumida fresca, mascada, ou seca, sob forma de chá. Inicialmente um hábito social masculino, já é altamente consumida por mulheres e crianças – a erva é uma fuga para a vida difícil e da fome. Contribui para a degradação da saúde, pois compromete o parco orçamento familiar, que privilegia a compra do estimulante. Designada como droga, pela dependência química pela

¹²⁶ O Sudão do Sul é um dos países mais pobres do mundo; sofre com inundações, conflitos e violência, invasão de gafanhotos e hospeda cerca de 330.000 refugiados, distribuídos em nove assentamentos – acesso à água e comida é um desafio. O governo se esforça para oferecer proteção e serviços básicos e vem trabalhando em planos para passar de emergências para soluções sustentáveis para envolver os refugiados. [Sudão do Sul se qualifica para fundos especiais, por seu projeto de acolhimento exemplar para refugiados \(worldbank.org\)](http://www.worldbank.org)

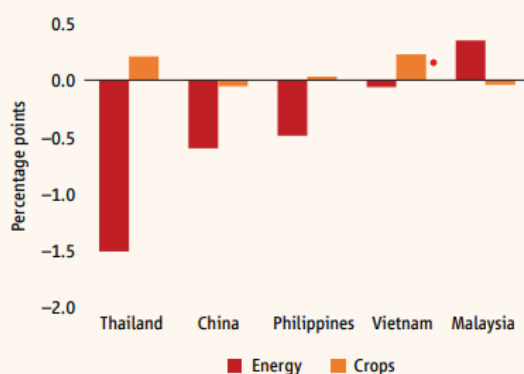
OMS, seu cultivo e consumo é proibido em muitos países da região (outro produtor é a Etiópia). Suas folhas frescas são consumidas em Israel. Como se tornou uma excelente fonte de renda, ações para mudança de cultura para alimentos nutritivos requer ações para melhoria de renda dos agricultores.

A insegurança alimentar na Ásia Pacífico será consequência do aumento da pobreza

Ao contrário das nações do Oriente Médio e Norte da África – e de outros países do mundo -, que têm sua dieta alimentar baseada no trigo, os países da Ásia Pacífico têm no arroz sua fonte alimentar básica e é cultivado em toda a região. Uma mudança na demanda de trigo para arroz, como alternativa para substituir essa fonte de energia, pode elevar o preço do produto, que também vai sofrer com a alta dos combustíveis, fertilizantes e outros insumos agrícolas.

Uma simples interrupção no envio de fertilizantes provenientes da Rússia pode afetar o sistema agrícola, parte vital das economias em muitos países do Sudeste Asiático - a Rússia é a terceira maior fonte depois da China e do Canadá¹²⁷. O inverso também pode acontecer, por conta das sanções: a suspensão das exportações para a Rússia de máquinas e equipamentos eletrônicos, incluindo smartphones, pode afetar a economia dos países em desenvolvimento, principalmente das nações do sudeste asiático – ASEAN. São países importadores e exportadores de bens e serviços.

Figure B10.1. Impact of fuel and grain price changes on real incomes



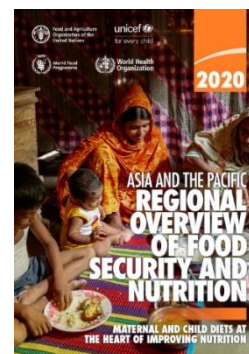
Source: Chepeliev et al. (2022).

Fonte: [9781464818585.pdf \(worldbank.org\)](https://www.worldbank.org/publications/cpi/9781464818585.pdf) Página 28 do relatório.

Quando a cadeia de suprimentos foi interrompida pela pandemia muitos países buscaram alternativas para suprir as necessidades: fontes alternativas, diversificação, incentivos fiscais para instalação de indústrias, capacitação de mão de obra local, uso de tecnologia digital. Os sistemas alimentares (produção, distribuição e consumo) também foram fortemente afetados pela pandemia e pelos eventos climáticos. A região da Ásia-Pacífico particularmente é vulnerável a esses choques: vivem aflições hídricas, o paradoxo do excesso e escassez de água; monções, terremotos, maremotos, tsunamis, erupções vulcânicas.

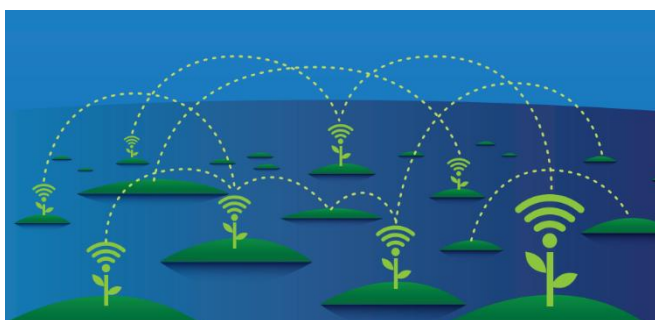
¹²⁷ Rússia e Bielorrússia são grandes exportadores de fertilizantes, representando 38% dos fertilizantes de potássio, 17% dos fertilizantes compostos e 15% dos fertilizantes nitrogenados.

O [relatório](#) da FAO para a região aponta que os governos tiveram que buscar abordagens mais sustentáveis e resilientes, apesar disso, o progresso diminuiu devido à pandemia COVID-19 e a região não está no caminho certo para alcançar o Fome Zero. Cerca de 40% dos habitantes da região Ásia-Pacífico não podem pagar uma dieta saudável. A alta no preço dos alimentos e a perda de rendimentos influenciou as decisões das famílias sobre aquisição de alimentos saudáveis. Estima-se que 74,5 milhões de crianças menores de cinco anos tiveram seu desenvolvimento atrofiado pela desnutrição e a maioria dessas crianças vive no sul da Ásia, onde estão alguns dos [países menos desenvolvidos](#) (LDCs) e os [Estados em desenvolvimento de pequenas ilhas](#) (SIDS)¹²⁸



Por outro lado, tem havido um movimento crescente de inovação e digitalização ao longo de toda a cadeia de valor agroalimentar. A disseminação de tecnologias móveis, serviços de sensoriamento remoto e servidores interligados já está melhorando o acesso dos pequenos produtores a informações, insumos e mercados, aumentando a produção, agilizando cadeias de suprimentos e reduzindo custos operacionais.¹²⁹ No varejo de alimentos e compras de alimentos, quatro em cada cinco compras online de alimentos e alimentos ocorrem na região. Enquanto isso, nos SIDS do Pacífico¹³⁰, um número crescente de empreendedores está desenvolvendo ideias como aplicativos para smartphones, que ajudam produtores e consumidores a fazer escolhas informadas e nutritivas. E o aproveitamento dos dados está ajudando a melhorar a cadeia de fornecimento de commodities agrícolas para os mercados e mapear áreas vulneráveis a eventos climáticos extremos.

O [fórum](#) sobre *Inovação, Ciência e Digitalização: Transformando sistemas agroalimentares na Ásia e região do Pacífico*, evento paralelo da 36ª [Conferência Regional Ásia-Pacífico](#) ¹³¹da FAO, que aconteceu em Bangladesh (presencial e virtual), em março último, discutiu as prioridades atuais e questões urgentes regionais e dos países, como o impacto do COVID-19, o estado da agricultura, a gestão dos recursos naturais, a segurança alimentar e a nutrição – com participação de 42 países membros. E foi uma oportunidade para destacar exemplos de parcerias, inovação e tecnologias digitais que estão ajudando a melhorar a segurança alimentar e a nutrição em toda a região, bem como questões regionais e globais de política e regulação. A inovação está melhorando o acesso dos pequenos agricultores à informação, insumos e mercados, pode fazer ponte entre a divisão rural urbana e capacitar jovens e mulheres e destaca a importância das parcerias público-privadas. Os SIDS apresentaram na reunião uma [coletânea](#) sobre soluções para a região, com 12 pontos de ação (páginas VII a IX).



¹²⁸ [ONU-OHRLLS](#)

¹²⁹ [A vulnerabilidade da região Ásia-Pacífico à pandemia COVID-19 acelera a adoção de tecnologia digital em sistemas agroalimentares \(fao.org\)](#)

¹³⁰ [SIDS Solutions Forum report \(fao.org\)](#)

¹³¹ [Relatório da Conferência ; Declarações e Intervenções](#)

O [relatório](#) para a região do Banco Mundial, lançado este mês de abril, aponta que a recuperação da Pandemia tem sido desigual entre os países da Ásia Pacífico, e já sinaliza que as pequenas economias exportadoras de commodities e que vivem do turismo, como Laos, Myanmar e várias ilhas do Pacífico, por exemplo, sofrerão mais com as consequências econômicas da guerra na Ucrânia. O documento fala de “três nuvens” no horizonte econômico: a guerra na Ucrânia, o aperto financeiro nos EUA e a desaceleração estrutural na China. Diante desses choques, estão algumas oportunidades de crescimento nos campos do comércio, produção verde e tecnologia digital, corroborando com a estratégia digital, que está sendo capitaneada pela FAO.¹³² Apesar de permanecer frágil e desigual, a experiência de buscar alternativas e compartilhar ideias, com foco em serviços, pode ajudar esses países a enfrentar a crise provocada pela guerra russo-ucraniana.

Indonésia, Camboja, Filipinas, Tailândia, Malásia e Vietnã são grandes importadores de serviços. Filipinas, China e Malásia são importadores de grãos. Camboja, Myanmar, Tailândia e Vietnã são exportadores de grãos, principalmente arroz. Tailândia e Fiji são importadores de combustíveis. Bangladesh e Índia importam da Rússia e Ucrânia trigo e óleos de girassol e canola.

Filipinas depende da importação de grãos, como trigo, arroz, milho e outros cereais. O aumento dos preços vai afetar os mais pobres. O governo não tem políticas para controle ou estratégias para o enfrentamento das crises, apenas faz transferência de dinheiro aos mais vulneráveis – e pode faltar dinheiro.

O Sri Lanka já enfrenta protestos contra o agravamento da crise econômica devido à má gestão e crise política. As pessoas enfrentam falta de comida, combustível em meio a apagões. O sistema está abeira do colapso enfrentando falta de suprimentos essenciais.

Bangladesh é o único país totalmente islâmico fora da região árabe e sua dieta tradicional segue os preceitos islâmicos (sem carne de porco, uso de trigo e lentilhas). Dependente em grande parte dos mercados russo e ucraniano para a maior parte de suas importações anuais de trigo e oleaginosas e já enfrenta preocupações com a segurança alimentar. Os preços crescentes forçaram o governo a lançar esta semana um programa especial de subsídio alimentar para alguns de seus cidadãos mais pobres (cerca de 10 milhões de pessoas).¹³³ Boa parte da ajuda foi direcionada principalmente para as áreas rurais e durará inicialmente seis semanas, até o final do mês de jejum muçulmano do Ramadã, que começou em 2 de abril. O programa será um fardo adicional para o país, pois o governo já está subsidiando os preços de energia e fertilizantes, que aumentaram durante a pandemia.

Bangladesh está enfrentando o cenário de especulação e já está programada uma greve nacional contra os comerciantes, afinal arroz, lentilhas e açúcar são produzidos principalmente no próprio país.¹³⁴

A água como conector – transporte verde e barato em tempos de crises triplas

Seis dos oito países da região do sul da Ásia- Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Nepal e Paquistão - são atravessados por vários rios transfronteiriças, criando complexas interdependências e conflitos geopolíticos entre seu povo e estados, especialmente onde as águas fluem através das fronteiras nacionais. O enorme delta de Ganga-Brahmaputra-Meghana,

¹³² [Portfólio Digital da FAO](#); [Plataforma Geoespacial Mão-na-Mão](#); [A Plataforma Internacional de Alimentação e Agricultura Digital](#); [sobre Ciência e Inovação](#)

¹³³ <https://www.arabnews.com/node/2048176/world>

¹³⁴ <https://www.arabnews.com/n%C3%B3/2046336/mundo>

cuja densa rede de hidrovias já transportou mais de 70% das mercadorias e passageiros da região, hoje, está subaproveitada. Menos de 2% das mercadorias são transportadas por água e 75% das exportações e importações no sul da Ásia ocorrem em estradas, embora o transporte aquaviário interior consuma 25-30% menos energia do que o transporte rodoviário. Além de ser mais verde, o custo de transporte de granéis por água também é mais barato. É uma boa hora para retomar essa ideia.

A Iniciativa de Água do Sul da Ásia ou SAWI — um programa recentemente encerrado, apoiado pelo Reino Unido, Austrália e Noruega, e administrado pelo Banco Mundial¹³⁵ — facilitou o diálogo crítico entre governos, agências e organizações da sociedade civil do sul da Ásia sobre cooperação nas águas compartilhadas e construção de resiliência climática com vizinhos ribeirinhos. O programa, que durou mais de uma década, focou na utilização das vias navegáveis interiores como uma alternativa mais verde e econômica ao transporte rodoviário - a Rede Hidrovia Oriental pode ligar os rios de Bangladesh, Butão, Índia e Nepal e tem potencial de rejuvenescer as economias, beneficiando 600 milhões de pessoas na sub-região, uma das mais pobres.¹³⁶ Sem contar que a navegação melhorada levará ao estabelecimento de terminais, cais, depósitos de contêineres e armazéns ao longo das vias navegáveis, criando novos empregos, estimulando o desenvolvimento de indústrias auxiliares e desencadeando o desenvolvimento de zonas econômicas verdes.

A interligação das vias navegáveis trará inúmeros benefícios. A grande indústria de vestuário de Bangladesh, por exemplo, poderá importar matérias-primas como algodão da Índia a preços competitivos. E seus negócios terão acesso ao vasto mercado interno da Índia. Do lado indiano, as indústrias poderão acessar cinturões de fabricação em Bangladesh, economizando de 10 a 15% sobre os custos de transporte terrestre em algumas commodities.

E os benefícios vão além do Delta Ganga-Brahmaputra-Meghana; as vias navegáveis interiores podem levar a novos corredores comerciais com Myanmar, Cingapura e Tailândia, gerando múltiplos impactos em toda a região.

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA EM TEMPOS DE CRISE BÉLICA

China e EUA e desdobramentos no Indo-Pacífico.

A guerra da Ucrânia dividiu o mundo, embora não no meio. A maioria está do lado da Ucrânia e o apoio cresceu depois de acusações de abusos de direitos humanos, resultando em um esforço liderado pelos EUA para suspender a Rússia do Conselho de Direitos Humanos da ONU. A China ainda não se comprometeu com nenhum dos lados, mas se opôs à votação. Podemos dizer que Pequim e Washington não estão alinhados sobre as ações da Rússia na Ucrânia.

E as nações do Indo-Pacífico seguem acompanhando com atenção as opiniões contrastantes entre os EUA e a China sobre a guerra e sobre como essa tensão vai se refletir na região asiática. Uma coisa é certa, as nações do sudeste asiático não querem tomar partido nessa rivalidade e ainda esperam que a competição entre as duas potências traga mais benefícios econômicos para a região.¹³⁷ “Washington precisa equilibrar sua abordagem de segurança com uma forte agenda econômica para a Ásia e o Pacífico” foi [o recado](#) da Ministra

¹³⁵ [Ajudando o sul da Ásia a navegar em águas compartilhadas \(worldbank.org\)](#)

¹³⁶ [rios através da Grade das Vias Navegáveis Orientais](#)

¹³⁷ [Nações do Indo-Pacífico veem a guerra russa contra o vizinho como um 'conto de advertência', diz funcionário dos EUA | South China Morning Post \(scmp.com\)](#)

de Negócios da Indonésia, atual presidente do G20 e membro da ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático. A ministra acrescentou que a ASEAN - que representa mais de 600 milhões de pessoas – tinha a capacidade de tentar manter a paz, a estabilidade e a prosperidade diante da rivalidade entre os dois gigantes.

EUA vão aumentar a vigilância militar no Indo-Pacífico caso Pequim decida atacar Taiwan. Ao mesmo tempo confirmam que continuam comprometidos com que seu engajamento no século XXI será o Indo-Pacífico¹³⁸. A [Estratégia para o Indo-Pacífico](#) americana, lançada em fevereiro, tenta seguir a mesma ideia da Iniciativa Rota da Seda chinesa, com foco no comércio e na cooperação, abordando preocupações regionais de longa data: infraestrutura, descarbonização, energia limpa, combate à pandemia e fortalecimento da saúde global. Leia mais no [Informe 3](#), dos Cadernos CRIS-Fiocruz 2022, p. 114-122.

Nos próximos meses, Washington quer garantir uma reunião presencial de líderes da ASEAN; planeja assinar um memorando de cooperação com a Malásia sobre a resiliência da cadeia de suprimentos; vai liderar uma missão de energia limpa para a Indonésia, Vietnã e possivelmente Filipinas. De seu lado, Pequim tem se aproximado diplomaticamente da Tailândia, Nepal, Camboja, Filipinas, Myanmar, Indonésia, com mensagens de que as nações devem valorizar a paz e a estabilidade de sua região - as relações comerciais e econômicas com os vizinhos regionais já estão delineadas através da iniciativa RCEP.¹³⁹ A segurança regional e a estabilidade não podem ser alcançadas através de alianças militares, [disse](#) o presidente chinês Xi Jinping em telefonema ao seu homólogo filipino Rodrigo Duterte.¹⁴⁰ EUA está se aproximando do país e planeja trazê-lo para o QUAD.

Índia tem recebido atenção especial das duas potências. Dos EUA e dos outros membros dos Quad para endurecer sua posição sobre a Rússia, seu parceiro de defesa de longa data. A América tem oferecido ajuda à Índia para diversificar seus suprimentos de energia, e até para venda de armas. Pequim, por outro lado, enviou o ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, para a Índia para transmitir a mensagem de que os confrontos fronteiriços entre os dois países não devem "[definir ou mesmo afetar](#)" os laços.

China sediou a terceira reunião de chanceleres dos países vizinhos do Afeganistão

Os sete países vizinhos (Paquistão, Irã, Rússia, China, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão) [seguem](#) conversando para construir um consenso sobre o Afeganistão, discutem como promover estabilidade e reconstrução econômica e formas de construir uma política aberta e inclusiva. Apesar do ministro interino do Afeganistão não ter participado da reunião principal, uma reunião paralela entre ele e os sete ministros, com participação dos chanceleres do Qatar e da Indonésia foi organizada para incentivar as relações diplomáticas com outros países. Na [declaração final](#), os aspectos importantes para a reconstrução e retomada do país diplomática, econômica e politicamente; situação humanitária, segurança e antiterrorismo. As duas reuniões anteriores aconteceram logo depois que o Talibã anunciou o governo oficial, em setembro e outubro e foram sediadas pelo Paquistão e Irã.

ASEAN, sob presidência do Camboja fortalece parcerias regionais.

¹³⁸ [EUA planeja reuniões comerciais com líderes da Asean para reformular a estratégia indo-pacífico | South China Morning Post \(scmp.com\)](#)

¹³⁹ Marques, L. [Informe 2](#) – Cadernos CRIS-Fiocruz Saúde Global e Diplomacia da Saúde, p. 137-140.

¹⁴⁰ Eleições presidenciais nas Filipinas serão em maio. Duterte indicou sua [filha como candidata](#). A família Duterte sempre esteve no poder.

Com China, [confirma](#) compromisso de fortalecer a parceria e cooperação com a RCEP – Parceria Estratégica Abrangente – em comércio, TI e economia digital, educação, saúde pública, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Com Austrália, também no âmbito da RCEP, se [compromete](#) a implementar as iniciativas estabelecidas no Plano de Ação ASEAN-Austrália 2020-2024. Com os ministros das finanças e dirigentes dos Bancos Centrais dos países da ASEAN, [discutiu](#) os desafios políticos e formas de impulsionar a economia, em meio às incertezas e crises atuais.

Cessar-fogo no Yemen levanta esperanças para futuras de negociações de paz.

Um cessar-fogo de dois meses intermediado pela ONU entrou em vigor no Iêmen no dia 2 de abril – o primeiro dia do mês sagrado do Ramadã – oferecendo um [vislumbre de esperança de](#) que um processo político destinado a acabar com o conflito de sete anos possa ser retomado. A trégua pode ser estendida por consentimento mútuo. Os termos da trégua incluem a interrupção de todas as operações militares em todo o Yemen, permitindo navios transportando combustível e dois voos comerciais por semana para a capital, Sana'a. O conflito já deslocou cerca de 4 milhões de iemenitas e deixou mais de 20 milhões precisando de ajuda humanitária.¹⁴¹ O cessar-fogo coincidiu com as conversações separadas patrocinadas pelo Conselho de Cooperação do Golfo entre muitas das partes em guerra e com a renúncia do presidente em exílio do Yemen, Abd-Rabbuh Mansour Hadi, em favor de um conselho presidencial formado por oito pessoas. Hadi também demitiu o vice Ali Mohsen al-Ahmar, num aceno aos esforços de paz. O cessar-fogo é frágil e pode entrar em colapso sem aviso. [Iêmen: Paz finalmente? \(brookings.edu\)](#)

Antecipando problemas, Liga dos Estados Árabes viaja a Moscou e Varsóvia.

A delegação ministerial, composta pelos ministros de relações exteriores do Egito, Jordânia, Iraque, Argélia e Sudão, pelo secretário geral da Liga Árabe e embaixador dos Emirados Árabes, [viajou](#) no início de abril para Rússia e Polônia com o objetivo de buscar esforços para uma solução prática para os dois países em guerra e evitar repercussões perigosas para todo o mundo. A ênfase foi nas questões regionais, uma vez que os países árabes têm fortes laços comerciais e de investimentos com Moscou, é claro – e facilitar o trânsito de árabes da Ucrânia para Polônia. Na Rússia, apesar de uma [declaração conjunta](#), alguns assuntos tratados não foram divulgados, como a preocupação com o futuro e segurança no Oriente Médio, uma vez que a suspensão de sanções ao Irã, pelo retorno ao acordo nuclear, permitirá que o país persa recupere investimentos bloqueados e possa ampliar financiamentos aos grupos de resistência.

Uma OTAN Árabe?

Com as mudanças políticas e de segurança que estão ocorrendo no mundo e as esperadas futuras alianças, os países do Oriente Médio e do Norte da África consideram urgente algumas decisões essenciais de segurança e militares para manter a estabilidade da região. As implicações da invasão russa da Ucrânia, as sanções econômicas internacionais unificadas contra Moscou e a possibilidade de chegar a um novo acordo nuclear com o Irã aumentarão definitivamente a extensão e a seriedade dos próximos desafios de segurança na região. A ideia de uma aliança de segurança no Oriente Médio não é nova, mas não foi adiante. Existem muitas diferenças entre os países, seja em tamanho e desenvolvimento econômico, seja em relações e culturas, o que dificultaria uma aliança de iguais. Outros dois pontos críticos são a falta de

¹⁴¹ [Iêmen: cessar-fogo de dois meses começa com esperanças de negociações de paz | | do Iêmen O Guardião \(theguardian.com\)](#)

confiança (quase histórica) entre os países da região e qual seria o papel de Israel, uma vez que as questões israelenses-palestinas sempre complicarão esse acordo. Mas está [crescendo](#) o sentimento de necessidade de uma coalizão árabe ativa para conter uma ameaça iraniana genuína e a futura influência e interferência russa na região, uma vez que Moscou é um parceiro do Irã.

Considerações finais

No dia 7 de abril comemoramos o Dia Mundial da Saúde, mas com muito pouco a comemorar (*sic*), como destacou o [artigo](#) no Diplomatique, de Buss et al. Ao mesmo tempo, o tema escolhido não poderia ser mais apropriado e nos convida a reflexões: **Nosso Planeta, Nossa Saúde**. As crises recentes podem ser uma oportunidade para transformações estruturais (e corajosas!) para alcançarmos mais sustentabilidade e menos desigualdades? Transformados, os sistemas de alimentação podem se tornar pedra angular do desenvolvimento verde, resiliente e inclusivo, contribuindo para a saúde das pessoas, das economias e do planeta? A pandemia e a guerra russo-ucraniana nos mostrou que o mundo está completamente interligado e escancarou as fragilidades e distorções que precisamos mudar. Vamos conseguir cooperar e avançar? O mundo está transgredindo as principais fronteiras planetárias, ainda há tempo?

O [Manifesto da OMS](#) para garantir uma recuperação saudável e verde do COVID-19 prescreve a proteção e a preservação da natureza como fonte de saúde humana; investir em serviços essenciais desde água e saneamento até energia limpa em estabelecimentos de saúde; garantir uma transição energética rápida e saudável; promover sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis; construção de cidades saudáveis e habitáveis; e parar o uso do dinheiro dos contribuintes para financiar a poluição.

Nunca os Determinantes Sociais da Saúde ficaram tão visíveis. E ficou claro – e urgente - a necessidade de pensar a saúde em todas as políticas. Nos últimos anos, muitas mortes poderiam ter sido evitadas. Poluição do ar; uso de pesticidas e contaminantes químicos; perda de biodiversidade pelas mudanças climáticas e má uso dos recursos naturais; deficiências estruturais em serviços sanitários e de transportes, dificultando acesso a água limpa, produção de alimentos e serviços de saúde. Essas ameaças à saúde pública são agravadas por práticas de governança fracas, desvios e corrupção, falta de expertise, falta de financiamento e de recursos, principalmente nos setores de saúde, alimentar e de tecnologias verdes.¹⁴²

A guerra eclodiu após dois anos dolorosos de uma pandemia que destruiu meios de subsistência em todo o mundo, prejudicou recursos financeiros e esvaziou carteiras, especialmente em países pobres. Às dificuldades fiscais e à inflação juntaram-se condições meteorológicas extremas na forma de inundações e secas que aumentaram o já considerável estresse sobre a economia mundial, dificultando a recuperação e impedindo o avanço para a Agenda 2030. Na verdade, provocaram retrocessos em países mais pobres, menos desenvolvidos (MENA e Ásia Pacífico). As três crises escancararam fragilidades e desigualdades.

A ministra de mudanças climáticas e meio ambiente dos Emirados Árabes Unidos, Mariam Almheiri, durante a EXPO 2020 Dubai, disse que, embora os sistemas alimentares sejam responsáveis por até um terço das emissões de gases de efeito estufa, eles podem também ajudar a resolver o problema. “Mais de dois bilhões de pessoas estão diretamente conectadas

¹⁴² [Comemoração Virtual: Dia Mundial da Saúde – 7 de abril de 2022 "Nosso Planeta, Nossa Saúde" - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde \(paho.org\)](#)

ao setor de sistemas alimentares, por isso precisamos tornar os sistemas alimentares mais eficientes, descarbonizar e garantir a subsistência das pessoas dependentes do setor”, disse ela.¹⁴³

Além disso, a adaptação dos sistemas alimentares desempenhará um papel central no impulso global em direção ao desenvolvimento sustentável. E é uma tarefa urgente. A transformação envolverá a adoção de tecnologias emergentes como nanotecnologia, inteligência artificial, robótica, sensores e drones. Garantir o financiamento agora é fundamental. A FAO acaba de lançar o programa estratégico para digitalização dos sistemas agroalimentares, principalmente para a região da Ásia Pacífico. Os Emirados Árabes também lançaram sua iniciativa, com apoio dos EUA, durante a COP 26, em Glasgow, para investimento (US\$ 8 bilhões) em agricultura inteligente em termos climáticos, reunindo 140 parceiros globais dos setores públicos, privados e de organização sem fins lucrativos, para investir em soluções baseadas em evidência para uso de alta tecnologia na agricultura, visando descarbonização e sustentabilidade: nanotecnologia, inteligência artificial, robótica, sensores e drones, na região da MENA.¹⁴⁴

Também é uma boa hora para retomar e avançar no projeto da Rede Hidrovia Oriental, que liga os rios navegáveis de Bangladesh, Butão, Índia e Nepal. Além de ter potencial de rejuvenescer as economias, beneficiando 600 milhões de pessoas na sub-região, é mais verde e mais econômico - o custo de transporte de grãos por água é mais barato.

Desde o ano passado, as duas regiões, Ásia Pacífico e Oriente Médio – e aí podemos incluir os países árabes do norte africano – vêm discutindo uma recuperação verde e saudável da pandemia, [trabalhando as fragilidades e aproveitando as oportunidades](#). Esse mês de março também foi rico em discussões sobre oportunidades e cooperação, como foi apresentado no [informe 5](#) dos Cadernos CRIS-Fiocruz 2022, p. 153-162.

Assim como a pandemia e os eventos climáticos desafiaram o planeta a olhar para as oportunidades, a crise alimentar provocada pela guerra na Ucrânia pode ser uma excelente ocasião – já que a crise está instalada – para as nações avançarem em práticas mais sustentáveis de uso da terra, na produção de alimentos mais diversos e nutritivos para uma população em crescimento, com menos água e fertilizantes, ao mesmo tempo em que limita as emissões de gases. Afinal, a segurança alimentar e suas cadeias produtivas fazem interface com a saúde no acesso a alimentos seguros e nutritivos; com a segurança, paz e estabilidade – onde há falta de comida e água, há conflito; com a redução da pobreza e acesso a oportunidades; com o combate às mudanças climáticas; com a educação – bem nutridas, as crianças podem ter um futuro; com a inclusão, igualdade de gênero e desenvolvimento do trabalho – mulheres, jovens e refugiados podem contribuir para a revolução verde.

Sistemas de alimentação precisam ser transformados para melhorar sua resiliência, sustentabilidade e contribuição para saúde das pessoas, das economias e do planeta.

¹⁴³ <https://www.arabnews.com/node/2057441/middle-east>

¹⁴⁴ <https://www.arabnews.com/node/2057441/middle-east>

Novos fechamentos na China

André Costa Lobato

Diplomático

O Banco Central do Brasil quadruplicou suas reservas em renminbi (yuan chinês) para 4,99% do total. A moeda tem resistido e até feito ganhos diante da valorização do dólar. Entre maio de 2021 e 1º de maio deste ano o yuan valorizou 2.9% frente ao dólar. Na nota técnica de 31 de março, o BC menciona a diversificação das moedas e a continuidade do perfil anticíclico do portfólio.¹⁴⁵¹⁴⁶¹⁴⁷

Wang Yi fez os convites e presidiu uma reunião com os ministros das relações exteriores de Paquistão, Iran, Rússia, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. O encontro ocorreu na cidade chinesa de

Tunxi e foi a terceira conferência ministerial de vizinhos do Afeganistão. Vindo de Moscou, Sergei Lavrov disse que a Rússia estará ao lado de países orientados para o multilateralismo e uma ordem democrática mundial. O aumento das relações com a China levou a um porta-voz do Talibã a dizer que a proteção das imagens de Buda no país é “importante para nós e para eles”.¹⁴⁸¹⁴⁹¹⁵⁰ No Paquistão, Imran Khan foi destituído pelo Parlamento, que aprovou voto de não confiança contra ele¹⁵¹.

Nancy Pelosi, presidente da Câmara dos Representantes dos EUA, cancelou sua viagem para a Ásia, que incluía Taiwan, por ter testado positivo para Covid-19. O plano de visitar a ilha foi duramente criticado por Pequim.¹⁵² Para os chineses, as visitas estão em desacordo com documentos anteriormente firmado entre os países.

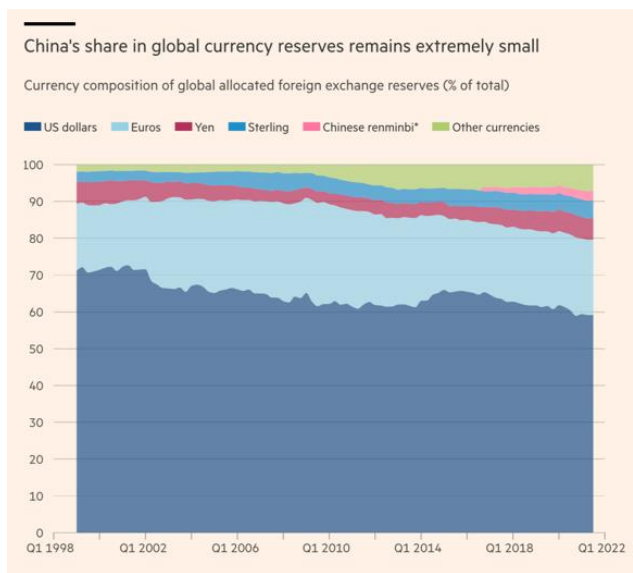


Figura 1 Reservas internacionais, Renminbi e outras moedas ganham relevância - FT, 7 de abril

145

https://www.bcb.gov.br/content/estabilidade financeira/relgestaoreservas/GESTAORESERVAS202203-relatorio_anual_reservas_internacionais_2022.pdf

146 <https://br.investing.com/currencies/usd-cny-historical-data>

147 <https://www.asiafinanciam.com/brazils-central-bank-quadruples-its-yuan-reserves>

148 <https://news.cgtn.com/news/2022-03-28/China-to-host-3rd-meeting-of-FMs-from-Afghanistan-s-neighbors-18LLMluCbtu/index.html?>

149 http://english.scio.gov.cn/chinavoices/2022-04/02/content_78145618.htm

150 <https://igaraislam.com/de-olho-no-investimento-chinês,-talibã-agora-preserva-budas>

151 <http://www.xinhuanet.com/english/20220410/8ccef614f47459bdf2c19c97d56f/c.html>

152 <https://news.yahoo.com/china-warns-us-consequences-house-233718983.html>

Sanitário

A vice-primeira-ministra Sun ChunLan visitou Shanghai e vistoriou as obras dos hospitais de emergência sendo construídos. O maior deles, no Centro Nacional de Convenções e Exposições, conta com 40 mil leitos¹⁵³. ChunLan é integrante do comitê central do politburo¹⁵⁴ e reafirmou a estratégia nacional de dinâmica zero para a covid. O governo municipal já testou os mais de 25 milhões de habitantes e testará todos novamente. No dia 10 de abril a Comissão Nacional de Saúde reportou 26,4 mil casos na China continental, destes, 25,1 mil são em Xangai. O total de casos confirmados, que apresentaram sintomas, é de 9,3 mil na cidade.

Wang Guqiang, chefe do doenças infecciosas do Hospital 1 da Universidade de Pequim, argumentou que a mortalidade em Hong Kong é indicação da necessidade de “covid-zero” na china continental. Enquanto a taxa de mortalidade da gripe comum é de 0.006% a 0.09%. A da Covid na ex-colônia britânica é 0.7%¹⁵⁵. Apesar do baixo número de casos sintomáticos, a quarentena, que era parcial, foi ampliada para toda a cidade¹⁵⁶. Quem é testado positivo é enviado para locais específicos de quarentena, que incluem um prédio residencial inteiro exclusivo para este fim, além de estádios improvisados. O rigor da política, que separa membros de uma mesma família, mesmo crianças, idosos e animais domésticos, tem causado algum desconforto. O objetivo é proteger os mais vulneráveis, como idosos não vacinados e pessoas com condições especiais, disse um epidemiologista do comitê municipal de Xangai¹⁵⁷. Em Shenzhen, que está reabrindo, foi inaugurado um centro para animais domésticos de pessoas que precisam ser isoladas.

Como Xangai evitou ao máximo fazer o fechamento, este acabou por ocorrer abruptamente, com dificuldade para a obtenção de itens básicos, como vegetais. A situação deve ser especialmente difícil considerando o quanto os moradores de Xangai estão acostumados com a abundância material da cidade. Muitos voluntários, porém, têm participado do esforço sanitário. São médicos de outras regiões, caminhoneiros que levam alimentos, linhas

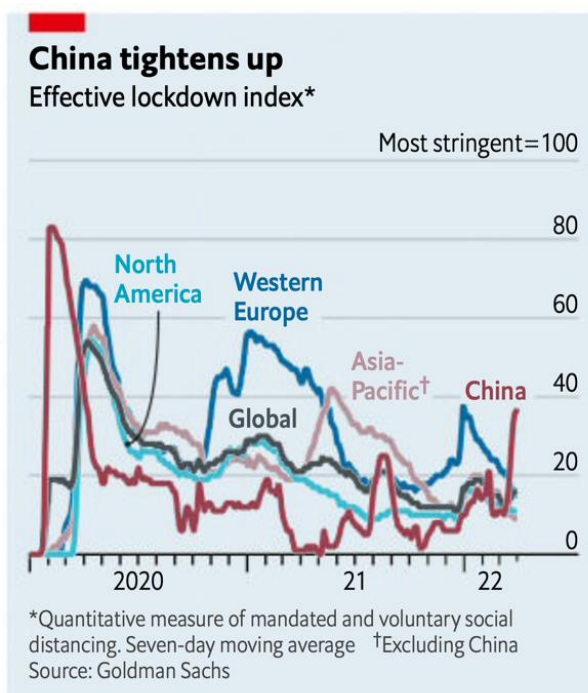


Figura 2 Medidas voluntárias e mandatórias de distanciamento social, The Economist - 9 a 15 de abril

153

http://english.www.gov.cn/news/topnews/202204/05/content_WS624c374dc6d02e5335328cab.html

154 https://baike.baidu.com/item/孙春兰/63832?fr=kg_general

155 <https://news.cgtn.com/news/2022-04-09/Expert-China-should-stick-to-dynamic-zero-COVID-open-up-gradually--1960WybiV32/index.html>

156 <https://www.reuters.com/world/china/shanghai-lockdown-deepens-after-new-surge-asymptomatic-cases-2022-04-05/>

157 <https://news.cgtn.com/news/2022-04-09/Expert-China-should-stick-to-dynamic-zero-COVID-open-up-gradually--1960WybiV32/index.html>

de apoio psicológico e moradores que organizam a vida dos condomínios quarentenados¹⁵⁸. Estimadas 40 mil pessoas, entre médicas e pessoal militar, se deslocaram de outras áreas do país para auxiliar a cidade.

A vice-prefeita de Xangai, Zong Ming, anunciou que, após a segunda rodada de PCR, as áreas da cidade serão classificadas em três tipos: bloqueio, controle e precaução, com diferentes medidas implementadas de acordo com os níveis de risco. Segundo ela, Xangai tem 8 hospitais designados para pacientes com Covid-19, totalizando 8 mil leitos, além de outros 160 mil leitos temporários.

Cientistas da Universidade de Pequim anunciaram o desenvolvimento de uma vacina com RNA circular. Testes em animais indicam que o RNA circular produz uma resposta imunológica mais duradoura do que o RNA linear. A equipe está preparando a pesquisa para testes clínicos em humanos¹⁵⁹.

Um painel da OMS afirmou que a Medicina Tradicional Chinesa é eficaz no tratamento da Covid-19, especialmente em casos brandos¹⁶⁰. Ling Huawen, por exemplo, que funciona como uma espécie de paracetamol, é vendido em 22 países, como Rússia e Canadá¹⁶¹.

Socioeconômico

Saiu da cadeia o biofísico que anunciou ter sido o responsável pelos primeiros seres humanos geneticamente modificados. Em 2018, He Jianhui foi a público anunciar o nascimento de dois gêmeos cujos códigos genéticos haviam sido alterados por ele com uso da técnica CRISP¹⁶², violando códigos de bioética da China e criando um debate mundial.

Dos dez bilionários que mais perderam dinheiro entre as listas da Forbes de 2021 e 2022, oito são chineses. No total, a lista indica, 87 cidadãos chineses perderam o status de bilionários e a classe como um todo ficou meio trilhão de dólares mais pobre no país.¹⁶³

A Huawei anunciou queda do faturamento e aumento do lucro líquido. Banida de mercados tecnológicos sob os domínios da Casa Branca, a empresa deve a sua receita a produtos que dependem de microchips menos sofisticados. Os investimentos em P&D amentaram em meio ponto, para 22.4% da receita.¹⁶⁴

¹⁵⁸ <https://www.shine.cn/news/in-focus/2204074093/>

¹⁵⁹ <https://www.globaltimes.cn/page/202204/1258780.shtml>

¹⁶⁰ <https://www.who.int/publications/m/item/who-expert-meeting-on-evaluation-of-traditional-chinese-medicine-in-the-treatment-of-covid-19>

¹⁶¹ <https://covid-19.chinadaily.com.cn/a/202104/15/WS6077953aa31024ad0bab5a2e.html>

¹⁶² <https://www.technologyreview.com/2022/04/04/1048829/he-jiankui-prison-free-crispr-babies/>

¹⁶³ <https://www.vice.com/en/article/n7ny3x/chinese-billionaires-xi-xinping-crackdown?>

¹⁶⁴ <https://gingerriver.substack.com/p/understanding-huaweis-2022-from-their>

Estados Unidos: Saúde global e diplomacia da saúde

Luiz Augusto Galvão

Novo Plano Nacional de Preparação para a COVID-19 do Governo dos EUA

O governo dos EUA lançou um Plano Nacional de Preparação para a COVID-19 que objetiva oferecer segurança para retomar as atividades, baseando-se no progresso realizado nos últimos 13 meses. O plano estabelece o roteiro para nos ajudar a lutar contra o COVID-19 à medida que começa a volta às rotinas normais da vida cotidiana. Visa um futuro sem necessidades de confinamentos e garantindo que as crianças possam voltar às aulas. É um plano que depende de camadas de proteção que serão construídas como investimento para a próxima geração de ferramentas que permitirão estar à frente do vírus.

O [Plano Nacional de Preparação da Covid-19 do Presidente](#) se concentra em quatro objetivos fundamentais:

Proteger e tratar a Covid-19

- Garantir que os americanos – de todas as idades – possam obter a proteção de uma vacina eficaz.
- Aumentar a capacidade de fabricação americana para produzir de forma confiável 1 bilhão de doses de vacinas por ano e acelerar a pesquisa e o desenvolvimento de uma única vacina COVID que proteja contra o SARS-CoV-2 e todas as suas variantes, bem como os vírus SARSorigin anteriores.
- Continuar os esforços de vacinação e educação e op combata a desinformação.
- Certificar-se de que há tratamentos suficientes para os americanos que precisam deles.
- Iniciar o programa “um Teste para Tratar” para que os americanos possam acessar rapidamente o tratamento, inclusive visitando um local para obter o teste e tratamento gratuitos.
- Manter atualizado o quadro de recomendações sobre medidas preventivas como uso de máscaras, segundo o estado da epidemia.
- Lançar um site que permita que os americanos encontrem facilmente orientação de saúde pública com base no risco COVID-19 em sua área local e ferramentas de acesso para se protegerem.
- Sustentar e aumentar a fabricação americana de testes COVID-19.
- Priorizar proteções para pessoas imunocomprometidas e tomar novas ações para proteger indivíduos com deficiência e idosos.
- Ajudar aos americanos que enfrentam impactos de longo prazo da COVID-19.
- Garantir acesso equitativo aos recursos de saúde e saúde pública do COVID-19.

Preparar-se para novas variantes

- Melhorar a capacidade de coleta de dados, sequenciamento e vigilância de águas residuais para identificar e detectar imediatamente novas variantes e fortalecer a preparação pandêmica.
- Aproveitar a experiência de combate a uma Variante da COVID-19 para determinar o impacto de uma nova variante nas vacinas, tratamentos e testes, e reforçar e atualizar as ferramentas, se necessário.

- Utilize novos processos da FDA para agilizar a revisão regulatória de versões específicas de variantes de vacinas e tratamentos, para que os americanos possam obtê-los rapidamente, se necessário.
- Aproveite um manual de resposta de surto COVID-19 comprovado
- Adicione testes em casa, pílulas antivirais e máscaras para a população em geral ao estoque da América pela primeira vez.
- O governo dos EUA estabeleceu um centro logístico e operacional permanente no HHS para garantir o desenvolvimento acelerado, a produção e a entrega de vacinas e tratamentos COVID-19.

Evitar paralisações econômicas e educacionais

- Dar orientação às escolas e empresas sobre testes e outros suprimentos para manter a operação, incluindo ferramentas para melhorar a ventilação e filtragem de ar.
- Apoiar ao Congresso para fornecer licença médica remunerada aos trabalhadores que precisam faltar ao trabalho devido a um caso de COVID-19 ou para cuidar de um ente querido que tenha COVID-19.
- Atualizar as orientações aos empregadores para garantir locais de trabalho mais seguros.
- Ajudar aqueles em atividades de cuidados e de educação a permanecer em segurança e voltar a trabalhar com tranquilidade.
- Expandir substancialmente os níveis de serviços ao público em escritórios federais, como os escritórios locais da Previdência Social.

Continuar a vacinar o mundo

- Aproveitar o modelo de doação de vacinas pioneiro dos EUA para entregar as 1,2 bilhões de doses prometidas ao mundo
- Aumentar os esforços para obter vacinas nos braços das pessoas ao redor do mundo.
- Salvar vidas resolvendo a crise de oxigênio e disponibilizando suprimentos de emergência.
- Continuar a oferecer liderança global na resposta COVID-19 e construir uma melhor segurança sanitária para o futuro.

Examinando caminhos para a cobertura universal de saúde nos EUA

Na última semana foi publicado o [Testemunho do Professor Jeffrey D. Sachs sobre Sistema de Saúde dos EUA feito ao Congresso Americano](#) como parte do painel: "Examinando caminhos para a cobertura universal de saúde" ([Examining Pathways to Universal Health Coverage](#)) realizado em 29 de março de 2022.

Utilizando o [estudo do Commonwealth Fund](#) que comparou sistemas de saúde dos EUA e de 10 países, o Prof. Sachs afirmou que o sistema de saúde dos EUA é disfuncional, mais caro e com resultados de saúde piores que de outros países semelhantes. Chamando a atenção sobre a estagnação da expectativa de vida nos EUA e relacionando o tema com três questões básicas: (1) Quem está coberto? (2) Quem paga? (3) Quem define os preços?

Segundo o relatório os sistemas de países semelhantes podem ser descritos como Universais, de financiamento público ou de regulação de preços. Não são sistemas de medicina socializada, com exceção do Serviço Nacional de Saúde do Reino Unido, que é estatal. Nos outros países, os prestadores de cuidados de saúde são (em sua maioria) profissionais de saúde

não governamentais, como médicos privados, práticas de grupos privados e hospitais sem fins lucrativos. A diferença entre esses países e os EUA é que os profissionais de saúde são remunerados principalmente por fundos públicos, enquanto nos EUA, os fundos públicos são apenas a metade do total. O financiamento público na Europa toma duas formas principais. Nos países nórdicos, no Reino Unido e em alguns outros, o financiamento vem das receitas gerais do governo. Na França, Alemanha, Holanda e Suíça, o financiamento vem de contribuições sociais obrigatórias, muitas vezes pagas a seguradoras privadas e regulamentadas. Em todos os países comparados, os prestadores privados de saúde enfrentam preços regulamentados pelo governo destinados a manter os preços dos medicamentos e outros custos de saúde sob controle. Os EUA gastam de longe mais em cuidados de saúde de qualquer um dos 11 países comparados e em 2019, os gastos com saúde nos EUA foram de quase 18% do PIB, em comparação com 10-12% do PIB dos outros países estudados, ou seja aproximadamente US \$ 10.000 per capita, em comparação com cerca de US \$ 4.000 - US \$ 7.000 nos outros países.

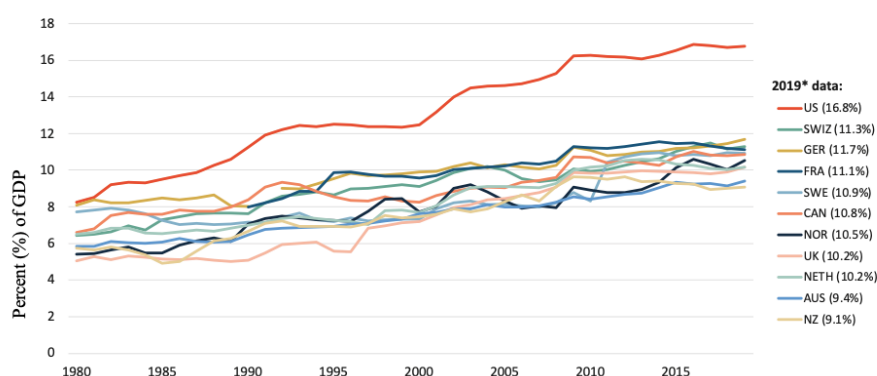
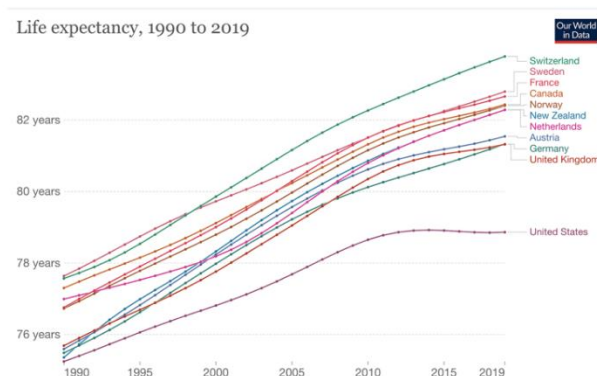


Figura 2. Expectativa de vida, 1990-2019. Fonte: Riley (2005), Clio Infra (2015) e Divisão de População da ONU (2019). Max Roser, Esteban Ortiz-Ospina e Hannah Ritchie (2013) - "Expectativa de Vida".



Publicado online em OurWorldInData.org. Recuperado de: '<https://ourworldindata.org/life-expectancy>'

O depoimento do professor Sachs também aborda outros fatores que incluem o sistema de saúde dos EUA como a remuneração de CEOs de grandes empresas farmacêuticas, dos administradores hospitalares dos altos lucros do mercado de ações do setor de saúde (S&P 500 teve retornos anualizados de 13% nos últimos 10 anos, o terceiro maior setor), os altos preços dos custos administrativos que giram em torno de 13% dos gastos totais (EUA gastam cerca de 1,4% do PIB, cerca de US\$ 300 bilhões por ano em custos administrativos, enquanto outros países gastam menos da metade dessa parte do PIB)

Segundo o Prof. Sachs se os EUA mudassem para um sistema universal, público-pagador e regulado por preços como a proposta de Medicare-for-All (M4A), mais próxima de outros países semelhantes, seria poupada uma fortuna para os americanos. Para que essa mudança para o M4A seja efetiva, ela deve incluir a regulação de preços e deve ser exercido algum controle sobre o lobby existente.

Ensino para promover o direito humano do cidadão no retorno à liberdade.

A Universidade de Georgetown deu início a sua [Iniciativa sobre Prisões e Justiça \(PJI\)](#). Essa iniciativa oferece um programa completo de bacharelado para 25 aspirantes a estudantes da população de detentos da Prisão de Patuxent em Jessup, MD. Esse novo programa é a expansão dos esforços da PJI para levar cursos da Georgetown para estudantes encarcerados por meio de seu “Programa de Estudiosos da Prisão” que é oferecido como programa de não-graduação na Prisão de DC desde 2018.

[Um vídeo sobre o programa](#) explica detalhes do programa que busca criar uma experiência de educação transformadora para pessoas altamente motivadas durante seu encarceramento. Essa experiência serve aos cidadãos para encontrar emprego com mais facilidade devido à sua ficha criminal e a falta de educação formal.

Segundo o site da GU, atualmente, mais de 150 pessoas encarceradas na cadeia de Washington, DC participaram do “Programa de Estudiosos da Prisão,” tanto por meio de cursos com créditos como cursos sem direito a créditos. A expansão do programa é financiada por um subsídio de 1 milhão de dólares de três anos da Fundação Andrew W. Mellon e é ainda apoiado pelo ex-aluno de Georgetown Damien Dwin. Cecily Burge (C’21), que é assistente de ensino da PJI e fez [um documentário premiado para o curso Making an Exoneree](#), diz que seu tempo com a iniciativa foi a parte mais formativa de sua experiência de graduação e ela está animada com a expansão do programa.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Caio Murta – Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Carlos Linger – Médico, pesquisador e assessor do CRIS/Fiocruz

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Corina Mendes – Instituto Fernandes Figueira, Fiocruz

Danielle Keylla Alencar Cruz – Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em Comércio Exterior e Direito, especialista em Saúde Pública, mestranda em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gisele Sanglard – Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em História, mestrado em História Social da Cultura e doutorado em História das Ciências da Saúde.

Harim Baek - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Ivia Maksud - Instituto Fernandes Figueira, Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

José Luís Fiori – Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Economia política Internacional, PEPI, UFRJ.

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Júlia Moraes - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Laurenice de Jesus Alves Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva; Professor adjunto, Universidade Georgetown, EUA; e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marina Sujkowski - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Patricia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Regina Ungerer - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Santiago Alcazar - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vinicius Roland - Bacharel em Relações Internacionais, Pós-graduado em Comércio Exterior na Alumni Coppead e Mestrando em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são 50 Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 já foram realizados **5** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

OU

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2022

Seminário 06/2022 – 20/04/2022 – *Direitos humanos, saúde e segurança social*

Seminário 07/2022 – 04/05/2022 – *Agenda da saúde global 2022: A Assembleia Mundial da Saúde*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 06/2022

Período de 28 de março a 11 de abril de 2022

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 3 de março de 2022.

157 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidades de respectivos autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz